UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALMIR BALIEIRO

As forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)

São Paulo
2014
(versão corrigida)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

As forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)

Almir Balieiro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nanci Leonzo

São Paulo
2014
(versão corrigida)

De acordo 01/07 2014.

Prof.^a Dr.^a Nanci Leonzo

BALIEIRO. A. As forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947). 2014. 276 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha esposa Fátima Gomes Balieiro, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, presença e permanente apoio ao longo do período de elaboração desta tese. Aos meus filhos Bruno Alexandre Gomes Balieiro (*in memoriam*), Luciana Gomes Balieiro e Thiago Gomes Balieiro, pela compreensão de minha ausência e por tolerarem este velhinho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Milton Fernandes Balieiro e Luci Pinto Balieiro por, ainda hoje, indicarem o meu caminho. Aos meus irmãos Altair Balieiro, Vera Lúcia Baleeiro Nord e Aires Balieiro pelo carinho de sempre.

À Professora Dra. Nanci Leonzo pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação, ao longo dos anos de convivência em que proporcionou-me grande aprendizagem e motivação intelectual. Levo comigo sua dedicação, seriedade e compromisso com a busca da verdade.

Às Professoras Dras. Maria Amélia Mascarenhas Dantes e Maria Lígia Coelho Prado, da Universidade de São Paulo, apesar do pouco convívio, por contribuírem para o meu desenvolvimento científico e intelectual.

À Universidade do Estado de São Paulo (USP) pela oportunidade da realização do curso de doutorado em Ciências Sociais (Departamento de História).

Ao Professor Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges, da Universidade Federal de Mato Grosso, pela atenção e contribuições ao longo desta tese.

À Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por colocar à minha disposição todo o acervo dos Boletins Internos, com o apoio imprescindível do funcionário Sr. Joaquim Marques dos Reis. Agradeço, ainda, todos policiais militares e funcionários civis da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, pelo convívio e conhecimento construído.

A todos funcionários da Superintendência Escola de Governo do Estado de Mato Grosso pelo apoio recebido, quando do início deste curso de doutorado.

Ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, pelo acesso a todo acervo e pelo apoio sempre pronto de todos, em especial das funcionárias Sras. Candelária Montheiro Campos e Yumiko Takamoto Suzuki.

Ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, pela oportunidade de acesso e pesquisa ao acervo.

Ao Instituto Memória, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, pelo acesso ao acervo documental produzido pela Assembleia Legislativa desde a sua Instalação em três de julho de 1835, em nome de sua superintendente Ísis Catarina Martins Brandão e equipe.

Agradeço ainda a Fernando Marcos Bonnemassou Castilho por sua cuidadosa ajuda com a língua inglesa, a Leila Francisca de Souza por seus esforços em contatar a família Paes de Barros e a Laís Maria Paes de Barros por disponibilizar o acervo jornalístico da família e ter concedido tão agradável entrevista.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

BALIEIRO. A. **As forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)**. 2014. 276 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

O emprego excessivo e abusivo da força em práticas policiais permeou grande parte dos discursos, realizados em plenário da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Objeto dos debates constituintes configurou-se numa lógica protagonizada entre os parlamentares da situação (PSD) e os da oposição (com destaque, para os do PCB), na qual aqueles argumentaram que o emprego de práticas policiais abusivas e arbitrárias justificava a necessidade de se manter a ordem, enquanto estes afirmaram tratar de práticas policiais contra os operários que lutavam por melhores condições de vida. A partir deste contexto os objetivos foram os de pesquisar as práticas das forças policiais em terras mato-grossenses, com especial atenção no período de 1945 a 1947 – fim do Estado Novo, convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação das Constituições do Brasil e do Estado de Mato Grosso, e as contribuições dos constituintes às questões da ordem e da segurança. Duas fontes importantes e inéditas, neste tipo de tese, foram intensamente interrogadas; os Boletins Internos das Forças Policiais em Mato Grosso – 1945 a 1947 - e os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Os resultados revelaram que as práticas policiais, em terras mato-grossenses, na metade do século XX, foram concentradas na realização dos serviços de construção e manutenção de estradas e pontes, na capital e no interior do Estado de Mato Grosso. Quanto as contribuições dos constituintes, estas foram conservadoras, quando defrontadas com os intensos debates e embates sobre as questões da ordem e da segurança, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Contudo, pela primeira vez na história das constituições brasileiras ficou consignado, na Carta de 1946, as atribuições das forças policiais estaduais – as Polícias Militares. Por fim, uma última consideração abordou o emprego dos termos ordem e segurança nos textos legais, durante o período republicano, a qual resultou na inexistência de definição precisa destes, fato que permaneceu com a Carta Magna de 1988.

Palavras-chave: Assembleia Nacional Constituinte, práticas policiais, ordem e segurança pública.

ABSTRACT

Balieiro, A. **The police forces and order on lands in Mato Grosso (1945-1947)**. 2014. 276 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

During the National Constituent Assembly formed on 1946 large portion of the speeches conducted in plenary defended the employment of excessive and abusive force into policing practices. Subject of the constituent debates, this has configured a logic followed up by government party parliamentarians (PSD) and opposition ones (highlight given to PCB party), in which those claimed that employment of arbitrary and abusive policing practices was justified by the need of preserving order, while these professed this as policing practices against workers struggling for better living conditions. Objectives established from this portrait aimed at investigating policing practices in Mato Grosso, highlighting the period from 1945 to 1947 - the end of the Estado Novo, Constituent National Assembly summons and the promulgation of Brazilian and Mato Grosso State Constitutions, and at obtaining contributions of the constituent related to order and security issues. To fulfil this thesis the Internal Bulletin of the Police Forces in Mato Grosso - 1945 to 1947 - and the annals of the National Constituent Assembly of 1946, two important and unprecedented sources, were intensely interviewed. As the result it was clear that policing practices that took place in Mato Grosso in the middle of the twentieth century were focused on performing roads and bridges construction and maintenance services in the capital and within the Mato Grosso State. Regarding the contributions of the constituents, these were conservative when facing intense debates and discussions on order and security issues during the National Constituent Assembly of 1946. However, for the first time in Brazilian constitution history the 1946 Charter enshrined the role of the state police forces - the Military Police. Finally, one last consideration on the thesis addressed the usage of the terms order and security in legal texts during the republican period, concerning the resulting lack of their precise definition, a fact that remained unchanged in the Magna Carta of 1988.

Keywords: National Constituent Assembly, policing practices, public order and security.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Delegacias que mais inquéritos instauraram - 1940.....	25
Tabela 2- Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso (1945-1947).....	30
Tabela 3- Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso, das Áreas da Segurança, Saúde e Educação Públicas (1945-1947).	31
Tabela 4- Vencimentos dos integrantes da Segurança Pública e Assistência Social do Estado de Mato Grosso -1945.....	32
Tabela 5- Material encomendado da empresa "Esporte Nacional", em São Paulo, para o Departamento de Educação Física da Força Policial de Mato Grosso - 1946	112
Tabela 6- Programa de atletismo e esporte do segundo Campeonato de Cuiabá (1946).....	117
Tabela 7- Cia. Sapadores - Efetivo, soldos, gratificações e etapas de alimentação (mil-réis).	128
Tabela 8- Etapas dos trabalhos constituintes de 1946	142
Tabela 9 - Síntese das emendas apresentadas à 9ª Subcomissão - 1946.....	155
Tabela 10- Síntese das emendas apresentadas à 9ª Subcomissão - Segurança Nacional - por partido político.....	157
Tabela 11- Eleições Realizadas em 2 de Dezembro de 1945.....	159
Tabela 12- Evidências da atuação dos elementos da Força Policial.....	187
Tabela 13- Evidências da atuação dos elementos da Força Policial sob a ótica da ordem....	189
Tabela 14- Destinação orçamentária da Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT (1946).....	219

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Gráfico sobre emendas aceitas, por partido político, apresentadas a 9º Subcomissão - Segurança Nacional – 1946. Elaborado pelo autor, 2013.....	158
Figura 2- Gráfico sobre a participação dos partidos políticos em debates sobre as questões da ordem e da segurança pública. Elaborado pelo autor, 2013.....	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	23
1. As Forças Policiais em Mato Grosso na década de 1940	23
1.1. Sob a ótica Institucional	35
1.2. Atuação cotidiana	94
CAPÍTULO 2	141
2. A Assembleia Nacional Constituinte de 1946	141
2.1. Estado Novo: diretrizes políticas e administrativas e o fim do regime	146
2.2. A Comissão de Constituição: a nona subcomissão.....	154
2.3. Os constituintes mato-grossenses: trajetória política, atuação parlamentar e a ordem	158
CAPÍTULO 3	187
3. A manutenção da Ordem e da Segurança Pública.....	187
3.1. Na imprensa periódica mato-grossense.....	214
3.2. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946	220
Considerações Finais	249
Fontes e Bibliografia.....	255
Glossário	269
Anexos	270

INTRODUÇÃO

O final da primeira metade da década de 1940 foi um período da história brasileira marcado pela transição entre o regime autoritário e centralizador de 1937, e a restauração democrática de 1946. Em 29 de outubro de 1945, em decorrência de uma articulação da oposição e o Alto Comando das Forças Armadas, o presidente da República, Getúlio Vargas, foi deposto pondo fim ao Estado Novo.

Ainda em 1945 foram convocadas eleições para 2 de dezembro, dentre as quais para a Câmara Federal e o Senado. Os deputados e senadores eleitos compuseram a Assembleia Nacional Constituinte com poderes ilimitados - ressalvada a legitimidade da eleição, do Presidente da República, eleito na mesma data, assegurada pela Lei Constitucional nº 15, de 26/11/1945 - para elaborar e promulgarem a nova Constituição Federal do Brasil.¹

Trezentos e vinte constituintes pertencentes a nove partidos políticos formaram a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Os dois maiores partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) juntos representaram mais de oitenta por cento dos constituintes eleitos. Dentre estes, sete mato-grossenses, sendo três do PSD e quatro da UDN. Os trabalhos constituintes iniciaram em primeiro de fevereiro e terminaram em dezoito de setembro - totalizando cento e oitenta e duas sessões – culminando com a promulgação da Constituição Federal. O ambiente na Assembleia Nacional Constituinte clamava por democracia, até porque, o país saía de um regime autoritário e centralizador.

Os pronunciamentos dos constituintes concentraram-se, em grande parte das sessões, ao longo dos oito meses de trabalhos, nas questões sobre a ordem e segurança pública. Dentre estas as que se referiram as práticas policiais violentas e arbitrárias cometidas pelas Forças Policiais do país - ocorrendo de maneira intensa na capital, Rio de Janeiro. Os debates e embates, sobre as possíveis práticas violentas e arbitrárias por parte das Forças Policiais, foram acirrados; parte dos congressistas – os da oposição - as criticava entendendo, acima de tudo, serem estas motivadas por interesse do governo enquanto, a outra parte – os da situação

¹ BRASIL. Diário Oficial, de 26/11/1945. *Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945*. Dispõe sobre os poderes da Assembleia Nacional Constituinte e do Presidente da República.

– quase sempre procuraram abrandá-las, justificando-as como necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública.

Assim, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada - num contexto político que clamava por princípios democráticos -, de acordo com Horta, com poderes ilimitados - *apesar das limitações de natureza jurídica, sociológica, religiosa, ética e política, que também condicionam o clima constituinte* – e autorizada a instituir *o ordenamento jurídico político fundamental do Estado*. Sobretudo, foi competência desta Assembleia de 1946 deliberar sobre as grandes decisões do país, entre as quais; *a forma de governo e de estado, a organização e a competência dos poderes estatais, a fixação dos poderes estatais, a fixação dos direitos e garantias individuais*. Além do mais e, principalmente com interesse às questões desta tese, destaco, apoiado no mesmo autor, *a formulação de novas instituições ou o aprimoramento das instituições que a precederam*.²

No entanto, ao que as evidências apontaram, as contribuições dos constituintes de 1946 pertinentes aos debates e embates sobre a ordem e a segurança pública, em particular, as práticas violentas e arbitrárias das forças policiais, na prática produziram pouco impacto sobre a forma de atuação destas instituições, não obstante todo o vigor despendido nas sessões em plenário daquela Assembleia Nacional Constituinte. Fato que, de alguma forma, frustrou as expectativas levantadas, ao menos pelos constituintes da oposição.

Deste acontecimento, decorrem os dois pontos essenciais desta tese: o primeiro, o de imiscuir-me na memória dos trabalhos constituintes de 1946 para revelar a contribuição dos deputados e senadores às questões da ordem e da segurança pública, a ser consignada na nova Carta, de 18 de setembro de 1946; o segundo – decorrente do primeiro ponto -, evidenciar a atuação das forças policiais, em terras mato-grossenses, sob as óticas institucional e a da manutenção da ordem e da segurança pública, durante o período de 1945 a 1947.

O período de estudos revela-se significativo, na medida em que o ano de 1945 foi marcado pelo fim do Estado Novo – um regime autoritário e centralizador - e a realização das eleições com vistas a instalação e a realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e, o ano de 1947, o da instalação e realização da Assembleia Constituinte Mato-Grossense. Importante assinalar que, naquela Assembleia Nacional pela primeira vez na história

² HORTA, Raul Machado. *Reflexões sobre a constituinte de 1946*. Revista de informação legislativa, v. 23, nº 89, p. 5-32, jan./mar. de 1986. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181665?mode=full>, acessado em 05/08/2013.

republicana do país buscou-se restaurar a democracia e, neste contexto, do ponto de vista institucional, foi, também, a primeira vez que a ordem e a segurança pública foram pensadas nacionalmente.

Nesta tese, sob a perspectiva metodológica, faz-se necessária uma discussão preliminar sobre os conceitos desenvolvidos, nos mais diferentes textos legais, em torno dos termos *ordem e segurança pública* e da expressão *práticas policiais violentas e arbitrárias*, sendo esta comumente empregada pelos constituintes brasileiros de 1946.

A propósito dos termos *ordem e segurança pública*, indispensável demonstrar a utilização legal destes e, assim, permitir uma aproximação do entendimento que, supostamente, possuíam os constituintes e autoridades policiais, naquele período. Para tanto, são examinados os principais textos legais nas esferas Federal e Estadual, do início da República até as Constituições Federal de 1946 e a do Estado de Mato Grosso de 1947 e, ainda, um relatório do Chefe de Polícia do Estado de Mato Grosso, de 1940.

De um modo geral, os termos – ordem e segurança - foram empregados ora enquanto sinônimos, ora um parte do outro e vice e versa, e em outras oportunidades, como complementares a uma ideia geral de situação ou estado de paz e tranquilidade entre cidadãos, no convívio público.

Abordo os termos, nesta tese, com o propósito de contribuir ao entendimento de ambos e, acima de tudo, à melhor compreender o trabalho policial. Imprescindível registrar que, em nenhum dos textos legais, acima, preocupou-se o legislador – e até mesmo os constituintes – em apresentar qualquer definição dos termos ordem e segurança. A despeito deste fato, seguiram as forças policiais com a atribuição de cuidarem da segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados. Surpreendentemente, até hoje não há uma definição expressa dos termos ordem e segurança, resultando daí a confusão que se verifica na prática pois, os termos permanecem centrais nas definições legais da função policial.

Outro conceito trata-se do desenvolvido sobre a expressão empregada pelos constituintes de 1946 ao se referirem às práticas das forças policiais com uso excessivo e abusivo da força física contra os operários, denominando-as de *práticas violentas e arbitrárias*. Ocorre que, na medida em que o uso da força física – a autorização para o emprego – é monopólio do Estado, instrumentalizado pelas forças policiais, cabe uma ressalva quanto a distinção dos termos força e violência, evitando-se a ambiguidade destes. O

primeiro é o empregado pelos atos da autoridade; as forças policiais; o segundo o empregado pelos grevistas. Aquele para manter a ordem estabelecida, até então de interesse dos que governam, emprega a força e, estes para reverterem a ordem – a que lhes interessa -, fazem uso da violência contra aquele. Corroborando, aqui, as concepções defendidas por Sorel.³

Por fim, uma última consideração conceitual refere-se a atuação destas instituições, detentoras do monopólio do uso da força, enquanto decorrente da convergência da definição legal de suas funções – ou atribuições -, das situações encontradas em policiamento e, dos resultados – as ações realizadas por seus integrantes. É imperativo conhecer as competências, o campo de atuação, a prática policial, na propalada manutenção da ordem e da segurança pública, para que se crie, ao menos, a possibilidade destas deixarem de atuar a mercê das contingências da época e dos políticos.⁴ E, em assim sendo, permitir a construção de uma polícia que se aproxime dos anseios da população.

Além do esforço despendido na pesquisa sobre as definições dos termos acima, outro, bastante trabalhoso, foi o de se debruçar sobre as fontes selecionadas, as quais serviram de colunas mestras para a realização desta tese. Sobretudo, essas fontes proporcionaram uma ampla pesquisa documental e, até o momento, nunca consultadas com o objetivo de consubstanciar estudos sobre a relação entre a atuação parlamentar dos constituintes e a atuação das forças policiais, em terras mato-grossenses.

Das fontes, quatro são consideradas inéditas e essenciais a subsidiarem o tema sobre *as forças policiais e a ordem em terras mato-grossenses (1945-1947)*. Os arquivos inéditos privilegiados constituem-se dos Vinte e seis volumes dos “Anais da Constituinte de 1946” da Câmara dos Deputados, que registraram o cotidiano da Assembleia Nacional Constituinte (aproximadamente doze mil e cem páginas). Além destes, seis volumes (cinco volumes ordinários e um de “Pareceres e Relatórios das Subcomissões”) da Comissão de Constituição, da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 formam o mesmo acervo (estes volumes com aproximadamente duas mil e quarenta páginas).

³ SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 195.

⁴ Durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, as práticas policiais foram diversificadas a cada momento nas diferentes unidades federativas, embora aquelas foram caracterizadas por situações semelhantes em todo país. A atuação das forças policiais estaduais foi orientada pelo poder político local, em função do “calor” dos acontecimentos e, supostamente, apoiado nas contingências locais. Foi mais um momento no processo histórico brasileiro que o verdadeiro papel da polícia esteve indefinido e ela se viu à mercê das contingências da época e dos políticos, como observou Nanci Leonzo, em nossas reflexões, durante uma de suas orientações à esta tese.

Das fontes de origem do Estado de Mato Grosso somam-se os Anais da Constituinte de 1947 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que registraram o cotidiano da constituinte mato-grossense (aproximadamente quinhentas e cinquenta páginas manuscritas) e, por fim, os Boletins Internos (BI) das Forças Policiais em Mato Grosso (publicações diárias sobre os atos do Comandante Geral das Forças Policiais, providências administrativas, ordens à tropa, alterações e punições de seus integrantes, participação em eventos políticos e civis, missões e costumes) referentes ao período 1945-1947 (aproximadamente quinhentos números com mil e quinhentas páginas).

No que pese, por um lado, a facilidade de acesso aos BIs, por outro, o seu estado de conservação dificultou sobremaneira o trabalho de pesquisa pois, esta fonte apresentou-se frágil ao manuseio, algumas páginas deterioradas pela ação do tempo, outras danificadas. Embora, parte do acervo tenha sido microfilmada, nenhum tratamento de imagem foi aplicado a esta, o que tornou mais difícil e moroso sua leitura exigindo o retorno da pesquisa às fontes originais. Sobretudo, o aspecto lacônico dos textos exigiu maior atenção, leitura e releitura atenta dos fragmentos no esforço de se compreender a concepção, a ideia pretendida nas diferentes evidências ali registradas.

Os Boletins Internos, das forças policiais, merecem alguns esclarecimentos que lhes são peculiares. O BI é um documento de publicação de atos administrativos e legais, em que o Comandante da Unidade Policial (neste caso o Comandante Geral da Força Policial e Polícia Militar) publica todas suas ordens, as das autoridades superiores e os fatos que devam ser do conhecimento de toda a unidade – dos oficiais, praças e civis. O BI é dividido em quatro partes: serviços diários; instrução; assuntos gerais e administrativos; e justiça e disciplina⁵.

Em serviços diários, a primeira parte do BI contém a discriminação do serviço a ser executado pela unidade, a exemplo do que foi publicado no BI de 25 de julho de 1947; para o dia seguinte (26), um sábado, o Batalhão de Caçadores (BC) e o Pelotão de Escolta Presidencial (PEP) dariam o serviço de guarnição, o serviço interno de guarda do quartel.⁶

A segunda parte do BI, instrução, a título de exemplo o de 9 de janeiro de 1947, tornou público a apreciação do Comandante, referente ao Centro de Instrução Militar (CIM), neste, aprovou o *programa de instrução geral e educação física*, a ser ministrado às praças

⁵ BRASIL. Exército Brasileiro. *Regulamento interno e dos serviços gerais – R-1(RISG)*. Disponível em <http://www.pm.mt.gov.br/index.php?view=legislacao> acessado em 09/01/2012.

⁶ MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 167, de 25/07/1947.

pertencentes a 3ª Companhia de Fuzileiros, apresentado pelo 1º Tenente comandante daquela Subunidade.⁷

Assuntos gerais e administrativos é a terceira parte do BI na qual são publicadas as alterações ocorridas com o pessoal civil e militar da instituição. O BI, de 14 de janeiro de 1947 apresentou, dentre outras alterações, a designação do 1º Tenente, do Batalhão de Caçadores (BC), Mamedes Viegas de Carvalho, para assumir interinamente as funções de Chefe do Serviço de Identificação da Força Policial, ficando, para tanto, dispensado dessa função Arnaldo de Matos Cabral Filho.⁸

A quarta e última parte do BI, justiça e disciplina, a destinada a tratar de punição e elogios aos oficiais e praças da instituição policial. O BI, de 20 de janeiro de 1947, trouxe a exclusão por deserção de um soldado da Companhia de Sapadores Mineiros, da Força Policial, por ter completado no dia 10, do mesmo mês, *os dias que a lei marca para que constitua e consuma o crime de deserção*.⁹

A publicação do BI normalmente é diária (de segunda a sexta), podendo ocorrer inclusive aos sábados, domingos e feriados exigindo-se, para tanto, que haja expediente na unidade e necessidades e relevância das matérias a divulgar. Sua normatização é tratada no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), do Exército Brasileiro. Entretanto, é adotado pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.¹⁰

Consubstanciando no ineditismo e na originalidade das fontes pesquisadas, espera-se corroborar, de forma significativa, à melhor compreensão a respeito das contribuições dos constituintes de 1946 pertinentes as questões da ordem e segurança pública, o impacto destas sobre a atuação das forças policiais, bem como revelar aspectos de suas práticas em terras mato-grossenses, suas relações construídas no cotidiano, marcadas pelas especificidades do poder político local e do jeito de ser da população mato-grossense.

Para tanto esta tese foi organizada fundamentalmente em três capítulos; a organização institucional das forças policiais no Estado de Mato Grosso; os trabalhos parlamentares de

⁷ BI n.º 7, de 9/01/1947.

⁸ BI n.º 11, de 14/01/1947.

⁹ BI n.º 15, de 20/01/1947.

¹⁰ A Polícia Militar de Mato Grosso, por intermédio da Portaria n.º. 007/DARH-1.SEC/2010, instituiu o Boletim Geral Eletrônico (BGE), publicado em BGE n.º1, em 25 de janeiro de 2010. O BGE tem como propósito o atendimento dos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, bem como corroborar a necessidade de redução dos custos operacionais e administrativos.

deputados e senadores na Assembleia Nacional Constituinte de 1946; e a manutenção da ordem e segurança pública durante os trabalhos constituintes, na capital do país e em terras mato-grossenses.

O primeiro capítulo, **As Forças Policiais em Mato Grosso na década de 1940**, aborda, inicialmente, as forças policiais em Mato Grosso na década de 1940, incluindo-se as diferentes instituições, civis e militares; a Força Pública, a Polícia Civil, a Guarda Civil, o Corpo de Segurança e a Inspetoria de Tráfego. As evidências coligidas apontaram que estas instituições encontraram dificuldades tanto administrativas, quanto operacionais frente ao desafio da manutenção da ordem e da segurança pública, no estado.

Posteriormente, a pesquisa concentra-se nos aspectos próprios das instituições policiais militares, ou as forças policiais militares do estado, foco deste trabalho. A expressão força policial é empregada, nesta tese, para representar as instituições Força Pública (25/12/1935), Força Policial (05/01/1940) e Polícia Militar (11/07/1947) – as diferentes denominações recebidas no período. Neste capítulo, a pesquisa realizada sob a ótica institucional das forças policiais compreende, principalmente, as questões pertinentes aos atos administrativos do Comandante Geral, no sentido de atender as necessidades próprias da instituição, dos seus auxiliares e as das autoridades estaduais, nos diferentes rincões do Estado de Mato Grosso.

A formação e a instrução da tropa, outro viés da ótica institucional, revelou a realização de diferentes cursos destinados a formação profissional de oficiais, sargentos, cabos e soldados embora, voltados na sua essência à formação militar, em detrimento da policial. Alguns cursos, inclusive, foram realizados em forças policiais de outros estados da federação. Os oficiais e praças formados nestes cursos proporcionaram benefícios que transcenderam os muros do quartel.

Outras evidências destacaram aspectos sobre a carreira e a ascensão policial de oficiais e praças, fundamentalmente alicerçados na realização e aprovação em cursos, acrescido de parecer favorável do comandante imediato. Aos oficiais exigia-se a formação no Curso de Oficial Combatente (COB) que, na década de 1940 era realizado por forças policiais de outros estados.

Desta fonte emergiram, ainda, aspectos da disciplina imposta aos oficiais e praças, com maior rigor a estas e, teve como instrumento o rígido Regulamento Disciplinar do

Exército (RDE). Este prescrevia a prática de dezenas de atos e a omissão de várias outras e, em função das circunstâncias na qual a transgressão ao regulamento era cometida, a punição poderia ser agravada. Quanto aos crimes praticados, as evidências revelaram especificamente um crime, praticado com certa regularidade entre os elementos da Força, com destaque acentuado às praças. Entretanto, este crime recebeu diferentes desfechos – soluções -, mesmo porque, várias praças foram reincidentes em sua prática. Outro fato, que as evidências revelaram, tratou-se do cometimento de transgressões e, inclusive, de crimes motivados por uma causa em comum e, até certo ponto, constante. A propósito, esta mesma motivação foi revelada em pesquisas sobre forças policiais de outros estados, ao abordarem as questões da disciplina policial.¹¹

Além desses aspectos constatados no cotidiano intramuros das forças policiais, os BIs indicaram que os elementos da Força participaram de um conjunto de ações que constituiu grande parte das relações político-sociais. De forma marcante foram ações realizadas junto à Igreja Católica e ao Exército. Curiosamente, as evidências descortinaram um inimigo em comum a Igreja Católica e a Força Policial.

Não obstante os aspectos revelados da realidade policial, foi possível coligir uma série de tarefas desenvolvidas pelos elementos da Força que corroborou à subsistência da instituição. Grande parte destas foi realizada visando a manutenção do rancho encarregado de fornecer a alimentação diária para o pessoal de serviço interno e externo. Para tanto, oficiais, praças e civis empenharam-se no fornecimento de gêneros alimentícios para assim suprirem as necessidades do rancho. Outras tarefas realizadas contribuíram, sobretudo, à manutenção das instalações físicas dos quartéis.

Finalizando o primeiro capítulo desta tese, a abordagem concentra-se nos registros da atuação das forças policiais voltada para as atividades gerais, aquelas que, a princípio, divergiam da manutenção da ordem e da segurança pública. Dentre estas atividades, a participação dos elementos da Força em eventos cívicos e religiosos foi uma constante. Algumas vezes exigiu a participação de quase todos os elementos da Força, entre oficiais e praças, noutras, apenas uma representação e, na maioria destas, a Banda de Música da Força Policial fez a festa. Uma parte relevante destes eventos ocorreu em função do esporte; as evidências apontaram a participação em diversas modalidades esportivas, além da

¹¹ O termo “elemento” foi comumente empregado para referir-se ao indivíduo pertencente ao conjunto das forças policiais e, por esta razão opto por seu uso nesta tese.

particularidade de que o próprio Comandante Geral, na maioria das vezes determinava a estratégia das competições.

Mas, nem sempre foi o esporte a mobilizar os elementos da força em tarefas que, de algum modo, escapavam a função primeira das forças policiais, em Mato Grosso. As salas de aula do ensino das primeiras séries também o fizeram. Por muitas ocasiões, diretores de escolas, na capital e no interior do estado, solicitaram do Comandante Geral, que fossem colocados à disposição daqueles, elementos da Força para que atuassem enquanto professores – as vezes enquanto instrutores. Embora, aqueles fossem atendidos pelo Comandante da Força, a maior parte dos elementos colocados à disposição, continuou a desempenhar, concomitantemente, a sua função na Força.

Por fim, uma atividade divergente da função policial de manutenção da ordem e da segurança pública, ao menos em princípio, acabou por se tornar aquela que mais mobilizou os elementos da Força. Grandes efetivos – oficiais, praças e civis contratados - foram empregados na capital e, principalmente, no interior do estado. Contudo, esta atividade acabou sendo estabelecida como competência da Polícia Militar, com a promulgação da Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1947.

No segundo capítulo desta tese, **A Assembleia Nacional Constituinte de 1946**, a pesquisa aborda, inicialmente, algumas características do regime político brasileiro, autoritário e centralizador, que acabou dando causa a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Aborda, também, a participação de deputados e senadores, nesta Assembleia; primeiro nos debates e embates sobre as questões de ordem e segurança pública no país e, depois, na apresentação de emendas sobre estas.

Em um segundo momento, as evidências coligidas dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte corroboraram à compreensão da sua organização, bem como, a da Grande Comissão, aquela encarregada de apresentar o projeto de constituição que serviu de base aos trabalhos dos constituintes e, por fim, a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946.

O passo seguinte consiste em apresentar, com particular atenção, o perfil político-social e as contribuições – àquelas questões de ordem e segurança pública – dos sete constituintes mato-grossenses representando, naquela ANC, os dois maiores partidos políticos brasileiros e, também, estaduais. Dentre estes parlamentares, mereceu uma atenção destacada

o Deputado Federal Agrícola Paes de Barros, por ter sido o único constituinte mato-grossense a participar notadamente daqueles debates e embates. Daí, o interesse em se conhecer a sua trajetória política, profissional, social e particular.

O terceiro capítulo, **A manutenção da Ordem e da Segurança Pública**, está dedicado as questões da manutenção da ordem e da segurança pública; primeiro em terras mato-grossenses, coligida das evidências selecionadas nos Boletins Internos das forças policiais e, segundo, na visão dos constituintes de 1946, respaldada naquelas registradas em seus debates no plenário do Palácio Tiradentes, durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte.

Inicialmente é apresentada uma abordagem quantitativa sobre as evidências reunidas nos BIs a fim de permitir uma visão abrangente, mesmo que superficial, do volume de evidências selecionadas em conformidade com as categorias institucional e a ordem. Corroboraram a essa compreensão, enquanto fontes complementares, periódicos locais, embora estes pouco ocuparam suas páginas com as questões de ordem e segurança pública e, quando o fizeram, transcreveram fatos sobre os distúrbios ocorridos na Capital do país, durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Especificamente, as evidências sobre as questões de ordem revelaram a atuação das forças policiais mato-grossenses, permitindo identificá-la em diferentes situações de policiamento. Das quais, a maioria destas tratou de policiamento na cidade de Cuiabá. Das situações apresentadas (excluindo-se as realizadas no policiamento urbano), uma chamou a atenção por sua peculiaridade de conflito constante e, sobretudo, por conta de uma denúncia feita em plenário da Assembleia Nacional Constituinte, pelo Deputado Federal, por Mato Grosso, Agrícola Paes de Barros. Por outro lado, o policiamento urbano de Cuiabá recebeu todo um cuidado por parte do Comandante Geral, João Luiz Pereira Neto, inclusive no sentido de orientar os policiais sobre como deveriam portar seu armamento, usando-o de forma discreta, até porque, nas palavras daquele comandante, Cuiabá tratava-se de uma *Capital civilizada e ordeira*.¹²

De tal forma que, as evidências sobre essas situações de policiamento compuseram um panorama, o qual permitiu conhecer a atuação das forças policiais em terras mato-grossenses, frente as questões de ordem e segurança pública.

¹² BI n.º 168, de 26/07/1947.

Na segunda metade deste capítulo, trato das abordagens feitas pelos constituintes sobre as questões de ordem e de segurança pública, e para tanto, valho-me dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, dos quais selecionei evidências que permitiram constituir um quadro do momento político e social pelo qual passava o país. Após o término do Estado Novo, regime autoritário e centralizador, o contexto político e social pedia pela restauração da democracia. Entretanto, o quadro da situação social era caracterizado, principalmente por uma série de greves, realizada por diferentes categorias de trabalhadores, em algumas cidades do país. O próprio Rio de Janeiro, capital do país, além de palco de várias destas greves, revelava um quadro de pobreza retratado pelas imagens das favelas; um painel dantesco, nas palavras de um dos constituintes, Medeiros Neto (PSD-AL). E foi justamente sobre a atuação das forças policiais sobre as greves dos trabalhadores que se apoiou grande parte dos debates dos constituintes; alguns acusaram as forças policiais de atuarem de forma violenta e arbitrária (fazendo uso excessivo e abusivo da força), outros pelo contrário afirmaram que as mesmas forças policiais estavam a defender a ordem e a segurança pública. Os argumentos, de ambos, constituíram a lógica dos debates que permaneceu por toda a constituinte. Dos debates sobre a atuação, supostamente, arbitrária e violenta, das forças policiais contra os trabalhadores em greve, uma delas mereceu maior atenção por parte dos constituintes; a greve dos trabalhadores de uma companhia estrangeira. O caso ganhou relevância, principalmente por conta de ser o chefe de Polícia, na ocasião, alguém acusado de ter participação funcional na tal companhia estrangeira. O que fez os debates, muitas vezes, girarem em torno desse protagonista. Neste episódio, registrou-se a única participação de um constituinte mato-grossense, pertinente e com propriedade aos debates sobre ordem e segurança pública, o Deputado Federal Agrícola Paes de Barros.

Além desses dois focos de debates sobre a atuação das forças policiais (contra os trabalhadores em greve e contra a greve dos trabalhadores da companhia estrangeira), outro caso, o mais “grave” deles, e que mereceu a atenção dos constituintes, foi o do comício planejado pelo Partido Comunista Brasileiro, partido de oposição, que acabou sendo interdito na véspera da data marcada. Afora as responsabilidades das partes envolvidas – o governo e o partido da oposição -, o fato resultou em tragédia; feridos, presos e morte.

É neste contexto de luta travada, entre situação e oposição, fazendo revelar como pano de fundo, a disputa pelo poder e o uso da força, que esta tese, valendo-se do questionamento de fontes inéditas, lança-se ao desafio de revelar aspectos e melhor conhecer as contribuições

dos constituintes brasileiros de 1946, sobre as questões da ordem e da segurança pública ao mesmo tempo em que, faz emergirem as práticas policiais em terras mato-grossenses, na década de 1940.

CAPÍTULO 1

1. As Forças Policiais em Mato Grosso na década de 1940

Na década de 1940, o Estado de Mato Grosso, sob a supervisão da Chefatura de Polícia, contou com diferentes instituições que corroboraram aos serviços destinados à manutenção da ordem e da segurança pública; a própria Chefatura de Polícia enquanto instituição supervisora, a Força Policial, Polícia Civil, Guarda Civil, Corpo de Segurança e a Inspetoria de Tráfego. O efetivo, atribuições e vencimentos dessas instituições foram tratados nos Relatórios da Chefatura de Polícia encaminhados anualmente ao Secretário-geral de Estado. Ocorreu, contudo, que apenas dois daqueles (os dos anos de 1940 e 1949) puderam ser localizados, de tal sorte que a reconstituição do quadro da Segurança Pública, nesta década, deixou lacunas sobre as instituições; estrutura organizacional, atribuição, efetivo e, principalmente a atuação daquelas. O esforço de preenchê-las recaiu no desafio de localizar decretos, decretos-lei, regulamentos e outros documentos oficiais publicados nos Diários Oficiais que pudessem revelar aspectos que corroborassem ao conhecimento sobre as forças policiais e suas respectivas características.

A Chefatura de Polícia contou, em 1940, com 28 delegacias em sua jurisdição correspondendo aos 183 distritos policiais. O Chefe de Polícia, João Moreira de Barros, deixou visível seu descontentamento com a qualificação do pessoal sob sua supervisão, que se encontrava a frente das delegacias de polícia. Em seu relatório de 1940, referiu-se a estes como *elementos incapazes intelectual ou moralmente*.¹³ Moreira de Barros relatou, ainda, não encontrar *uma única autoridade com absoluta capacidade intelectual*, embora reconhecesse que alguns de seus auxiliares, os mais esforçados, procuravam *bem desempenhar suas funções*. Com alguns delegados já antigos confessou, o Chefe de Polícia, sentir-se decepcionado com *verdadeiras asneiras em matéria de processo* ou quando se tratava de novas atribuições, por exemplo, as referentes aos encargos do Registro de Estrangeiros. Ao mesmo tempo, reconhecia que o desempenho destas autoridades guardava certa dificuldade,

¹³ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 02.

dada a inconstância das normas traçadas para sua execução. A dificuldade em encontrar *bons auxiliares* estava, principalmente *na pequenez da remuneração* pois deixava de ser compensadora o que acabava por dificultar as nomeações destes auxiliares. Portanto, restava-lhe, ter que *lançar mão de gente de pouca capacidade, gente sem maiores responsabilidades*, sem depois, poder *exigir ou esperar fiel e cabal desempenho das funções* exercidas por seus auxiliares. A despeito deste quadro de pessoal, Moreira de Barros declarou-se, ainda, esperançoso, uma vez que o governo havia acolhido proposta de *aumento de vencimentos*, num primeiro momento para atender os Delegados de 1ª Classes dos municípios de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, os quais passaram a um vencimento de 700\$000 (setecentos mil réis) mensais, tornando possível com este salário encontrar bons funcionários.¹⁴

O mesmo não se podia dizer dos subdelegados que além de nada perceberem de vencimentos, ainda restava-lhes arcar com algumas despesas. Alguns destes elementos quando aceitavam o cargo o fazia com *intenções inconfessáveis*, noutras vezes o aceitavam por simples favor, mas também nada faziam e por nada se interessavam. No entendimento de Moreira de Barros, o cargo era *nada mais nada menos que um empecilho à vida privada* dos funcionários, e naturalmente eles acabavam sendo mantidos *às custas de outros trabalhos que lhes* davam o provento necessário. Assim, constatou o chefe de Polícia, que por conta desta situação, deixava de acreditar em mudanças enquanto *uma fórmula mais segura para conciliação do interesse particular da autoridade e o interesse público* fosse encontrada.¹⁵

Ao tratar da Segurança Pública¹⁶ – entendendo aqui por prevenção e repressão da criminalidade -, Moreira de Barros destacou que nesta área três grandes dificuldades têm corroborado para que o serviço deixe de ser executado como se desejaria; a primeira a deficiência de auxiliares, como já apresentado acima; a segunda, as grandes distâncias a serem vencidas (eram 1.262.572 km² de área terrestre no Estado de Mato Grosso),¹⁷ o que na

¹⁴ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 02.

¹⁵ *Ibidem*, p. 03.

¹⁶ O sentido aqui empregado do termo “segurança pública” está relacionado diretamente com a prática de crimes, quer quanto a prevenção, quer quanto a repressão. Assim é possível afirmar que o termo está associado a proteção de indivíduos e patrimônio.

¹⁷ BRASIL. IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

maioria das vezes, tornava *impossível qualquer medida policial de resultados positivos* e; em terceiro, o reduzido número de agentes e de *elementos da Polícia Militar*.¹⁸

A propósito do efetivo da Polícia Militar, destacou o mesmo chefe que o policiamento realizado era em geral deficiente, *pois as praças dos destacamentos militares eram em número exíguo*. A título de exemplo citou o caso do município de Ponta Porã, considerado *gritante*. Pois, *uma cidade como essa, na fronteira com o Paraguai, com divisa de linha seca*, dispunha apenas de sete praças em seu destacamento policial, incluindo neste número um sargento e um cabo. Quanto as dimensões geográficas do Estado, Moreira de Barros salientou que as diligências policiais eram *sempre dispendiosas*, como se não bastassem as longas distâncias a serem vencidas, o transporte apresentava alto preço. Por isso mesmo elas acabavam sendo efetuadas, em sua maioria, para repressão de crimes já consumados. Ainda que, esses fatos dificultassem sobremaneira o trabalho policial, foram efetuadas *mais de 547 diligências policiais em todo o Estado para diversos fins*, sobressaindo-se as de *captura de criminosos* e aquelas destinadas à *feitura de inquéritos*.¹⁹

A Tabela 01, abaixo, apresenta as delegacias de polícia que mais instauraram inquéritos policiais, conforme a natureza dos crimes praticados.

Tabela 1- Delegacias que mais inquéritos instauraram - 1940.

Delegacias que mais inquéritos instauraram – 1940						
NATUREZA DOS CRIMES	Campo Grande	Ponta Porã	Bela Vista	Corumbá	Cuiabá	Total
Defloração	5	0	0	7	6	18
Homicídio	25	20	14	7	13	79
Lesão corporal	12	10	10	0	5	37
Tentativa de homicídio	5	0	7	5	0	17
Total Geral	47	30	31	19	24	151

Fonte: MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82.

¹⁸ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 06.

¹⁹ Ibidem, p. 07.

Do relatório da Chefatura de Polícia, de 1940, foi possível coligir a atuação da polícia nos serviços da Inspetoria Geral do Tráfego. Serviços que até 1940 só existiam em Cuiabá, passaram, neste mesmo ano, a contar com *duas Subinspetorias uma em Corumbá e outra em Campo Grande*. Para a execução dos *serviços do tráfego*, as cidades de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande passaram a contar com cinco inspetores, cada uma delas, para assim *fiscalizarem o trânsito de veículos em seus logradouros*, permitindo uma maior abrangência e *uma feição nova a esse serviço*.²⁰

Em 1948, ao que as evidências apontaram, o serviço de trânsito público em quase nada havia mudado. Este permanecia sob a responsabilidade de um Inspetor Geral de trânsito na Capital e na de subinspetores em Corumbá e Campo Grande. Para o Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, o *serviço recentemente criado*, ainda estava *a depender de aparelhamento para a desincumbência eficiente de sua missão, tendo já, entretanto, produzido algum resultado satisfatório, no curto espaço de tempo de sua organização*. Contudo, cabe esclarecer que, a Inspetoria Geral de Tráfego com a mesma estrutura organizacional já havia sido apresentado no Relatório da Chefatura de Polícia, em 1940. De tal maneira, que o serviço de tráfego não havia assim sido criado tão “recentemente”, como informou o Governador em sua mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em junho de 1948.²¹

Em suma, o que as evidências apontaram foi uma reorganização entre a Inspetoria Geral de Tráfego e a Guarda Civil como fez constar a ementa da Lei nº 60, de 22/10/1947, em que criou a *Inspetoria Geral do trânsito e da Guarda Civil*, resultando, ainda, em outras providências administrativas. A Inspetoria Geral passou a cuidar do trânsito, ao mesmo tempo em que incorporou a carreira da Guarda Civil, atendendo ao que preconizou a legislação em epígrafe.²²

A Chefatura de Polícia apresentou, também, neste relatório os feitos da Guarda Civil (GC). A Instituição foi criada pela Lei nº 634, de 3 de julho de 1913, no governo de Joaquim

²⁰ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 17.

²¹ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato-Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª Sessão ordinária de sua 1ª legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1948*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Relatórios.

²² MATO GROSSO. Arquivo Público. Lei nº 60, de 22/10/1947. *Cria a Inspetoria Geral do trânsito e da Guarda Civil, e dá outras providências*. Diário Oficial, 23/10/1947.

Augusto da Costa Marques, então Presidente do Estado de Matto-Grosso (*sic.*), com a finalidade de realizar o policiamento da Capital e, assim, *auxiliar a Polícia Militar na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas*. A GC ficou subordinada imediatamente ao Chefe de Polícia, e compunha-se de um Inspetor-geral, um Inspetor Ajudante e trinta guardas. A essa nova instituição, encarregada da manutenção da ordem e da segurança, foram destinados *uniformes, distintivos e armas* devidamente *designados pelo Governo*.²³

A Guarda Civil, que até 1939, contou com vinte e dois homens, em 1940 teve seu efetivo aumentado para quarenta e nove. Por conta deste novo efetivo foi possível dispor 11 guardas-civis na cidade de Corumbá e 16 na de Campo Grande, passando estas cidades a serem contempladas, conforme notou Moreira de Barros, *com esses preciosos e indispensáveis elementos de ordem*, permanecendo os demais guardas com seus serviços em Cuiabá. Os serviços prestados pela Guarda Civil foram considerados de grande relevância pela Chefatura de Polícia, tanto aqueles realizados em *terreno policial*, incluindo os internos e externos, como os em *diligências para localidades distantes*, o que, até então, eram realizados tão somente pelas praças de Polícia [Militar]. Entretanto, até então, a Guarda Civil não dispunha de um regulamento que norteasse *suas atribuições e deveres e esta lacuna* apresentava determinadas dificuldades *para a plena colimação dos seus objetivos*, conforme fez constar o relatório da Chefatura de Polícia, de 1940.²⁴

Ao que as evidências apontaram, apenas em 1946, aprovado pelo Decreto nº 226, de 02/02/1946, foi publicado o Regulamento à Guarda Civil do Estado e, neste, foi possível perceber que o efetivo desta instituição passou a contar com noventa e dois guardas dirigidos por um Guarda-Chefe. Em 1947, a Guarda Civil foi incorporada, junto com os serviços de tráfego à Inspetoria Geral de Trânsito e Guarda Civil subordinada à Chefatura de Polícia, no âmbito estadual, como registrado acima.²⁵

Um segundo relatório significativo, que revelou evidências sobre as forças policiais, no Estado de Mato Grosso, tratou-se do Relatório Anual de 1949 – encaminhado apenas em abril de 1950 - do Chefe de Polícia, Afrânio Fialho de Figueiredo (Capitão do Exército

²³ MATO GROSSO. Arquivo Público. Diário Oficial, de 3 de julho de 1913. *Lei nº 634, de 3 de julho de 1913*.

²⁴ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 21.

²⁵ MATO GROSSO. Arquivo Público. Diário Oficial, de 6/02/1946. *Decreto nº 226, de 2 de fevereiro de 1946*. Dá regulamento à Guarda Civil do Estado.

Nacional) foi apresentado ao Senhor Secretário do Interior, Justiça e Finanças, fornecendo mais aspectos sobre a organização da Inspetoria Geral do Trânsito e da Guarda Civil e suas atribuições. Informou Fialho de Figueiredo que, por conta *do crescimento vertiginoso do [...] progresso* no Estado de Mato Grosso, fazia-se necessário o aumento do efetivo de guardas-civis para atender o policiamento e os serviços de trânsito, com destaque às cidades de Cuiabá (Capital), Corumbá e Campo Grande, as três principais cidades do estado. Até porque o quadro de guardas-civis estava sendo complementado, face as necessidades de policiamento, por integrantes da Inspetoria de Trânsito. O emprego dos guardas-civis e inspetores de trânsito em *múltiplos serviços*, somado ao fato do *aumento de veículos quer de tração animada, quer de sistema motorizado*, impediam a obtenção de bons resultados.²⁶

O efetivo disponível da Guarda Civil apresentou-se distribuído entre as cidades de Cuiabá e Campo Grande com quarenta guardas cada uma e a de Corumbá com trinta guardas, mesmo com esse efetivo insuficiente, a GC foi empregada nos serviços de trânsito na Capital Cuiabá, Campo Grande e Corumbá. O aumento do seu efetivo era uma necessidade que se impunha, principalmente as realidades dessas três principais cidades que lutavam *com falta de homens para o referido serviço*. Sobretudo, o mesmo relatório consignou que a GC foi empregada, também, no policiamento da cidade, *auxiliada pelo Corpo de Investigadores*.²⁷

A GC que em 1913 foi criada para *auxiliar a Polícia Militar*²⁸ na *manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas*, em 1950, subordinada à Chefatura de Polícia, concorreu com a Polícia Militar na realização destes serviços. Entretanto, uma questão emerge nesta redefinição das atribuições da Guarda Civil e a manutenção daquelas da Polícia Militar; a possibilidade de ter nascido nesse momento uma das disputas de competências que emergiu e permaneceu entre as Polícia (Judiciária) Civil e a Polícia Militar.

O relatório de 1940 apontou o surgimento do quadro de agentes denominado de *Corpo de Segurança*, o qual ficou, assim como outras forças estaduais, subordinado à Chefatura de Polícia. Este Corpo, uma inovação sugerida pela Chefatura e aprovada pelo governo do estado, foi composto por quinze agentes de segurança, os quais se encontravam distribuídos pelos mais importantes municípios, conforme a disponibilidade e necessidade. Suas

²⁶ MATO GROSSO. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. *Relatório anual de 1949*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82^a, p. 08.

²⁷ Ibidem, p. 15-17.

²⁸ A força policial, em 1913, foi denominada de Força Pública embora, no mesmo ano, a lei que criou a Guarda Civil tenha feito referência a força policial de Polícia Militar.

atribuições destinavam-se *mais ao serviço de observação* (um tipo de serviço de levantamento de informações, uma investigação preventiva), se bem que foram empregados em todos os outros serviços de competência da Chefatura de Polícia. Ao que se pode depreender, estes estiveram afetos a levantamentos de informações para subsídios às ações de prevenção a criminalidade e, eventualmente à repressão (diligências e captura de criminosos).²⁹

As evidências coligidas do relatório de 1949 apontaram que, assim como ocorria com as demais instituições e quadros, o Corpo de Investigadores contou com um *reduzido número de 10 homens*, efetivo *suficiente para atender ao controle dos serviços que dele eram exigidos*. Havia a necessidade urgente de aumentar o número de pessoal do quadro para vinte homens, conforme registrado no mesmo relatório.³⁰

Do ponto de vista orçamentário e financeiro do Estado de Mato Grosso – compreendendo o período de 1945 a 1947 -, a despesa fixada para a Segurança Pública e Assistência Social mostrou-se proporcional entre as suas instituições. Contudo, a *despesa fixada*, quando analisada com a receita geral do Estado, apresentou significativo aumento daquela fixada em 1945 para a de 1946; passou-se de Cr\$ 3.710.612,90 para Cr\$ 5.758.955,50, ou seja, um aumento percentual de 55,20%. A população do Estado de Mato Grosso, de 1945 para 1946 teve um acréscimo de 1,95%; passando de 471.300 para 480.500 habitantes.³¹

Dentre as instituições que compuseram a Segurança Pública, a Guarda Civil ficou com um aumento em sua despesa de 161,63%. É possível que este fato deveu-se ao aumento de seu efetivo. A Tabela 02 apresenta as respectivas receitas do Estado e as despesas fixadas para as instituições da Segurança Pública e Assistência Social permite conhecer, em parte, a distribuição dos recursos públicos à estas instituições.³²

²⁹ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82, p. 22.

³⁰ MATO GROSSO. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. *Relatório anual de 1949*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82^a, p. 17.

³¹ MATO GROSSO. IBGE. *Situação demográfica. Estado de população. V- População estimada, do Brasil e das unidades da federação – 1940/1946*. Anuário Estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

³² MATO GROSSO. Arquivo Público. *Diário Oficial*. Decretos-lei que orçam a receita e fixam a despesa do Estado de nº 623, de 06/12/1944, nº 725, de 11/12/1945 e nº 826, de 28/12/1946, publicados respectivamente em 27/12/1944, 14/12/1945 e 31/12/1946.

Tabela 2- Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso (1945-1947)

Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso			
	1945	1946	1947
Receita Total	25.307.955,20	28.258.296,30	32.092.739,00
Designação da Despesa			
Segurança Pública e Assistência Social	3.710.612,90	5.758.955,50	5.997.715,50
Força Policial	2.731.632,90	4.334.575,50	4.368.575,50
Chefatura de Polícia	181.940,00	250.340,00	171.540,00
Delegacias de Polícia	218.960,00	344.640,00	507.200,00
Guarda Civil	184.000,00	481.400,00	511.400,00
Cadeias	98.840,00	159.800,00	196.600,00
Colônia Correcional de Palmeiras (CCP)	86.800,00	93.400,00	145.600,00
Guarda de Vigilância da CCP	18.000,00	0,00	0,00
Inspetoria de Tráfego	77.400,00	0,00	0,00
Serviço de Investigação	43.200,00	0,00	0,00
Instituto de Identificação e Serviço Médico Legal	69.840,00	94.800,00	96.800,00

Fonte: MATO GROSSO. Arquivo Público. *Diário Oficial*. Decretos-lei que orçam a receita e fixam a despesa do Estado de nº 623, de 06/12/1944, nº 725, de 11/12/1945 e nº 826, de 28/12/1946, publicados respectivamente em 27/12/1944, 14/12/1945 e 31/12/1946.

As evidências apontaram que com o término do Estado Novo, o orçamento destinado às instituições que atuavam na manutenção da ordem e da segurança pública, recebeu um aumento significativo, na ordem de 55%, como demonstrado acima. Restou saber, quais fatores teriam corroborado a esse aumento do orçamento da Segurança Pública e, ainda, se estiveram relacionados diretamente com o fim do Estado Novo. Questões que demandam um novo estudo.

Com o propósito de situar as despesas fixadas à Segurança Pública e Assistência Social entre as das Educação e Saúde Públicas, a Tabela seguinte apresenta os respectivos valores nos mesmos anos de 1945, 1946 e 1947.

Tabela 3- Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso, das Áreas da Segurança, Saúde e Educação Públicas (1945-1947).

Receita e Despesa do Estado de Mato Grosso			
Segurança, Saúde e Educação Públicas			
	1945	1946	1947
Receita Total	25.307.955,20	28.258.296,30	32.092.739,00
Designação da Despesa			
Segurança Pública e Assistência Social	3.710.612,90	5.758.955,50	5.997.715,50
Saúde Pública	2.247.620,00	2.724.500,00	2.296.180,00
Educação Pública	3.029.640,00	4.553.240,00	5.011.060,00

Fonte: MATO GROSSO. Arquivo Público. *Diário Oficial*. Decretos-lei que orçam a receita e fixam a despesa do Estado de nº 623, de 06/12/1944, nº 725, de 11/12/1945 e nº 826, de 28/12/1946, publicados respectivamente em 27/12/1944, 14/12/1945 e 31/12/1946.

As três áreas, Segurança Pública e Assistência Social, Saúde Pública e Educação Pública, apresentaram aumento progressivo no montante das despesas fixadas para o período, com os seguintes percentuais, respectivamente 61,64%, 2,16% e 65,40%. Do que se pode coligir desta Tabela 3, fazendo uso tão somente de uma análise superficial, o orçamento da Saúde Pública ficou praticamente estabilizado enquanto, os da Segurança Pública e Assistência Social e da Educação Pública apresentaram crescimento aproximado.

A propósito das forças policiais, a título de vencimentos, houve em 1945 uma relativa equivalência entre os integrantes das diferentes instituições responsáveis pela ordem e a segurança pública, conforme Tabela 4, abaixo.³³

³³ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Decreto-lei nº 623, de 06/12/1944. Orça a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso*. Diário Oficial, 27/12/1944.

Tabela 4- Vencimentos dos integrantes da Segurança Pública e Assistência Social do Estado de Mato Grosso -1945

Segurança Pública e Assistência Social – 1945	
Vencimentos	
	Cr\$
Guarda Civil	
Comandante da Guarda	350,00
Sub-comandante	300,00
Guarda	240,00
Cadeias	
Carcereiro da Capital	240,00
Carcereiro de Campo Grande e Corumbá	220,00
Carcereiro de Aquidauana, Três Lagoas e Cáceres	180,00
Carcereiro de outros municípios	100,00
Inspetoria de Tráfego	
Guarda Chefe	300,00
Guarda	240,00
Serviço de Investigação	
Agente	240,00
Força Policial³⁴	
Soldado	250,00

Fonte: MATO GROSSO. Arquivo Público. *Decreto-lei nº 623, de 06/12/1944. Orça a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso*. Diário Oficial, 27/12/1944 e MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Batalhão de Caçadores*. BI n.º 59, de 12/03/1945. Ver: Decreto-lei nº 648, de 09/03/1945.

A Tabela 04, acima, apresenta os vencimentos dos integrantes que compunham a base das respectivas instituições, da qual é possível deduzir essa correspondência de vencimentos entre os diferentes cargos. A título de exemplo, os cargos de guarda, carcereiro, agente e soldado.

Foi possível coligar, principalmente dos Relatórios da Chefatura de Polícia dos anos de 1940 e 1949, a composição de um quadro, ainda que com algumas lacunas, da organização das instituições que atuaram na manutenção da ordem e da segurança pública subordinadas à Chefatura de Polícia, nesta década de 1940.

³⁴ MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Batalhão de Caçadores*. BI n.º 59, de 12/03/1945. Cf. Decreto-lei nº 648, de 09/03/1945.

Contudo, agora, faz-se necessário conhecer em mais detalhes, a organização das forças policiais militares em Mato Grosso, instituições centrais nesta tese. Para tanto, o estudo respaldou-se nas legislações federal e estadual, bem como nas constituições estadual e federal. Neste primeiro momento, abordando-se a ótica institucional considerando as práticas administrativas levadas a efeito por seu Comandante Geral; as demandas permanentes por efetivos policiais; o fazer cotidiano do quartel; aspectos sobre a formação e instrução, bem como, a carreira e a ascensão profissional dos seus elementos; a disciplina rígida que sujeitou os oficiais e, mais acentuadamente, as praças e, por fim, as relações político-sociais constituídas junto à população e aos segmentos militares e civis.

A organização das forças policiais militares em Mato Grosso no período 1945 - 1947 encontrou-se sob a égide das seguintes constituições: a Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1935; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946 e, a Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1947. Corroboraram ainda, nesse período (1935-1947), à sua compreensão as legislações federais e estaduais. A fundamentação legal das forças policiais militares será discutida abaixo.

Em Mato Grosso, no final da década de trinta, precisamente em 1939, de acordo com Silva,³⁵ a Força Pública contava com um efetivo de 519 homens, dos quais 496 praças e 23 oficiais, para uma população no Estado de 403.390 habitantes.³⁶ No início do ano seguinte, a 5 de janeiro, pelo Decreto-Lei, nº 319, a então Força Pública passou a ser denominada Força Policial do Estado de Mato Grosso.³⁷ Em 31/12/1940, a Força Policial, teve seu efetivo fixado em 1016 homens, para o ano de 1941. O efetivo praticamente dobrou em relação ao ano anterior (519 homens), o que não significou que teve seus claros preenchidos de pronto, ou seja, fixar o efetivo é garantir a previsão de vagas a serem ocupadas à medida que o orçamento permita e haja decisão política favorável. Contudo, o novo efetivo ficou assim distribuído nas respectivas unidades: Comando Geral (33); 1º Batalhão (412); 2º Batalhão (384); Batalhão de Sapadores Mineiros (Primeira Companhia) (150) e um Pelotão de

³⁵ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 94.

³⁶ BRASIL. IBGE. Situação Demográfica. Estado da População. III – População absoluta e relativa do Brasil, das suas unidades federadas e dos municípios das respectivas capitais, calculada para 31 de dezembro – 1937/1939. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>, acesso em 30/10/2012.

³⁷ MATO GROSSO. *Gazeta Oficial*. Decreto-lei nº 319, de 05/01/1940. A nova denominação “Força Policial” foi uma determinação do Governo Federal, como fez constar o decreto-lei em referência: “Tendo em vista o Aviso nº 638, de 15 de dezembro de 1939, no qual o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, comunica a este Governo que o Exmo. Sr. Presidente da República, aprovando o projeto de fixação da Força Pública do Estado, para o exercício de 1940, determinou que ela passasse a denominar-se FORÇA POLICIAL”.

Cavalaria (37), totalizando os 1016 homens previstos. Este decreto ao fixar o efetivo da Força Policial, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1941, sobretudo definiu sua estrutura organizacional compreendendo o Comando Geral, Batalhão de Sapadores (1ª Companhia), Pelotão de Cavalaria e os 1º e 2º Batalhões de Caçadores (Anexos A, B, C e D).³⁸

Ainda sob o regime do Estado Novo, a Força Policial de Mato Grosso seguiu com sua missão e, conforme destacou Silva, gozando no período de 1942 a 1945 de *relativa calma no seio das corporações policiais do Estado*. Especialmente, por ter havido um interesse maior *no campo da instrução e na manutenção da ordem pública, não obstante a violência da 2ª Grande Guerra*, ter incendiado *todos os recantos do velho mundo*, além de ter contado *com a participação do Brasil tendo a Força Expedicionária engajada no conflito de 1944*.³⁹

Em 1945 teve fim o Estado Novo e, em dezembro do mesmo ano, foram realizadas novas eleições para Presidente da República e, para deputados e senadores os quais compuseram a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, com a missão de elaborarem a nova carta do país consubstanciada por princípios democráticos, tão aclamados pelos constituintes, ao final daquele regime autoritário e centralizador. A Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se de primeiro de fevereiro até dezoito de setembro de 1946. Das temáticas discutidas, a da manutenção da Ordem (Política e Social) e Segurança Pública no país esteve em debate em um número significativo de sessões, pois no entendimento dos constituintes a atuação das forças policiais no país foi caracterizada por práticas violentas, particularmente as ocorridas na Capital do país, Rio de Janeiro.

Nesta perspectiva, a atuação das forças policiais apresentou-se no centro dos debates dos constituintes de 1946, ao mesmo tempo que integrava uma rede complexa de interesses políticos, econômicos e sociais, disputas de poder, violências, arbitrariedades, ordem social e proteção da população. As forças policiais construíam relações, vínculos com os demais protagonistas da história brasileira e mato-grossense, influenciando-os e sendo influenciada, até porque, de acordo com Bloch, *numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações*

³⁸ MATO GROSSO. Diário Oficial. *Decreto-lei nº 382, de 31/12/1940*. Define a constituição das unidades e fixa o efetivo da Força Policial do Estado para 1941. Publicado em 14/01/1941.

³⁹ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 99.

*mais elementares e mais sutis da mentalidade.*⁴⁰ As forças policiais constituíram-se parte desta sociedade ao mesmo tempo em que influenciaram, foram influenciadas pelo todo.

Ao problematizar a atuação das forças policiais, duas vertentes se apresentaram. A primeira de ordem institucional contemplando suas relações com a política e com o poder; sua organização institucional; a sobrevivência da tropa e as questões relacionadas à alimentação, ao fardamento e ao pessoal civil e, por fim, a disciplina (policial) militar. A segunda vertente, a de ordem e segurança pública: a intervenção das forças policiais em Mato Grosso; sua atuação enquanto tropa de prevenção e/ou repressão; a previsão dos seus estatutos, leis e regulamentos quanto a sua função de manutenção da ordem e da segurança pública; sua atuação nos comícios; manifestações grevistas, a interação cotidiana com a população e seus costumes.

1.1.Sob a ótica Institucional

Em janeiro de 1945 [último ano do Estado Novo] estava Comandante Geral da Força Policial⁴¹ o Tenente-Coronel Crescêncio Monteiro da Silva⁴², Capitão do Exército Nacional, comissionado à função, em 19 de janeiro de 1944,⁴³ ocasião em que substituiu o Coronel Máximo Levy⁴⁴. Sua nomeação obedeceu a Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936 que estava em vigor, a qual determinava que os Comandos das Polícias Militares (Forças Policiais Militares Estaduais) fossem designados, *em comissão, a oficiais superiores e capitães do serviço ativo do Exército, ou a oficiais superiores das próprias corporações, uns e outros possuidores do Curso da Escola de Armas do Exército ou da própria Corporação*. Assegurou ainda que, em se tratando de oficial do Exército, a nomeação se daria *comissionado no posto*

⁴⁰ BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, prefácio, Jacques Le Goff, apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz, tradução André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 152.

⁴¹ BI n.º 01, de 02/01/1945.

⁴² Crescêncio Monteiro da Silva foi Capitão de Infantaria do Exército e comandou a Força Policial nos períodos de 06 a 16/01/1940; de 13/02 a 23/04 de 1941 e de 01/01/1944 a 07/03/1946. Ver SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 223

⁴³ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 101.

⁴⁴ Máximo Levi foi Capitão de Infantaria do Exército comandou a Força Pública e a Força Policial nos períodos de 23/03/1938 a 5/01/1940; de 17/01 a 12/02/1940; e de 23/04 a 31/12/1943. Ver SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 223.

mais elevado da mesma Força; à época, o de Tenente-Coronel, conforme determinava a lei em epígrafe.⁴⁵

Sob seu comando estiveram 744 homens,⁴⁶ dos quais, 42 eram oficiais e 702 praças, um efetivo aquém do já fixado para 1016 homens, em 1941 como dito alhures.⁴⁷ Entretanto, foi com esse efetivo que o Comandante Geral trabalhou atendendo as mais diferentes necessidades de serviços, quer de ordem interna na administração das unidades policiais militares, quer de ordem externa no atendimento às demandas da população quanto às questões de ordem e segurança pública e, ainda, às das autoridades do Estado de Mato Grosso, em suas mais variadas solicitações. Para tanto, o Comandante Geral contou, no início deste ano, com oficiais e praças que compuseram o Estado Maior da Força Policial no auxílio à administração e comando da instituição. Dentre os oficiais: o Major Arnaldo de Matos Cabral, como Assistente do Governo; o Major Dr. Antônio de Cerqueira Pereira Leite, Chefe do Serviço de Saúde; o 1º Tenente João Gutemberg Alves Ferreira, Ajudante do Comando Geral; o 2º Tenente Antônio Pinto de Castro, Secretário do Comando Geral e o 1º Tenente Aluizio Rondon, Chefe do Serviço de Identificação. Permaneceram nas funções de Contador Geral o 1º Tenente Joaquim Corrêa da Silva e como Almoxarife Geral o 2º Tenente Mamedes Viegas de Carvalho. Enquanto auxiliares desses oficiais as praças: Subtenente Bernardo Markowski; os Primeiros-Sargentos João José do Espírito Santo e José Leite da Cunha Matos; os Segundos-Sargentos Emílio Albernaz Polzin e Antônio Gerônimo de Figueiredo; e o 3º Sargento Vicente de Oliveira Bastos, conforme constou em BI.⁴⁸

Face aos desafios encontrados pelos Comandantes Gerais das forças policiais, estes puderam contar com o apoio administrativo de quase toda a oficialidade, para tanto, ao que as evidências apontaram, com destaque, foram publicadas em boletins várias designações de oficiais para comporem comissões. Outro auxílio administrativo com o qual os Comandantes Gerais puderam contar foi com o Conselho Administrativo Único (CAU), este, destinado a averiguação da prestação de contas de todas as unidades da força.

Os Comandantes Gerais da Força Policial fizeram uso frequente da designação de comissões de oficiais para a execução de atividades específicas de apoio à sua administração e comando, a designação destas, sua composição e finalidade foram publicadas em Boletins

⁴⁵ BRASIL. *Lei N. 192 -17 de Janeiro de 1936*. Art. 6º, §1º. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército.

⁴⁶ O efetivo policial teve um acréscimo de 43,35% nos últimos cinco anos (1939-1944).

⁴⁷ BI n.º 21, de 25/01/1945.

⁴⁸ BI n.º 01, de 02/01/1945.

Internos da Força Policial. As comissões quase sempre foram compostas por oficiais com as mais diversas finalidades, dentre as quais as de receber, conferir, examinar, despachar praticamente todo tipo de material e documento, medicamentos, armamentos, fardamento e outros julgados necessários às unidades da Força Policial, localizadas na Capital e no interior do estado. Fato com o qual se permitiu conhecer evidências das características e práticas da administração e comando da Força Policial.

Certa feita, o Comandante Geral, o Cel. João Luiz Pereira Neto,⁴⁹ constituiu uma comissão, composta pelos oficiais Major Joaquim Correa da Silva, Capitão João Gutemberg Alves Ferreira e o 2º Tenente André Bastos Jorge, apenas para receber um mimeógrafo.⁵⁰ Outras comissões foram designadas para constituírem, por exemplo, bancas examinadoras para os exames do ano letivo da Escola Regimental. Em uma dessas, foram nomeados os Segundos-Tenentes Mamede Viegas de Carvalho e Antônio Pinto de Castro, sob a presidência do Capitão Diretor da Escola Regimental da Força Policial.⁵¹ Outro tipo de comissão foi a de representação da Força Policial em eventos, como foram designados os Capitães Joaquim Corrêa da Silva, Luiz de Carvalho e o 1º Ten. Mamedes Viegas de Carvalho para, em comissão, representarem a Força Policial na posse do Sr. Dr. Leônidas Pereira Mendes, ao cargo de Secretário-geral do Estado, em 22/03/1946.⁵²

As comissões constituíram-se instrumentos de apoio à administração também ao Governo do Estado. Em janeiro de 1946, o Interventor Federal Olegário Moreira Barros nomeou uma comissão com a finalidade de estudar as solicitações apresentadas por servidores públicos civis e militares do Estado, *aposentados pelo artigo 177, da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, que requereram a sua reversão ao serviço ativo*. Foram designados, para esta comissão, o Desembargador Albano Antunes de Oliveira, vice-presidente do Tribunal de Apelação do Estado, o Ten. Cel. Crescêncio Monteiro da Silva, Comandante Geral da Força Policial do Estado e o Dr. Antônio de Arruda, Procurador-Geral do Estado.⁵³

Por fim, uma das comissões teve uma finalidade um tanto inusitada, entretanto, ao que a evidência apontou, tratou-se de um costume da instituição. Presidida pelo próprio Comandante Geral (Cel. João Luiz Pereira Neto), este nomeou o Major Joaquim Correa da

⁴⁹ O Coronel João Luiz Pereira Neto assumiu o Comando da Força Policial em 11/05/1946. Cf. MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 107, de 11/05/1946.

⁵⁰ BI n.º 200, de 03/09/1946.

⁵¹ BI n.º 251, de 03/11/1945.

⁵² BI n.º 68, de 22/03/1946.

⁵³ BI n.º 5, de 07/01/1946.

Silva (Comandante do Batalhão de Caçadores) e o Capitão João Gutemberg Alves Ferreira (Ajudante do Comando Geral) para assistirem *ao lançamento à água do Rio Cuiabá dos armamentos apreendidos*.⁵⁴ No BI do dia seguinte a esse evento (14/06/1946) publicou-se a Transcrição do Termo, no qual se pode conhecer a origem da apreensão e o tipo de armamento, bem como o motivo daqueles terem sido lançados ao rio. O Termo consignou do seguinte:

*Dando início aos trabalhos, a comissão constatou a existência de um revólver calibre 32, longo, niquelado, uma garrucha curta, um punhal com bainha e uma navalha. Tudo estava em mau estado de conservação, tendo sido pela comissão julgados inservíveis para fins e uso militar, os quais foram perante a referida comissão atirados no poço do Rio Cuiabá.*⁵⁵

O armamento apreendido, a que se referiu o Termo, foi considerado inservível e, por esse fato, foi descartado nas águas do Rio Cuiabá, mais precisamente em um dos poços existentes em seu leito, sugerindo a experiência dessa prática o conhecimento da população sobre a completa impossibilidade daquele ser recuperado.

A emergência desta evidência revelou um aspecto peculiar dos costumes da instituição, mas também pertencente a vida social local, encontrando aí, nas palavras de Thompson, *realização e expressão*.⁵⁶ Que destino tomaria o armamento apreendido se o Rio lá não estivesse?

Noto que a designação de comissões com finalidades diversas, constituídas por oficiais, foi uma prática policial, sob a ótica administrativa, comumente empregada pelo Comandante Geral e, considerando que essas foram, quase sempre, constituídas pelos mesmos oficiais, esse costume contribuiu para compensar e tornar mais flexível o emprego do efetivo insuficiente da Força Policial, nas suas mais diversas atribuições.

Assim como as comissões o Conselho Administrativo Único (CAU) auxiliou o Comandante Geral na administração e no comando da instituição. O CAU se reunia uma vez ao mês para analisar e julgar os balancetes das unidades da Força Policial, para constar, foram lavradas atas e, por sua vez, publicadas nos BIs. A primeira Ata publicada em janeiro de 1945 examinou e julgou os balancetes das seguintes unidades da Força Policial: Contadoria Geral;

⁵⁴ BI n.º 133, de 13/06/1946.

⁵⁵ BI n.º 134, de 14/06/1946.

⁵⁶ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009, p. 234.

Enfermaria Regimental; 3ª Companhia de Fuzileiros; Companhia de Sapadores Mineiros; Serviço de Aprovisionamento e deste, referente a forragens, ferragens e curativos dos animais. Além de examinar e julgar os balancetes das unidades, esporadicamente reunia-se o CAU para decidir sobre os pedidos *de majoração de preços de confecção de uniformes e de cortes de cabelo e barba*, apresentados na forma de requerimentos pelas costureiras e barbeiros que prestavam seus serviços na Força Policial. A propósito destes servidores civis, estes eram matriculados mediante a apresentação de um fiador - que, na maioria das vezes, incidiu em oficial da corporação -, diretamente ao Comando Geral, e em havendo concordância, este determinava os devidos procedimentos administrativos no sentido de serem incluídos na instituição. Nesta ata, os requerimentos foram atendidos e os preços da confecção de uniformes foram majorados; *o uniforme para cabos e soldados, de brim mescla*, incluindo calça e camisa, passou a custar Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), já os preços dos cortes de cabelo e barba, passaram para Cr\$ 1,50 e Cr\$ 0,90, respectivamente, num ano em que o salário de um soldado combatente foi de Cr\$ 180,00.⁵⁷

Ainda, quanto aos uniformes confeccionados pelas costureiras, vale ressaltar que estes tinham sua duração estipulada em Termo de Duração, documento transcrito e publicado em BI. A propósito, o tempo de duração para camisas, túnica e culotes aqui foi de quatro meses, para essas peças.⁵⁸

Outra iniciativa, que de forma indireta, contribuiu à administração da Força foi a criação da Caixa de Previdência e Assistência da Força Policial (CPA) do Estado de Mato Grosso. Criada em 5 de julho de 1945, pelo Decreto-lei nº 673 foi destinada aos oficiais e praças da Força Policial com os objetivos de assegurar pecúlio à família do policial; conceder empréstimos em dinheiro aos seus contribuintes e promover assistência médica, farmacêutica e dentária ao policial, esposa e filhos menores. Quando da transcrição do decreto em BI, que criou a CPA, o Comandante Geral nomeou os Subcomandante do Batalhão de Caçadores e o Contador Geral da Força para exercerem, respectivamente, as funções dos cargos de Diretor e Encarregado de Fundos, da Caixa de Previdência e Assistência da Força Policial de Mato Grosso. Entretanto, o referido decreto definiu que ao Diretor da Caixa competiria ser, *perante*

⁵⁷ BI n.º 132, de 12/06/1945.

⁵⁸ BI n.º 174, de 01/08/1945.

*o Comando Geral da Força Policial, o principal e único responsável pelo bom funcionamento da CPA.*⁵⁹

Dois meses após ter sido criada a CPA, a 05/09/45 no aniversário dos cento e dez anos da Força Policial, aquela seria lembrada em BI, como um grande auxílio aos elementos da Força Policial: uma conquista.

Ainda, pertinente ao aniversário da corporação, o Comandante Geral Interino lembrou a criação do Corpo de Polícia com a denominação de *Homens do Mato*, em 05 de setembro de 1835. Esta foi a primeira denominação da força policial militar de Mato Grosso, constante do *Decreto de 3 de Setembro de 1835*, por proposta da Câmara Municipal de Cuiabá. Assim, que foi criada a força policial militar, *Homens do Mato*, seu efetivo foi *distribuído pelos Distritos do Município, onde determinava o Governo Provincial*. O Comandante Geral Interino destacou as conquistas obtidas pela Força Policial de Mato Grosso, ao longo de sua trajetória institucional, igualando-as às suas *coirmãs do país, a fim de melhor atender as necessidades do pessoal e dos diversos serviços*. Ao finalizar, apartou o trabalho de oficiais e praças no cumprimento da lei, e afirmou que

*Nas diversas situações de Políticas e revoluções civis, esteve sempre esta Força Policial, às ordens das Autoridades legais, firme no cumprimento do dever, sem vacilar e cheia de si, por ver sua missão bem defendida pelos bravos oficiais e praças, que sem modéstia, têm garantido o cumprimento da Lei, a segurança das instituições e exercícios dos Poderes Constituídos.*⁶⁰

Assinou a mensagem, pela passagem dos cento e dez anos da criação da corporação policial o Capitão Benedito de Paula Correa, Comandante Geral Interino.

Entretanto, nem tudo foram conquistas e um dos desafios enfrentados pelo comando das forças policiais foi administrar, como coligido das evidências, a necessidade permanente, do aumento do efetivo da Força Policial, quer de civis, quer de policiais. A demanda por civis concentrou-se nos serviços de estradas sob a competência da Companhia de Sapadores Mineiros (CSM), uma parte menor nos serviços de apoio à instituição, como nas funções de

⁵⁹ BI n.º 159, de 14/07/1945.

⁶⁰ BI n.º 203, de 5/09/1945.

costureira, alfaiate, barbeiro, carpinteiro e, ainda, no apoio à instrução, com a contratação de professores para a Escola Regimental.

As contratações de civis com o propósito de servirem a CSM foram vinculadas aos serviços de estradas e pontes, que por conta da especificidade desses serviços, aquelas eram sazonais. Em abril de 1945, pelo Comando da CSM foram contratados para o serviço de estrada, por aquela Cia, os civis Manoel Nemezio da Cunha e Panfilo Teixeira, *ambos enquanto bem servirem*, destacou a publicação em BI.⁶¹

Entretanto, essas contratações foram insuficientes e, ao que foi possível apontar, a razão se deu por falta de candidatos para trabalharem na CSM, fato que obrigou o Capitão Comandante da Cia. solicitar ao Comandante Geral da Força Policial a abertura de edital para o preenchimento de mais vagas. Da solicitação, publicou-se no BI, o seguinte:

*O Cap. Cmt. da Cia. de Sapadores Mineiros em parte n. 32, de hoje [02/06/1945] solicitando providências a fim de ser público no órgão "O Estado de Mato Grosso" um edital de chamada a civis que queiram trabalhar naquela subunidade. - Solicite-se publicação pela imprensa oficial.*⁶²

Embora não tenha sido possível encontrar evidências se as novas contratações foram ou não resultado do edital solicitado pelo comandante da CSM, em 19/07/1945 o BI publicou terem sido incluídos naquela Cia., *como contratados para os serviços de estrada, enquanto bem servirem*, três civis; dois deles, a contar do dia 8, foram destacados em Águas Quentes e, o terceiro, a contar do dia 16, foi destacado no acampamento de Tarumã.⁶³

Em agosto do mesmo ano mais dois civis foram *incluídos no rol dos contratados* da CSM, ambos para atenderem a demanda dos serviços de estradas. Embora, no mesmo BI tenha sido excluído um civil, da mesma unidade. As evidências revelaram que as exclusões de civis do efetivo da Força Policial se deram por término de contrato.⁶⁴

Os BIs, de 31/10/1945 e o de 03/11/1945 registram a inclusão e exclusão de civis para a CSM; o primeiro publicou uma inclusão e uma exclusão; o segundo, duas inclusões e duas

⁶¹ BI n.º 85, de 14/04/1945.

⁶² BI n.º 125, de 2/06/1945.

⁶³ BI n.º 163, de 19/07/1945.

⁶⁴ BI n.º 180, de 08/08/1945.

exclusões. A propósito, um dos civis incluídos em novembro teve seus vencimentos equiparados aos de 1º Sargento, evidência que sugere ter sido este contratado possuidor de maiores habilidades. Outros, a exemplo da inclusão em abril do ano seguinte, foram incluídos *com os vencimentos e diárias de um soldado*, sendo estes *considerados no serviço de obras do quartel*.⁶⁵

As inclusões prosseguiram e, ainda em novembro do mesmo ano foram incluídos *no rol dos contratados da Cia. de Sapadores Mineiros, para o serviço de estrada* mais dois civis, ambos seguiram para o acampamento de Boa Vista do Machado, onde parte da CSM encontrava-se em serviço.⁶⁶

No dia primeiro de dezembro mais uma alteração do efetivo da CSM; foram contratados cinco civis e, no mesmo BI, foram excluídos, do rol dos contratados, quatro civis. O ano de 1945 terminou com a exclusão de mais cinco civis, em 31 de dezembro.

Nessa movimentação de inclusões e exclusões de civis contratados para os serviços de estradas e pontes, à disposição da Companhia de Sapadores Mineiros, foram incluídos 17 e excluídos 13, resultando a permanência de 5, além dos que já se encontravam na companhia. As publicações em BI, da Força Policial, sobre essas exclusões omitiram as razões pelas quais as mesmas se deram. Entretanto, as evidências sugerem, como já anotado, terem ocorrido por término dos respectivos contratos, entre a Força Policial e os civis, conjugado a falta de interesse da permanência destes, por parte da instituição e, ainda, por término dos serviços.

Além desses civis contratados para o serviço de estradas e pontes, para servirem na CSM, outros foram contratados para o serviço de lavoura no Destacamento Policial de Águas Quentes, conforme fez público o BI, em abril de 1947; *seja incluído no rol de contratados para o serviço de lavoura de Águas Quentes, a contar de 5 do corrente, o civil Alexandre José dos Santos*.⁶⁷ A lavoura, de Águas Quentes, revelou-se de uma importância significativa para a subsistência da tropa, corroborando ao fornecimento de gêneros de primeira necessidade ao rancho, na alimentação ao pessoal de serviço. As questões referentes ao trabalho na lavoura serão tratadas adiante.

A Escola Regimental (ER) da Força Policial foi outra unidade policial que preencheu parte de seus quadros com o pessoal civil. As contratações foram vinculadas a realização de

⁶⁵ BI n.º 91, de 22/04/1946.

⁶⁶ BI n.º 260, de 14/11/1945.

⁶⁷ BI n.º 97, de 29/04/1947.

cursos ofertados pela escola. Em maio de 1945 foi nomeado, de acordo com o art. 15, nº IV, do decreto-lei nº 410, de 28 de outubro de 1941, o senhor Wilson Ferreira Gomes, para *exercer, interinamente, o cargo de professor da Escola Regimental da Força Policial*.⁶⁸ Três dias depois, foi nomeado o cidadão Rafael Arcangelo de Arruda, para também *exercer, interinamente, o cargo de professor adjunto da Escola Regimental*. Em julho de 1945 outro professor foi designado para prestar seus serviços na ER, o decreto do Interventor Federal no Estado, apresentou o *Professor Rubens Paes de Barros, da Escola rural mista, de Chacororé, Município de Leverger*.⁶⁹

Além das demandas por efetivo de civis, a Força Policial apresentou outras de interesse de toda a tropa; as de costureiras, encarregadas da confecção dos uniformes. O processo de inclusão das costureiras na Força Policial foi afiançado, na maioria das vezes, por oficiais da própria instituição. A costureira Tarcila Borges Quida, em requerimento ao Comandante Geral, solicitou sua inclusão como costureira e, para tanto, apresentou como seu fiador o 2º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho.⁷⁰ Outras vezes, as costureiras foram afiançadas por civis, como o fez a senhora Ermelina Francisca de Arruda, em requerimento de junho de 1945, *solicitando sua inclusão como costureira* da Força, para tanto, apresentou como seu fiador o Sr. Cantídio Peres. Nesta solicitação ao Comandante Geral, este despachou favorável e deferindo de acordo com a informação prestada.⁷¹ Em agosto do mesmo ano, duas outras costureiras solicitaram suas inclusões. Entretanto, desta feita, o Comandante Geral despachou ao Ten. Almojarife para informar a respeito das solicitações, supostamente para que o oficial informasse sobre a necessidade das contratações.

A maioria das contratações de civis, como as vistas acima, teve como destino à CSM na execução de serviços de estradas e pontes na Capital e no interior do Estado de Mato Grosso. As publicações em BI revelaram não apenas inclusões e exclusões de civis, mas, com frequência a movimentação de oficiais, praças e funcionários civis entre os diferentes locais nos quais a Companhia de Sapadores Mineiros manteve frente de trabalho. Pois, à medida que os trabalhos fossem concluídos, levantava-se acampamento e todo o efetivo – civis e policiais – seguia para o trecho seguinte ou, para nova missão.

⁶⁸ BI n.º 102, de 04/05/1945.

⁶⁹ BI n.º 151, de 05/07/1945.

⁷⁰ BI n.º 51, de 01/03/1946.

⁷¹ BI n.º 151, de 05/07/1945.

Entretanto, mais significativa que a demanda por civis à Força Policial foi a demanda por policiais com o propósito de atender as ampliações dos destacamentos policiais existentes e, principalmente, a criação de novos destacamentos no interior do estado.

Todas as solicitações apresentadas sobre o aumento de efetivo – quer por conta da ampliação do efetivo de destacamentos, quer por conta da criação de novos destacamentos – foram apresentadas pelas próprias autoridades políticas e policiais. Na sua grande maioria as solicitações chegaram ao Comandante Geral da Força Policial, por intermédio do Chefe de Polícia do Estado, até porque, parte dessas solicitações teve origem com os delegados e subdelegados de polícia nas localidades nas quais se pretendiam a ampliação do efetivo ou a criação de um novo destacamento. Nenhuma evidência foi localizada que apontasse a demanda por policiais que tivesse sido solicitada pela população local. Por outro lado, é possível que as demandas apresentadas, principalmente, pelas autoridades locais, tenham sido motivadas pela população. Até porque, conforme notou Ginzburg, *a evidência não é tomada como um documento histórico em si, mas um medium transparente - como uma janela aberta que nos dá acesso direto à realidade*. Em outras palavras, a evidência não traduz diretamente a realidade; permite acesso.⁷²

Parte das solicitações chegou ao Comandante Geral vinda do Secretário do Interior, Justiça e Finanças (a quem subordinava-se o Comandante Geral) e, ainda, do Secretário-geral de Governo. Dessa tramitação foi possível inferir a legitimidade da autoridade conferida ao Comandante Geral, enquanto parte de um poder político local. Pois, todas as solicitações de ampliação ou criação de destacamentos policiais foram devidamente instruídas de análises realizadas por oficiais da instituição, mesmo naquelas situações em que a autoridade signatária foi hierarquicamente superior ao Comandante Geral. O despacho deste obedeceu uma praxe que determinava que se tomassem as providências necessárias no sentido de serem criados ou ampliados os destacamentos policiais.

Alguns exemplos dessas solicitações corroboraram à compreensão da dinâmica sobre as solicitações por aumento de efetivo policial, nas mais diferentes localidades do estado.

No ano de 1945, a primeira solicitação de criação de destacamento foi feita pelo Chefe de Polícia do Estado, visando atender a população da cidade de Araguaiana. Nesta, o Comandante Geral curiosamente despachou de forma um tanto “codificada”, o despacho

⁷² GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011, p. 347.

determinou que se encaminhasse a solicitação à Secretaria Geral de Estado, *com a informação nº. 2 deste Comando*.⁷³ Em março, foi a vez do Delegado de Polícia de Poxoréo, solicitar a *criação de um destacamento policial de Raizinha*. Esta foi encaminhada ao senhor Ten. Cel. Secretário Geral Interino.⁷⁴ Em maio do mesmo ano, o subdelegado de Polícia do distrito de Torixoréu solicitou a criação de um destacamento policial naquele distrito. Devidamente informado retornou-se à Secretaria Geral do Estado. Embora *devidamente informado* deixou de mencionar qual foi a informação prestada.⁷⁵ A solicitação de criação deste destacamento policial foi novamente apresentada (seis meses após a primeira), sendo nesta oportunidade feita por intermédio do Chefe de Polícia do Estado. Este limitou-se a encaminhar o telegrama no qual o subdelegado de Polícia, do distrito de Torixoréu, município de Guiratinga, solicitou a criação de *um Destacamento Policial naquela localidade*. Desta feita, o Comandante Geral despachou para que a Casa de Ordens do Batalhão de Caçadores informasse a respeito.⁷⁶

Em fevereiro de 1946, o Secretário-geral de Estado encaminhou ao Cmt. Gr. ofício do Chefe de Polícia, juntamente com o telegrama do Delegado de Polícia de Aparecida do Taboado no qual este pediu a criação de um subdestacamento naquele distrito. O Comandante Geral despachou ao Comandante da 3ª Cia. *para informar com urgência da possibilidade de criação* do referido subdestacamento.⁷⁷ Esta solicitação foi reiterada pelo Chefe de Polícia do Estado, *em ofício nº 1000, de 25 de fevereiro*, vinte dias após o primeiro, e recebeu o seguinte despacho do Cmt. Gr.: *atendido. Devidamente informado devolva-se o respectivo processo à Secretaria Geral do Estado*.⁷⁸ Esta evidência sugeriu que a referida solicitação, a da criação de um subdestacamento em Aparecida do Taboado, foi atendida. Entretanto, em dezembro de 1946, a Secretaria de Interior, Justiça e Finanças remeteu à Força Policial a fim de ser informado sobre o telegrama nº 7 da Coletoria de Paranaíba pelo qual, esta solicitava *a criação de um subdestacamento policial em Aparecida do Taboado*. O documento recebeu o despacho no sentido de que o Comandante do Batalhão de Caçadores informasse *da possibilidade da instituição e manutenção de um destacamento em Aparecida do Taboado*. Este último despacho do Cmt. Gr. esclareceu que, até então, o referido destacamento estava

⁷³ BI n.º 28, de 02/02/1945.

⁷⁴ BI n.º 50, de 01/03/1945.

⁷⁵ BI n.º 115, de 21/05/1945.

⁷⁶ BI n.º 16, de 19/01/1946.

⁷⁷ BI n.º 38, de 14/02/1946.

⁷⁸ BI n.º 61, de 14/03/1946.

por ser criado. As publicações seguintes não registraram evidências nas quais apontassem se o subdestacamento (ou destacamento) em questão fora criado.⁷⁹

A instalação de destacamentos policiais foi solicitada, inclusive, por *abaixo-assinado em que autoridades policial, judiciária e municipal do distrito de Água Clara*, município de Três Lagoas, reivindicaram para aquela localidade, ao Chefe de Polícia do Estado, este a encaminhou ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças e, este, por sua vez, ao Comandante Geral, *a fim de ser informado e dizer sobre a possibilidade* de se atender a referida solicitação. O documento foi despachado ao Cmt. do BC, *para informar*, sem contudo se obter evidências da criação do destacamento solicitado.⁸⁰

Estas evidências, sobre solicitações de criação de destacamentos policiais, permitiram revelar duas características da realidade experimentada pela Força Policial; a primeira, a necessidade de maior efetivo nas mais diferentes localidades do Estado; a segunda, apesar da necessidade, o trâmite burocrático – entre encaminhamentos, despachos, informações e pareceres - que perpassava as instâncias da técnica e da política.

No ano de 1947, o Chefe de Polícia do Estado solicitou ao Cmt. Gr. providências no sentido de serem *criados novos destacamentos policiais para os distritos de Alto Garças, Ponte Branca e Itiquira*, todos no município de Alto Araguaia.⁸¹ Outra solicitação foi a de um destacamento policial para a cidade de Porto Murtinho, desta feita pelo Chefe de Polícia do município, por meio de telegrama.⁸² Ambas as solicitações receberam do Comandante Geral despacho padrão: *ao Cmt. do BC para informar*. Supostamente, esta informação deveria conter registros de ocorrências policiais naquelas localidades, efetivo disponível em outras unidades policiais que, momentaneamente pudessem atender a solicitação e, ainda, a logística necessária para proporcionar o suporte mínimo ao funcionamento da nova instalação.

As solicitações de ampliação do efetivo de destacamentos policiais, assim, como as solicitações por criação de novos destacamentos guardaram em si as mesmas especificidades; as de terem sido solicitadas pelas próprias autoridades políticas e policiais. Fato que não exclui terem sido estas autoridades motivadas por parte da população local.

⁷⁹ BI n.º 291, de 26/12/1946.

⁸⁰ BI n.º 193, de 26/08/1946.

⁸¹ BI n.º 143, de 27/06/1947.

⁸² BI n.º 144, de 28/06/1947.

Em abril de 1945, o Prefeito Municipal de Aquidauana solicitou *o aumento do efetivo do pessoal destacado naquela cidade, para criar um subdestacamento em Piraputangas*. Este processo, com o despacho *devidamente informado*, retornou à Secretaria Geral do Estado sem, contudo, saber-se se o pleito foi ou não atendido, naquela oportunidade.⁸³

Em algumas das solicitações por aumento de efetivos policiais – quer por ampliação, quer pela criação de destacamentos policiais –, o Comandante Geral dividiu a responsabilidade com seus comandados imediatos a respeito do atendimento à estas demandas. Resultando daí duas situações: a primeira, a de que o Comandante Geral tinha competência para fazê-lo; a segunda, a de que a condição técnica – a possibilidade concreta – ao atendimento era levada em conta, para subsidiar a decisão do comandante, naturalmente.

Em outubro de 1945, o Chefe de Polícia do Estado, em ofício do dia 17, solicitou, a fim de *atender ao pedido* do Sr. Prefeito e Delegado de Polícia do município de Guiratinga, *providências no sentido de serem enviados para o destacamento daquela cidade duas praças* [mais duas praças]. O Cmt. Gr. buscou saber as condições atuais do efetivo para, então, subsidiar sua decisão, assim, despachou *ao ajudante para informar quantas praças* possuía o destacamento de Guiratinga.⁸⁴

Em novembro do mesmo ano, quando o Capitão, Cmt. da 3ª Cia. fez uma consulta sobre a possibilidade de se aumentar o efetivo dos destacamentos, o Comandante Geral deixou ao critério daquele, o aumento do efetivo, em função do *número de praças disponível na Cia* e, mais ainda, que o reforço do efetivo nos destacamentos fosse feito *somente durante as eleições*. A solicitação por aumento do efetivo foi atendida, temporariamente.⁸⁵

Ainda no ano de 1945, uma demanda específica por policiais foi motivada pela realização das eleições de 2 de dezembro e, nesse sentido, o Chefe de Polícia do Estado fez várias solicitações ao Comandante Geral. Assim, como nas solicitações de criação de destacamentos policiais, as de aumento do efetivo (aqui as com a preocupação de se manter a ordem e a segurança pública quando da realização das eleições) foram sempre referendadas pela manifestação das autoridades políticas, policiais e judiciais locais. Autoridades que, em tese, tinham a responsabilidade na manutenção da ordem e da segurança pública, frente a realização das eleições.

⁸³ BI n.º 84, de 11/04/1945.

⁸⁴ BI n.º 239, de 18/10/1945.

⁸⁵ BI n.º 258, de 12/11/1945.

Sobretudo, algumas solicitações não puderam ser atendidas como aquela que o Subdelegado de Polícia de Raizinha, município de Poxoréo pediu *mais uma praça para o destacamento local*⁸⁶ e, outra na que o Juiz de Direito da Comarca de Guiratinga solicitou *providências sobre praças para reforço ao destacamento daquela cidade*. Ambas deixaram de ser atendidas em razão da *deficiência [do número] de praças* naquela sede, conforme expôs o Comandante Geral. Entretanto, este sugeriu que se promovessem as movimentações necessárias entre as unidades para, dentro do possível, *se manter a ordem no dia do pleito*.⁸⁷

Já, quanto às solicitações do Chefe de Polícia do Estado, sobre a necessidade de *um destacamento composto de duas praças, no distrito de Chapada dos Guimarães* e de se aumentar o efetivo do destacamento do município de Diamantino, ambas tiveram o pleito atendido, bem como, as ordens do Comandante Geral foram explícitas e específicas aos seus comandados, determinando exatamente que:

- 1- *O BC designe 2 soldados para destacar em Diamantino os quais deverão [ficar] prontos aguardando condução.*
- 2- *O BC designe 1 Cabo e 1 soldado a fim de seguirem no dia 29 do corrente, armados e municiados para a Chapada dos Guimarães a fim de auxiliarem a autoridade local, na manutenção da ordem, por ocasião das eleições a se realizarem no dia 2 de Dezembro p. vindouro.*
- 3- *O [Almoxarife] do CG providencie 2 cavalos [arreados] para montadas das praças que seguem para a Chapada dos Guimarães.*⁸⁸

Duas outras comunicações do Delegado de Polícia de Leverger, uma em que *solicitou aumento do destacamento daquela cidade* e outra em que solicitou a criação de *um destacamento para o distrito de Mimoso*, ambas visando a manutenção da ordem e da segurança pública, *durante o período eleitoral*, foram atendidas com ordens expressas e sem dúvidas: *deverá o Comandante do BC designar 2 soldados para o Destacamento de Leverger, que seguirão para aquela cidade na jardineira de linha e 1 Cabo e 1 Soldado [seguirem] para o Mimoso, ficando estes aguardando condução.*⁸⁹

Passadas as eleições, as solicitações por aumento de efetivo dos destacamentos policiais nos diferentes municípios e distritos de Mato Grosso continuaram a chegar ao

⁸⁶ BI n.º 265, de 22/11/1945.

⁸⁷ BI n.º 266, de 23/11/1945.

⁸⁸ BI n.º 268, de 26/11/1945.

⁸⁹ BI n.º 270, de 28/11/1945.

Comandante Geral da Força Policial. Entretanto, em três solicitações do Chefe de Polícia do Estado; a primeira, solicitando aumento do efetivo do destacamento de Diamantino acompanhado do telegrama do Delegado de Polícia daquele município;⁹⁰ a segunda, *a fim de atender um pedido do Sr. Prefeito municipal de Alto Araguaia, a remessa de um destacamento de cinco praças àquela cidade;*⁹¹ e, a terceira, *solicitando providências sobre aumento do destacamento da Guia*⁹², o Comandante Geral encaminhou as três à Casa de Ordens do Batalhão de Caçadores para responder em conformidade com a informação do BC. Noutras palavras, buscou-se um respaldo técnico, a fim de subsidiar a sua decisão.

Além das demandas ordinárias por praças e civis, uma específica foi registrada no ano de 1946. A iniciativa partiu da proposição do próprio Comandante Geral, Coronel João Luiz Pereira Neto, ao Secretário-geral de Estado, Leônidas Pereira Mendes. Eis a íntegra da transcrição do ofício, seguida do despacho, público em BI:

*I - Solicito de V.Excia. vosso consentimento afim deste Comando receber como Pupilos, considerando-os como aprendizes de musica, filhos menores de elementos desta Força, com vocação para este fim, cuja providencia nenhum ônus acarretará o Estado. II - É-me grato reiterar a V.Excia. os meus protestos de alta estima e distinta consideração. (a) João Luiz Pereira Neto, Coronel Comandante Geral. - Autorizo. Ao Comando Geral. Em 2 de julho de 1946. (a) Leônidas Pereira Mendes, Secretário-geral do Estado.*⁹³

A Força Policial incluiu, nesse ano, seis menores filhos de elementos⁹⁴ da corporação, que apresentavam vocação para a música, ficando estes sob sua tutela. Sobretudo, foram, segundo o boletim interno do Comando Geral da Polícia Militar, nº 152, *incluídos no estado efetivo do PE do BC, [...], considerados aprendizes de música* e perceberam vencimentos de soldados, contudo *sem prejuízo da frequência às aulas da Escola*, na qual se encontravam matriculados.⁹⁵

Dentre as inclusões dos pupilos uma chamou à atenção. No dia 06/07/1946 foi incluído como pupilo o jovem Evaristo da Costa e Silva Filho. Ocorreu, porém, que na

⁹⁰ BI n.º 290, de 21/12/1945.

⁹¹ BI n.º 08, de 10/01/1946.

⁹² BI n.º 17, de 14/01/1946.

⁹³ BI n.º 150, de 04/07/1946.

⁹⁴ O termo “elemento”, referindo-se ao policial foi empregado comumente até o advento da Constituição Federal de 1988. Embora, com pouca frequência, uns e outros ainda o utilizam.

⁹⁵ BI n.º 152, de 06/07/1946.

semana seguinte o Comandante Geral tornou *sem efeito* [cancelou] a *inclusão* de Evaristo da Costa e Silva Filho, pois atendia ao pedido da mãe do pupilo, todavia, o jovem Evaristo voltaria às fileiras da Polícia Militar, quando matriculou-se no Centro de Instrução Militar (CIM) para ser futuro oficial da corporação em 18/02/1952.

A demanda por efetivo policial, excetuando a dos pupilos, permaneceu ao longo do ano de 1946, quando foram consignadas em BI vinte e duas solicitações para que se aumentasse o efetivo de destacamentos policiais em quinze localidades⁹⁶ do Estado de Mato Grosso. A maioria tratou simplesmente de solicitar aumento de efetivo, algumas especificaram o efetivo pretendido. Do total, oito foram despachadas ao BC para que informasse a respeito da possibilidade de serem atendidas, sem que houvesse respostas; sete foram atendidas parcialmente; três foram encaminhadas ao Secretário-geral de Estado para providências, também sem notícias sobre o atendimento ou não, e quatro foram de imediato informadas da impossibilidade. Dessa estatística é possível afirmar que o Comandante Geral possuiu competência (de fato) para decidir sobre o atendimento ou não das solicitações de aumento de efetivo embora, algumas vezes, consultava seus comandados e, em outras, delegava a estes. Contudo, algumas das solicitações foram encaminhadas ao Secretário-geral de Estado para providências. Este procedimento, revelado pelas evidências, sugere que as solicitações careceram de um olhar político partidário ou, implicaram em remanejamento orçamentário/financeiro ou, ainda, uma confluência dos dois fatores.

Uma parte significativa das providências adotadas, frente às solicitações de aumento de efetivo, ficou sem registro nos BIs, prática que impossibilitou o acompanhamento dos desfechos de alguns procedimentos administrativos, a exemplo destes. Nestas circunstâncias, conforme apontou Thompson, nas *fronteiras do desconhecido* e ao fazer *interrogar os silêncios reais*, deduzo que, concomitante as providências oficiais, as registradas em BIs, o Comandante Geral informou e consultou o chefe do executivo – o interventor federal ou o governador – sobre aquelas, conjugando dessa forma interesses políticos e limitações administrativas (os argumentos técnicos da instituição), seguramente de interesse de ambos.⁹⁷

Contudo, enquanto o Comandante Geral administrava a demanda permanente por mais efetivos, o existente – oficiais, praças e civis - se empenhava no dia a dia do quartel nas mais

⁹⁶ Alto Araguaia, Alto Garças, Aquidauana, Araguaiana, Areias, Cáceres, Cocais, Colônia Izabel, Diamantino, Guia Guiratinga, Mato Grosso, Poconé, Poxoréo e Torixoréu. Fonte: Boletins Internos do Comando Geral da Força Policial de Mato Grosso, de 1946.

⁹⁷ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009, p. 229.

diferentes tarefas para proverem o apoio necessário e possível, ao pessoal do serviço externo – o pessoal de rua –, aquele designado a atender as demandas da população relacionadas à ordem e a segurança pública. Que costumes foram esses? É possível afirmar que essas práticas policiais do cotidiano interno do quartel influenciaram às práticas externas, aquelas que, em tese, estiveram voltadas à ordem e a segurança pública? As evidências apontaram que todos, embora envolvidos numa atmosfera na qual a disciplina e a hierarquia influenciaram consideravelmente as relações pessoais – oficiais, praças e inclusive os civis –, ocuparam seu tempo com práticas que convergiram à subsistência da própria instituição, constituindo-se em parte da cultura policial. Como anotou Kalina Silva, esse *conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social*. Nessa perspectiva, foi tudo aquilo que oficiais, praças e civis puderam transmitir aos mais novos elementos – policiais e civis – da Força, para garantir a sobrevivência da corporação.⁹⁸

Parte desses costumes esteve atrelada ao desafio do pessoal do rancho em fornecer a ração aos policiais de serviço interno e externo. O rancho do BC foi mantido, fundamentalmente, pela lavoura cultivada por policiais e civis sob os cuidados do destacamento de Águas Quentes. Mais que isso, o comando da Força Policial forneceu equipamentos e utensílios básicos, inclusive à preparação de alimentos, como a farinha de mandioca – muito utilizada na culinária local. Em 1945, o Comandante Geral, o Cel. Crescêncio Monteiro da Silva, determinou ao 2º Ten. Almoxarife que adquirisse *um forno de cobre para o fabrico de farinha de mandioca no destacamento de Águas Quentes*.⁹⁹ Na semana seguinte o forno foi adquirido pela quantia de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) e distribuído ao destacamento de Águas Quentes, conforme determinação daquele comandante.¹⁰⁰

A produção de farinha permitiu atender ao rancho, enquanto complemento culinário no fornecimento diário da ração do pessoal de serviço e, ainda, uma parte pode ser *vendida na Cantina do B/C a Cr\$ 1,50 o litro*, destinada aos subtenentes, sargentos, cabos, soldados e aos músicos, até o limite de *5 litros em cada semana*.¹⁰¹

⁹⁸ SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 86.

⁹⁹ BI n.º 11, de 13/01/1945.

¹⁰⁰ BI n.º 12, de 15/01/1945.

¹⁰¹ BI n.º 18, de 22/01/1945.

Mensalmente, o Comando Geral mandou publicar em BIs, as comunicações do Comandante da CSM, referente aos gêneros alimentícios produzidos (parte era adquirida pela CSM e os custos repassados ao Comando Geral) pelo Destacamento de Águas Quentes e encaminhados ao rancho geral do BC. Assim, foi que em fevereiro de 1945, o Cmt. da CSM – unidade a qual se subordinava o Destacamento de Águas Quentes – comunicou ao Comando Geral o fornecimento de gêneros alimentícios pelo destacamento de Águas Quentes ao BC, abrangendo: *80 litros de farinha, assim como 45 abóboras que foram compradas para o mesmo rancho, a razão de Cr\$ 7,00.*¹⁰²

Os gêneros alimentícios, quando adquiridos pelo Destacamento de Águas Quentes, tiveram os devidos valores restituídos, por ordem do Cmt. Gr., mesmo quando, em algumas vezes, este fosse lembrado por aquele. Em março de 1945, o Cmt. da CSM, em parte dirigida ao Cmt. Gr., solicitou providências no sentido de serem ressarcidos pelo Serviço de Aprovisionamento do BC da *quantia de Cr\$ 163,00 proveniente do fornecimento de 18,5 dúzias de morangas e abóboras* e, pela Contadoria, da quantia de Cr\$ 40,00 referente a *importância despendida com a compra de um porco que se encontra em Águas Quentes*. De pronto, como pareceu ser de praxe, o Cmt. Gr. despachou: *à Contadoria e ao S. [Serviço] de Aprovisionamento para fazer a indenização.*¹⁰³

Assim, ao longo do ano, mensalmente o Destacamento de Águas Quentes (DAQ) encaminhou ao rancho geral do BC gêneros alimentícios de primeira necessidade como farinha, abóbora, moranga, milho, arroz, feijão, mandioca, batata, banana da terra, bananinha, taíá, quiabos e porcos – estes comprados para a engorda e, só depois, serem abatidos. Por fim, além desses, vez ou outra este destacamento encaminhou, inclusive, achas – pedaços de 1,20m - de lenha.¹⁰⁴

A importância do fornecimento dos gêneros alimentícios produzidos da Lavoura, do Destacamento de Águas Quentes, à subsistência da instituição policial militar foi tratada como relevante à instituição. Mas, algumas questões ainda se apresentam como; efetivamente, quem foram os homens que atuaram na lavoura? Esse serviço desenvolvido pelos elementos da Força foi dedicado ao trabalho na lavoura, propriamente dito?

¹⁰² BI n.º 36, de 12/02/1945.

¹⁰³ BI n.º 50, de 01/03/1945.

¹⁰⁴ BI n.º 252, de 05/11/1945.

Assim, considerando estas questões, passo a análise de outras evidências. A determinação do Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, em julho de 1946, deixou explícita a natureza do serviço: *designo os soldados*¹⁰⁵ [quatro], *para destacarem em Águas Quentes, como auxiliar no serviço de lavoura*, passando adidos a Cia. Sap. Mineiros.¹⁰⁶ Em outro despacho do Cmt. Gr. ao Major Comandante do BC, supostamente tratando de solicitação de transporte de pessoal para a Colônia Correcional de Palmeiras – localizada junto ao Destacamento de Águas Quentes -, esclareceu que este ocorreria quando o caminhão do Estado fosse levar elementos desta Força para o *serviço de lavoura de Águas Quentes*. Do mesmo modo, o solicitante deveria aguardar o momento oportuno.¹⁰⁷

Em março de 1947, os *serviços de lavoura durante o tempo de colheitas e roçadas* levaram o 3º Sgt. Cmt. do Destacamento de Águas Quentes a solicitar ao Cmt. Gr., a contratação de mais quatro homens para o trabalho. Embora, o Cmt. Gr. tenha aceitado, salientou que a contratação seria *pelo tempo indispensável*, o menor tempo possível. Nesta situação a hipótese mais plausível, sobre a necessidade de contratação, foi de que a solicitação referiu-se à contratação de civis.¹⁰⁸

Uma evidência, que corrobora à hipótese levantada, viria no mês seguinte, quando o Cmt. Gr. publicou a inclusão no rol de contratados para o serviço de lavoura de Águas Quentes, a contar de 5 do corrente, o civil Alexandre José dos Santos.¹⁰⁹

A atuação dos elementos da Força, compreendendo civis e soldados, nos serviços de lavoura, ocorreu dentro de circunstâncias meramente institucionais. Essa esteve voltada à produção de gêneros alimentícios destinados à subsistência da própria instituição. A lavoura de Águas Quentes foi o *locus* no qual os elementos da Força constituíram relações sociais, exclusivamente, entre si, incluindo-se aqui os civis contratados temporariamente para prestarem seus serviços à Força Policial. Sobretudo, essa atuação na lavoura – voltada à sobrevivência da corporação - constituiu parte das práticas policiais, nesta década de 1940, em terras mato-grossenses.

A instituição policial contou, também, com artífices - cabos e soldados – dentre os quais carpinteiro, seleiro-correeiro, sapateiro, ferrador, armeiro e serralheiro para construir e

¹⁰⁵ Foram designados os soldados Lídio Neves, Efigêncio Pereira, Antônio Franco e Adelino Gonçalves de Arruda.

¹⁰⁶ BI n.º 153, de 08/07/1946.

¹⁰⁷ BI n.º 75, de 31/03/1947.

¹⁰⁸ BI n.º 66, de 20/03/1947.

¹⁰⁹ BI n.º 97, de 29/04/1947.

reparar móveis, realizar obras e serviços gerais, que se fizessem necessários, nas instalações da instituição.¹¹⁰ Além desses, por vezes, civis foram contratados para a execução de obras específicas. Estes artífices, policiais e civis, realizaram suas tarefas no dia a dia do quartel.

Além disso, quando havia a necessidade de alguma tarefa específica ou, às vezes, urgente, o próprio Cmt. Gr. ordenava as providências necessárias, inclusive a aquisição do material a ser utilizado no serviço. Em uma delas, determinou ao Tenente do Almoxarifado, do Comando Geral, que adquirisse para a carpintaria do BC, a fim de serem confeccionadas duas mesas: *8 tábuas de cedro, 1 pranchão, 1 litro de álcool, 250 gramas de goma-laca, ½ quilo de cola, 1 litro de óleo de linhaça, 3 pares de puxadeiras para gaveta, 3 fechaduras para gaveta e 6 folhas de lixa.*¹¹¹

Noutra oportunidade, o Cmt. Gr. determinou para que o almoxarife do CG adquirisse o material necessário (compreendendo tábuas, álcool, goma-laca, lixa, óleo, cola, dobradiça, fechadura e ferrolhos) e tomasse as providências requeridas para que, *pela carpintaria regimental desta Força, fosse construído um guarda-roupa para o estado-maior do BC, com a possível urgência.*¹¹² Até mesmo os pequenos reparos, como os realizados em janelas do quartel do CG, mereceram a atenção do próprio Cmt. Gr.; determinando ao almoxarife as providências no sentido de se adquirir o material necessário, para que o soldado carpinteiro, realizasse o serviço.¹¹³

Ainda sob a ótica institucional, outro fato que emergiu dos BIs, referente à vida particular das praças, acabou por resvalar para vida no quartel; tratou-se da contração de dívidas.

Os compromissos particulares dos elementos da FP assumidos no comércio e não liquidados, supostamente como acordados entre as partes, foram parar dentro do quartel, precisamente no Comando Geral para serem solucionados. Vários comerciantes encaminharam comunicações ao CG solicitando providências no sentido de serem liquidadas as dívidas contraídas por aqueles. Estas ocorrências levaram o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, a publicar em BI, a seguinte declaração sobre dívida:

¹¹⁰ MATO GROSSO. Diário Oficial. *Decreto-lei nº 382, de 31 de dezembro de 1940*. Define a constituição das unidades e fixa o efetivo da Força Policial do Estado de Mato Grosso para 1941. Publicado em 14/01/1941.

¹¹¹ BI n.º 31, de 06/02/1945.

¹¹² BI n.º 202, de 04/09/1945.

¹¹³ BI n.º 69, de 24/03/1947.

*Dou por bem recomendado aos interessados que a Administração desta Força não se responsabiliza pelas dívidas contraídas no comércio, por praças desta Corporação que não forem devidamente autorizadas, por escrito e assinadas pelos Comandantes de Subunidades.*¹¹⁴

Apesar dos esforços da Corporação e da recomendação feita pelo Cmt. Gr., algumas dessas cobranças continuaram a chegar à Força Policial. Estas passaram a receber despachos para que o soldado devedor fosse consultado sobre as suas condições financeiras em liquidar a dívida, promovendo, de certa forma, um acordo entre as partes. Foi elucidativo o fato ocorrido em abril de 1947, quando o Sr. Francisco Pedrosa da Silva, mediante requerimento, solicitou do Cmt. Gr., Ten. Cel. José Silvério de Magalhães para que um soldado fosse *compelido a pagar-lhe a importância de Cr\$ 89,00*, referente ao fornecimento de gêneros alimentícios, aquele deu o seguinte despacho: *Deferido. Ao Comandante do P.E.P. [Pelotão de Escolta Presidencial] para proceder de acordo com os desejos manifestados pelo soldado devedor.* Nestas circunstâncias, levanto a hipótese de que, para o comerciante, um cliente submetido a um regime de hierarquia e disciplina, significava, acima de tudo, garantia no recebimento da dívida.¹¹⁵

Outras atividades constitutivas das práticas policiais, como as solenidades, também ocuparam um tempo expressivo dos elementos da Força; aniversários de batalhas históricas, datas comemorativas (nacional e estadual), solenidades militares, religiosas como a páscoa dos militares e a do Sagrado Coração de Jesus e, ainda, as formaturas militares em homenagem às autoridades civis. Algumas delas simples como a lembrança do aniversário de um feriado nacional, a exemplo do aniversário da Batalha de Tuiuti, da Batalha do Riachuelo e do Dia do Trabalho. Nestas solenidades a prática foi a do Cmt. Gr. determinar o hasteamento e arriamento da *Bandeira Nacional, nas fachadas dos Quartéis desta Força, com as formalidades regulamentares.*¹¹⁶ Destas, destaco a ausência de qualquer alusão à manifestações por parte da população, em comemoração ao Dia do Trabalho, nenhuma recomendação foi feita quanto à ordem do dia ou, ainda, quanto a um possível policiamento, nem mesmo a prontidão da tropa no quartel, para um eventual emprego.

Noutra solenidade, entretanto, como a em comemoração ao Dia da Bandeira, além de ser determinado a que Bandeira Nacional fosse *hasteada e arriada nas fachadas dos quartéis*,

¹¹⁴ BI n.º 115, de 21/05/1946.

¹¹⁵ BI n.º 94, de 25/04/1947.

¹¹⁶ BI n.º 99, de 30/04/1945.

sempre com as formalidades do Regulamento de Continência, acresceu o Cmt. Gr. para que o Batalhão de Caçadores providenciasse uma Companhia de Guerra para desfilar *em continência à Bandeira*.¹¹⁷

Dentre as solenidades religiosas, destaco a Páscoa dos Militares e a do Sagrado Coração de Jesus, ambas com a participação marcante da Igreja Católica.

A primeira era realizada sob o planejamento do 16º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro. Dada a importância desse evento, a Força Policial, em 1945, constituiu uma comissão para as providências necessárias ao evento e, foram designados o Cap. Joaquim Correa da Silva, o 1º Ten. João Gutemberg Alves Ferreira e o 1º Ten. Eurides Celestino Malhado. Neste ano, A Páscoa dos Militares contou com uma programação que incluiu conferências preparatórias nos dias 3, 4 e 5 de maio, e no dia 6, na Catedral Metropolitana, *missa solene, sendo oficiante Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá*, após a missa, no Seminário da Arquidiocese foi *oferecido aos militares um ligeiro ágape*. No ano seguinte, também sob a organização do Exército, a programação incluiu *Conferências preparatórias nos dias 2, 3 e 4 às 19 horas; no dia 4, confissão (à noite); e, no dia 5, às 6 horas, missa campal no Quartel do 16º Batalhão de Caçadores do Exército, seguindo-se uma parte esportiva*.¹¹⁸

O Cmt. Gr. Interino, o Major José Silvério de Magalhães, empenhou-se para que a Força Policial estivesse presente e determinou aos seus Comandantes de Subunidades para *providenciarem o comparecimento do maior número de praças possível*. Ainda, lembrou aos oficiais, que estes deveriam *comparecer a todos os atos deste programa*.¹¹⁹ É provável que o esforço do Cmt. Gr. tenha sido insuficiente, pois, em 1947, a programação da Páscoa dos Militares fez destacar que a presença era obrigatória para todos os oficiais e praças da Corporação. O programa, como nos anos anteriores, contou com três dias de *conferências preparatórias*, nos dias 1, 2 e 3 de maio e, com missa solene na Catedral Metropolitana de Cuiabá no dia 4 de maio às 6 horas. Para colaborar na organização do evento, o Cmt. Gr. nomeou os Capitães Luiz de Carvalho, Aluizio Rondon e Ubaldo Monteiro da Silva, para *constituírem a comissão organizadora da Páscoa dos Militares da Força Policial*.¹²⁰

¹¹⁷ BI n.º 262, de 17/11/1945.

¹¹⁸ BI n.º 95, de 26/04/1946.

¹¹⁹ BI n.º 95, de 26/04/1946.

¹²⁰ BI n.º 97, de 29/04/1947.

Os registros feitos em BIs da instituição policial sobre as comemorações da Páscoa dos Militares revelaram uma interação forte entre a Força Policial, a Igreja Católica e o Exército Brasileiro, até porque a Força Policial mantinha vínculos de subordinação hierárquica com aquela instituição militar nacional. Tratou-se de um período imediatamente subsequente ao fim do Estado Novo, e essa interação das três instituições, ao que as evidências apontaram, corroborou à tese de Schwartzman que, ao tratar das políticas na área da educação no ministério de Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, defendeu a existência de uma *unificação da força moral da Igreja com a força física dos militares, em um grande projeto de mobilização nacional*.¹²¹

A segunda solenidade religiosa, a do Sagrado Coração de Jesus foi realizada nas dependências do Comando Geral da Força Policial, no dia 13 de setembro de 1946, quando, às 10 horas *foi entronizada neste quartel [...] a Imagem do Sagrado Coração de Jesus*. O Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, destacou a importância desta solenidade religiosa militar, a qual se tornara ainda mais significativa *nesta hora de deslealdade, infâmias, ambições e traições, de indivíduos postos aos serviços de anticristo*, acima de tudo, por ter sido paraninfada por Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá, em tão magnífico sermão.¹²²

E, fazendo das palavras do Cap. João Gutemberg Alves Ferreira, as suas, o Cel. João Luiz Pereira Neto as transcreveu na íntegra em BI, como segue:

Exmo. Rvdo. D. Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá; Revdo. Padre Luiz Guizone; Srs. Oficiais e Praças. Com o coração a transbordar de fé, e entusiasmo, depois da piedosa cerimônia que viemos de assistir, falo-vos com o coração nas mãos. Camaradas! Um tremendo perigo no presente momento ameaça nossa cara Pátria! Inimigos de Deus, da Pátria, da Família e da Tradição, recebendo os 30 dinheiros da traição, procuram de qualquer modo efetuarem a transformação da nossa grande Pátria em mera simples província, dependente política, econômica e ideologicamente, da União Soviética; ia dizendo também moralmente, mas interrompo a tempo, pois os interessados na nossa escravidão e os insufladores jamais saberiam a significação da palavra moral. Camaradas! Que o céu nos proteja e envolvidos na invulnerável couraça da fé cristã, e com o sabre na mão, lutaremos para a eliminação de tão desmedido perigo, ainda que para isso seja preciso o sangue correr em torrentes, pois mil vezes perder a vida e

¹²¹ SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Editora Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 79.

¹²² BI n.º 210, de 16/09/1946.

*ganhar a eternidade, do que viver escravo dos espíritos infernais nesta e na outra vida. Que o Sagrado Coração de Jesus nos proteja e ampare!*¹²³

O discurso do Cap. João Gutemberg Alves Ferreira fez alusão ao movimento comunista brasileiro e a sua polêmica atuação a serviço da União Soviética. Os comunistas congressistas de 1946 atuaram na elaboração de nossa carta magna representando os interesses de Moscou, assim como os próprios interesses do partido, o que fez do Partido Comunista Brasileiro (PCB) um partido como outro qualquer, na luta pelo poder. As evidências sobre a atuação do partido, apontadas e criticadas por Peralva,¹²⁴ Falcão¹²⁵ e Waack¹²⁶ corroboram à hipótese, embora longínqua, de que se o PCB governo fosse, as atrocidades, intolerâncias e abusos de poder praticados na União Soviética também poderiam ser praticados no Brasil, mesmo porque, tudo seguiu fielmente a cartilha soviética.

Ambos discursos identificaram-se ideologicamente entre a Força Policial e a Igreja Católica manifestadamente contrária ao comunismo, por conta de sua afronta à tradição, à família e a Deus. Mais que isso, pois, o fato do Cmt. Gr. ter transcrito, literalmente o discurso, ressaltou ter sido este representativo do pensamento dos elementos da Força Policial, ao menos o presente entre os oficiais.

Os BIs da Força Policial, no período em estudo, deixaram de expor qualquer outra manifestação distinta referente ao comunismo, que permitissem melhor localizar o discurso do Cap. João Gutemberg Alves Ferreira. Noutras palavras, aquela fonte foi insuficiente ao abordar a questão do comunismo na Corporação.

No trato com os documentos é o momento no qual *o historiador é [...] confrontado com várias possibilidades: um documento pode ser falso; um documento pode ser autêntico, mas não confiável, na medida em que a informação fornecida por ele possa ser mentirosa ou enganosa*, como destacou Ginzburg.¹²⁷ Se por um lado é possível afirmar que os Boletins Internos das forças policiais militares estaduais, fontes oficiais do governo do Estado de Mato Grosso, são documentos autênticos e confiáveis quanto aos registros publicados, por outro

¹²³ BI n.º 210, de 16/09/1946.

¹²⁴ PERALVA, Oswaldo. *O retrato*. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

¹²⁵ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.

¹²⁶ WAACK, Willian. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

¹²⁷ GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011, p. 347.

lado, é igualmente possível que nem todos os fatos – as práticas policiais – ocorridos foram registrados nesses mesmos BIs ou, ainda, se o foram, é possível que tenham sido elaborados de forma corporativa (Talvez omitindo aspectos dos fatos). Até porque, de acordo com Le Goff, *o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade [neste caso de uma instituição] que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder.*¹²⁸

De qualquer forma, resultou daí – do fato de que um documento foi produzido supondo uma intencionalidade, um poder - a importância de se pesquisar parte da imprensa periódica (1945-1947), *que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder* e que, conforme anotou De Luca, teve o firme propósito de se lançar luz sobre aqueles documentos (BIs), permitindo melhor compreendê-los, bem como conhecer as circunstâncias que os envolveram.¹²⁹

Mesmo considerando a complexidade e deformações possíveis na qual está envolta o trabalho da mídia, *é na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país.* A mídia acaba por revelar de forma resumida, reunida e com relevos acentuados, *o jogo que é jogado no mundo político*, nas palavras de Jenneney.¹³⁰

O ofício do historiador sugere um exercício permanente de aproximação da verdade, até porque *é necessário sublinhar que os historiadores - lidem eles com fenômenos recentes, distantes ou mesmo em processo - nunca se aproximam diretamente da realidade. Seu trabalho é necessariamente inferencial*, como destacou Ginzburg.¹³¹ Ou, quem sabe, seja possível aproximar-se da realidade, mas impossível do real – daquilo que é! A aproximação carrega em si, níveis de subjetividade, motivo pelo qual o real não pode ser descrito.

Ocorreu contudo, que apenas uma pequena parte da imprensa periódica se encontrou disponível e acessível referente ao período 1945-1947 e, mesmo assim, muitas das edições

¹²⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*, tradução Bernardo Leitão [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 545.

¹²⁹ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Pinsky (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

¹³⁰ JENNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 224.

¹³¹ GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011, p. 348.

não foram localizadas. Não obstante, essas fontes ofereceram algumas evidências que corroboraram a compreensão das práticas policiais em terras mato-grossenses.

Algumas evidências sobre o comunismo emergiram das páginas dos periódicos; presentes em A Cruz, O Correio Matogrossense e O Estado de Mato Grosso, com relevo aqui nos anos de 1945 e 1946 (*sic.*).

Dentre os periódicos, o A Cruz - órgão da Liga Social Católica Brasileira, de Mato Grosso - abordou a questão do ponto de vista ideológico e apresentou o Comunismo como sendo anticristão; uma força do mal; que levava perigo à família cristã; uma ditadura cruel; de um totalitarismo feroz e contrário aos anseios democráticos. A campanha anticomunista ocorreu de forma intensa junto e dentro das forças militares e policiais e, principalmente, junto aos fiéis (e também eleitores).

A essência da índole, de que o *comunismo é anticristão*, foi elaborada pelo Papa Pio XI, considerada como *intrinsecamente má*, justamente por ter o comunismo impedido de forma violenta, *na Rússia, durante decênios, qualquer afirmação e vida religiosa*. No Brasil, a Igreja Católica encorajou o apelo a *todas forças vivas da nação*, para que lutassem pela *preservação da ordem humana, da civilização brasileira, dos autênticos interesses sociais e do patrimônio cristão de nossa história*.¹³²

Assim, a Igreja Católica defendeu que, na luta contra o comunismo, o primeiro combate deveria ser, conforme a edição do semanário A Cruz, *a prática fiel dos nossos deveres religiosos*, cabendo a todos *afervorar a Fé e incentivar a prática da Religião*. Esta seria *a melhor maneira de combater o credo vermelho*. Entretanto, esta luta deveria ser mais intensa e se desenvolver em todos os setores, tais como os da *imprensa, rádio, na tribuna e até nas simples palestras*. O comunismo, considerado *o inimigo nº 1 da Religião e do Brasil*, tornou o termo *combate* a palavra de ordem da Igreja Católica, promovendo-o contra o comunismo em todas as formas, o que pode ser resumido no *slogan: combater o comunismo é combater pelas liberdades essenciais e imprescindíveis do homem; é combater pelo Brasil; é combater o bom combate por Deus*.¹³³

Noutras publicações sobre o combate ao comunismo, o discurso foi de natureza antropológica, tomado *de um ponto de vista puramente natural e humano*, mesmo assim o

¹³² A Cruz, edição de 02/09/1945.

¹³³ A Cruz, edição de 28/04/1946.

fenômeno comunista era percebido como algo repugnante, tanto na teoria como na prática, referindo-se ao caso soviético. Para a Igreja Católica o comunismo relacionava-se a regimes que, antes de tudo, aboliam a liberdade e acabavam *reduzindo o homem a uma simples e insignificante peça ou acessório de engrenagem social, nessa máquina onímoda e onipotente do Estado*. E, mesmo admitindo-se a hipótese do *paraíso moscovita, de nada valeria para homens livres e conscientes um bem-estar material obtido a troco da Liberdade – apanágio que distingue o ser humano do bruto*.¹³⁴

Em 1946, ano em que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu, as manifestações com a participação da Igreja Católica foram mais intensas inclusive nos eventos ocorridos juntos as forças militares e policiais, em Mato Grosso. A possibilidade daquela ter influenciado estas pareceu um fato certo e significativo. Nas comemorações da Páscoa dos Militares e da festa do Arcebispo Dom Aquino Correa, realizadas no *grandioso quartel do 16º B.C.* o Capitão João Luiz Pereira Neto e o Arcebispo Dom Aquino protagonizaram um discurso articulado e convergente contra o comunismo, no qual a Igreja Católica e o Exército marchariam juntos nesse combate.

O Capitão, respondendo pelo comando do quartel naquela oportunidade, manifestou-se asseverando que naquele momento, *em que as forças do mal, aproveitando-se da situação especial criada pelo pós-guerra, tentavam, por todos os meios infames, destruir a nossa civilização cristã*, conclamou a todos que saudassem o Reverendíssimo Senhor Arcebispo Dom Aquino, *um dos baluartes do bem e da fé*. E, que à sombra deste, *atacaremos e destruiremos o inimigo ateu e materialista, sanguinário e covarde, que pretende submergir o mundo numa onda de iniquidade, o que, mercê de Deus, jamais se realizará*. A resposta do Arcebispo Dom Aquino às palavras do comandante daquela unidade foi reveladora da convergência dos discursos contra o comunismo, construídos entre a igreja e as forças armadas. O Arcebispo de Cuiabá, após cumprimentar o comandante, o Capitão João Luiz Pereira Neto, oficiais e os *briosos soldados*, destacou o brilho dado *ao festivo ato*. Para o Arcebispo, o Capitão fez um *discurso curto e vibrante, como proclamação em campo de batalha*, além de tê-lo sido *veemente e oportuno protesto contra o comunismo*. Ainda destacou as qualidades do Capitão; um *oficial distinto e herdeiro de honrosos pergaminhos militares e da família*.¹³⁵

¹³⁴ A Cruz, edição de 05/05/1946.

¹³⁵ A Cruz, edição de 12/05/1946.

O discurso de Dom Aquino prosseguiu e, mais uma vez, destacou a necessidade do combate ao comunismo, salientando a importância da *cruz e espada* estarem juntas. No momento, entendia o Arcebispo, o *comunismo ateu, com a invasão vandálica do seu materialismo*, tinha como propósito sobretudo, *destruir as tradições mais sagradas do povo brasileiro*. Nesse sentido, apoiado no entusiasmo no qual as forças armadas faziam vibrar, invocou:

*[...] a espada que defende a Pátria Brasileira, não pode deixar de defender também a Cruz, signo sacrossanto, que é, da sua civilização, da sua cultura e da sua grandeza. Ao símbolo exótico do martelo e da foice, oponhamos a santa aliança nacional da Cruz e da Espada.*¹³⁶

Dom Aquino, ao encerrar suas palavras pediu aos presentes que orassem *pela Igreja e pela Pátria, pelos Chefes supremos do poder eclesiástico e do civil, [...] pelo Papa, o pai universal da cristandade, e pelo Chefe da Nação*. Este, *soldado como vós, filho e orgulho desta terra, sobre cujos ombros de Atlas, pesam hoje os destinos da nacionalidade*. E, por fim, que todos repetissem uma *única prece, coletiva e solene: Viva o Brasil, sempre católico!*

O semanário A Cruz, na mesma edição de 12/05/1946, em que registrou a participação do Arcebispo Dom Aquino, na Páscoa do Militares publicou uma nota sobre o *Combate ao Comunismo*. Nesta, a crítica ao comunismo teve como pressuposto a defesa da família, até porque a Igreja Católica entendia ser esta organização cristã, *a célula vital da sociedade*, justamente a que *mais se fez sentir - e, portanto, mais é preciso combatê-lo - o influxo perigoso da infiltração comunista*.¹³⁷

No mês seguinte, nova nota do semanário da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso sobre o combate ao comunismo. Desta feita, o semanário advertia para os cuidados com a ordem interna no país e o momento exigia o enfrentamento do caos. Havia uma urgência *para salvar o mundo do perigo comunista* e, para tanto, se fazia necessário se enfrentar o caos, *que é a anarquia social do presente, promovendo, com ânimo resolutivo, a "reforma social substancial"* e, assim, triunfar sobre o caos. Combater o comunismo era combater *a luta de vida ou de morte* mas, nessa hora, em que a anarquia social se fazia

¹³⁶ A Cruz, edição de 12/05/1946.

¹³⁷ A Cruz, edição de 12/05/1946.

presente, caberia lembrar as *palavras candentes, mas profundamente verdadeiras e oportunas* de Tristão de Ataíde [Alceu Amoroso de Lima]:

*O catolicismo burguês ou o catolicismo reacionário, isto é, o que aceita pacificamente o enriquecimento crescente dos ricos e o empobrecimento crescente dos pobres, como uma predestinação divina, ou o que se alia ao neofascismo para impedir a marcha do socialismo revolucionário está fazendo apenas o jogo do comunismo.*¹³⁸

Ao finalizar, a nota clamou os católicos para tomarem uma posição frente à anarquia social pela qual passava o país, evidenciou que seria *preciso definir as posições*. Pois, o momento não comportava mais nem *acomodatismos nem transigências*. O católico deveria assumir sua posição e esta não deveria ser nem ao *lado dos “vermelhos”, nem dos “descolorados” (sic).*¹³⁹

As evidências revelaram, de alguma forma, a força política social da Igreja bem como a articulação política existente entre Igreja e Estado, principalmente contra o comunismo. A propósito, foi justamente por conta desta articulação com o mundo da política que, em 1932, o grupo católico [...] criou a *Liga Eleitoral Católica (LEC)*, que teve como secretário geral Alceu Amoroso Lima.¹⁴⁰ A LEC congregou *intelectuais e segmentos da classe média e sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária*.

Em Mato Grosso, o semanário A Cruz esclareceu a identidade e finalidade da Liga Eleitoral Católica, apoiado nas seguintes premissas; primeiro, afirmava que a LEC não era partido, entretanto, era contrária a qualquer partido que em *seu programa, se declare contra os princípios tradicionais e cristãos da família e da sociedade brasileira*; segundo, todos os católicos deveriam se filiar à LEC, fossem estes de quaisquer partidos; terceiro, a LEC se

¹³⁸ A Cruz, edição de 16/06/1946.

¹³⁹ A Cruz, edição de 16/06/1946.

¹⁴⁰ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 1893, Bacharelou-se em 1913 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, fez cursos na Sorbonne e no *Collège de France*. Em 1919 atuou como crítico literário, passando a utilizar o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em 1932, participou da fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC) e tornou-se secretário-geral da organização. Em 1945, tomou parte no I Congresso Brasileiro de Escritores, marco decisivo na redemocratização do país. Entre 1949 e 1953, viveu na França e nos Estados Unidos. Após o golpe militar de 1964, notabilizou-se por seu posicionamento contrário ao novo regime em sua coluna no Jornal do Brasil. Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. Morreu em Petrópolis (RJ), em 1983. Ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

reservava o direito de impugnar os candidatos de qualquer partido, que se apresentassem contrários aos princípios católicos e cuja atuação política fosse de encontro aos direitos e aos interesses supremos da Igreja; e, por fim, caberia aos eleitores católicos apoiarem, apenas, os nomes dos candidatos recomendados pela L.E.C. como merecedores da confiança dos católicos.¹⁴¹

Em maio e julho de 1946, outros dois periódicos narraram sobre o comunismo. Entretanto, nenhum destes manifestou-se ideologicamente ou, se quer, apresentou debate sobre a questão. No primeiro periódico a nota registrou a intenção do Governo Federal de promover a dissolução do partido comunista e que as providências a serem adotadas seriam conhecidas em breve. Acrescentou que um *fichário completo de todos os comunistas operantes* já havia sido produzido e, especialmente as atividades por parte dos comunistas estrangeiros estavam sendo acompanhadas de perto. Finalizou informando que o Presidente Dutra já havia comunicado ao seu Ministério, *intenção do Governo de iniciar logo a campanha anticomunista*. Os ministros estudaram a questão por longo período e, após, formularam opinião unânime, *não havendo discrepância diante do ponto de vista esposado pelo Presidente*. Uma das possibilidades discutidas teria sido a *dissolução do PCB, caso os comunistas* continuassem a agir contrários aos interesses do país, *colocando o Brasil em posição secundária para a obtenção de seus ideais*.¹⁴²

O segundo periódico, em julho, a exemplo do primeiro apenas transcreveu uma nota - publicada na Capital do país - na qual abordou a questão do comunismo. Sob o título de *Combate sem tréguas ao comunismo*, informou sobre as *palpitantes declarações* do General Gustavo Cordeiro de Farias. Em síntese, a nota apresentou uma declaração atribuída ao General que chegava em Porto Alegre, a fim de assumir o comando da 3ª Região Militar. Para o General o momento que o país enfrentava fazia-se necessário *mais do que nunca, a união de todas as forças democráticas do país*, proporcionando ao Brasil enfrentar os perigos que o ameaçavam e, assim, conquistar *o bem-estar e a felicidade da Pátria*. Ao final, o General Gustavo Cordeiro de Farias deixou expl sua missão dentro do Exército: *impedir a infiltração comunista*.¹⁴³

¹⁴¹ A Cruz, edição de 30/09/1945.

¹⁴² O Correio Matogrossense, edição de 12/05/1946 (esta nota foi uma transcrição de “O GLOBO”, de 02/05/1946).

¹⁴³ O Estado de Mato Grosso, edição de 14/07/1946.

Foi, nessas circunstâncias, que em setembro de 1946, quando da solenidade religiosa do Sagrado Coração de Jesus realizada nas dependências do Comando Geral da Força Policial, o Comandante Geral, Cel. João Luiz Pereira Neto – o mesmo Capitão João Luiz Pereira Neto do Exército, agora comissionado ao posto de Coronel, Comandante Geral da Força Policial, em 11/05/1946 - salientou que *tão importante solenidade religiosa militar* ganhava relevância em um momento no qual se presenciava a *deslealdade, infâmias, ambições e traições*, por parte daqueles que se colocavam *aos serviços do anticristo*. E, fazendo das palavras do Cap. João Gutemberg Alves Ferreira, as suas, as transcreveu em BI o discurso que alertava sobre o *tremendo perigo* que ameaçava a nossa Pátria, como visto acima [nota de rodapé 123].¹⁴⁴

A propósito deste discurso – na solenidade religiosa do Sagrado Coração de Jesus realizada nas dependências do Comando Geral da Força Policial –, tornou-se possível perceber a convergência deste com aquele feito pelo então Capitão João Luiz Pereira Neto, quando das festividades da páscoa no quartel do 16º BC, do Exército, em maio do mesmo ano, fato que sugere a influência do primeiro discurso, até porque aquele Capitão do Exército, passou a ser Coronel e Comandante Geral da Força Policial, por esta ocasião.

Os periódicos permitiram localizar o discurso do Cap. João Gutemberg Alves Ferreira, antes isolado em uma publicação do BI, agora no centro dos debates e articulações entre o Exército, a Força Policial e a Igreja Católica, contra o comunismo.

Dos costumes no fazer cotidiano do quartel foram evidenciadas práticas as quais revelaram pertinência: ao fornecimento de gêneros alimentícios ao serviço do rancho e o desafio no fornecimento da ração diária aos elementos da Corporação em serviço; à preocupação do comando com as dívidas contraídas por policiais no comércio local; com as tarefas dos artífices na manutenção das instalações da corporação e; por fim, com a participação dos elementos da Corporação nas solenidades religiosas militares, junto com os elementos do Exército e com a Igreja Católica, imersos numa ideologia de *combate ao comunismo*.

As práticas policiais realizadas no cotidiano do quartel, das quais se ocupou o efetivo policial – incluindo civis -, foram voltadas à subsistência da própria Corporação. Apesar das fontes pesquisadas tratarem de documentos oficiais, nenhuma evidência foi revelada, que

¹⁴⁴ BI n.º 210, de 16/09/1946.

pudesse, mesmo de forma indireta, suscitar práticas de apoio ou de reforço a qualquer tipo de policiamento caracterizado por práticas violentas ou arbitrárias, frente as questões de ordem e da segurança pública.

Práticas que revelaram as relações entre os elementos da Força Policial, para além dos muros dos quartéis; reveladoras de uma vida pertencente à toda uma sociedade; a cultura policial integrante da cultura social.

As evidências revelaram outras destas práticas, voltadas à profissionalização do efetivo policial; estas ajudaram a constituir os processos de formação e de instrução, tanto de oficiais, quando das praças policiais militares.

A formação e a instrução policial são elementos constitutivos e significativos da cultura policial. Contribuíram para a formação dos elementos da Força Policial de Mato Grosso cursos e instruções ofertados pela própria instituição, pela Diretoria de Instrução Pública do Estado e por instituições policiais de outros estados da federação.

Dentre os cursos ofertados por instituições policiais de outros estados da federação, o de Educação Física, na Força Pública do Estado de São Paulo, teve, quase sempre, representantes da instituição policial militar de Mato Grosso. No início de 1945, seguiram para aquele estado 3 oficiais e 4 sargentos para o referido curso; sendo o de instrutor para oficiais e o de monitor para os sargentos.¹⁴⁵ Todavia, um dos sargentos foi *desligado do curso de monitores de Educação Física daquela Escola [...] em virtude de não haver alcançado o grau mínimo exigido*, para o curso.¹⁴⁶ Em julho do ano seguinte a Força Policial de Mato Grosso criou o seu Departamento de Educação Física (DEF), tendo como seu diretor o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho, possuidor do Curso de instrutor de educação física e, como seus auxiliares os 1º sargento Emilio de Albernaz Polsin, 1º sargento João José do Espírito Santo e o 2º sargento Silvestre Pedroso da Silva.¹⁴⁷ A criação deste departamento foi fato revelador do valor atribuído à prática da educação física na realidade da atividade policial. Em Mato Grosso, a ausência, não justificada, dos policiais na prática da educação física, foi considerada transgressão e, assim passível de punição. O processo de formação de instrutor em educação física teve continuidade em 1947, quando seguiu para a Escola de Educação Física da Força

¹⁴⁵ BI n.º 25, de 30/01/1945.

¹⁴⁶ BI n.º 160, de 16/07/1945.

¹⁴⁷ BI n.º 151, de 05/07/1946.

Policial do Estado de São Paulo mais um oficial, o 2º Tenente Arnaldo de Matos Cabral Filho.¹⁴⁸

Além de preparar fisicamente os elementos da corporação, os policiais formados no Estado de São Paulo, principalmente as praças, atuaram como monitores de alunos das escolas da rede pública do estado.¹⁴⁹ Esta atuação dos policiais será discutida no próximo capítulo [Atuação cotidiana].

A Escola Regimental, da Força Policial do Estado de Mato Grosso, desempenhou um papel de relevância, contribuindo à formação e à instrução dos elementos da Corporação. Criada em 1913 (na então Força Pública) a Escola Regimental, conforme anotaram Souza e Pinheiro, teve o objetivo de preparar as praças no *ensino elementar e complementar da instrução primária, para tanto* ministrando as primeiras letras aos analfabetos, preparando aqueles que já sabiam ler e escrever para as funções de graduados e, por fim, instruindo para as funções de sargento aqueles já graduados.¹⁵⁰ Ainda, em 1947, a Escola Regimental do BC reabriu suas matrículas, destinadas aos soldados que queriam alfabetizar-se. Fato que evidenciava uma realidade na qual a população era possuidora de uma baixa instrução e, por conseguinte, os próprios elementos da corporação.¹⁵¹

Em 1945, a Escola Regimental funcionou nos horários das *18 às 19 horas para os 2º e 3º anos* e das *19 às 20:30 horas para o 1º ano*. De tal forma que as praças frequentaram as aulas após o expediente.¹⁵² Em novembro, após os *exames finais do corrente ano letivo* da Escola Regimental, publicou-se a relação dos elementos da Força, aprovados dos 1º e 2º anos.¹⁵³ Em 1946, no mês de fevereiro, o Cap. Diretor da Escola Regimental solicitou providências no sentido de serem pelas Subunidades do BC, apresentada aquela Diretoria uma *relação nominal das praças a serem matriculadas para o corrente ano letivo*. Solicitação que recebeu, de pronto, a determinação do Cmt. Gr., para que aquelas providenciassem com urgência, a relação solicitada e, assim, dar início ao ano letivo.¹⁵⁴ Ao que tudo indica, as providências foram tomadas pois em nove de março o Cap. Diretor da Escola Regimental

¹⁴⁸ BI n.º 18, de 22/01/1947.

¹⁴⁹ BI n.º 166, de 23/07/1946.

¹⁵⁰ SOUZA, E. J. e PINHEIRO, M. A. E. *A escola regimental e seus alunos*. In: Seminário de educação 2010: Educação, formação de professores e suas dimensões sócio-históricas: desafios e perspectivas. 18º Seminário de Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2010.

¹⁵¹ BI n.º 52, de 04/03/1947.

¹⁵² BI n.º 66, de 20/03/1945.

¹⁵³ BI n.º 266, de 23/11/1945.

¹⁵⁴ BI n.º 49, de 27/02/1946.

comunicou a reabertura das aulas, no próximo dia 11 e, *estando aquela Diretoria de posse das relações das praças a serem examinadas para matrícula*, solicitou, *para a boa marcha do serviço, que os candidatos constantes das relações*, fossem apresentados àquela Escola obedecendo o seguinte calendário: *a CMM apresente os 56 candidatos as 18 horas do dia 11; a 1ª Cia. os 12 candidatos no dia 12 as mesmas horas e, o PE os 23 candidatos no dia 14, também na mesma hora.*¹⁵⁵

Tudo para que o ano letivo fosse levado a bom termo. Porém, em vinte e nove de março, o Cap. Diretor da Escola Regimental comunicou o Cmt. Gr. que a Escola Regimental do BC encontrava-se *paralisada, sem haver aulas, por falta do comparecimento desde o dia 2 do corrente, do professor*, e, para tanto, solicitou as providências a respeito.¹⁵⁶ As providências foram tomadas, sendo nomeado, pelo Interventor Federal no Estado, o senhor Antônio de Moraes Filho, *para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe D*, lotando-o na Escola Regimental da Força Policial do Estado. Percebo que as providências foram tomadas com brevidade – pouco mais de vinte dias entre a comunicação de ausência e a efetiva nomeação - e, por isso, levanto hipóteses que passam pela importância da Força Policial junto ao governo e do comprometimento entre o Interventor Federal e o Comandante Geral.¹⁵⁷

Contribuindo à profissionalização dos policiais, o Departamento Administrativo do Serviço Público facultou a participação daqueles nos cursos de Português e Redação Oficial – curso por correspondência. Entretanto, nenhuma solicitação consignada em BI foi encontrada, que apontasse a matrícula (ou a apresentação) de qualquer dos elementos da Força nesses cursos.¹⁵⁸ Outros cursos, voltados às necessidades específicas das unidades policiais, foram realizados: os de *armas automáticas*¹⁵⁹, tendo como instrutor o 2º Ten. Antônio Pinto de Castro; o *curso prático de veterinária*¹⁶⁰, ministrado pelo Dr. Jocelim Leocadi da Rosa, na Diretoria de Produção, nesta Capital; e o *curso de armeiros*, sob a direção do 2º Ten. André Bastos Jorge, tendo como seu auxiliar o 3º sargento Antônio Silva.¹⁶¹

Às vezes, o policial era submetido a exames práticos e, sendo aprovado, conquistaria o direito a um novo posto (graduação). Esta foi a situação do soldado Sebastião Rodrigues,

¹⁵⁵ BI n.º 57, de 09/03/1946.

¹⁵⁶ BI n.º 66, de 20/03/1946.

¹⁵⁷ BI n.º 86, de 13/04/1946.

¹⁵⁸ BI n.º 134, de 15/06/1945.

¹⁵⁹ BI n.º 202, de 04/09/1945.

¹⁶⁰ BI n.º 155, de 10/07/1946.

¹⁶¹ BI n.º 156, de 11/07/1946.

*candidato inscrito ao posto de cabo ferrador e, submetido à prática de ferragens e conhecimentos gerais indispensáveis a especificidade, considerado aprovado. Por conseguinte, por ter sido aprovado no exame a que se submeteu, o Cmt. Gr. o promoveu ao posto de cabo ferrador.*¹⁶² De igual forma, os novos recrutas eram submetidos a exames, aplicados por uma comissão de oficiais e, aqueles aprovados tomavam parte na solenidade de compromisso à Bandeira.¹⁶³

Os soldados e cabos contavam ainda, respectivamente, com dois importantes cursos realizados na instituição policial: o para ser promovido a cabo – candidato ao curso de cabo (CCC) – e o para ser promovido à graduação de sargento – candidato ao curso de sargento (CCS). Os candidatos eram submetidos a exames aplicados por uma comissão de oficiais a qual os aprovariam – ou não – a frequentarem os respectivos cursos. Assim, primeiro eram submetidos a uma seleção para, em seguida, frequentarem o curso.

Em 1945, a comissão encarregada de examinar os candidatos a cabos foi constituída pelos oficiais; o 1º Ten. Ubaldo Monteiro da Silva e os 2ºs Ten. Gonçalo Ribeiro da Silva e Antônio Pinto de Castro, a qual deveria obedecer ao plano seguinte, constante do Quadro 01.¹⁶⁴

¹⁶² BI n.º 267, de 26/11/1946.

¹⁶³ BI n.º 189, 192 e 194 respectivamente de 20, 23 e 25 de agosto de 1945.

¹⁶⁴ BI n.º 185, de 14/08/1945.

Quadro 1- Plano de exames aos candidatos a cabo - 1945

DIA	HORA	LOCAL	ASSUNTOS	UNIFORME	EQUIPAMENTO	OBS
16 - Quinta-feira	6:00	Quartel	Educação Física	O Regulamentar	-	Prova prática, execução
	6:45					
	7:00	Várzea	Ordem Unida	O de Campanha	O de campanha, armado.	Prova prática, execução cmdo.
	8:30					
	8:40	Várzea	Organização do Terreno	O de Campanha	O de campanha, armado.	Prova prática oral
	10:00					
	13:30	Quartel	Regulamento de Continência	3º	-	Prova prática oral
	14:30					
	15:30	Quartel	Regulamento Disciplinar do Exército	3º	-	Prova prática oral
	16:30					
17 - Sexta-feira	7:00	Várzea	Maneabilidade	O de Campanha	O de campanha, armado.	Prova prática, execução cmdo.
	8:20					
	8:30	Várzea	Combate e Serviço de Campanha	O de Campanha	O de campanha, armado.	Prova prática, execução cmdo.
	10:30					
	13:30	Quartel	Instrução Geral	3º	-	Prova oral
	14:30					
	14:40	Quartel	Topografia	3º	-	Prova prática
	16:00					
18 - Sábado	7:00	Quartel	Educação Moral	3º	-	Prova oral
	8:00					
	8:00	Quartel	Armamento	3º	-	Prova oral
	10:00					

Fonte: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 185, de 14/08/1945.

Dos onze assuntos contemplados no Plano de Exames aos Candidatos à Cabo (Quadro 1), cinco sugerem relação com a atividade fim. Entretanto, estas são consideradas atividades de campanha (de campo), nenhum daqueles relacionava-se com a atividade de patrulhamento

urbano. Noutras palavras os exames aplicados avaliavam conhecimentos e habilidades próprios ao desempenho de atividades do Exército.

A comissão, após a aplicação dos exames, apresentou os aprovados com as respectivas notas e, o Cmt. Gr. determinou ao 2º Ten. Almojarife que providenciasse a *compra de três presentes a serem distribuídos aos três primeiros lugares do exame do CCC*.¹⁶⁵

O curso com duração de quatro meses compreendeu estudos sobre: Combate e Serviço de Campanha; Instrução Técnica, abordando armamento, tiros de instrução, organização do terreno, maneabilidade e ordem unida; Educação Moral; Instrução Geral, abordando a organização do Exército e da Força Policial, distintivos, continências, transgressões disciplinares, serviço interno e outros correlatos; Ensino Policial, abordou questões próprias sobre a atuação de polícia e contemplou:

*Polícia – definição e missão, ações preventiva e repressiva da polícia - entrada em casa alheia - prisão em seus diversos casos – legítima defesa - o crime e seus diversos aspectos – contravenções – casa interdita - desobediência e agressão policial - imunidades diplomáticas e parlamentares – desastres - proteção às senhoras, velhos e crianças – informações - ébrios e mendigos - jogos de azar - socorros de urgência.*¹⁶⁶

Por fim, o assunto sobre Noções de Higiene, deixou de constar seu conteúdo, ficando em branco.

Assim como aos candidatos à cabo, os candidatos à sargentos foram submetidos aos mesmos procedimentos – inscrição, submetidos a exame sob a coordenação de uma comissão de oficiais e a realização do curso. Este com duração de três meses compreendeu os temas sobre: Instrução Individual; Instrução Técnica; Educação Moral; Instrução Geral; Ensino Policial; Topografia; Escrituração Militar e Noções de Higiene. Em Instrução Geral, além das abordagens contempladas no CCC acrescentou-se Patrulhamento de Ruas e Primeiros Socorros. O tema sobre Noções e Higiene deixou de constar o conteúdo e, em seu lugar constou que *das 16 às 16:30 horas de todos os dias úteis, [período no qual] serão*

¹⁶⁵ BI n.º 190, de 21/08/1945.

¹⁶⁶ MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Batalhão de Caçadores*. BI n.º 83, de 10/04/1945.

ministradas aulas de Português e Aritmética. Por alguma razão, o tema foi substituído sem que qualquer motivo fosse apresentado.¹⁶⁷

Os cursos para cabos e sargentos, realizados em 1945, abordaram temas e respectivos conteúdos voltados à atividade militar - própria do Exército, com foco ao enfrentamento do inimigo -, como os estudos sobre o terreno, destinados às Patrulhas de Infantaria; armamento; serviço interno nos quartéis - de guarda das instalações físicas e o burocrático; normas e regulamentos militares. A única exceção tratou-se do Ensino Policial, temática adequada à atividade policial, com foco na proteção da população, como foi possível inferir por seu conteúdo. Mesmo assim, uma abordagem no nível conceitual. Presumo, levando em consideração os temas e conteúdos abordados nos planos dos cursos - cabos e sargentos -, terem sido estes insuficientes ao enfrentamento das dificuldades vivenciadas pelos policiais quando da atuação nos patrulhamentos de rua, até porque, não foi essa a missão maior atribuída aos elementos da Força. Contudo, os alunos dos cursos à cabo e à sargento, em 1946, contaram com uma equipe de instrutores formada por oficiais da própria corporação, dentre os quais inclui-se o próprio Cmt. Gr, o Cel. João Luiz Pereira Neto, responsável para ministrar o assunto sobre Educação Moral; o Cap. Luiz de Carvalho, Ordem Unida e Combate; o Cap. Ubaldo Monteiro da Silva, com Maneabilidade, Organização do Terreno, Topografia e Instrução Policial; o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho, Educação Física; o 2º Ten. Ary da Conceição e Silva, Armamento e Tiro; o 2º Ten. Luiz Zaramela, Regulamento de Continência; o 2º Ten. André Bastos Jorge, Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG); e o 2º Ten. Clodomiro Albernaz de Albuquerque, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), tudo como fez público o Boletim Interno.¹⁶⁸

Quanto a formação dos oficiais, esta ocorreu em outros estados da federação, até 10 de agosto de 1946, quando foi criado o Centro de Instrução Militar (CIM) da Força Policial de Mato Grosso. Destaco que ao CIM foi destinado à formação de cabos, sargentos e oficiais, inclusive ao aperfeiçoamento destes últimos.¹⁶⁹

Em abril de 1946, o Cmt. Gr. Interino, o Major José Silvério de Magalhães, preocupado com o *preparo técnico dos elementos* da corporação, solicitou ao Secretário-geral do Estado autorização para *chamar candidatos ao oficialato com a obrigação de fazer o curso*

¹⁶⁷ MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Batalhão de Caçadores*. BI n.º 214, de 20/09/1945.

¹⁶⁸ BI n.º 175, de 05/08/1946.

¹⁶⁹ BI n.º 187, de 19/08/1946.

do Centro de Instrução Militar da Força Policial do Estado de São Paulo.¹⁷⁰ Autorização concedida, o Comando Geral se pôs ao chamamento de candidatos para a devida inscrição. Sobretudo, além da necessidade de melhor preparar os elementos da corporação, só concorreriam às vagas de 2º tenente – o primeiro posto do oficialato - os candidatos possuidores do Curso de Formação de Oficiais, condição consignada na Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936.¹⁷¹ A este chamamento, apresentaram-se os candidatos: Ezequiel Malheiros, Benedito de Campos Couto, João Nunes Leite, Paulo Xavier e Alvino Francisco da Silva, todos os candidatos bacharéis, com o compromisso de fazer o curso para oficial no Estado de São Paulo. No início de 1947, o Comandante Geral da Força Policial do Estado de São Paulo confirmou ter sido reservado 5 vagas para matrícula [no curso de oficiais] aos alunos da Força Policial do Estado de Mato Grosso.¹⁷² Em fevereiro, seguiram para o CIM, no estado de São Paulo, os alunos a oficiais; Ezequiel Malheiros, Ariencaliense Alves [no lugar de João Nunes Leite]¹⁷³, Alvino Francisco da Silva, Benedito de Campos Couto e Paulo Xavier.¹⁷⁴ Ainda no mesmo mês seguiram para São Paulo os alunos a oficiais Maurício Demétrio dos Santos e Domingos Santana de Miranda. O que as evidências sugerem que aquela corporação disponibilizou mais duas vagas ao Estado de Mato Grosso.¹⁷⁵ Neste mesmo ano o Cmt. Gr. designou outra comissão para examinar novos alunos a oficiais, os quais realizaram o curso de oficial, desta feita, no Distrito Federal (Rio de Janeiro).¹⁷⁶

Enquanto os novos alunos a oficiais seguiram para o Estado de São Paulo e para o Distrito Federal, no mês de março de 1947 apresentou-se o Aspirante a Oficial, Edmundo Xavier Cabral, por conclusão do Curso de Oficiais Combatentes (COC) na Força Policial do Estado de São Paulo.¹⁷⁷ Para os oficiais da Força Policial de Mato Grosso, foi um privilégio à corporação ter suas turmas de oficiais formadas naquelas escolas, o que acabou por contribuir à melhora da imagem da corporação policial mato-grossense, fato registrado por Ubaldo Monteiro da Silva.¹⁷⁸ A propósito, a primeira turma¹⁷⁹ de oficiais formada fora do Estado de

¹⁷⁰ BI n.º 85, de 12/04/1946.

¹⁷¹ BRASIL. *Lei N. 192 -17 de Janeiro de 1936*. Art. 25. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército.

¹⁷² BI n.º 05, de 07/01/1947.

¹⁷³ O Boletim Interno deixou de informar o motivo da substituição do candidato.

¹⁷⁴ BI n.º 39, de 15/02/1947.

¹⁷⁵ BI n.º 43, de 21/02/1947.

¹⁷⁶ BI n.º 50, de 01/03/1947.

¹⁷⁷ O Curso de Oficial Combatente correspondeu ao Curso de Formação de Oficiais, termo empregado pelas Polícias Militares até a atualidade na formação de oficiais.

¹⁷⁸ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 105.

Mato Grosso seguiu para as escolas de São Paulo e Rio de Janeiro em fevereiro de 1940 e retornou em 1942, o que deu início à fase nova na preparação dos integrantes da Força Policial. Foi, também, nesse mesmo período, que sargentos da Força foram encaminhados aos *cursos de monitores de Educação Física* e, o Capitão José Silvério de Magalhães seguiu para o Distrito Federal para realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO),¹⁸⁰ concluindo-o em dezembro de 1940, conforme também apontou Ubaldo Monteiro da Silva.¹⁸¹

A força policial militar dedicou-se a formar e instruir suas praças e oficiais fazendo uso no cotidiano das condições disponíveis e, quando necessário e possível, buscou e obteve junto ao Governo do Estado melhores condições para esses feitos, a exemplo da criação [em 10/08/1946] do Centro de Instrução Militar (CIM) – conquista significativa sob a ótica do preparo técnico dos policiais -, destinado à formação de cabos, sargentos e oficiais, mesmo considerando o fato de que o CIM formou sua primeira turma de aspirantes a oficiais apenas em 05/09/1953 [com o ingresso em 18/02/1952].¹⁸²

Além dos processos de formação e instrução de oficiais e praças corroborarem à profissionalização destes, especificamente no trato com o público, aqueles serviram, ainda, de instrumentos de ascensão nas respectivas carreiras.

O Comandante Geral, Cel. João Luiz Pereira Neto, em 1946, considerando a inexistência de legislação estadual que tratasse das garantias e deveres do pessoal da Força Policial, determinou que se obedecesse à legislação federal, no que coubesse e a publicou em BI, como segue:

Tendo em vista que a Força Policial ainda não possui Lei Estadual que estabeleça para o seu pessoal as garantias que lhe são devidas e deveres gerais a que está obrigado, determino que seja obedecido fielmente na parte que for necessária e aplicável à esta Corporação o Decreto-lei nº 3.864 de

¹⁷⁹ Ubaldo Monteiro da Silva, Luiz de Carvalho, Emílio de Arruda e Sá, João Cesar, Aluísio Rondon, Plínio de Paula Correa e Eurides Malhado.

¹⁸⁰ Este curso foi considerado pré-requisito à promoção ao posto de Major – o primeiro posto dentre os de oficiais superiores; Major, Tenente-Coronel e, o último Coronel.

¹⁸¹ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 94.

¹⁸² Os aspirantes a oficiais: Oldemar Pereira, Antônio Benedito da Costa Leite, José Pereira Diniz, Evaristo Costa e Silva Filho, Argemiro Verlanjérie de Moraes e Mário Policarpo Silva. Ver: GONÇALVES, Marcos Roberto. *O centro de instrução militar de Mato Grosso: processo de criação e desativação do curso de formação de oficiais (1952-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT), 2009, p. 116 – 117.

24 de novembro de 1941 (*Estatuto dos Militares*), até ulterior deliberação do Governo do Estado.¹⁸³

De tal maneira que a carreira e a ascensão na corporação policial militar estavam definidas na Lei nº 192, na qual tratou da reorganização das *Polícias Militares*, sendo consideradas reservas do Exército, de 1936¹⁸⁴ e, no *Decreto-lei nº 3.864, de 24 de novembro de 1941* que instituiu o *Estatuto dos Militares*.¹⁸⁵ Em especial, a ascensão na hierarquia policial militar ocorre de forma gradual e sucessiva e, ainda, mediante promoções, de conformidade com as leis respectivas, quer para oficial, quer para praça. As promoções aos postos (oficiais) e graduações (praças) obedeceram aos princípios de merecimento, antiguidade e bravura em consonância com a legislação acima. Entretanto, as promoções à carreira foram estabelecidas de forma diferenciada entre oficiais e praças.

Para as praças as promoções a cabos, sargentos e subtenentes foram feitas entre os que se capacitavam com os devidos *cursos regulamentares* (*CCC para Cabos e o CCS para Sargentos*) e com os títulos necessários, respeitada entre os aptos a rigorosa seleção de capacidade intelectual estabelecida na respectiva classificação.¹⁸⁶ A título de exemplo, em 28/01/1946, os Cabos, por terem concluído o *Curso de Sargento com aproveitamento*, foram promovidos ao posto de 3º Sargento da Força Policial do Estado de Mato Grosso.¹⁸⁷

Em março de 1946, um novo decreto-lei possibilitou a promoção para segundos e terceiros sargentos. Aqueles que, na data de publicação da referida legislação, contassem com *mais de vinte e cinco anos de serviços*, desde que solicitassem transferência para a reserva remunerada – ou seja, deixando o serviço ativo da Força Policial –, seriam promovidos à *graduação imediatamente superior, para melhoria de reforma*, consequentemente produzindo efeitos nos vencimentos. Para tanto, aqueles graduados deveriam estar no *comportamento ótimo ou excepcional*, possuírem *encargos de família* e, terem *opinião favorável do comandante ou chefe* imediato à então promoção pleiteada, condições previstas no *Decreto-*

¹⁸³ BI n.º 147, de 01/07/1946.

¹⁸⁴ BRASIL. *Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936*. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as *Polícias Militares* sendo consideradas reservas do Exército.

¹⁸⁵ BRASIL. *Decreto-lei nº 3.864, de 24 de novembro de 1941*. *Estatuto dos Militares*.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ BI n.º 23, de 28/01/1946.

lei nº 9.106, de 29 de março de 1946.¹⁸⁸ É de salientar que, a competência para a promoção das praças, foi do Cmt. Gr., em conformidade com a legislação.¹⁸⁹

Para os oficiais a legislação básica era a mesma, ou seja, a que tratou da reorganização das Polícias Militares, consideradas reservas do Exército e, a que instituiu o Estatuto dos Militares. Em 1944, por força do *Decreto-lei nº 6.928, de 05 de outubro*, os critérios de promoções à Tenente-Coronel – penúltimo posto do oficialato superior - passaram a ser os mesmos que os para Coronel – último posto do oficialato superior -, sendo aplicáveis em duas situações: *por comissionamento quando se tratar do Comandante Geral, e promoção, pelo princípio de merecimento, quando se tratar de vaga verificada no quadro ordinário.*¹⁹⁰ O que sugere que o Interventor Federal, na existência de vagas no quadro, passou a ter maior influência nas promoções para o posto de Tenente-Coronel, pois há de se considerar a subjetividade do critério merecimento. Situação que supõe uma possível articulação deste junto ao Cmt. Gr. da Força Policial. Coaduno com o entendimento registrado por Stepan de que *através de uma série de interações políticas, o subsistema militar [aqui o policial militar, enquanto força policial estadual] foi moldado, normalmente, pelo sistema político local. Pois, a instituição policial militar é também uma instituição política que, como os partidos políticos, os grupos de pressão, ou os parlamentos, usualmente desempenha, de um modo ou de outro, várias funções políticas.* Trata-se aqui, de uma constatação de como o quadro político local se apresentou.¹⁹¹

E março de 1946, cumprindo os dispositivos legais e as articulações pertinentes às promoções de oficiais, o Desembargador Interventor Federal Substituto, promoveu os seguintes oficiais da Força Policial, pelos critérios de merecimento e antiguidade, como destacados abaixo:

Por merecimento, ao posto de Major da Força Policial do Estado, o Capitão José Silvério de Magalhães; Por merecimento, ao posto de Capitão desta Força Policial os 1ºs Tenentes Aluizio Rondon, Eurides Celestino Malhado e Luiz Carvalho; Por antiguidade, ao posto de Capitão da Força Policial, os 1ºs Tenentes Francisco Fernandes dos Santos e Hermenegildo Teodoro do

¹⁸⁸ BRASIL. *Decreto-lei nº 9.106, de 29 de março de 1946*. Permite a promoção à graduação imediatamente superior, dos segundos e terceiros sargentos com mais de 25 anos de serviço.

¹⁸⁹ BRASIL. *Decreto-lei nº 3.864, de 24 de novembro de 1941*. Estatuto dos Militares. Art. 85, § 1º.

¹⁹⁰ BRASIL. *Decreto-lei nº 6.928, de 05 de outubro de 1944*. Altera a redação do art. 8º da lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936.

¹⁹¹ STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução Ítalo Tronca. Editora Artenova S.A. Rio de Janeiro. 1975, p. 43.

*Nascimento; Por merecimento, ao posto de 1º Tenente, os 2ºs Tenentes da Força Policial Gonçalo Ribeiro da Silva [Tenente Contador], Emílio Correa de Arruda, Antônio Pinto de Castro e Gonçalo Romão de Figueiredo; Por antiguidade, ao posto de 1º Tenente, os 2ºs Tenentes da Força Policial Mamedes Viegas de Carvalho e Antônio Ribeiro Leite Filho.*¹⁹²

Foram, ao todo, 12 oficiais promovidos entre os critérios de merecimento e antiguidade. Entretanto, alguns oficiais ficaram insatisfeitos por não terem sido promovidos e reivindicaram suas respectivas promoções, por assim entenderem de direito.¹⁹³ Solicitado a informar sobre os direitos à promoção de dois dos oficiais, o Cap. Evaristo da Costa e Silva, Cmt. Gr. Interino, o fez ao Interventor Federal, Olegário Moreira de Barros, onde destacou que *a proposta das últimas promoções foi feita pelo Sr. Cel. Crescêncio Monteiro [Cmt. Gr. em exercício]* considerando a legislação vigente; no art. 7º, do Decreto nº 737, de 14 de janeiro de 1926, no art. 8º, letra “b” do Decreto-lei Federal nº 6.928, de 5 de outubro de 1944. Apoiado nestes dispositivos, *o então Comandante Geral indicou às promoções por antiguidade [dois oficiais], deixando a escolha a critério do Governo.* Dos dois oficiais indicados à promoção, o governador escolheu um apenas.¹⁹⁴

Não obstante os critérios objetivos definidos em legislação, os critérios subjetivos, nesta situação de promoção de oficiais, permitiram articulações políticas entre o Comandante Geral da Força Policial e o Interventor Federal em Mato Grosso, na promoção de oficiais, implicando na escolha destes a serem promovidos. Como bem informou o Capitão Evaristo da Costa e Silva; *o [...] então Comandante Geral indicou as promoções por antiguidade [dois oficiais], deixando a escolha a critério do Governo.*

A propósito das reivindicações feitas por oficiais que deixaram de ser promovidos em março de 1946 – quanto ao direito às promoções -, todas foram atendidas, a maioria ainda no ano de 1946. Além dessas promoções, o Major Antônio de Cerqueira Pereira Leite foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, Chefe do Serviço de Saúde da instituição, até porque, a Chefia do Serviço de Saúde da Força Policial do Estado passou a ser *exercida por*

¹⁹² BI n.º 63, de 16/03/1946.

¹⁹³ Reivindicaram as respectivas promoções os oficiais: Cap. Joaquim Corrêa da Silva, o Cap. Evaristo da Costa e Silva, o 1º Ten. Ubaldo Monteiro da Silva, 1º Ten. João Gutemberg Alves Ferreira, e o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho. Exceto o 1º Ten. Ubaldo Monteiro da Silva que solicitou sua baixa da Força Policial. Entretanto, após sua promoção, permaneceu na instituição policial militar.

¹⁹⁴ BI n.º 67, de 21/03/1946.

médico, com o posto de Tenente-Coronel, por força do Decreto-lei nº 797, de 31 de outubro de 1946, abrindo, portanto, vaga à promoção para aquele oficial.¹⁹⁵

Ainda, ao tratar da força policial sob a ótica institucional, as evidências revelaram um aspecto marcante na vida profissional e, até mesmo, pessoal dos oficiais e praças, nestas, seguramente mais destacado: a *disciplina* e a *sobrevivência* da tropa.

A disciplina dos elementos da Força Policial esteve ajustada principalmente pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), o qual foi aplicado literalmente à instituição policial militar. O RDE tratou, antes de tudo, *dos princípios gerais de hierarquia e disciplina*, ou seja, dos dois princípios que constituem a base das instituições militares e policiais militares. De tal modo que toda e qualquer violação a esses dois princípios, em tese, era considerada transgressão disciplinar. Entretanto, o RDE, aprovado pelo *Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942*, definiu, em seu Art. 12, a transgressão disciplinar, como sendo *toda violação do dever militar, na sua manifestação elementar e simples* e a distinguiu de crime militar, que *consiste na ofensa a esse mesmo dever, mas na sua expressão complexa e acentuadamente anormal, definida e prevista na legislação penal militar*. Esclareceu, contudo, que no caso de concurso de crime militar e transgressão disciplinar, em sendo da mesma natureza, a pena aplicada era a relativa ao crime. Ainda no mesmo artigo, generalizou – ao mesmo tempo em que as ampliou – as transgressões disciplinares como sendo *todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar* especificadas no RDE, além de

*[...] todas ações ou omissões não especificadas [...], não qualificadas como crime nas leis penais militares, praticadas contra a Bandeira, o Hino, o escudo e as armas nacionais, símbolos patrióticos e instituições nacionais; contra a honra e o pundonor individual militar; contra o decoro da classe; contra os preceitos sociais e as normas da moral; contra os preceitos de subordinação, regras e ordens de serviço estabelecidas nas leis ou regulamentos, ou prescritas por autoridades competentes.*¹⁹⁶

Noutras palavras, o RDE, que regulava *as transgressões à disciplina e punições respectivas*, estava *minuciosamente armado no sentido de prever toda e qualquer transgressão*. Uma disciplina intransigente submetida a punições severas. Fato igualmente anotado por Fernandes, em pesquisa análoga.¹⁹⁷

¹⁹⁵ BI n.º 271, de 30/11/1946.

¹⁹⁶ BRASIL. *Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942*. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

¹⁹⁷ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973, p. 189.

Sobretudo, as ações e omissões contrárias à disciplina estavam especificadas no Art. nº 13, do RDE, num total de 128 (cento e vinte e oito) transgressões, as quais combinadas com causas de justificação; circunstâncias atenuantes e agravantes constituíram o cenário de julgamento, do qual resultava a classificação da transgressão (grave, média e leve) e sua respectiva punição, ou não.

Ao pesquisar sobre a disciplina da tropa da instituição policial militar de Mato Grosso, nessa metade do século XX, as evidências apontaram para duas questões, as quais sobressaíram-se e escaparam ao controle daquela: o crime de deserção e as transgressões disciplinares motivadas pelo uso de bebidas alcoólicas (embriaguez).

A deserção é crime quando *ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias* e a punição é de *detenção, de seis meses a dois anos, se oficial a pena é aumentada de um terço* (Art. 163). Tratando-se de deserção, é crime, também, *dar asilo a desertor* (Art. 169) ou *deixar o oficial de proceder contra desertor* (Art. 170) cabendo, respectivamente, pena de detenção, de quatro meses a um ano e de detenção, de seis meses a um ano, de acordo com o *Decreto-lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944*, o qual instituiu o Código Penal Militar.¹⁹⁸ Os procedimentos quanto ao crime de deserção constituíam-se, fundamentalmente, de: parte da ausência do policial; constituição de comissão para inventariar os objetos deixados pelo ausente; lavratura do termo de deserção quando completados os oito dias de ausência e, por fim, a exclusão do policial do efetivo da instituição policial militar.

As evidências reveladas sobre as questões referentes ao crime de deserção, por elementos da instituição policial militar, apontaram para três desfechos distintos. O primeiro tipo de desfecho ocorreu na maioria dos casos e resultou na exclusão do policial do efetivo da instituição, quando se completava os oito dias *de ausência que a lei [marca] para que se constitua e consuma o crime de deserção*. Neste tipo de desfecho, em 1945, o Cmt. Gr. determinou que se lavrasse o respectivo termo¹⁹⁹ e, por fim, publicou a exclusão do policial. No segundo, após já ter sido excluído por crime de deserção, o policial era recapturado e reincluído ao estado efetivo da instituição. Entretanto, este não escapava a punição disciplinar. Em julho de 1945, procedeu-se a recondução do policial ao estado efetivo [da Cia. de Sapadores Mineiros] por ter sido *capturado da deserção em que se achava* e, neste caso, foi

¹⁹⁸ BRASIL. *Decreto-lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944*. Institui o código penal militar.

¹⁹⁹ BI n.º 158, de 13/07/1945.

aplicada a punição de 30 dias de prisão, além de ter sido *rebaixado definitivamente do posto*, ao cabo pertencente ao Destacamento de Poxoréo.²⁰⁰ Houve situações envolvendo policiais que praticaram até três vezes o crime de deserção. Em dezembro de 1946, o 1º Ten. Cmt. Interino da 3ª Cia. Fuzileiros, em telegrama nº 575 comunicou a *captura do soldado desertor [...], ficando o mesmo preso a disposição* do Comando Geral e acrescentou ser o mesmo *desertor pela terceira vez*. Diante deste fato, o Cmt. Gr. despachou ao Cmt. do BC para *expulsá-lo por não mais convir à disciplina desta Força*, de acordo com o RDE.²⁰¹ No último tipo de desfecho, tratou-se das situações em que a ausência do policial foi inferior a oito dias, período que descaracterizava o crime de deserção.

Embora o procedimento inicial fosse o mesmo, o de informar a ausência, em dezembro de 1946 por se achar *faltando ao quartel, o 3º Sgt. da Cia. de Sapadores Mineiros*, adido ao Pelotão Extranumerário do BC, o Cmt. Gr. nomeou oficiais para *assistirem ao inventário dos objetos deixados pelo referido sargento*.²⁰² Contudo, o procedimento foi interrompido quando o policial se apresentou, antes de vencer os oito dias. Foi exatamente este o caso do 3º Sgt., pois passados cinco dias de sua ausência este apresentou-se, entretanto cometeu transgressão disciplinar e, por essa razão, foi punido com quinze dias de prisão.²⁰³ Neste caso, entendeu seu comandante que o sargento agiu *contra os preceitos de subordinação, regras e ordens de serviço estabelecidas nas leis ou regulamentos, ou prescritas por autoridades competentes*, somado ao fato de *afastar-se de qualquer lugar em que se deva encontrar por força de disposição legal ou ordem*. A punição foi atenuada, uma vez que o sargento se encontrava no bom comportamento mas, por outro lado, a punição acabou sendo agravada por ter sido *praticada a transgressão com premeditação*.²⁰⁴

Essas evidências, quanto aos diferentes desfechos à prática do crime de deserção, revelaram o poder discricionário do Comandante Geral aplicado aos elementos da instituição policial militar. Suponho que a aplicação desse poder foi fundamentada no parecer dos comandantes imediatos daqueles policiais, pois estes os conheciam melhor. Assim seguiu a instituição recapturando os seus desertores; ora excluindo-os, ora reconduzindo-os aos quadros do efetivo policial. Situação que perdurou até a promulgação da Constituição Estadual de 11 de julho de 1947, quando consignou em seu texto a concessão da *anistia a*

²⁰⁰ BI n.º 155, de 10/07/1945.

²⁰¹ BI n.º 158, de 13/07/1945.

²⁰² BI n.º 291, de 26/12/1946.

²⁰³ BI n.º 109, de 12/05/1945.

²⁰⁴ Ver alínea “b”, do art. 12 e número 26 do art. 13, combinados com a atenuante de número 1, do §2º e agravante número 8, do §3º do art. 16, tudo do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

*todos os cidadãos considerados desertores da Polícia Militar do Estado até a data da promulgação deste Ato.*²⁰⁵

Ainda abordando a questão da disciplina, o estado de embriaguez alcoólica deu causa a um número significativo de punições aplicadas aos elementos da Força. Mais que isso, pois a embriaguez além de transgressão disciplinar, deu causa ao cometimento de outros delitos, alguns de alta gravidade colocando em risco, inclusive, a vida de terceiros.²⁰⁶

Em 1945, considerando o estado de embriaguez no qual as praças se apresentaram, estas cometeram delitos concomitantemente, em diferentes circunstâncias: *faltar com a verdade*, abusando do nome do seu superior, *desrespeitar seu sargenteante de destacamento*, além de fazer *referências desairosas contra a esposa do aludido sargento*;²⁰⁷ *em estado de embriaguez tomado do seu ordenança o cavalo de sua montaria quando se recolhia para o quartel, tendo no mesmo galopado, e por esse motivo, produzido cansaço e perda de um par de ferradura do referido animal*;²⁰⁸ *o sargento músico [...] por ter faltado a verdade, apresentando [...] sem novidade, quando no alojamento da banda de musica, estava um soldado musico em estado de embriaguez*;²⁰⁹ *em estado de embriaguez, provocado desordem pelas ruas daquela cidade, e ao ser preso, investiu-se contra o Delegado de Polícia, armado de um punhal*;²¹⁰ *o cabo [...] por ter praticado naquela cidade, em via pública, em estado de embriaguez, atos desagradáveis, e chegando a invadir uma casa afim de retirar uma mulher que na mesma se escondia de mencionado cabo e ao ser preso, desacatado o Cmt. do destacamento e alguns civis que aquilo presenciavam.*²¹¹

No ano seguinte, uma série de delitos foi cometida por praças da Força Policial, sob estado de embriaguez alcoólica: na ausência do Comando da unidade policial militar e exercendo as funções de *Cabo do rancho [por ter] recolhido no acampamento bebidas alcoólicas, se embriagado* e, ainda, *ter dado bebidas [alcoólicas] aos cozinheiros motivando retardar a distribuição da refeição do almoço para o pessoal que se encontrava em serviço de estrada*;²¹² *sem estar à serviço, quando em passeio em Cuiabá, se embriagado e neste*

²⁰⁵ MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Mato Grosso. 11 de julho de 1947. Art. 15.*

²⁰⁶ BRASIL. *Decreto nº 8835, de 23 de fevereiro de 1942. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército. Regulamento Disciplinar do Exército. Art. 13, nº 117. “Embriagar-se com qualquer bebida alcoólica ou entorpecente, embora tal estado não tenha sido constatado por médico”.*

²⁰⁷ BI n.º 102, de 04/05/1945.

²⁰⁸ BI n.º 105, de 08/05/1945.

²⁰⁹ BI n.º 195, de 27/08/1945.

²¹⁰ MATO GROSSO. *Polícia Militar. Boletim Interno do Comando Geral. Op. cit.*

²¹¹ BI n.º 202, de 04/09/1945.

²¹² BI n.º 7, de 09/01/1946.

estado portado-se inconveniente e sem compostura nas ruas da cidade, sendo recolhido ao xadrez do B.C. por mais de uma vez, aqui o destaque para a reincidência;²¹³ por ter vagado depois das 22 horas do dia 21 [...] portando-se de modo inconveniente na rua [...] e ter-se embriagado com bebidas alcoólicas;²¹⁴ a caminho da comunidade de Aricá [próxima de Cuiabá] para esta Capital montado em um cavalo procurou deter um caminhão com passageiros inclusive o cabo e em estado de embriaguez, atirou de revólver em direção do referido veículo;²¹⁵ policial em adiantado estado alcoólico [...] espancou o 3º sargento reformado do Exército;²¹⁶ policial em companhia de sua amante [...] em estado de embriaguez [...] procurando desmoralizar o serviço de patrulha;²¹⁷ na ausência daquele Comando ter-se embriagado e traiçoeiramente espancado um seu colega.²¹⁸

No ano de 1947 esse quadro se manteve; praças sob o efeito de bebidas alcoólicas agrediram seus pares, promoveram desordens nas localidades onde trabalhavam e prejudicaram o serviço da sua corporação. Este foi o quadro dos elementos da Força Policial com suas transgressões e delitos, cometidos sob efeito da ingestão de bebidas alcoólicas. Um quadro triste.

A propósito, João Moreira de Barros, Chefe de Polícia, ao apresentar seu “Relatório da Chefatura de Polícia do ano de 1940” ao Coronel Máximo Levi, Secretário-geral do Estado, destacou que dentre os principais motivos que têm levado mais correccionais à *Colônia de Palmeiras* são a *vadiagem, a embriaguez contumaz e o furto*. Circunstâncias que revelaram, já no início da década de 1940, ter sido a embriaguez prática comum, em parte significativa da população mato-grossense, como demonstrado acima, com influência marcante para os elementos da Força Policial. As evidências deixaram de registrar, entretanto há de se supor, a exemplo do ocorrido entre os elementos da Força Policial, que a embriaguez tenha atingido a parcela pobre da população.²¹⁹

O abuso de ingestão de bebidas alcoólicas pelos elementos da Força Policial ocupou ainda as páginas da *Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª Sessão ordinária de sua 1ª legislatura*. Cuiabá, 13 de junho de 1948. O Governador eleito, Arnaldo Estevão de Figueiredo, ao referir-

²¹³ BI n.º 7, de 09/01/1946.

²¹⁴ BI n.º 60, de 13/03/1946.

²¹⁵ BI n.º 115, de 21/05/1946.

²¹⁶ BI n.º 161, de 17/07/1946.

²¹⁷ BI n.º 175, de 05/08/1946.

²¹⁸ BI n.º 182, de 13/08/1946.

²¹⁹ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Estante 11, 82.

se à disciplina da tropa, realçou que *a disciplina da nossa atual Polícia Militar é digna de louvor, é rigorosa, podendo mesmo se afirmar que aquela Corporação, com o processo corretivo legal, já possui ótimo espírito de disciplina*. Acrescentou que de modo geral *o soldado mato-grossense é religioso e afetivo*. Ao final, entretanto, anotou que *o coeficiente de exclusões tem como responsável o uso e abuso do álcool*.²²⁰

Quanto as três questões tratadas; a rígida disciplina, a qual estavam sujeitos os elementos da instituição policial militar, os crimes de deserção praticados e, o quadro triste, ressaltou a similaridade dessa realidade com a vivida por integrantes de outra instituição, ainda no início do século XX.

A questão similar abordada sobre a *Identidade e Disciplina*, na Força Pública do Estado de São Paulo, registrou que *ainda sob a [1ª] República a disciplina, princípio norteador da instituição, foi rigidamente estabelecida e imposta. O decreto de 1896, que [regulou] as transgressões à disciplina e punições respectivas, [estava] minuciosamente armado no sentido de prever toda e qualquer transgressão*. As punições, embora deixaram de ser extremas como as do *período imperial*, *nem por isso deixam de ser severas*. Da mesma maneira, a punição das praças, de acordo com Fernandes,

[...] poderia vir acompanhada, dependendo da gravidade da transgressão, de penas acessórias como: correr em acelerado; carga de armas; carga de equipamento em ordem de marcha; faxina; repetição da instrução prática na escola de recrutas; diminuição da ração diária; privação do fumo; isolamento em célula especial; multa em metade dos vencimentos (extensiva também aos inferiores).²²¹

Ainda, o grande problema enfrentado pela instituição [Força Pública do Estado de São Paulo] durante o período republicano analisado foi a deserção. *Praticamente todos os relatórios referem-se à deserção como o delito mais frequente*. Dois fatos corroboraram a essa compreensão: primeiro, *a constância em que foram emitidos decretos que indultaram as praças, pela prática do crime de deserção – pela primeira ou segunda vez –; segundo, pela*

²²⁰ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato-Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª Sessão ordinária de sua 1ª legislatura*. Cuiabá, 13 de junho de 1948. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Relatórios.

²²¹ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973, p. 189.

inferência que resultou da *análise do número anual de praças reconduzidas à instituição pelo crime de deserção*. Por fim, entre os problemas enfrentados pela Força Pública do Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, registrou-se uma *grande incidência de delitos significativos como embriaguez*.²²²

Que motivações teriam contribuído para esse quadro na Força Policial do Estado de Mato Grosso? A resposta a esta questão é impraticável de ser levado a efeito nesta tese, circunstância que causa certa frustração. Entretanto, um pouco de alento pode ser encontrado no fato, anotado por Prost, de que *o pesquisador vai resolvendo, sucessivamente, as lacunas, sempre insatisfeito e cada vez mais consciente de sua ignorância. Ele não pode encerrar um dossiê sem abrir um grande número de outros*.²²³

Mas, por outro lado, que o desconhecido seja conhecido em novos estudos movidos pela fome de aprender, conforme anotou Bloch – ao referir-se ao jurista inglês Maitland,²²⁴ e, que *um livro de história deve fazer fome. Fome de aprender e, sobretudo, de investigar, compreenda-se. Este livro não tem desejo mais forte do que abrir o apetite a alguns estudiosos*.²²⁵

Que estes outros dossiês possam ser esclarecidos senão por este, por outros pesquisadores. Sobretudo, de acordo com Thompson, acontece que *há uma certa altura em que se devem interromper as linhas de outras investigações possíveis, caso contrário nunca se chegaria a se imprimir um livro de história*.²²⁶

Ou, ainda, como anotou Leonzo e Benevides, no mesmo sentido que Thompson, *não há por que especular, construir hipóteses insustentáveis. Nem tudo está ao alcance do historiador. É preciso aceitar com resignação as contingências que limitar, na prática, o nosso ofício*.²²⁷

Por fim, sob a ótica institucional, as evidências fizeram emergir traços que ajudaram a constituir aspectos sobre as relações político-sociais entre os elementos da Força e outros que, de uma forma ou outra, compuseram a mesma realidade. Por mais peculiares que suas práticas se

²²² FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973, p. 193.

²²³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 237.

²²⁴ Bloch em seu estudo referiu-se à Frederic Willian Maitland, jurista e historiador inglês.

²²⁵ BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70. 1979, p. 15.

²²⁶ THOMPSON, E. P. *Senhores & caçadores* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987), p. 401.

²²⁷ BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nanci. *Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense*. 2ª ed. Ver. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 62.

revelaram nesta tese, há de reconhecer, como anotado por Bloch, *que em uma sociedade, seja qual for, tudo se liga e controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, a crença, tanto as formas mais elementares como as mais sutis da mentalidade*.²²⁸

Foi impossível considerar a Força Policial Militar em Mato Grosso, nesse triênio da metade do século XX, uma instituição autônoma e isolada, no sentido de que suas práticas fossem unicamente orientadas por leis e normas pertinentes à ordem e a segurança pública. Esta foi uma instituição que sofreu injunções e influências – mas que também as aceitou –, apesar de ter sua missão e atribuições definidas nas constituições federal e estadual e em outras leis complementares como as apresentadas acima. A Força Policial tomou parte de uma rede com demais instituições e setores da sociedade civil, na qual influenciou e foi influenciada. As evidências sugerem, conforme Bourdieu, que a *razão de ser* da Força (a instituição em si) e de *seus efeitos sociais, não está na vontade* de seu comandante geral ou do grupo de oficiais – responsáveis pelos comandos intermediários –

*[...] mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares [não necessariamente excludentes] no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais previstos e imprevistos.*²²⁹

Os elementos da Força, principalmente o Cmt. Gr. e oficiais [militares] estavam inseridos na política estadual e, como tal, desempenharam diversas funções políticas no governo.²³⁰ Não há juízo de valor nessa afirmação, mas apenas a constatação, apoiada em evidências, de como as relações, sobretudo as institucionais ocorreram influenciadas pela política local.

²²⁸ BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz; tradução, André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 152.

²²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 81.

²³⁰ Aqui, tomo os argumentos de Stepan, aplicados aos militares no período de 1945-1964 na política nacional e os aplico aos elementos da Força Policial em Mato Grosso. Da mesma forma que os militares, os das Forças Armadas, estavam envolvidos na política nacional - os militares como subsistema do sistema político global. Até porque, muitos dos Comandantes Gerais da Força Policial pertenciam ao Exército, fato que reforça a tese: “os militares na política”. Ver a defesa desse argumento em: STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução Ítalo Tronca. Editora Artenova S.A.. Rio de Janeiro. 1975, p. 9.

A inserção e participação dos elementos da Força Policial na política estadual ocorreram, fundamentalmente, nas relações institucionais; com o Governo do Estado por intermédio de suas secretarias e órgãos do governo; com o Exército Brasileiro – embora com este a participação nas atividades se deu, primeiramente, por conta da vinculação de subordinação da Força Policial –; e, com a Igreja Católica. Esporadicamente essas relações ocorreram com outras instituições como a Assembleia Legislativa, o Centro Operário de Cuiabá, e a Federação Mato-grossense de Desportos.

Em fevereiro de 1945, o Interventor Federal Substituto em Mato Grosso designou o Ten. Cel. Crescêncio Monteiro da Silva, Comandante Geral da Força Policial, para exercer os cargos de Secretário-geral de Estado e o de Presidente do Conselho Estadual de Administração Municipal, durante o impedimento do titular.²³¹ O exercício desses cargos por parte do Cmt. Gr. tornou-se uma rotina nas designações feitas pelos Interventores Federais em Mato Grosso, no ano de 1945. Em decorrência, os oficiais mais antigos da corporação foram designados para assumirem o Comando Geral da Força Policial, interinamente.²³²

Além do Cmt. Gr., outros oficiais foram designados em funções externas à Força Policial, bem como, a designação em funções dessa natureza não foi um privilégio dos Interventores Federais. Em 1947, o Governador eleito, Arnaldo Estevão de Figueiredo, designou à função de Assistente Militar, o Capitão Gonçalo Romão de Figueiredo²³³ e o Capitão Eurides Celestino Machado foi posto *à disposição do Exmo. Senhor Dr. Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas*, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete.²³⁴

A participação da Força Policial também foi notada em festejos; quer na organização dos preparativos, quer na participação efetiva do evento, como nas comemorações do Dia do Funcionário Público, em 1945, quando a comissão organizadora convidou, por intermédio do Comando da Força, os oficiais lotados na sede, para os festejos a serem realizados no dia 28 de outubro nesta Capital, às 9 horas, *no edifício do Colégio Estadual de Mato Grosso, e para o baile a realizar na noite deste mesmo dia, no Club Feminino*.²³⁵

²³¹ BI n.º 51, de 02/03/1945.

²³² MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BIs de 28/03, 02/04 e 11/07 de 1945.

²³³ BI n.º 85, de 14/04/1945.

²³⁴ A propósito, na data em que o oficial foi posto à disposição, o Governador eleito em MATO GROSSO, Arnaldo Estevão de Figueiredo, há havia tomado posse (08/04/1947). Ver: Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 116, de 23/05/1947.

²³⁵ BI n.º 241, de 20/10/1945.

No mesmo BI em que se publicou este convite, o Cmt. Gr deu despacho para que o BC colocasse à disposição da Comissão dos festejos do Dia dos Funcionários Público, *a banda de música e, a noite, o jazz, para tocar no baile a realizar-se* naquele mesmo dia. Contudo, destacou que *as despesas com o transporte* correriam por conta dos interessados. A propósito, sobre a atuação dos elementos da Força pertencentes a Banda de Música e ao Jazz será abordada adiante.²³⁶

Com o Exército as relações político-sociais ocorreram na realização de solenidades religiosas, na participação de eventos esportivos, no apoio recíproco nos serviços de saúde e, por conta da subordinação hierárquica, na aplicação de procedimentos administrativos. A participação da Força Policial nas solenidades sob a organização do Exército já foi abordada acima. Os eventos esportivos constituíram-se noutro elo – *locus* - dessas relações, a exemplo da *Corrida da Fogueira*. Em 1945, o convite na forma de comunicação partiu do 16º BC, do Exército – responsável pela organização do evento neste ano -, no qual o comandante daquela unidade comunicou que promoverá, *como o fez no ano passado, a realização da Corrida da Fogueira, prova esportiva e marcando a sua realização no dia 24 do corrente, para o que convida esta corporação a tomar parte*.²³⁷

O Cmt. Gr. da Força Policial, ao agradecer o convite, no mesmo BI despachou informando que a Corporação Policial tomaria parte no evento; participando da organização e apresentando elementos da Força Policial para disputarem a corrida.

Realizado o evento, o Cmt. do 16º BC agradeceu a colaboração da Força Policial e destacou que a *Corrida da Fogueira* obteve um *grande êxito* naquela *tarde esportiva*, de 24 de junho de 1945. Por sua vez, o Cmt. Gr. da Força Policial, frente aos resultados obtidos pelos elementos da Força, determinou que fosse *averbado nos assentamentos dos soldados do BC*, classificados entre os 10 primeiros lugares, referências elogiosas aos atletas²³⁸ da sua corporação.²³⁹ No ano seguinte (1946), o Cmt. Gr. da Força Policial determinou que fosse feita uma preparação esportiva aos elementos da Força que viessem a participar da *Corrida da Fogueira*. Estabeleceu que os treinos deveriam ocorrer três vezes na semana e, ao final,

²³⁶ BI n.º 241, de 20/10/1945.

²³⁷ BI n.º 133, de 14/06/1945.

²³⁸ Os atletas da Força Policial que se destacaram entre os dez primeiros lugares foram os soldados: Sebastião Ferreira da Silva, Joaquim Pereira de Moraes e Domingos de Abreu Valadares.

²³⁹ BI n.º 149, de 03/07/1945.

acrescentou que os treinos seriam *considerados instrução*. Na prática significou que os treinos foram considerados atos de serviço, por tanto, caso houvesse falta, haveria punição.²⁴⁰

Ainda neste ano o próprio Cmt. Gr. participou da Comissão de Arbitragem, juntamente com o Prefeito Municipal da Capital e o Major Cmt. do 16º BC do Exército, proclamados pelos promotores da Corrida da Cidade, conforme ofício do Presidente da Federação Mato-Grossense de Desportos.²⁴¹ Realizado o evento, este ao agradecer a participação do Cmt. Gr. manifestou que aquela Federação desejava prosseguir *mantendo com esta Força [Policial], os mais estreitos laços de cooperação esportiva, para maior glória de Mato Grosso e do Brasil*.²⁴²

A *Corrida da Fogueira*, em 1947, foi patrocinada pela Federação Mato-grossense de Desportos e ao comunicar sua realização convidou os *atletas desta Força [Policial], a fim de tomarem parte* no evento e, para tanto, deveriam realizar as suas inscrições. O Cmt. Gr., o Cel. João Luiz Pereira Neto, recomendou ao Cmt. do BC que *as praças inscritas a tomarem parte na Corrida da Fogueira deveriam ficar dispensadas do serviço, para treinamento e descanso*, até o dia da corrida.²⁴³ Nesta Corrida da Fogueira (um percurso de sete mil metros) o resultado das classificações deixou o Cmt. Gr *muito satisfeito*, pois entre os dez primeiros colocados os elementos da Força Policial ocuparam três; o 1º, 4º e 8º lugares.²⁴⁴ Foi consignado em BI que o *Comando muito satisfeito elogia os referidos concorrentes pelo amor físico, fibra e amor ao Corpo de Tropa* que demonstraram nessa competição e chamou a *atenção de outros elementos sobre esses belos exemplos*.²⁴⁵

A área da saúde também foi marcada por relações político-sociais entre as Força Policial e o Exército, ora uma, ora outra instituição disponibilizando pessoal, serviços e medicamentos. Em 1945, por duas ocasiões o Ten. Cel. Cmt. do 16º B.C. solicitou que fosse designado um oficial médico da Força Policial, a fim de *constituir uma Junta Médica* para *julgar o estado de saúde* de militares daquela Unidade, para efeito de promoção. A solicitação foi atendida nas duas ocasiões.²⁴⁶ Em janeiro de 1946, a mesma solicitação, desta feita, com o

²⁴⁰ BI n.º 129, de 07/06/1946.

²⁴¹ BI n.º 80, de 05/04/1946.

²⁴² BI n.º 89, de 17/04/1946.

²⁴³ BI n.º 136, de 19/06/1947.

²⁴⁴ A classificação respectivamente foi para os policiais: o soldado José Liberato da Silva; o soldado Sebastião Ferreira da Silva e o 3º Sargento Benedito Corsino Ortis, conforme fez público o mesmo BI.

²⁴⁵ BI n.º 142, de 26/06/1947

²⁴⁶ MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BIs n.º 242 e 254, respectivamente de 22/10/1945 e 07/11/1945.

propósito de *julgar o estado de saúde dos Oficiais daquela Unidade indicados para matrícula no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais*. Como de costume, a solicitação foi atendida.²⁴⁷ No entanto, em 1947, foi o Exército, por intermédio do Sr. Ten. Cel. Cmt. do 2º Batalhão de Fronteira de Cáceres, que resolveu *estender às praças [e suas famílias] da Força Policial do Destacamento daquela cidade os benefícios referentes a visita médica e receituário*.²⁴⁸

Essas relações, de certa forma, contribuíram à subsistência das instituições frente as dificuldades que se apresentaram exigindo das instituições um esforço a mais. Por essa ótica, é possível afirmar que a vinculação hierárquica da Força Policial ao Exército contribuiu à relação desenvolvida entre estas instituições e, de alguma forma, as fortaleceu.

Com a Igreja Católica as relações político-sociais ocorrem, fundamentalmente, em solenidades religiosas e, em grande parte delas, juntamente com o Exército. Além da presença dos elementos da força, na celebração dos cultos e conferências, a participação também se deu especialmente com a Banda de Música da Força Policial, com a alegre missão de executar músicas.²⁴⁹ Há de se destacar que os eventos religiosos contavam, sempre, com a participação popular.

Um dos tradicionais eventos que marcaram essas relações foi o da páscoa dos militares, caracterizada por um programa de conferências, de três dias e a missa solene. Em 1945, foi o oficiante *Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá*, que após a realização da missa, no Seminário da Arquidiocese, ofereceu aos militares *uma ligeira ágape*.²⁵⁰ Noutros eventos, a participação dos elementos da Força Policial em atos cívicos religiosos limitou-se a participação em desfiles, sendo-lhes reconhecido o *garbo, asseio e disciplina demonstrados*.²⁵¹ Em agosto de 1945, o Cap. Benedito de Paula Correa, respondendo pelo expediente do Comando Geral, convidou os oficiais da corporação para assistirem a uma missa realizada *em sufrágio as almas dos componentes da FEB, que tombaram sem vida nos campos de luta, na Itália*, recomendando que os oficiais deversem apresentar-se desarmados.²⁵²

Em maio de 1946, foi a Banda de Musica do BC que participou de maneira mais intensa, pois tocou nos dias 3, 4 e 5 de junho *nas esmolos do Divino Espírito Santo, da*

²⁴⁷ BI n.º 19, de 23/01/1947.

²⁴⁸ BI n.º 233, de 16/05/1947.

²⁴⁹ A propósito a participação da Banda de Música da Força Policial será objeto de estudo mais abaixo.

²⁵⁰ BI n.º 98, de 28/04/1945.

²⁵¹ BI n.º 115, de 21/05/1945.

²⁵² BI n.º 193, de 24/08/1945.

Paróquia da Matriz do Bom Jesus, e no dia 9 na quermesse realizada *naquela Igreja após a procissão*. Entretanto, fez-se necessário que o Vigário daquela Paróquia mandasse o transporte para atender os deslocamentos dos integrantes da banda, com seus respectivos instrumentos.

Ainda no mês de maio, os elementos da Força Policial tomaram parte numa grande concentração de caráter cívico religiosa, realizada na Praça da República, no centro da capital. Com o fim de *dar maior realce a essa manifestação*, a determinação do Cmt. Gr., registrada em boletim do comando geral, constou que deveriam ser tomadas as seguintes providências:

- a) *O rancho será dado as 15,30 hr;*
- b) *O pessoal deverá estar pronto para deslocar, as 16 hr;*
- c) *A Bandeira Nacional, será conduzida por um soldado de escol, tomará parte na concentração e marchará à frente da Tropa, a direita dos Estandartes religiosos;*
- d) *Execução a cargo do oficial de dia;*
- e) *Os oficiais deslocarão à vontade.*²⁵³

Além destas e, conforme entendimentos junto ao Vigário da Paróquia de São Gonçalo, o povo religioso do 2º distrito acompanharia os elementos desta Força, e, neste caso, a disposição dos participantes deveria ser a seguinte: em primeiro lugar a Banda de Música, seguida das demais Bandeiras, a Força Policial e o Povo, conforme dispôs o mesmo boletim interno em epígrafe. As evidências apontaram para um grande empenho por parte da Força Policial na participação de um evento cívico religioso e, sobretudo tipicamente popular. Em junho nova participação dos elementos da Força Policial em eventos religiosos. Desta feita, tratou-se das conferências religiosas realizadas na Paróquia de São Gonçalo pelo Padre Luiz Ghisoni, nas quais tomaram parte os oficiais e praças da Corporação. O Cmt. Gr. cuidou para que o pessoal se fizesse presente, e recomendou ao Cmt. do BC as providências necessárias para tanto.²⁵⁴

Neste ano de 1946, cinco outras participações da Força Policial foram registradas em BI: em 02 de agosto, o Cmt. Gr. transmitiu aos oficiais e praças da Força, o *convite feito pelo Vigário de São Gonçalo, às festas de visita Pastoral e Santas Missões, naquela Paróquia*, realizadas na conformidade com *o programa distribuído*;²⁵⁵ a 19, do mesmo mês, o Cmt. Gr.

²⁵³ BI n.º 121, de 29/05/1946.

²⁵⁴ BI n.º 135, de 15/06/1946.

²⁵⁵ BI n.º 173, de 02/08/1946.

ordenou que a Banda de Música do BC *tocasse na procissão e quermesse*, no dia 8 de setembro, *na Igreja do Bom Despacho* e, ao final, ressaltou o Cmt., como de costume, que o transporte da Banda fosse realizado pelo interessado;²⁵⁶ a 13 de setembro foi realizada nas dependências do Comando Geral a *entronização da imagem do sagrado coração de Jesus*, considerada uma marcante solenidade religiosa militar.²⁵⁷ A participação dos elementos da Força nesta solenidade esteve envolta em discursos de combate ao comunismo e foi discutida acima; e, por fim, em outubro, o Cmt. Gr. designou o 2º Tenente Clidenor Cicero de Sá para representar o Comando da Força Policial nas solenidades *em homenagem ao onomástico do Vigário da Catedral do Bom Jesus*.²⁵⁸

A primeira participação da Força Policial em eventos cívicos religiosos, em 1947, foi designada pelo Cmt. Gr à Banda de Música do BC para que tocasse na *festa jubilar* de S. Exa. e Reverendíssimo Dom Aquino Correa, na Catedral Metropolitana.²⁵⁹ Em 28 de maio, o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, transmitiu aos oficiais e praças o convite à solenidade de *visita Pastoral do Antiste da Igreja Cuiabana*, diante da Capela do Asilo Santa Rita e, sobretudo, determinou que a Banda de Música se fizesse presente para tocar na solenidade.²⁶⁰ Em 09 de junho, mais uma vez o Cmt. Gr. convidou oficiais e praças à *visita Jubilar do Reverendíssimo Dom Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá a Paróquia de São Gonçalo*. Como de costume, a Banda de Música do BC fez-se presente e tocou em mais essa solenidade. O Cmt. Gr., o Cel João Luiz Pereira Neto, fez-se presente e, para não se atrasar, determinou que o *o auto do C.G. [seu motorista]* estivesse na porta de sua residência às cinco horas.²⁶¹ A 29, do mesmo mês, mais uma participação da Banda de Música, quando realizou uma tocada *na procissão [e] a seguir [na] quermesse, na Igreja do Bom Despacho*.²⁶²

Evidencio que a participação dos elementos da Força Policial nessas solenidades contou, na maioria das vezes, com a presença tanto das praças como a dos oficiais e, raras foram as ocasiões nas quais o Cmt. Gr. deixou de se fazer presente. Os registros em BI deixaram de revelar a presença de outras autoridades, contudo, dada a magnitude destes eventos religiosos, inclusive com a realização de quermesses, é possível sugerir que, além da participação popular, estes contaram, também, com a presença de autoridades civis locais.

²⁵⁶ BI n.º 187, de 09/08/1946.

²⁵⁷ BI n.º 210, de 16/09/1946.

²⁵⁸ BI n.º 238, de 19/10/1946.

²⁵⁹ BI n.º 077, de 02/04/1947.

²⁶⁰ BI n.º 119, de 28/05/1947.

²⁶¹ BI n.º 129, de 09/06/1947.

²⁶² BI n.º 140, de 24/06/1947.

A série de eventos realizados nesse período [1945, 1946 e 1947] fez emergir uma questão elementar: considerando a intensa relação entre as autoridades civis, militares e eclesiásticas naqueles, além da participação popular, teria sido possível que as práticas policiais fossem caracterizadas por violentas e arbitrárias?

A Força Policial manteve relações político-sociais, embora esporádicas, com outros poderes (Legislativo e Judiciário), instituições e organizações civis. Com os poderes constituídos houve um padrão comum nas relações marcado por visitas às instalações físicas da Força Policial. Interventores, Governador e Deputados Estaduais [eleitos em 1947] visitaram as instalações da Força Policial sob o pretexto de conhecer a realidade da corporação [caracterizada por toda uma gama de dificuldades], embora algumas dessas visitas limitaram-se a visita de cortesia. A propósito, na visita dos Deputados Estaduais²⁶³, estes declararam que tomariam todo *o interesse na defesa dos assuntos atinentes à Força Policial, que forem ventilados naquela augusta Casa*.²⁶⁴ Todavia, nenhum registro foi feito em BI no qual, como decorrência dessa visita, qualquer tipo de providência tenha sido tomada no sentido de corroborar à melhoria da corporação.²⁶⁵

Dentre as organizações civis com as quais a Força Policial manteve relações político-sociais, um convite feito pelo Centro Operário de Cuiabá, ganhou relevância por conta do período no qual ocorreu. O convite foi formulado em abril de 1946, no qual o Presidente daquele centro convidou os oficiais e Excelentíssimas Famílias *a fim de assistirem no dia 1º de maio [...] as solenidades de posse de sua nova Diretoria*. Neste momento a Assembleia Nacional Constituinte, ainda reunida, debatia em suas sessões as denúncias apresentadas pelos congressistas sobre as práticas violentas e arbitrárias da polícia contra os trabalhadores. Entretanto, considerando o convite feito pelo presidente daquele centro e, ainda, extensivo às famílias dos oficiais, pareceu essa evidência corroborar à inexistência de práticas violentas ou arbitrárias por parte dos elementos da Força contra os trabalhadores em Mato Grosso.²⁶⁶

Quanto a participação direta na política – a pretensão de participação direta nas eleições – a Força Policial teve apenas um de seus oficiais candidato à vaga de deputado estadual constituinte no pleito de 19 de janeiro de 1947: o Tenente-Coronel Manoel Pereira da

²⁶³ Nesta visita à Força Policial fizeram-se presentes os deputados: Antônio Mena Gonçalves, Liscio Proença Borralho, José Cerveira e José Gonçalves de Oliveira. Ver MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 77, de 02/04/1947.

²⁶⁴ BI n.º 77, de 02/04/1947.

²⁶⁵ Conforme registros feitos em BIs em datas de: 10/08/1946, 20/12/1946, 02/04/1947

²⁶⁶ BI n.º 98, de 30/04/1947.

Silva. O oficial superior exercia o cargo de Chefe de Polícia do Estado, desde 25 de maio de 1946, quando, em 19 de novembro de 1946, solicitou sua exoneração do cargo para candidatar-se pelo Partido Social Democrático (PSD).²⁶⁷ Na ocasião, o Interventor Federal, José Marcelo Moreira, registrou seus agradecimentos ao oficial pelos *bons e leais serviços prestados* à sua administração, durante o tempo em que esteve no cargo. O Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Hermes Dreux de Toledo, também fez seus agradecimentos e registrou que, cumprindo com seu dever de justiça, agradecia aquele oficial pela *cooperação e dedicação sempre dispensada* àquela Secretaria, quando a frente da Chefatura de Polícia, *onde patente ficou o vosso amor aos interesses da causa pública e a lealdade caracterizada ao Governo do Estado através e uma operosa e clarividente atuação*. O Secretário de Agricultura, Arquimedes Pereira Lima, acusando o recebimento da comunicação, na qual o Ten. Cel. Manoel Pereira da Silva solicitou ao Interventor Federal, a sua *exoneração do cargo de Chefe de Polícia do Estado*, a fim de desincompatibilizar-se para *concorrer às eleições [...], como candidato do Partido Social Democrático, a Deputado à Assembleia Estadual Constituinte*, aquele deixou consignado o seu *profundo reconhecimento e apreço aos inestimáveis serviços* prestados àquela *Secretaria de Estado e à causa pública*, durante a gestão frente a Chefatura de Polícia, realizados por aquele signatário.²⁶⁸

Por sua vez, o Ten. Cel. Manoel Pereira da Silva, após deixar a Chefatura de Polícia do Estado de Mato Grosso deixou registrado seus agradecimentos ao seu auxiliar direto; o Major José Silvério de Magalhães, Delegado Auxiliar de Polícia.²⁶⁹ A propósito, o Ten. Cel. Manoel Pereira da Silva não se elegeu deputado estadual, nas eleições 19 de janeiro de 1947 e não mais voltou a candidatar-se a cargo eletivo.

Porém, a participação de oficiais e praças nas questões político-partidárias foi esporádica e, no período em estudo, apenas o Ten. Cel. Manoel Pereira da Silva teve essa iniciativa, contudo, sem ter sido eleito.

O conjunto de evidências acima, oriundo dos BIs, identificado e analisado sob a ótica institucional, revelaram aspectos fundamentais sobre atos administrativos praticados pelo Comandante Geral das forças policiais, os desafios encontrados com a permanente demanda

²⁶⁷ BI n.º 121, de 25/05/1946.

²⁶⁸ BI n.º 271, de 30/11/1946.

²⁶⁹ Agradecimentos ao Major José Silvério de Magalhães: “Apresento-vos, com este, os meus mais sinceros agradecimentos pela maneira sincera, dedicação ao serviço público, lealdade aos seus chefes, tratamento urbano e modos cavalheiresco para com o público, desempenho fiel de suas funções em comissões e fora da Capital, sua nunca desmedida proficiência e colaboração mútua, qualidades estas que facilitam a missão dos chefes a quem estiver subordinando e que recomendam a estima de outros que servem às suas ordens”. Ver BI, de 14/12/1946.

por efetivos, o dia a dia da tropa no quartel, a formação e a instrução, a carreira e a ascensão profissional, a disciplina rígida imposta, principalmente, as praças, além, de algumas circunstâncias que tomaram parte nas relações político-sociais dos elementos da força junto às diferentes instituições pertencentes a sociedade mato-grossense.

1.2. Atuação cotidiana

Sobretudo, até aqui, tratou-se de aspectos internos das forças policiais, analisados sob a ótica institucional, de práticas policiais intramuros. A partir deste ponto buscou-se, ao interrogar as evidências, conhecer aspectos que revelassem as práticas policiais pertinentes à manutenção da ordem e da segurança pública, nessa metade do século XX. Noutras palavras, saber do que se ocuparam, o que faziam as forças policiais, em terras mato-grossense.

Para tanto, a pesquisa inicial centrou-se em conhecer a função atribuída à força policial militar estadual, em Mato Grosso, devidamente apoiada na fundamentação legal.

A função da força policial militar estadual foi definida por diferentes legislações, com destaque dado as constituições federais e estaduais, leis e decretos. O exame que se segue focalizou distinguir a função – ou papel – no período de 1934 (com a Constituição Federal) à 1947 (com a Constituição Estadual de Mato Grosso).

A Constituição Federal de 1934 foi elaborada em torno de ideias-chaves construídas por seus constituintes de 1933.²⁷⁰ Dentre essas ideias, conforme Polleti, estava o propósito de *fortalecer a União, submeteu-lhe as polícias militares, organizadas pelos Estados à revelia do Poder Central, que sobre elas nenhuma autoridade exercia.*²⁷¹

Esse pensamento, refletido na constituição, resultou consignado em dois artigos: o primeiro, no Art. 5º, inciso XIX, alínea “I” no qual competia privativamente à União *legislar sobre a organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos estados, e condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra*; o segundo, no

²⁷⁰ A temática da “organização das Forças Armadas e Polícias dos Estados” foi distribuída ao General Góes Monteiro.

²⁷¹ POLLETI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. 2001. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/137602>, acessado em 05/02/2013.

Título VI – Da Segurança Nacional (no art. 167), no qual as Polícias Militares foram *consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União*. Não obstante a ideia de sujeitar as Polícias Militares ao Governo Federal, deixou-se, literalmente, de definir a função destas forças policiais militares estaduais na Carta Magna de 1934; assegurou-se que seriam *consideradas reservas do Exército* mas, sem definir sua função constitucional.²⁷²

A Constituição do Estadual de Mato Grosso, de 1935, (promulgada um ano e seis meses após a Constituição Federal de 1934) consignou em seu bojo que *a sua força policial, a Força Pública, corporação militar essencialmente obediente ao Governo do Estado, é instituição destinada à manutenção da ordem e da segurança pública*.²⁷³ A constituição estadual, mesmo promulgada um ano e seis meses após a federal denominou sua força policial de *Força Pública*, subordinada ao Governo do Estado e, ainda, deixou de fazer qualquer menção de subordinação ou vinculação da sua *Força Pública* ao Exército ou ao Governo Federal. Apesar da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 referir-se as forças policiais militares estaduais, como Polícias Militares, em seu artigo 167, acima exposto, a constituição estadual definiu a função de sua força policial, encarregando-a da famigerada *manutenção da ordem e segurança pública*.²⁷⁴

Ocorreu ainda, que menos de um mês após ter sido promulgada a Constituição do Estado de Mato Grosso (25/12/1935), na qual denominou de Força Pública a sua força policial militar, em 17 de janeiro de 1936, o Presidente da República, Getúlio Vargas, sancionou a Lei nº 192, na qual reorganizou *pelos Estados e pela União, as Polícias Militares*²⁷⁵ *sendo consideradas reservas do Exército*, em conformidade como o Art. 167, da CF (1934).²⁷⁶

Nesta lei, foram estabelecidas as seguintes competências às Polícias Militares (Art. 2º): *vigilância e garantia da ordem pública; garantir o cumprimento da lei; a segurança das instituições; o exercício dos poderes constituídos* e, por fim, a vinculação com o Exército; *atender à convocação do Governo Federal em casos de guerra externa ou grave comoção*

²⁷² BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 16 de julho de 1934.

²⁷³ MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso*. Cuiabá, 25/12/1935.

²⁷⁴ A mesma expressão – manutenção da ordem e da segurança pública – empregada no Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

²⁷⁵ Mais uma vez, na legislação federal, as forças policiais militares estaduais foram denominadas de Polícias Militares.

²⁷⁶ BRASIL. *Lei nº 192, de 17/01/1936*. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército.

intestinal. A lei em epígrafe contemplou ainda dos critérios para o cargo de Comandante Geral das Polícias Militares (Art. 6º); dos critérios para promoções (Art. 8º); dos uniformes (Art. 10); dos regulamentos (Art. 11); proibiu as Polícias Militares de possuírem artilharia, aviação e carros de combate (Art. 12); e que *a instrução dos quadros e da tropa seguiria a orientação do Estado Maior do Exército [...] dirigida por oficiais do Exército* e, para tanto, seriam *postos pelo Ministro da Guerra à disposição dos Governadores dos Estados, por propostas destes e com a anuência do Estado Maior do Exército* (Art. 26).

Em suma, essa legislação empenhou-se em limitar o poder das Polícias Militares Estaduais ao mesmo tempo em que garantia uma vinculação de subordinação dessas ao Exército, uma força nacional.

Como se não bastasse a divergência estabelecida entre as constituições estadual e federal e, ainda, entre a Lei nº 192, a força policial militar em Mato Grosso permaneceu com a denominação definida na Constituição do Estado (1935); Força Pública. Até que, em 6 de março de 1937, Getúlio Vargas, valendo-se do *Decreto nº 1.468, de 6 de março de 1937*, determinou *a intervenção federal no Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 12, § 6º, letra B, última parte da Constituição da República*.²⁷⁷ Por conseguinte, foi nomeado interventor federal em Mato Grosso, o Capitão Manoel Ary da Silva Pires e este, por sua vez, dissolveu a Força Pública pelo Decreto nº 13 e a reorganizou pelo Decreto nº 14 - ambos de 30 de abril de 1937 - com a mesma denominação de Força Pública, alterando a sua organização, a qual passou a contar com a estrutura de um Batalhão. Os decretos foram acompanhados do Ato nº 461, com o qual classificou os oficiais, em conformidade com os seguintes quadros da Força Pública: Estado Maior do Batalhão de Caçadores; Pelotão Extraordinário; Companhia de Fuzileiros; Companhia de Preparadores de Terreno e Companhia de Fronteira.²⁷⁸ Ocorreu, contudo, como observou Ubaldo Monteiro da Silva, que o interventor deixou em disponibilidade dezesseis oficiais – quase a metade de todo o efetivo anterior -, sem que tivesse sido realizado qualquer *processo regular ou conselho militar, ou nada que justificasse a medida de caráter violenta e altamente atentatória aos direitos do funcionário*, legalmente previstos na Constituição Estadual, de 1935.²⁷⁹

²⁷⁷ BRASIL. *Decreto nº 1.468, de 6 de março de 1937*.

²⁷⁸ MATO GROSSO. *Gazeta Oficial. Decreto nº 14, de 30 de abril de 1937*.

²⁷⁹ SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – História e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985, p. 90.

Outra alteração, decorrente desta reorganização estrutural da Força Pública ocorreu sob a ótica da ordem e resultou na ampliação das competências da Força Pública: além da manutenção da ordem e da segurança pública, previstas na Constituição do Estado, passou a ter a competência específica da *repressão do banditismo e contrabandos na fronteira do Estado*, em *colaboração com a Força Federal*, esta consignada no *Decreto nº 14, de 30 de abril de 1937*.²⁸⁰

Até aqui, em síntese, a revelia da Constituição Federal (1934) e da Lei nº 192 (1936), a força policial militar em Mato Grosso foi denominada de *Força Pública*, em consonância com a sua Constituição Estadual (1935), mais ainda, foi reorganizada pelo Interventor Federal, deixando em disponibilidade, de forma arbitrária, dezesseis oficiais entre capitães, tenentes e aspirantes a oficial. Medida que, supostamente, contribuiu para maiores dificuldades no desempenho das atribuições, comando e administração da Força Pública, em Mato Grosso.

Menos de sete meses após essa reorganização foi outorgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Estava instituído o Estado Novo. Mais uma vez a Constituição Federal consignou em seu texto de que a competência para legislar sobre *organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos estados e sua utilização como reserva do Exército* era da União [grifei].²⁸¹ Contudo, o texto constitucional não fez referência às *Polícias Militares*, a exemplo do texto da constituição anterior (1934), este o fez a *Forças Policiais*.

A Constituição Federal de 1937 fez uso dos termos ordem política, ordem social, ordem pública, ordem coletiva, segurança individual, segurança à propriedade, segurança pública, segurança do Estado. Sem, contudo, referir-se a eles enquanto função das forças policiais. Assim, como na Constituição Federal de 1934 deixou-se de definir a função das forças policiais militares estaduais (Forças Policiais ou Polícias Militares), permanecendo, até então, a definição das atribuições destas forças policiais na Constituição Estadual, no caso de Mato Grosso.

No ano seguinte um novo decreto estadual, o de *nº 187, de 26 de julho de 1938*, reorganizou a Força Pública do Estado de Mato Grosso, para atender duas necessidades da corporação: a primeira a de torná-la eficiente; a segunda, para que tivesse *a mesma organização que o Exército*, na medida em que era *regida pelos mesmos regulamentos*, além

²⁸⁰ MATO GROSSO. Gazeta Oficial. *Decreto nº 14, de 30 de abril de 1937*.

²⁸¹ BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 1937.

de constituir sua reserva, na conformidade dos *termos do art. 1º da Lei Federal nº 192*. Este decreto em nada abordou a respeito das competências da Força Pública. Entretanto, ao justificar a reorganização em atendimento à Lei Federal nº 192, acabou por reafirmar as competências da Força Pública (apresentadas acima) definidas nesta lei.²⁸²

A 5 de janeiro de 1940, por conta do *Decreto-lei nº 319*, a *Força Pública* do Estado de Mato Grosso passou a ser denominada de *Força Policial*, por determinação do Presidente da República, sem que qualquer outra alteração, quanto às competências da corporação fossem originadas.²⁸³

Em 1946 foi promulgada nova Constituição Federal que trouxe consignada em seu texto a denominação *Polícias Militares* (também presente na CF 1934). Assim como as constituições de 1934 e 1937 (nesta com a denominação de *Forças Policiais*), a de 1946 destacou ser de competência da União, legislar sobre a *organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra* (art. 5º). Fez constar, sobretudo de que as polícias militares foram *instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal*, entretanto, foram consideradas – mais uma vez –, como *forças auxiliares, reservas do Exército e, que quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército* (art. 183).²⁸⁴ Nenhuma competência nova além da *segurança interna e a manutenção da ordem* foi acrescida às Polícias Militares. Especialmente, há de se registrar que foi a Constituição Federal de 1946 a primeira a consignar em seu texto legal as atribuições das forças policiais estaduais, as Polícias Militares.

Sobretudo, em Mato Grosso, a Constituição do Estado de 1947 trouxe uma nova competência à Polícia Militar. Os constituintes estaduais fizeram consignar no texto constitucional, ser função da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso *cooperar, nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias estaduais e municipais* (art. 136), além das funções de *manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado*, em consonância com a Constituição Federal de 1946.²⁸⁵

²⁸² MATO GROSSO. *Decreto nº 187, de 26 de julho de 1938*. Diário Oficial 05/08/1938.

²⁸³ MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 319, de 05 de janeiro de 1940*.

²⁸⁴ BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 1946.

²⁸⁵ MATO GROSSO. Constituição (1947). *Constituição do Estado de Mato Grosso*. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Cuiabá. 1947.

A propósito, sobre os serviços de *construção e conservação das rodovias estaduais e municipais*, estes vinham sendo prestados pela Força Pública desde a criação da Companhia de Sapadores Mineiros, em 1936, em razão da *Lei nº 32, de 21 de setembro de 1936*. A questão sobre a atuação dessa Companhia será abordada abaixo.²⁸⁶

Foi possível coligar, dos textos legais acima mencionados, pertinentes a fundamentação legal da função das forças policiais militares estaduais, uma questão de grande relevância: texto algum – incluindo-se agora as constituições federal de 1946 e a estadual de 1947 - tratou de definir os termos ordem e segurança e, menos ainda as suas mais diferentes locuções, especialmente as de ordem pública e segurança pública. Além deste fato, os termos epigrafados têm, desde o início da República, tomado parte nas definições da função das forças policiais estaduais, têm sido dotados de sentidos diferentes. Sobretudo, é importante, ainda, lembrar a advertência de Dantes, quanto ao emprego de conceitos; de que *é preciso tomar cuidado com os conceitos, como os conceitos vão mudando [...], ou seja, o conceito precisa ser visto contextualmente e não solto, ele está mudando de significado*.²⁸⁷

Em seus estudos sobre o policiamento e a segurança pública no século XXI, Rolim anotou que *um olhar mais cuidadoso sobre esses conceitos* – envolvidos na definição da função policial – fez suscitar dúvidas e apontar imprecisões. Especialmente, o mesmo autor, destacou tratar-se de uma questão relevante a de *se saber quais são, de fato, as funções e responsabilidades da polícia. No mundo moderno, as ideias de manutenção da ordem e de garantia da segurança pública expressam, apenas, noções genéricas que agregam concordância na exata medida de sua indefinição*.²⁸⁸

Há de se salientar que, além do Brasil, outros países como a Dinamarca, Holanda, Bélgica, França, Espanha e Grécia também fizeram – e ainda fazem – uso dos termos *ordem e segurança* na definição das missões – função, atribuição – em seus textos legais. E, assim como no Brasil, no entendimento de Monet, tratam de textos que no lugar de *definir a natureza dessas missões*, com devida lucidez, *são decepcionantes. Redigidos em termos gerais, constituem mais cartas de boas intenções que uma descrição precisa do que o observador pode verificar no terreno*. A propósito do emprego dos termos tem-se na

²⁸⁶ MATO GROSSO. Arquivo Público. Gazeta Oficial. *Lei nº 32, de 21 de setembro de 1936*. Cria, na Força Pública do Estado, uma Companhia de Sapadores e dá outras providências. 1936.

²⁸⁷ DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. *Historiografia das Ciências no Brasil – debates atuais, novos enfoques e novos temas*. Aula proferida na FFLCH-USP, em 17/11/2009.

²⁸⁸ ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século xxi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006, p. 21.

Dinamarca, *manter a segurança, a paz e a ordem*; na Holanda, *manutenção efetiva da ordem legal*; na Bélgica, *manutenção da ordem pública, proteger os bens e as pessoas*; na França, já no final do século XVIII, *a polícia foi instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual – código dos delitos e das penas*;²⁸⁹ na Espanha, *segurança dos cidadãos*; e na Grécia – *manutenção da ordem pública, segurança das pessoas e do Estado*.²⁹⁰

Contudo, faz-se necessário o (re) exame dos textos legais na busca de evidências que possam apontar as possíveis ideias pretendidas sobre os termos *ordem e segurança pública*.

O decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, o qual proclamou, provisoriamente, a República Federativa, como forma de governo e transformou as províncias em Estados federados, também trouxe em seu artigo 5º a determinação para que estes Estados tomassem *as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública*. De tal forma que, o primeiro documento produzido no período republicano brasileiro evidenciou o emprego dos termos *ordem e segurança pública*. E, neste, fez uso da locução verbal de ordem, enquanto ordem pública, sugerindo a ideia de estado, uma situação de paz e de tranquilidade públicas.²⁹¹

A primeira constituição republicana do Brasil, em seu Título IV – Dos cidadãos brasileiros, declaração de direitos (artigo 72, § 8º e 33º, este acrescido por emenda constitucional), empregou o termo *ordem pública* com o mesmo significado daquele do decreto nº 1. Tanto um, quanto o outro apresentaram uma concepção de proteção das relações entre pessoas, independentemente do Estado. Já o termo *segurança*, no mesmo artigo 72, tratou da *segurança individual e à propriedade*, sugerindo proteção física do indivíduo e do seu patrimônio.²⁹²

A Constituição Estadual de Mato Grosso, de 1891, contemplou, num primeiro momento, os termos *ordem e tranquilidade pública*, quando tratou das possibilidades da

²⁸⁹ Article 16 - La police est instituée pour maintenir l'ordre public, la liberté, la propriété, la sûreté individuelle. Ver: Code des délits et des peines du 3 Brumaire, an 4, 25 octobre 1795. Contenant les Lois relatives à l'instruction des affaires criminelles. Disponível em http://ledroitcriminel.free.fr/la_legislation_criminelle/anciens_textes/code_delits_et_peines_1795/code_delits_et_peines_1795_1.htm

²⁹⁰ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 103.

²⁹¹ BRASIL. *Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889*. Proclama provisoriamente e decreta como a forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, estabelece normas pelas quais se devem reger os Estados Federais.

²⁹² BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*.

intervenção federal no estado, em seu artigo 3º, inciso 3. Noutro momento - *Do Poder Executivo e suas atribuições* -, ao tratar das atribuições do poder executivo (artigo 25, §8º); o de *distribuir a força pública e mobilizá-la, segunda as exigências da segurança e tranquilidade do Estado*. Aqui os termos foram *segurança e tranquilidade*, no lugar de *ordem e tranquilidade* e, ainda, vinculados a atuação da Força Pública (a então força policial). Estas evidências indicaram o emprego dos termos *ordem* e *segurança*, enquanto sinônimos, sugerindo o significado de proteção das relações.²⁹³

Em Mato Grosso, quatorze anos mais tarde, os termos *ordem* e *segurança* surgiram quando foi sancionada a lei que criou um *Corpo de Guardas Cíveis*, com a função de exercer o policiamento da Capital do Estado e *auxiliar a Polícia Militar na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas*.²⁹⁴ Na *Lei nº 634, de 3 de julho de 1913*, o emprego dos termos aparece juntamente com o de *tranquilidade*, remetendo a ideia de complementaridade entre os três (*ordem, segurança e tranquilidade*).²⁹⁵

Em 1927, com a revisão constitucional do Estado de Mato Grosso; os termos *ordem*, associado a locução *ordem pública* e, os termos *segurança e tranquilidade* novamente foram empregados sendo, estes dois últimos com a mesma redação da Constituição Estadual de 1891 (artigo 25, § 8º).²⁹⁶

Em 1934, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil apresentou consignado em seu texto, apenas o termo *ordem pública* e, em dois momentos, associado a *bons costumes*, sugerindo a acepção de proteção às relações entre pessoas, de convivência pública.²⁹⁷

Reflexo desta última, em 1935 foi promulgada a Constituição Estadual na qual, foram empregados os termos *segurança e tranquilidade* e *ordem e segurança pública*. No capítulo *Do Poder Executivo* – da responsabilidade do governador – *foram definidos como crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado*, aqueles que, dentre outros, atentassem contra a *segurança e tranquilidade do Estado*. Entretanto, em *Disposições Transitórias* foram empregados os termos *ordem e segurança*, ao tratar da função da Força Pública (força

²⁹³ MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso, de 15 de agosto de 1891*.

²⁹⁴ Do que as evidências apontaram, em Mato Grosso, este foi o primeiro texto legal no qual as forças policiais, na época Força Pública, foi nomeada de Polícia Militar. Nomenclatura recebida em definitivo com a Constituição do Estado de Mato Grosso, de 11 de julho de 1947.

²⁹⁵ MATO GROSSO. *Lei nº 634, de 3 de julho de 1913*. Autoriza o Poder Executivo a criar um Corpo de Guardas Cíveis para fazer o policiamento da Capital do Estado de Matto-Grosso.

²⁹⁶ MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso, de 22 de julho de 1927*.

²⁹⁷ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*.

policial), enquanto *instituição destinada à manutenção da ordem e da segurança pública*. As evidências sugeriram duas interpretações; ou o emprego dos termos foi feito com a mesma ideia, o mesmo significado ou, a *ordem e a segurança pública*, enquanto função da Força Pública, constituía-se, apenas, parte da segurança e tranquilidade do Estado, o que seria menos provável. Não obstante a dupla possibilidade de interpretação, foi impossível, também, entender a ideia pretendida sobre os termos empregados; se ideia de relações ou de proteção física dos indivíduos e do Estado.²⁹⁸

Após a promulgação destas duas últimas constituições (a federal, de 1934 e a estadual, de 1935) uma importante lei foi decretada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República; a Lei nº 192 que tratou das Polícias Militares e definiu suas competências voltadas às funções de *vigilância e garantia da ordem pública*, a *segurança das instituições* e, o *exercício dos poderes constituídos*, tudo em conformidade com a legislação vigente. O texto da lei sugere que a ideia de proteção das relações entre cidadãos está compreendida na função de *vigilância e garantia da ordem pública*. Em *a segurança das instituições*, a sugestão é de proteção física das instalações e das respectivas autoridades e, por fim, *o exercício dos poderes constituídos*, a proteção às autoridades e ao pleno funcionamento dos três poderes. Este texto legal, instituído para definir as competências das Polícias Militares, ao mesmo tempo em que as ampliou significativamente, fez uso dos mesmos termos *ordem e segurança*, empregados nos textos, até então, discutidos.²⁹⁹

No ano seguinte, foi instituído o Estado Novo com a outorga de nova Constituição Federal, caracterizado por um regime de governo autoritário e centralizador, voltado para a Segurança Nacional, à proteção da ordem política e social. Esta Constituição Federal, ao tratar da Organização Nacional determinou que o Governo Federal interviria nos Estados mediante algumas circunstâncias, dentre elas, *para estabelecer a ordem gravemente alterada* (Art. 9º, alínea “b”). Determinou, ainda, ser competência da União legislar sobre *o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança públicos, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme* (Art. 16, inciso V). Aqui, o emprego dos termos *ordem e segurança* sugeriu a ideia de complementaridade, além de *bem-estar* e de *tranquilidade*.

Por outro lado, ao tratar *Dos Direitos e Garantias Individuais*, fez uso do termo *segurança* com a ideia de proteção física, referindo-se à *segurança individual e à propriedade*

²⁹⁸ MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso*, 25 de dezembro de 1935.

²⁹⁹ BRASIL. *Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936*. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército.

(Art. 122, *caput*). No mesmo artigo, inciso 4, o termo *ordem pública* revelou a ideia de relações entre cidadãos. No inciso 13, alíneas “d” e “e” empregou a expressão *ordem política e social* ao tratar da possibilidade da prescrição de pena de morte para crimes praticados contra *ordem política e social* estabelecida na Constituição, ou seja, contra o Estado. No inciso 15, ao tratar da possibilidade da censura prévia, o emprego dos termos *ordem e segurança*, sugeriu a ideia de complementaridade; *com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública*. O artigo 123 tratou dos limites a que os direitos e garantias individuais estariam sujeitos e, aqui fez uso de nova locução do termo ordem; *ordem coletiva*. Não obstante as *exigências da segurança da Nação e do Estado*. Ordem coletiva é ordem pública? Por fim, ao tratar *Da Defesa do Estado* (artigos 166 e 169), empregou o termo *segurança* na expressão *segurança do Estado ou dos cidadãos*. Fato que aumentou a complexidade do emprego dos termos *ordem e segurança*, aqui acrescidos das locuções *ordem coletiva e segurança do Estado*.³⁰⁰ Em tese, foram as orientações contidas nesta carta, embora outorgada, que se aplicaram a atuação das forças policiais brasileiras.

A Constituição Federal de 1946 foi promulgada para *organizar um regime democrático*, conforme estabelecido em seu preâmbulo. O uso do termo *segurança* apresentou-se com a ideia de proteção física – segurança individual e à propriedade (artigo 141) - e, também, com a ideia de proteção das relações entre cidadãos, ao estabelecer que cabiam às Polícias Militares à segurança interna – um estado de paz social, tranquilidade pública, segurança pública? Quanto ao termo *ordem* apresentou-se compondo diferentes locuções: ordem política e social, ordem pública e ordem nos Estados.³⁰¹

Em decorrência da promulgação da Constituição Federal de setembro de 1946, o Estado de Mato Grosso promulgou a sua constituição em julho de 1947. Fundamentalmente, neste texto constitucional estadual os termos *ordem e segurança* surgiram em três momentos: o primeiro quando foram definidas as competências do Governador, dentre elas, a de *chefiar a Polícia Militar e dispor da mesma para a manutenção da ordem* (art. 33) – supondo-se tratar da função desta instituição; o segundo, a carta definiu como crimes de responsabilidade do Governador, dentre outros, aquele cometido contra *a segurança e tranquilidade do Estado* (art. 34) – contudo, sem vincular à função da Polícia Militar; e, o terceiro, quando consignou ter sido a Polícia Militar *instituída para manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado* (art. 136). Ao que o texto constitucional estadual sugeriu que os termos *ordem e*

³⁰⁰ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*.

³⁰¹ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*.

segurança foram empregados como complementares. Sobretudo, esta carta acabou por definir com distinção (§ único, do artigo 136), uma das competências da Polícia Militar; a de *cooperar, nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias estaduais e intermunicipais*. A propósito, função que a força policial exercia desde 1936.³⁰²

Por fim, a análise do Relatório do Chefe de Polícia, João Moreira de Barros, de 1940, revelou evidências que corroboraram, em parte, a compreensão dos termos *ordem* (pública) e *segurança* (pública). O relatório foi subdividido em sessões sendo que, duas delas, chamadas de *Ordem Pública (Política e Social)* e outra de *Segurança Pública – Policiamento – Diligências*; indicando de pronto, tratar-se de diferentes questões; os termos não são sinônimos e um não é parte do outro.

Em *Ordem Pública (Política e Social)* o Chefe de Polícia, João Moreira de Barros, relatou a inexistência de qualquer fato pertencente *a movimento de caráter subversivo ou contrário ao regime vigente no país*. Sobretudo, mantinha *rigorosa vigilância*, por intermédio das Delegacias de Polícia. O emprego de *Ordem Pública* sugeriu uma ideia de relações da coletividade, de convivência social. Entretanto, ao tratar sobre a *Segurança Pública – Policiamento – Diligências*, o Chefe de Polícia afirmou que *Segurança Pública* é o serviço – uma função e não um estado, uma situação – que compreende a *prevenção e repressão dos crimes*. Sobretudo, João Moreira de Barros destacou, ainda, que a *prevenção dos crimes, em regra, é a função precípua da Polícia*.³⁰³

Examinado o emprego dos termos *ordem* e *segurança pública*, nos textos selecionados, ao longo desse quase meio século, é possível afirmar que os conceitos utilizados apresentaram-se confusos, imprecisos e, invariavelmente com mais de um significado. Isto afora as locuções criadas em torno dos mesmos termos, a exemplo de *ordem pública* e *segurança pública*. Noutras palavras os termos *ordem* e *segurança* apresentam-se *vagos, indeterminados e polissêmicos*, como assinalou Lima em seus estudos sobre a apropriação jurídica desses termos.³⁰⁴

De tal forma que, apesar da definição da função das forças policiais nos textos em epígrafe, durante esse meio século de história republicana, inexistiram nestes qualquer

³⁰² MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Mato Grosso, de 11 de julho de 1947*.

³⁰³ MATO GROSSO. *Relatório da Chefatura de Polícia do ano de 1940*. Relatório encaminhado ao Secretário-geral de Estado, pelo Chefe de Polícia, João Moreira de Barros.

³⁰⁴ LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios*. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v.7, n. 1, 58-82 Fev/Mar 2013.

definição a respeito dos termos *ordem* e *segurança pública*. Contudo, a função – atribuição – das forças policiais definidas pelas leis, normas, regulamentos e constituições (federal e estadual), mesmo sem a devida clareza dos termos que a constitui, é apenas parte do trabalho feito por estas instituições. Assim, para compreender o que faz a força policial, é preciso ir além e examinar a complexidade que permeia o seu trabalho. É esta a proposta a seguir.

A propósito da definição da função da polícia moderna – séculos XIX e XX –, esta pode ser traduzida, em conformidade com Monet, como sendo a *possibilidade de utilizar a coerção física na ordem interna para manter um certo nível de ordem e de segurança pela aplicação das leis e a regulação dos conflitos interindividuais*.³⁰⁵

A citação em epígrafe apresenta em sua definição os termos *ordem* e *segurança*. Nesta, relativiza ainda mais o termo *ordem*; *um certo nível de ordem*. Como seria possível definir as atribuições de uma instituição para que promovesse este *certo nível de ordem*?

A particularidade do trabalho das forças policiais, de acordo com Bayley, reside no fato de serem uma instituição *autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades*. Há de se destacar que esta distinção, que caracteriza as forças policiais – a do uso da força –, não se trata do *uso real da força*, mas por *possuir autorização para usá-la*, ou seja, o uso da força física pode ser real ou por ameaça, desde que alcance seu fim; alterar o comportamento. Contudo, o uso da força, em muitos casos, é o uso de força armada.³⁰⁶

Ressalto que os atos praticados com o uso excessivo e abusivo da força – armada ou não –, por parte das instituições policiais são ilegais e criminosos, mesmo em se tratando do esforço destas na manutenção da ordem, noutras palavras, de acordo com Sandes, a *violência policial é considerada um ato de força ilegal, ilegítima, desnecessária e abusiva*, um comportamento que nada tem de profissional. Contudo, nesta tese é mantida a expressão *práticas violentas e arbitrárias* – a força física empregada de forma abusiva e excessiva pelo Estado – com o propósito de se manter a originalidade da expressão dos discursos parlamentares, quanto a atuação das forças policiais.³⁰⁷

³⁰⁵ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 26.

³⁰⁶ BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 117.

³⁰⁷ SANDES, Wilquerson Felizardo. *Profissão perigo: a polícia e o confronto armado*. 1º ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013, p. 15.

Afora esta competência exclusiva das forças policiais – autorização para fazer uso da força física -, o trabalho das forças policiais perpassa três dimensões. O trabalho realizado pelas forças policiais vai além do que lhe é atribuída nos textos legais - aquilo que a força policial é designada a cumprir -, inclui as situações – os fatos com os quais a força policial tem que lidar – e, por fim, os resultados – ações e atos que ela pratica em cada uma das situações. Embora atribuições, situações e resultados *sejam conceitualmente distintos, eles são interdependentes*, conforme anotou o mesmo autor³⁰⁸

De um modo geral suas atribuições estão definidas no sentido de *manutenção da ordem*, na garantia da segurança das pessoas, patrimônios e, do funcionamento dos poderes e das instituições. Assim, com base nestas atribuições - embora os textos legais sejam pouco elucidativos quanto aos termos empregados - o trabalho das forças policiais é orientado em duas grandes direções. De acordo com Monet, *uma voltada para a proteção das pessoas e dos bens - para a sociedade civil – e, outra para a manutenção da ordem pública, a proteção das instituições e poderes constituídos – para o Estado.*³⁰⁹

O patrulhamento, senão a mais importante atribuição das forças policiais, é seguramente a que mais identifica o seu trabalho e, nesta, a situação que certamente as forças policiais mais têm lidado tem sido a da *prevenção ao crime*, resultando diferentes ações praticadas, dentre as quais; a advertência, prisão, mediação e outras. Assim, o que as forças policiais realizam no seu cotidiano está apoiado nestas três dimensões do seu trabalho; *atribuições, situações e resultados*. E, é com base nessa premissa que a atuação das forças policiais, em terras mato-grossenses, foi pesquisada; tomando como ponto de partida para a compreensão do trabalho policial as *atribuições* – definidas nos textos legais - e as respectivas *situações* com as quais essas forças lidaram. Até porque, foi a dimensão da *situação* do trabalho policial a que certamente revelou o campo no qual ocorreram *os confrontos entre a polícia e o público.*³¹⁰

³⁰⁸ BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 118 - 123.

³⁰⁹ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 104.

³¹⁰ Em uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Noruega, Índia, Sri Lanka e Cingapura, a maioria das situações, com as quais as forças policiais têm que lidar, foram classificadas em dez categorias: emergência policial, queixa e investigação criminal, emergência não-criminal, prevenção ao crime, cuidado com pessoas incapacitadas ou incompetentes, briga ou disputa, aconselhamento, trânsito, controle de multidão e investigação não-criminal. Ver: BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

As forças policiais são instituições autorizadas a fazer uso da força física, o seu trabalho é complexo, perpassa três dimensões – atribuições, situações e resultados – e, por fim, apresenta outra característica, própria do poder que possui; o poder discricionário de polícia, a mediação entre a lei e a ordem. O entendimento de Goldstein esclarece que a relação interdependente das dimensões do trabalho policial resulta em um *interminável rol de decisões importantes – muitas das quais são de natureza discricionária – tomadas diariamente por administradores policiais, por supervisores e por policiais de patrulhamento*, as quais se encontram no centro da atividade de policiamento. *De fato elas são o próprio policiamento. É o poder de polícia; o poder discricionário de polícia.*³¹¹

O poder discricionário - um poder administrativo -, de acordo com Meirelles, é aquele que o *direito concede à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo*. Entretanto, o poder discricionário não deve, de forma alguma, ser confundido com poder arbitrário. *Discricionariedade e arbútrio são atitudes inteiramente diversas*. A primeira ocorre dentro dos limites do direito em consonância com o ordenamento jurídico estabelecido. A segunda *é sempre ilegítima e inválida* e, assim, ocorre a revelia da lei.³¹²

As forças policiais, conforme Reiner, possuem, *inevitavelmente, poder discricionário ao aplicar a lei pelo menos por dois motivos. Um é que ela não tem, e nunca poderia ter, recursos adequados para a aplicação total de todas as leis*. O que leva as forças policiais a *uma necessidade inevitável de escolher entre prioridades*. O outro, de modo geral, *é que mesmo a regra legal mais explícita requer interpretações em situações concretas*. O que torna possível afirmar ser o poder discricionário outra particularidade básica na realização do trabalho das forças policiais, na medida em que o patrulhamento, a principal atribuição, é realizado na rua.³¹³

Em suma, as forças policiais além de possuírem a particularidade de serem uma instituição autorizada a fazer uso da força física para regular as relações dos homens em sociedade, ainda possuem o poder discricionário ao aplicarem a lei; a mediação entre a lei e a ordem. A legitimidade da ação das forças policiais, para Benjamin, situa-se, ainda nas

³¹¹ GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. Tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 28.

³¹² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 36ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 121.

³¹³ REINER, Robert. *A política da polícia*. Tradução Jacy Ardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 242.

relações dos homens em sociedade com o Estado, quando este - *ou por impotência ou devido às inter-relações imanentes a qualquer ordem judiciária - não pode mais garantir, através da ordem jurídica, seus fins empíricos, que deseja atingir a qualquer preço.* Nesta outra perspectiva – complementar e não excludente – o espectro do trabalho das forças policiais é, ainda mais, ampliado. E, por conta das “*questões de segurança*”, a polícia intervém em inúmeros casos, em que não existe situação jurídica definida [...], o que faz do trabalho policial uma atividade complexa.³¹⁴

Abro, aqui, um parêntese sobre o termo *complexidade*, entendendo por *complexus* a contribuição apresentada por Morin, *o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa.* Os fenômenos que compõem o trabalho policial são, ao mesmo tempo, constituídos de ordem, desordem e organização, é essa a concepção. Noutras palavras, *tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do complexus não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram.*³¹⁵

De tal forma que é aqui, na convergência destas particularidades, nesta complexidade do trabalho das forças policiais, que a sua prática resulta, às vezes, em excesso – quando se vai além do que permite o texto legal -, ou em abuso – quando se desvia do texto legal – cometido por seus elementos.

Nesta tese, as situações enfrentadas pelas forças policiais foram identificadas a partir das evidências selecionadas dos boletins internos e relatórios de atividades policiais elaborados por autoridades policiais – oficiais, delegados, chefe de polícia, como dito alhures. Fato que tornou possível revelar situações surpreendentes como a participação dos elementos da Força em eventos cívicos, em apoio a outras instituições estaduais, atividades na educação e, inclusive, em situações próprias de atividades de lavoura. Abaixo, alguns aspectos da atuação cotidiana das forças policiais.

Os Boletins Internos da força policial militar estadual registravam, com frequência, a participação de seus elementos em eventos cívicos, esta considerada ato de serviço, na medida em que em sua maioria houve a determinação do Cmt. Gr; na prática tratou-se de função institucional. Algumas das participações contaram com representações apenas de oficiais,

³¹⁴ BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos.* Tradução Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et. al.* . São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 166.

³¹⁵ MORIN, Edgar. *Ciência com consciência.* Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 188.

noutras com a presença do efetivo de praças e oficiais e, na maioria dos eventos, a instituição foi representada por sua Banda de Música.³¹⁶ A participação desta nos eventos não excluiu, evidentemente, a participação de oficiais e praças. O que fez da Banda de Música a representante, da corporação, a se fazer presente em quase todos os eventos. As evidências apontaram que a participação dos elementos da Força Policial se destacou em dois tipos de eventos: os religiosos e os esportivos.³¹⁷

As representações de oficiais eram designadas pelo Cmt. Gr., podendo ser uma comissão ou, apenas um oficial, a exemplo da designação do 2º Tenente Clidenor Cícero de Sá para *representar [o] Comando nas solenidades [...] em homenagem ao onomástico do Vigário da Catedral do Bom Jesus*.³¹⁸

Em alguns desses eventos, como a concentração cívico religiosa realizada em maio de 1946, na Praça da República, o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, determinou o comparecimento de *todo o elemento da Força, presentemente nesta Guarnição* [de Cuiabá], incluindo assim: oficiais, praças e a Banda de Música, de tal forma que o dispositivo ficou composto pela Banda de Música, Bandeiras, Força Policial e o povo.³¹⁹ A participação da Força Policial neste evento foi assinalada acima.

Em julho a Banda de Música foi convocada a *tocar nos dias 5, 6 e 7 pela manhã, esmolos e no dia 11 procissão e quermesse, festejos do Divino Espírito Santo, da Paróquia de São Gonçalo*.³²⁰ No mês seguinte, embora não tenha havido determinação do Cmt. Gr. foi público no BI, aos Oficiais e praças da Força, *o convite feito pelo Vigário de São Gonçalo, às festas de Visita Pastoral e Santas Missões*, naquela Paróquia, festas realizadas nos dias 2 e 7 de julho.³²¹

No mês de setembro de 1946, além dos desfiles cívicos, em homenagem ao dia da Proclamação da Independência, outros eventos, como os religiosos contariam com a participação da Banda de Música. No dia 06, a Banda de Música recebeu a determinação de tocar à noite, às 20h, no Palácio da Instrução, *por ocasião da festa cívica*. Ainda no mesmo

³¹⁶ Em alguns eventos houve a participação do “Jazz band”, um subconjunto da Banda de Música.

³¹⁷ Do período de 09/45 a 07/47 foram registrados 25 eventos externos (incluindo a participação da população): 9 religiosos, 8 esportes e outros 8 divididos entre 7 diferentes eventos.

³¹⁸ BI n.º 238, de 19/10/1946.

³¹⁹ BI n.º 121, de 29/05/1946.

³²⁰ BI n.º 160, de 16/07/1946.

³²¹ BI n.º 160, de 16/07/1946.

dia, um pouco mais cedo, o *Jazz Band do BC*, recebeu determinação para tocar no *Grande Hotel, em um chá dançante, a iniciar às 16 horas*.³²²

No dia 8 de setembro foi a vez da Banda de Música do BC tocar *na procissão e quermesse [...] na Igreja do Bom Despacho*.³²³ Desta feita, o Cmt. Gr. fez destacar que o transporte para o deslocamento da Banda seria fornecido pelo interessado.³²⁴

A festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens ocorreu, também, em setembro, a qual contou, igualmente, com a participação da Banda de Música. O registro veio na forma de agradecimentos e, por recomendação do Cmt. Gr, este fez constar *dos assentamentos do pessoal da Banda de Música [...], como elogio individual*. Em nome da Comissão Organizadora, Euflávia de Holanda agradeceu ao Cmt. Gr. a gentileza de ter *cedido gratuitamente a Banda de Música da Força Policial para aquela festa ao mesmo tempo em que o parabenizou pelo excelente desempenho em prol da coletividade*. Ao finalizar, rogou a Nossa Senhora Mãe dos Homens, que os esforços do Cmt. Gr., *sejam coroados de pleno êxito. Ao mesmo tempo*, solicitou que transmitisse o reconhecimento manifestado, aos *subordinados que, pelos seus acordes harmoniosos, enalteceram aquela humilde festa*.³²⁵

Em novembro de 1946, mais registros foram consignados em BI sobre a participação da Banda de Música em eventos. Desta feita, entretanto, a ordem foi contrária; a banda não deveria tocar. A ordem do Cmt. Gr. foi para que os elementos da Banda tirassem férias pois, estes encontravam-se esgotados fisicamente. De tal forma, que o Cmt. Gr. levou em consideração o fato da intensa participação da *Banda de Musica do BC nas diversas tocatas havidas, quase que diariamente e se esforçada muito e já aparecendo dentro dela elementos com casos de fraqueza pulmonar*. Motivo que obrigou o *Comandante do BC a conceder ao pessoal da Banda, as férias regulamentares*, sendo que estas deveriam *ser gozadas em Águas Quentes, Coxipó da Ponte e em Várzea Grande*. Sobretudo, além de determinar as férias, assinalou que os licenciados estavam *proibidos de tocarem instrumentos de sopro a fim de terem de fato o descanso físico*.³²⁶

³²² BI n.º 201, de 04/09/1946.

³²³ A Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho, construída em 1918, é um dos monumentos arquitetônicos que mais chamam a atenção dos cuiabanos e turistas. Ela é uma réplica, em menor proporção, da Catedral de *Notre Dame*, de Paris. Considerado símbolo de Cuiabá, a igreja está localizada no Morro da Conceição, uma das vistas mais altas da cidade, em local privilegiado no centro e de grande visibilidade.

³²⁴ BI n.º 187, de 19/08/1946.

³²⁵ BI n.º 220, de 28/09/1946.

³²⁶ BI n.º 256, de 12/11/1946.

Em abril de 1947 foi a vez da Banda de Música tocar nas festividades Jubilares de Sua Exa. e Reverendíssimo D. Aquino Correa, na Catedral Metropolitana de Cuiabá.³²⁷ Em maio, o Cmt. Gr. transmitiu aos Senhores Oficiais e praças *o convite para a solenidade a realizar-se [...] na Sé do Bom Jesus, de visita Pastoral do Antiste da Igreja Cuiabana*. Aos oficiais e praças, de um modo geral, tratou-se de convite, sem a obrigatoriedade da presença (embora a expressão “convite de comandante é ordem” ainda persiste). Entretanto, destacou ao Comando do BC que determinasse à Banda de Música de sua Unidade *tocar na solenidade acima referida*. E, assim, lá foi a Banda de Música para mais uma apresentação.³²⁸

No mês seguinte, por ocasião da *visita Jubilar* do Exmo. Sr. Reverendíssimo Dom Francisco de Aquino Correa Arcebispo de Cuiabá a Paróquia de São Gonçalo, oficiais e praças foram convidados a fazerem-se presentes no evento a realizar-se às 6 horas. Para tanto, o Cmt. Geral determinou que a Banda de Música do BC *tocasse por ocasião dessa solenidade*.³²⁹

É possível afirmar, apoiado nas evidências, que os elementos da Força Policial encontraram nos eventos cívicos religiosos um espaço para o desenvolvimento das relações sociais junto à comunidade e, que essas relações se estabeleceram tanto em nível de oficiais, quanto ao de praças. No entanto, há de se perguntar se a participação dos elementos da Força Policial nesses eventos, principalmente a da Banda de Música, teria contribuído mais à ostentação da Igreja, do que às relações sociais entre os elementos da força policial e a comunidade. O fato é que a participação dos elementos da Força Policial, com destaque aos elementos da Banda de Música, nos eventos cívicos religiosos foi parte das funções institucionais, nessa metade da década de 1940.³³⁰

A participação dos elementos da Força Policial em eventos esportivos no período de 1945 a 1947 foi, a exemplo da participação nos religiosos, bastante significativa. De um modo geral os eventos esportivos tiveram a participação das praças. Entretanto, alguns contaram com a participação e a orientação técnica de oficiais. As práticas esportivas constituíram-se num espaço destacado de relações sociais para os elementos da Força Policial. Essa importância foi devidamente reconhecida pelo Comando da Corporação; primeiro pela

³²⁷ BI n.º 77, de 02/04/1947.

³²⁸ BI n.º 119, de 28/05/1947.

³²⁹ BI n.º 129, de 09/06/1947.

³³⁰ A propósito da Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, esta completou, em outubro último, cento e vinte e um anos de existência, foi criada pela Lei nº 9, de 19 de Outubro de 1892, sendo Presidente do Estado de Mato Grosso o Dr. Manoel José Murtinho.

aquisição de material esportivo para os elementos da Força (Tabela 5) e, segundo pela criação, em julho de 1946, do Departamento de Educação Física (DEF), tendo como seu Diretor o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho, oficial possuidor do Curso de Educação Física.³³¹ A criação do DEF foi registrada acima.

A tabela abaixo apresenta uma descrição do material esportivo destinado a prática de esportes, ao mesmo tempo em que identifica as práticas do voleibol, basquete, futebol, ginástica e atletismo.

Tabela 5- Material encomendado da empresa "Esporte Nacional", em São Paulo, para o Departamento de Educação Física da Força Policial de Mato Grosso - 1946

Qtdd	Descrição do item	Valor (Cr\$)
2	Bolas de voley-ball, com válvulas (oficial)	190,00
1	Bola para basket-ball (superbol)	185,00
1	Bola para foot-ball (superbol)	155,00
1 dúzia	Camisetas para voley-ball, azul e branco, ns 2 a 7	108,00
1 dúzia	Calções de brim azul	216,00
15 pares	Sapatos de corrida de fundo s/prego	420,00
4	Bastões olímpicos, de revezamento	40,00
1	Escada de corda com degraus de madeira, 3,50 cms	78,00
1 par	Gool dulos, para basket-ball	220,00
1	Rede completa para voley-ball, fio T2, c/cabo de corda	95,00
1 par	Rede para bola ao cesto (oficial) branca, malha estreita	20,00
10	Bastões de ginástica, de 1,50 torneados	120,00
6 pares	Kédes	420,00
TOTAL GERAL (Cr\$)		2.267,00

Fonte: FORÇA POLICIAL. Boletim Interno nº 44, de 21/02/1946.

Dos eventos esportivos, a Corrida da Fogueira, uma corrida de rua realizada sob o patrocínio do 16º Batalhão de Caçadores (Exército), entrou para o calendário esportivo da Força Policial (1945-1947). Em 1945, o convite do Cmt. daquela unidade foi formulado no dia 8 de junho e publicado em BI no dia 14 para a corrida que se realizaria no dia 24 do mesmo mês, o que deixou apenas dez dias para os preparativos para *a referida prova esportiva*. O Cmt. Gr., Ten. Cel. Crescêncio Monteiro da Silva, não deixou dúvidas quanto à participação da corporação e despachou no convite que respondesse este, *agradecendo e*

³³¹ BI n.º 151, de 05/07/1946.

dizendo que A Força Policial tomaria parte no evento.³³² Quatro dias após a realização da prova esportiva o Cmt. do 16º BC oficiou ao Cmt. Gr. da Força Policial *agradecendo a este Comando pela cooperação desta Força para a realização da Corrida da Fogueira*, destacando ter a Força Policial concorrido, assim, para *o grande êxito da tarde esportiva* daquele dia 24. Em função dos resultados obtidos na prova, o Cmt. Gr. determinou que fosse *averbado nos assentamentos dos soldados*³³³ do BC, da Corporação, os *classificados entre os 10 primeiros lugares na Corrida da Fogueira*, referências elogiosas feitas pelo Sr. Ten. Cel. Cmt do 16º BC, louvando os atletas, pela *maneira com que representaram seu Batalhão, na Corrida da Fogueira*.³³⁴

Em junho do ano seguinte, o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto publicou em BI (7 de junho) um programa de treinamento destinado aos elementos da Força que participariam da Corrida da Fogueira, o qual consistiu em *treinos 3 vezes por semana (segunda, quarta e sexta-feira) às 15 horas, a iniciar no dia 10 do corrente*. Além do programa de treinamento, destacou que os treinos acima seriam considerados instrução, e como tal, a ausência seria falta disciplinar e, por conseguinte, sujeita a punição. Contudo, neste ano de 1946, não se teve mais notícias (em BI) da realização e nem tão pouco da classificação dos elementos da Força Policial.³³⁵

Em 1947, os elementos da Força Policial participaram mais uma vez da Corrida da Fogueira embora, neste ano, o evento tenha sido patrocinado pela Federação Mato-grossense de Desportos. Desta feita foram inscritos cinco policiais; 1 sargento e 4 soldados. O Comandante Geral recomendou ao Comandante. do Batalhão de Caçadores que *as praças inscritas [...] na Corrida da Fogueira* ficassem *dispensadas do serviço, para treinamento e descanso, de hoje [dia 19] a 25 do corrente*.³³⁶ Os atletas teriam, na prática, cinco dias para treinamento. Neste ano, a Força Policial além de inscrever seus elementos na corrida, contribuiu financeiramente *com a quantia de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros)*

³³² BI n.º 133, de 14/06/1945.

³³³ Destacaram-se entre os dez primeiros colocados, os soldados da Força Policial: Sebastião Ferreira da Silva, Joaquim Pereira de Moraes e Domingos de Abreu Valadares. As informações dos ofícios entre as instituições, publicadas em BI, não informaram o número de participantes.

³³⁴ BI n.º 149, de 03/07/1945.

³³⁵ BI n.º 129, de 07/06/1946.

³³⁶ BI n.º 136, de 19/06/1947.

para prêmio³³⁷ a um dos vencedores da corrida realizada sob o patrocínio daquela Federação.³³⁸ No dia 26, o Cmt. Gr., o Cel João Luiz Pereira Neto, registrou em BI que

*Na corrida da fogueira (sete mil metros) realizada nesta Capital na tarde de 24 do corrente, sob o patrocínio da Federação Mato-grossense de Desportos, onde tomaram parte atletas de diversas entidades, os elementos desta Força Policial obtiveram as seguintes classificação, num conjunto de 27 concorrentes: 1º lugar, soldado José Liberato da Silva; 4º lugar, soldado Sebastião Ferreira da Silva e 8º lugar, 3º Sargento Benedito Corsino Ortis.*³³⁹

Além disso, no mesmo BI o comando muito satisfeito elogiou todos os concorrentes pelo amor físico, fibra e amor ao Corpo de Tropa demonstrados naquela competição e, por fim, chamou a atenção de outros elementos sobre esses belos exemplos.³⁴⁰ Mais uma vez os elementos da Força Policial conseguiram com que três dos cinco participantes chegassem entre os dez primeiros colocados, com devido destaque ao primeiro colocado, o soldado José Liberato da Silva.

Interessante, ainda, destacar o discurso do Cmt. Gr., na medida em que contemplou a concepção modernista do esporte, naquela metade do século XX. De acordo com Vigarello, a ideia do esporte pretendeu *inventar uma moral que promova a competição e ao mesmo tempo o respeito ao outro, a autoafirmação na solidariedade universal [...] competir significaria ser exemplar, deferente para com o outro em particular.*³⁴¹

Além das Corridas da Fogueira os elementos da Força Policial engajaram-se – por força institucional ou por iniciativa própria – em outras práticas esportivas, dentre as quais: futebol, basquete, corrida (da cidade), atletismo e vôlei.

Apesar disso, a iniciativa em tomar parte dos eventos esportivos nem sempre resultou em aprovação por parte do comando da corporação. Como o caso do sargento comandante do Destacamento de Guiratinga que requereu permissão ao Cmt. Gr. para *atender a solicitação*

³³⁷ A quantia doada (Cr\$250,00) correspondia a pouco mais de cinquenta por cento dos vencimentos de um soldado (Cr\$400,00). Ver Decreto-lei nº 807, de 7 de dezembro de 1946 (BI nº 285, de 18 de dezembro de 1946).

³³⁸ BI nº 140, de 24/06/1947.

³³⁹ BI nº 142, de 26/06/1947.

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: as mutações do olhar - o século XX*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. III, p. 203.

da Diretoria do Esporte Club local, no sentido de que o cabo Vitor Leite da Silva acompanhasse a caravana esportiva até Mineiros, Estado de Goiás, fazendo parte do quadro de futebol. A negativa do Cmt. Gr. fundamentou-se no pequeno número de praças daquele destacamento policial. A dispensa do policial poderia comprometer o serviço.³⁴²

Outras vezes, como em 1946, o futebol ganhou força de instrução: falta à instrução, é falta ao serviço, passível de punição. A ordem foi do Cmt. Gr. que determinou para o preparo dos atletas do futebol *treinos nas terças e quintas-feiras, das 7 a 9 horas*.³⁴³ Em 1947, o Cmt. Gr. recomendou ao Cmt. do BC para *sempre que possível não destacar praças que compõe o quadro de futebol*, evitando desfalcas o time. Na mesma recomendação publicada em BI, acrescentou que o quadro de futebol deveria treinar, sempre que possível, *ao menos três vezes por semana*.³⁴⁴ As recomendações, quanto a manter o quadro de futebol integrado e a frequência dos treinos, sugerem a participação dos elementos da Força Policial [os do futebol] em alguma competição. Entretanto, os BIs, até então, deixaram de registrá-la. Àquela hipótese, corrobora outro fato; a recomendação feita à Banda de Música para que tocasse no dia 29 do corrente *nos desfiles dos atletas de futebol*, no percurso da Praça da República ao Estádio do Bosque Municipal.³⁴⁵ Contudo, novas recomendações acabaram por esclarecer que essa competição referiu-se ao *Torneio Initium*, um torneio que contemplava *todas as entidades de atletismo da cidade*. A Força Policial mobilizou os seus *atletas disponíveis* no BC e Pelotão de Escolta Presidencial, *em uniformes de futebol, atletismo, basquete e vôlei*, até mesmo os escoteiros tomaram parte no desfile. E, tratando-se de um desfile nas ruas da cidade, não faltou a Banda de Música do Batalhão de Caçadores, que teve a missão de *puxar [...] os atletas até o Estádio*.³⁴⁶

Deixaram de ser publicados registros sobre os resultados do torneio, contudo, no entendimento do Cmt. Gr. o modo como os elementos da Força Policial se apresentaram em *muito agradou o público*, fato que o levou a publicar em BI o seguinte elogio:

O Comando Geral tem o grato prazer em louvar e elogiar as praças que tomaram parte no desfile de atletas, realizado ontem por ocasião do Torneio Initium de Futebol, organizado pelo Departamento da Federação Matogrossense de Desportos, pelo garbo, asseio e boa vontade, e que muito

³⁴² BI n.º 157, de 12/07/1947.

³⁴³ BI n.º 129, de 07/06/1946.

³⁴⁴ BI n.º 136, de 19/06/1947.

³⁴⁵ BI n.º 140, de 24/06/1947.

³⁴⁶ BI n.º 143, de 27/06/1947.

*agradou o público. (individual).*³⁴⁷ – Ao B.C. e P.E.P. para os devidos fins. (Do Bol. de hoje do C.G.) – Em consequência, as Subunidades para os devidos assentamentos (sic.).³⁴⁸

Apesar das corridas e o do futebol, também o basquete fez parte das práticas esportivas dos elementos da Força Policial. Em março de 1946, por iniciativa do Capitão Eurides Celestino Malhado, foi organizado com *elementos desta Corporação, um quadro de baskt-ball, com a denominação Associação Atlética Palmeiras (sic.)*. Feita a solicitação ao Cmt. Gr. para inscrevê-lo na Federação Mato-grossense de Desportos, de pronto foi autorizada.³⁴⁹

Em menos de um mês, depois de organizado o quadro de basquete, o esporte ganhou mais espaço na Força Policial. O Cmt. Gr. Interino, Major José Silvério de Magalhães, autorizou a *construção da quadra de basquete*. Para este feito foram necessários *20 alqueires de cal, 4.500 tijolos e 2 réguas de 4 metros de comprimento por 6 centímetros de largura*, cabendo ao encarregado das obras do quartel as providências devidas.³⁵⁰

Em outubro, o Capitão Instrutor Chefe do CIM recebeu ordens do Cmt. Gr. para organizar e treinar o *quadro de basquete para competir com o quadro do Colégio Estadual de Mato Grosso*. O Comandante Geral buscou o empenho possível, pois complementou a ordem ao mesmo tempo em que destacou que todos os jogadores deveriam tomar parte nos treinos: oficiais, subtenentes, sargentos e praças.³⁵¹ Porém, os BIs deixaram de registrar se houve a competição e qual teria sido o resultado. Em junho do ano seguinte, o quadro de basquete, assim como as equipes de outros esportes, tomaram parte do *Torneio Initium*; o grande torneio que reuniu todas as entidades de atletismo da cidade. Em julho de 1947, o *2º Jazz do BC* foi incumbido de tocar no *encontro de basquete, no Estadium do Colégio Estadual entre os Cuiabanos x Corumbaenses*. Nenhum registro foi feito que revelasse se os elementos da Força Policial tomaram parte no quadro de basquete de qualquer das equipes. Entretanto, lá estiveram, senão enquanto componentes dos quadros de basquete, enquanto componentes da Banda de Música (2º Jazz) e, assim, enaltecer o evento.³⁵²

³⁴⁷ Esta anotação “individual” implica que o elogio em questão deverá ser consignado nas fichas pessoais, com este destaque, uma vez que tem maior valor que os elogios coletivos, nos casos de futuras promoções.

³⁴⁸ BI n.º 146, de 30/06/1947.

³⁴⁹ BI n.º 66, de 20/03/1946.

³⁵⁰ BI n.º 78, de 03/04/1946.

³⁵¹ BI n.º 227, de 07/10/1946.

³⁵² BI n.º 166, de 24/07/1947.

Além da participação nesses diferentes esportes, os elementos da Força Policial participaram de um evento esportivo específico: O Campeonato de Cuiabá. Realizado na primeira semana de setembro, de 1946, obedeceu a um programa específico de atletismo e esporte, representado na Tabela 6, abaixo.

Tabela 6- Programa de atletismo e esporte do segundo Campeonato de Cuiabá (1946).

DIA	HORÁRIO	PROVAS
2	9 horas	Corrida de revezamento 4x100 e 100 metros rasos, no Largo do Arsenal
3	9 horas	Lançamento de granadas, sem estilo e corrida de 200 metros rasos, no Largo do Arsenal
4	9 horas	Natação, 200 metros no Rio Cuiabá
5	9 horas	Corrida de 400 metros rasos e 1.500 metros, no Largo do Arsenal
6	9 horas	Corrida rústica de 2.000 metros, através da cidade.
7	8 horas	Cabo de guerra – luta livre – basket-ball, no pátio do quartel

Fonte: POLÍCIA MILITAR. Boletim Interno nº 184, de 15/08/1946.

O programa contou com as provas de corrida de revezamento, lançamento de granadas, natação, corridas de curta e média distâncias, além de corrida rústica, cabo de guerra, luta livre e basquete.

O regulamento do Campeonato de Cuiabá, por assim dizer, era simples; os comandantes das subunidades apresentaram as *relações de seus concorrentes às provas*, para que estes fossem inscritos pelo Departamento de Educação Física. Quanto a *marcação de pontos*, está foi feita *individualmente, marcando-se o total de pontos* para a subunidade, a que pertencia o competidor. Assim, ao final, a subunidade com maior quantidade de pontos, o somatório dos obtidos por seus atletas, foi a vencedora.³⁵³

A participação dos elementos da Força nos eventos esportivos, quer por iniciativa própria – de oficiais ou de praças –, quer por ordem do Cmt. Gr., fez do esporte o *locus* de suas práticas sociais junto à população. Essas práticas, do que se pode inferir, e, ainda, de acordo com Sider, foram algo de concreto, não foram *formulações abstratas dos significados nem a busca de significados, embora possam transmitir um significado*. Os eventos esportivos, assim como os cívicos religiosos constituíram-se no espaço das práticas e relações sociais entre os elementos da Força Policial – oficiais, graduados e praças – e a população –

³⁵³ BI n.º 184, de 15/08/1946.

as elites locais e o povo. Práticas, costumes que estiveram nitidamente *associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem*, como anotou o mesmo autor.³⁵⁴

As evidências revelaram que essas práticas foram frequentes no período de 1945-1947. No ano de 1946 – ano em que a Assembleia Nacional Constituinte esteve reunida – a participação dos elementos da Força nos eventos (esportivos e religiosos) revelou-se com semelhante frequência aos anos de 1945 – fim do Estado Novo - e de 1947 – com a promulgação das novas constituições estaduais.

Forçosamente e reiteradamente uma questão se apresenta: Seria possível aos elementos da Força, protagonistas dessas relações sociais, mediadas por práticas esportivas e cívicas religiosas, atuarem na Ordem Pública junto a essa mesma população, com práticas policiais violentas e arbitrárias – fazendo uso abusivo e excessivo da força? Nas palavras de Thompson, é possível afirmar, até aqui, que nenhuma evidência, *nenhuma indicação de que a ordem social estava em perigo* e, menos ainda, motivado por práticas policiais.³⁵⁵

Além desta situação – a da participação em eventos esportivos, cívicos e religiosos - que ajudou a compor a atuação cotidiana das forças policiais, os fatos apontaram com frequência outra situação: a de apoio a outras instituições estaduais.

Os elementos da Força Policial foram considerados, por autoridades locais e até mesmo por representantes da sociedade civil organizada, uma força disponível para o emprego nas mais diversas situações. Das solicitações à Força Policial, os comandantes gerais, aprovando ou não o seu emprego, atenderam-nas. Algumas das situações apresentavam relação com a função policial; como nas de apoio à Polícia Civil e aos poderes constituídos, com destaque ao Poder Judiciário, mas outras deixaram dúvidas.

As solicitações da Chefatura de Polícia do Estado e dos delegados – muitos destes, como já vistos, tratava-se de oficiais da Força Policial – sobre a disponibilidade de praças para os auxiliarem em suas funções de polícia judiciária foram frequentes. Em fevereiro de 1945, o Chefe de Polícia solicitou *providências no sentido de serem designadas praças desta*

³⁵⁴ SIDER, Gerald M. Culture and class in anthropology and history. Cambridge, 1986, p. 940. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

³⁵⁵ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 75.

*Força [Policial], para auxiliarem a Polícia Civil no serviço de policiamento por um período de quatro dias.*³⁵⁶

Noutra situação, o Major Delegado Auxiliar, respondendo pelo expediente do Chefe de Polícia do Estado solicitou *providências no sentido de ser posta a disposição daquela Chefia, uma escolta composta de um sargento e três praças*, para realizarem uma diligência em um lugar conhecido como *Porto Capivara*, pertencente ao município³⁵⁷ de Leverger.³⁵⁸

O apoio ao Poder Judiciário, via de regra, tinha como função a escolta policial nas Sessões do Júri. Às vezes as solicitações eram feitas diretamente ao Cmt. Gr., como a de fevereiro de 1945, na qual o Sr. Juiz de Direito da Comarca da Capital solicitou do Comando da Força Policial, providências no sentido de ser fornecida àquele Juízo, no dia 19 do corrente, às 12 horas, no edifício do Palácio da Justiça, *uma escolta devidamente armada afim de auxiliar os trabalhos da 1ª sessão do Tribunal do Júri.*³⁵⁹

Noutras vezes, as solicitações foram feitas pelo Chefe de Polícia, como a que solicitou, *a pedido do Delegado de Polícia do município de Rosário Oeste, um reforço para o destacamento daquela cidade a fim de auxiliar os trabalhos das sessões do júri.*³⁶⁰

O atendimento às solicitações por outros poderes, em certas ocasiões, foi determinado diretamente pelo Comando Geral, como o que resultou do comunicado feito ao Cmt. da Companhia Sapadores Mineiros. Este, *em cumprimento à ordem deste Comando [Geral], forneceu um caminhão e uma escolta para o Juiz Eleitoral de Rosário Oeste.*³⁶¹ O comunicado do Cmt. da CSM não esclareceu em que condições esse apoio foi prestado. Até porque, nesta data (16/04/1947) os deputados estaduais constituintes já haviam sido eleitos, haviam tomado posse e, os trabalhos da Assembleia Legislativa iniciados, conforme registrou a Ata da instalação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 29 de março de 1947.³⁶²

³⁵⁶ BI n.º 34, de 09/02/1945.

³⁵⁷ A Lei nº 132, de 30 de dezembro de 1948, alterou a denominação de “Leverger” para “Santo Antônio do Leverger”, denominação atual do município. Ver: FERREIRA, J.C.V. *História de Santo Antônio de Leverger*. Disponível em <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=224&cid=559>, acesso em 25/02/2013.

³⁵⁸ BI n.º 137, de 18/06/1946.

³⁵⁹ BI n.º 38, de 15/02/1945.

³⁶⁰ BI n.º 143, de 26/06/1946.

³⁶¹ BI n.º 94, de 25/04/1947.

³⁶² MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. Ata da instalação da assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso. Termo de Abertura. 29/03/1947, p. 01.

No entanto, os elementos da Força Policial foram empregados em apoio a outras instituições, além dessas, para desempenharem funções que pouco, ou quase nada, corroboraram à ordem e a segurança pública, embora pudessem ser revestidas de um costume social. Como foi, por exemplo, o emprego da Banda de Música – *Jazz-band* – *para o baile realizado [...] em benefício da Casa das Crianças*. O registro embora tenha deixado de revelar de onde partiu a solicitação ou determinação revelou quem fez os agradecimentos; Sra. Maria de Arruda Müller,³⁶³ presidente da Legião Brasileira de Assistência.³⁶⁴

Em outubro de 1945, o Cmt. do 16º BC do Exército propôs, em ofício, ao Cmt. Gr. da Força Policial, o *reinício das retretas no Jardim Alencastro pela Banda de Música*. O Cmt. Gr. limitou-se a despachar *ao Ajudante para informar a respeito*.³⁶⁵ Nove meses se passaram sem que o assunto voltasse à baila. Contudo, em julho de 1946, o Prefeito Municipal da Capital comunicou que *foram feitos os reparos necessários no coreto da Praça Alencastro, estando apta para as retretas*.³⁶⁶ Em decorrência, o Cmt. Gr. determinou que ficasse *sustada a retreta que a Banda de Música do B.C. vinha fazendo as quartas-feiras em frente ao quartel desta Corporação*. O local das retretas seria outro: a Banda de Música, a partir do dia 18 do corrente faria, *aos domingos, retretas das 7 às 9 horas no jardim da Praça Alencastro*. Entretanto, salientou o Cmt. que o transporte da Banda correria por conta da Prefeitura Municipal da Capital. Aqui, como no exemplo anterior, o emprego da Banda de Música revestiu-se de um costume social e, provavelmente, recebeu os aplausos da população. A propósito, no mesmo BI, a Banda de Música recebeu outra função: a de *tocar na parada escolar*, no dia 12 do corrente, data em que o Colégio Estadual de Mato Grosso foi transferido do Palácio da Instrução para o seu novo edifício à Praça Malet.³⁶⁷

Outros serviços nos quais os elementos da Força foram empregados, estranhos a sua função, foram os de limpeza pública. O elogio mandado publicar pelo Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, em junho de 1946, à oito praças e um civil foi revelador do emprego dos elementos da Força nos serviços de limpeza de praças públicas. Os BIs deixaram de registrar – por omissão ou deliberadamente – se a solicitação havia partido da prefeitura, de outra autoridade constituída ou, ainda se se tratou de iniciativa do próprio comandante. Esta última

³⁶³ Maria de Arruda Müller foi esposa de Júlio Strubing Müller, Interventor Federal no Estado no período de 13 de setembro de 1937 a 30 de outubro de 1945.

³⁶⁴ BI n.º 133, de 14/06/1945.

³⁶⁵ BI n.º 238, de 17/10/1945.

³⁶⁶ BI n.º 171, de 30/07/1946.

³⁶⁷ BI n.º 179, de 09/08/1946.

a menos provável [suponho]. O Cmt. Gr. elogiou e agradeceu as oito praças (um sargento, dois cabos e cinco soldados) e um civil

*[...] pela maneira obediente e eficiente como se conduziram no serviço de reparo dos bancos destinados ao estacionamento da Praça da Bandeira, de limpeza e preparo da mesma Praça, assim como no reparo de móveis destinados à sala do Comando do BC e a todos concita a continuarem assim procedendo, que é a maneira condigna de se tornar merecedor dos melhores conceitos dos superiores hierárquicos.*³⁶⁸

Em agosto do mesmo ano outro elogio foi publicado, motivado por uma referência do presidente da Academia Mato-grossense de Letras, José Mesquita. Na referência, este presidente agradeceu ao Cmt. Gr. pelo *concurso espontâneo* prestado com o *peçoal da Força sob o seu digno comando, por ocasião do serviço de instalação da biblioteca da mesma Academia, durante a quinzena finda*. O *serviço de instalação da biblioteca* a que se referiu aquele presidente, por ocasião dos agradecimentos, não foi esclarecedor quanto a sua real natureza.³⁶⁹ Entretanto, um ofício da Academia Mato-grossense de Letras encaminhado ao Cmt. Gr. revelou não apenas a natureza dos serviços – de instalação da biblioteca - realizados pelos elementos da Força como, também que os serviços foram remunerados. O registro consignado em BI afirmou que

*A Academia Matogrossense de Letras em ofício de 30 de agosto ultimo, remetendo a importância de Cr\$ 200,00 a fim de ser distribuída aos soldados desta Força que auxiliaram os trabalhos de limpeza e mudança da Biblioteca e dos armários da Casa Barão de Melgaço, de acordo com a folha de gratificação anexa a qual deve ser devolvida depois de assinada pelos soldados beneficiados. – Ao Cmt. do BC para efetuar o pagamento devolvendo as folhas a fim de ser devolvida a Academia [despacho do Cmt. Gr.] (sic).*³⁷⁰

Outra escala de serviços de faxina aguardava os elementos da Força ainda naquele mês de agosto. O Comando do Batalhão de Caçadores, por ordem do Cmt. Gr., teve que providenciar *uma faxina à Diretora do Grupo Escolar Barão de Melgaço*, no Palácio da

³⁶⁸ BI n.º 136, de 04/06/1946.

³⁶⁹ BI n.º 182, de 13/08/1946.

³⁷⁰ BI n.º 200, de 03/09/1946.

Instrução, *a fim de mudar um piano da parte térrea para o sobrado*. Esta evidência sugere que quem carregou o piano foram os elementos da força.³⁷¹

Numa outra solicitação o Diretor do Departamento de Educação e Cultura solicitou providências no sentido de ser mandado *uma turma de trabalhadores para se encarregar das limpezas do pátio interno do edifício do Palácio da Instrução*. Entretanto, nesta ocasião o despacho do Cmt. Gr. foi diferente dos anteriores. O despacho foi dado diretamente ao Ten. Clidenor para *providenciar uma turma de presos, com urgência*. Não é possível afirmar se a *turma de trabalhadores* a que se referiu o Diretor do Departamento de Educação e Cultura tratava-se de presos já previamente acordado com o Cmt. Gr. Mas, ainda assim, foi a atribuída a um oficial a responsabilidade pela limpeza do referido pátio.³⁷²

Não obstante os serviços de faxina, limpeza, mudança, outro tipo de serviço foi reservado aos elementos da Força, resultante do apoio desta à prefeitura: a captura e remoção de animais vadios das ruas de Cuiabá. Dos entendimentos mantidos entre o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto e do Secretário do Interior, Justiça e Finanças – pasta a qual pertenceu a Força Policial – resultou que o comando deveria promover as *diligências indispensáveis a captura e remoção, para fora do perímetro urbano [da Capital Cuiabá], de todos os cães vadios que, em matilha, infestam as ruas da cidade e põem em risco as condições mínimas de saúde e segurança de nossa população*. Todavia, o despacho do Cmt. Gr. acabou por levantar hipóteses quanto aos entendimentos transcritos em BI; este despachou *ao Major Fiscal Administrativo, de acordo com o que já foi combinado*. Teria esse *combinado* sido tratado entre o Comandante Geral e o Secretário inclusive, ou tão somente entre o Cmt. Gr. e o Major Fiscal Administrativo? Ou ainda, que o acordo com o Major Fiscal Administrativo embora tenha sido diferente do com o Secretário, mas também era do conhecimento deste, apenas não podendo ser transcrito em documento oficial? Indiferente a estas questões o fato foi que em setembro de 1946 os elementos da Força receberam a função de capturar e remover animais vadios das ruas da cidade.³⁷³ No Rio de Janeiro, neste mesmo mês, a nova Constituição Federal estava prestes a ser promulgada.

Em maio de 1947, solicitação semelhante foi feita pelo Chefe de Polícia do Estado. A solicitação feita por ofício ao Cmt. Gr. no sentido de que fossem postos *à disposição da Prefeitura Municipal desta Capital, uma praça, afim de acompanhar o Fiscal daquela*

³⁷¹ BI n.º 197, de 30/08/1946.

³⁷² BI n.º 163, de 21/07/1947.

³⁷³ BI n.º 203, de 06/09/1946.

*repartição, em caça de animais vadios perambulando pelas ruas da cidade. Agora os elementos da Força teriam como função a de acompanhar o fiscal, não mais a de capturar e remover animais do centro da capital. Inexistiram evidências, registradas em BI, que informassem se, na prática, a função de acompanhar o fiscal teria sido diferente da de capturar os animais. Mas, diferente desta vez foi o despacho do Cmt. Gr., Cel João Luiz Pereira Neto: Ao Comando do BC para providenciar com urgência.*³⁷⁴

Nesse mesmo mês outra ordem do Cmt. Gr. esclareceria se houve mudanças. De tal forma que *atendendo solicitação do Sr. Prefeito Municipal da Capital*, aquele determinou ao oficial de dia do BC, que fizesse

*[...] recolher as baias da Unidade animais que estiverem perambulando pelas Rua 15 de Novembro e Praça da Bandeira, danificando as plantas do jardim da frente do quartel e da rua, sendo soltas mediante o pagamento de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), que será remetido à Prefeitura.*³⁷⁵

Certo foi que nos anos de 1946 e 1947 os elementos da Força Policial, em apoio à Prefeitura Municipal de Cuiabá, ora por entendimentos junto ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, ora junto ao Prefeito Municipal, tiveram como função a captura e remoção de animais que perambulavam pelas ruas e praças de Cuiabá.

Várias são as hipóteses a explicar ou, até mesmo a justificar o emprego dos elementos da Força Policial em serviços estranhos à sua função, como os aqui apresentados: serviço de faxina, mudança de mobília, chefiar turma de presos em limpeza, captura e remoção de animais. Entretanto, essas hipóteses embora levantadas, não serão aqui discutidas ou fundamentadas. Sobretudo, foi possível revelar do que se ocuparam os elementos da Força Policial, do que na realidade constituíram parte de suas práticas policiais e, ao mesmo tempo, o *locus* no qual constituíram as suas relações com a população, quer com a elite local, quer com o povo.

Entretanto, nem só de faxina se ocuparam os elementos da força, as evidências coligidas dos BIs permitiram identificar a atuação destes junto à Educação, especialmente no ensino primário. Conforme Lourenço Filho,

³⁷⁴ BI n.º 116, de 23/05/1947.

³⁷⁵ BI n.º 122, de 31/05/1947.

*Pode-se dizer que as Forças Armadas e a corporação dos educadores (...) hão de compor as falanges de um só e mesmo Exército. A estes caberá talvez função mais modesta e paciente, e àqueles mais brilhante e agitada. Pouco importa.*³⁷⁶

Faz-se necessário destacar que no Brasil, depois da década de 1930, o Exército assumiu uma posição, frente à política nacional, participando de forma crescente junto à área educacional. A partir de 1937, contudo, de acordo com Schwartzman, esta política seria impulsionada *pelo interesse do governo, da Igreja Católica e outros setores em organizar, disciplinar e imprimir na população uma “mentalidade adequada” ao novo Estado Nacional que se queria construir*: o Estado Novo.³⁷⁷

Políticos, militares e intelectuais estavam engajados nessa construção. O pensamento do intelectual brasileiro Lourenço Filho,³⁷⁸ foi colaborador à compreensão da ideologia presente na educação durante o Estado Novo; período no qual a educação esteve vinculada à segurança nacional, ao afirmar que *as Forças Armadas e a corporação dos educadores (...) hão de compor as falanges de um só e mesmo Exército*. E que *a estes caberá talvez função mais modesta e paciente, e àqueles mais brilhante e agitada. Pouco importa.*³⁷⁹

Foi exatamente esta a definição que o então Ministro da Guerra no Governo de Getúlio Vargas, o General Dutra, tinha sobre a educação: a de *um setor de atividades estreitamente ligadas aos imperativos de segurança nacional*. Para Dutra, *o problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude não podia deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares*. Da mesma maneira, se o Brasil buscava um sistema

³⁷⁶ LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Tendências da educação brasileira*. III – Educação e segurança nacional. Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha (org.). 2ª ed. – Brasília: MEC/Inep, 2002, p. 70. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acessado em 28/02/2013.

³⁷⁷ SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. 1ª Edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit2.htm>, acessado em 29/10/2012.

³⁷⁸ Manoel Bergstrom Lourenço Filho foi Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde sob a tutela de Gustavo Capanema. O trecho do discurso de Lourenço Filho pertence a 3ª Conferência (de um total de quatro pronunciadas entre 1938 e 1940) “Educação e Segurança Nacional”, proferido na Academia Brasileira de Letras, em agosto de 1940, a convite da Liga da Defesa Nacional.

³⁷⁹ LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Tendências da educação brasileira*. III – Educação e segurança nacional. Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha (org.). 2ª ed. – Brasília: MEC/Inep, 2002, p. 70. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acessado em 28/02/2013.

completo de segurança nacional, um de seus pressupostos estava centrado, principalmente, no entrosamento dos *órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura.*³⁸⁰

De tal forma que, conforme Schwartzman, *se essa concepção não chega a se realizar em sua plenitude, ela é, no entanto, ensaiada de diversas maneiras, compõe o clima no qual, a partir principalmente de 1937, a atividade educacional seria conduzida no país.* Essa concepção da educação estava posta à nação brasileira e a possibilidade de sua influência nos estados da federação foi parte dessa realidade.³⁸¹ Contudo, aqui, esta relação foi tratada apenas como possibilidade; a hipótese na concepção da educação no núcleo da segurança nacional. Não pretendo comprová-la e muito menos refutá-la.

As Forças Policiais Estaduais, principalmente durante o Estado Novo, foram forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro [e ainda o são], o que faz emergir uma hipótese impossível de ser ignorada, embora não se pretenda desenvolvê-la no momento: a atuação dos elementos da Força Policial em Mato Grosso, na área da educação teria sido influenciada, ao que as evidências apontaram, pela concepção da educação vinculada à segurança nacional. Daí, a participação dos elementos da força junto à educação.

Neste *locus* das práticas policiais, a atuação dos elementos da Força se deu em quais circunstâncias e, de que forma foi aceita pelos educadores em Mato Grosso? A atuação dos elementos da Força na área da educação, em Mato Grosso, se deu na condição de instrutores e monitores de educação física e, com destaque, no ensino primário. A atuação foi devidamente designada em portarias ou, como ocorreu na maioria das vezes, os elementos da Força foram colocados à disposição das instituições de ensino pelo próprio Comandante Geral [supondo a aquiescência do Interventor Federal]. Oficiais e praças da Força Policial atuaram nessa função e, ao que os registros apontaram, essa prática foi bem aceita pela diretoria dos colégios e ginásios, a qual resultou em elogios aos policiais.

Algumas vezes as designações dos elementos da Força foram feitas para *exercer as funções de Professor* e nesta condição, fizeram jus a uma gratificação. Em 1945, o Sr. Ten. Cel. Secretário-geral de Estado designou em portaria Vicente de Oliveira Bastos, 3º Sargento

³⁸⁰ BRASIL. Ministério da Guerra. *Os problemas educativos e a segurança nacional*. Mensagem apresentada pelo General Eurico G. Dutra, Ministro da Guerra, ao Exmo. Sr. Presidente da República Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1939, p. 5.

³⁸¹ SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. 1ª Edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit2.htm>, acessado em 29/10/2012.

da Força Policial, *para exercer as funções de Professor de Educação Física* do Ginásio M. Maria Leite, localizado na cidade de Corumbá. Para o desempenho dessa função, aquele sargento recebeu *a gratificação mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)*.³⁸²

Nessa mesma situação, para exercer o cargo de Professor de Educação Física foi designado mediante portaria, no mesmo ano, o 1º Sgt nº 1 do Estado Menor do C.G. João José do Espírito Santo para *assumir as funções de Professor de Educação Física* do Ginásio 2 de Julho, da cidade de Três Lagoas.³⁸³

Noutras vezes, como na situação do 3º Sgt. Mario da Anunciação Nogueira, este foi, por ordem do Cmt. Gr., colocado *à disposição do Colégio Bom Jesus*, da Cidade de Guiratinga, a fim de *ministrar instrução de Educação Física aos alunos* daquele colégio. Entretanto, neste caso, a atividade deveria ser desenvolvida *sem prejuízo das funções de comandante do destacamento daquela cidade*.³⁸⁴ O sargento ministrou instrução de Educação Física concomitante ao desempenho de suas funções de comandante do destacamento policial. Em situação análoga um oficial e um subtenente foram designados em junho de 1947. O primeiro, o 2º Tenente Renes de Campos Borges, para *ministrar instrução de Educação Física aos alunos da Casa da Criança*. O segundo, o Subtenente Benedito Pinto Pereira, para Comandar o destacamento de Poconé e *dirigir a educação física das Escolas daquela cidade*. A propósito, essas duas designações foram registradas no mesmo dia.³⁸⁵ No mês seguinte, foi designado³⁸⁶ o 3º Sgt. do BC, Cipriano Lemos do Nascimento, para ser o *instrutor de Educação Física aos alunos* da Casa da Criança, ministrada 3 vezes por semana. Entretanto, esta designação foi *sem prejuízo do serviço*.³⁸⁷

Os registros revelaram que a função de instrutor – as vezes a de professor - de Educação Física, foi exercida por elementos da Força, em algumas situações, por solicitações dos diretores dos colégios. Em junho de 1945, a Irmã Alzira Bastos, do Colégio de Poxoréo pediu ao Cmt. Gr., para que o Sgt. Gonçalo Pereira exercesse o *cargo de Professor de Educação Física* no externato São José de Poxoréo. O Cmt. Gr. despachou favorável.³⁸⁸

³⁸² BI n.º 87, de 14/04/1945.

³⁸³ BI n.º 141, de 23/06/1945.

³⁸⁴ BI n.º 122, de 30/05/1945.

³⁸⁵ BI n.º 130, de 10/06/1947.

³⁸⁶ Esta designação deixou de fazer referência à do 2º Ten. Renes de Campos Borges ter sido tornado sem efeito ou não, considerando tratar-se da mesma instituição, num espaço de tempo de pouco mais de um mês.

³⁸⁷ BI n.º 167, de 25/07/1947.

³⁸⁸ BI n.º 133, de 14/06/1945.

Os elementos da Força designados para essa função, de professores ou instrutores de educação física, foram merecedores de elogios por parte dos diretores de colégios aos quais estiveram servindo. Os elogios revelaram contentamento por parte dos diretores, quanto ao fato dos policiais terem ministrado as instruções de Educação Física e, ainda, por colaborarem em outras atividades da instituição. Em maio de 1946, o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto publicou uma referência elogiosa ao Sgt. Antônio Jerônimo de Figueiredo, apresentada por ofício do Diretor do Ginásio Maria Leite, por conta de *bons serviços prestados ao estabelecimento, não só como Professor de educação física, mas, também como auxiliar eficaz, sempre pronto a colaborar em tudo que lhe era solicitado*.³⁸⁹ Em outubro, o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho fez por merecer *agradecimento e louvor*, feito a pedido da senhora Benedita Almeida Silva, Diretora do Abrigo do Bom Jesus. Em seu ofício, encaminhado ao Cmt. Gr., a diretora destacou que

*[...] apesar do curto lapso de tempo em que serviu neste Estabelecimento Educandário como Instrutor dos alunos do mesmo, demonstrou sempre uma nítida compreensão dos seus deveres, dotado ainda de grande e invulgar noção de responsabilidade aliada de grande capacidade de trabalho e, sobretudo de espírito de sacrifício e cooperação em prol do serviço.*³⁹⁰

No mês seguinte, o 1º Ten. Antônio Ribeiro Leite Filho comunicou e submeteu a apreciação do Cmt. Gr. o fato de ter sido *convidado em Campo Grande para ser Professor de Educação Física em diversas Escolas e agremiações esportivas*. O despacho do comando foi favorável desde que o desempenho da função de professor ocorresse *sem prejuízo das funções que exerce* o Tenente em sua unidade policial.³⁹¹

Estas evidências, selecionadas dos boletins internos das forças policiais, sobre a função de professor de educação física, revelaram mais uma das atividades atribuídas aos elementos da Força, enquanto práticas policiais, com destaque as do período de 1945-1947. O desempenho desta função sugere, embora com poucos registros, que as relações sociais desenvolvidas por aqueles junto aos educadores e aos alunos do ensino primário revelaram-se propícias.

³⁸⁹ BI n.º 111, de 16/05/1946.

³⁹⁰ BI n.º 222, de 01/10/1946.

³⁹¹ BI n.º 253, de 08/11/1946.

A última situação apontada, nesta tese, pela análise dos boletins internos quanto a atuação cotidiana das forças policiais, foi a que mais mobilizou oficiais, praças e civis contratados; a construção e manutenção de estradas e pontes no Estado de Mato Grosso.

Sob a responsabilidade da Companhia de Sapadores Mineiros (CSM) e o seu Comandante o Capitão Evaristo da Costa e Silva, os elementos da Força (oficiais, praças e civis) tiveram uma atuação marcante nos serviços de estradas e obras na Capital e em diversos municípios de Mato Grosso, durante o período de 1945-1947.

A CSM foi criada pela *Lei nº 32, de 21 de setembro de 1936*, na então Força Pública do Estado, devendo ser efetivada a partir de 1º de Janeiro de 1937, em conformidade com o efetivo, vencimentos e gratificações constantes da Tabela 7, abaixo discriminada.³⁹²

Tabela 7- Cia. Sapadores - Efetivo, soldos, gratificações e etapas de alimentação (mil-réis).

Qtde	Posto/Grad.	Soldo	Gratificação	Etapas	Total
01	Capitão	5:200\$000	2:600\$000	-	7:800\$000
01	1º Tenente	4:000\$000	2:000\$000	-	6:000\$000
02	2º Tenente	3:600\$000	1:800\$000	-	10:800\$000
02	2º Sargento	750\$400	375\$600	1:898\$000	6:052\$000
02	3º Sargento	512\$400	255\$600	1:808\$000	5:332\$000
08	Cabo	344\$400	171\$600	1:420\$500	15:516\$000
75	Soldado	279\$600	140\$400	1:423\$500	138:262\$500
				Soma	189:762\$500

Fonte: Lei nº 32, de 21 de setembro de 1936.³⁹³

A lei nº 32 que criou a Companhia de Sapadores Mineiros deixou de definir sua missão, entretanto sua atuação nos serviços de construção e manutenção de estradas e pontes seria conhecida por toda a população mato-grossense. Os elementos da Força designados para servirem nesta Cia. fizeram jus, além dos soldos, de uma gratificação correspondente a 50% do valor do seu soldo – de oficiais e de praças, sendo que estas contaram, ainda, com um auxílio de etapa de alimentação.

³⁹² MATO GROSSO. Arquivo Público. Diário Oficial. *Lei nº 32, de 21 de setembro de 1936*. Cria na Força Pública do Estado, uma Companhia de Sapadores, e dá outras providências.

³⁹³ Os valores apresentados na Tabela 2 correspondem literalmente ao publicado na lei de referência. Entretanto, os valores correspondentes a coluna “Total” das linhas “3º Sargento”, “2º Sargento” e “Cabo” e, consequentemente da linha “Soma” estão incorretos. Os valores corretos são, respectivamente (em mil-réis): 6:048\$000; 5:152\$000; 15:492\$000 e 189:554\$500.

Dos registros foi possível coligir a atuação dos elementos da Força nos serviços de estradas e pontes identificaram a realização destes dois diferentes e importantes serviços realizados pela CSM: os de estrada de rodagem e os de ponte (construção e reparos).

No período de 1945 – 1947, a Companhia de Sapadores Mineiros atuou de forma conjunta com a Repartição de Obras Públicas do Estado, competindo a esta o fornecimento do material necessário e, àquela, a execução dos serviços em estradas e pontes. Entretanto, das evidências selecionadas, foi possível afirmar que, na maior parte dos serviços realizados, estes foram comunicados à Secretaria Geral de Estado. Embora, as comunicações sobre o andamento dos serviços tenham sido encaminhadas por intermédio do Comando Geral da Força Policial, os registros em BI fizeram constar apenas a comunicação e o assunto, deixando de anotar os detalhes da obra realizada e eventuais dificuldades encontradas no serviço. Por esta razão, pouco foi possível conhecer sobre a magnitude das obras realizadas pela Companhia de Sapadores Mineiros, tendo como fonte os BIs da instituição policial militar.³⁹⁴

No entanto, alguns indícios permitiram conhecer os serviços de estradas realizados por elementos da Força. Em janeiro de 1945, um registro feito em BI, seguido do despacho do Cmt. Gr., Ten. Cel. Crescêncio Monteiro da Silva, foi emblemático sobre a constatação da realização de serviços, sem contudo que tenha sido possível especificá-los. Neste, o Capitão Evaristo da Costa e Silva, Comandante da CSM, em ofício, encaminhado ao Cmt. Gr., solicitou que fosse dado conhecimento ao Exmo. Sr. Secretário-geral de Estado, *o relatório e ofícios com referência ao resultado dos serviços da estrada de rodagem executados por sua CSM, no setor Ribeirão dos Cocais, município de Cocais e Poconé*. Dos documentos foram extraídas cópias e estas remetidas ao destinatário final.³⁹⁵

O teor da comunicação permitiu conhecer apenas tratar-se sobre o *resultado dos serviços da estrada de rodagem executados* sem, contudo, informar quaisquer parâmetros os quais permitissem identificar e dimensionar os referidos serviços.

³⁹⁴ Somado a essas circunstâncias, os relatórios encaminhados à Secretaria Geral de Estado – e ainda as cópias que por ventura tenham ficado na instituição policial -, se ainda existentes, estão entre os milhões de documentos abarrotados em salas do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Ocorre porém que, até o momento, estes documentos deixaram de receber qualquer tipo de classificação que permitisse sua localização e, por conseguinte uma possível análise, não obstante todo esforço produzido por funcionários daquela instituição no afã de bem atender aos usuários daquela superintendência.

³⁹⁵ BI n.º 06, de 08/01/1945.

Nesse mesmo BI publicou-se a apresentação em Cuiabá de vinte e três praças (sendo 1 sargento, 4 cabos e 18 soldados), todos provenientes do acampamento de Ribeirão dos Cocais. Esta forma de apresentação de praças, infelizmente, quase nunca foi acompanhada da informação acima em destaque. A movimentação de oficiais e praças, entre os locais de acampamento e Cuiabá, foram frequentes durante a realização dos serviços de estradas. Até porque, os serviços foram realizados em trechos de estradas, as vezes em pontes, distantes dos centros urbanos, exigindo dos elementos da Força que permanecessem acampados nas imediações dos serviços. Assim, de tempo em tempo, a movimentação de oficiais, praças e civis entre Cuiabá e as diferentes localidades, fez-se necessária.

O material empregado nos diferentes serviços de estradas e pontes foi fornecido pela Repartição de Obras Públicas do Estado. As solicitações de materiais feitas pela CSM àquela repartição foram, em sua maioria, registradas em BI, mas sem relacionar o material solicitado, bem como a que serviço específico se destinou. Em abril de 1945, por exemplo, registrou-se que o Cap. Cmt. da CSM, em parte nº 20, encaminhou um pedido a ser remetido à Repartição de Obras Públicas, concernente ao material a ser empregado nos serviços de estradas, sem que a publicação listasse qualquer material.³⁹⁶ No mês seguinte outro registro semelhante, no qual o Cap. Cmt. da CSM, novamente em parte, solicitou *providências no sentido ser encaminhado à Repartição de Obras Públicas do Estado, um pedido de material para o serviço de estrada* a cargo de sua Subunidade.³⁹⁷ A ausência de informações nessas comunicações impossibilitou saber se este último referiu-se a um novo serviço ou se se tratou da reiteração do pedido feito no mês anterior. Assim como estas, seguiram mais duas solicitações de fornecimento de *material para os serviços de estradas*; uma no dia 18 de maio e outra no dia 7 de julho.³⁹⁸

A atuação dos elementos da Força nos serviços de estradas revelou que estes permaneciam em condições especiais junto à sua subunidade, acomodavam-se em acampamentos junto às obras nas estradas e, à medida que estas fossem sendo concluídas, levantava-se acampamentos e seguiam para o novo trecho. Tudo conforme as evidências registradas nos BIs. Desta forma, em agosto de 1945 registrou-se que *por conveniência do serviço de estrada* mudou-se o acampamento de Tarumã para Boa Vista do Machado, localizado na estrada de rodagem Cuiabá à Rosário Oeste. Fato que fez emergir questões

³⁹⁶ BI n.º 77, de 03/04/1945.

³⁹⁷ BI n.º 100, de 02/05/1945.

³⁹⁸ BI nº 114, de 18/05/1945, e BI nº 153, de 07/07/1945.

referentes às condições de serviços, de repouso, alimentação, higiene e de relações sociais em que os elementos da Força ficaram sujeitos na realização desses serviços.³⁹⁹

As demandas para os serviços de estradas e pontes, algumas vezes partiram da população. Em novembro de 1945, os moradores de Machado, Mato Grande, Mutum e Cima da Serra, em abaixo assinados, pediram a *reconstrução de uma ponte sobre o Córrego Ribeirão, nas proximidades do Despraiado* [Bairro da Capital]. Embora, o Comandante Geral tenha despachado para a CSM manifestar-se, nenhuma informação foi publicada em BI a respeito desta demanda.⁴⁰⁰

Em dezembro de 1945, os serviços de estradas avançaram e junto o acampamento, pois, mais uma vez, o Cap. Cmt. da CSM *comunicou que o acampamento de sua Subunidade, por conveniência do serviço de estrada foi mudado de Boa Vista do Machado para Baús, rodovia Rosário - Oeste onde se encontra desde o dia 18 do corrente.*⁴⁰¹

Os elementos da Força, pertencentes a Companhia de Sapadores Mineiros atuaram, também, na construção e reparo de pontes. No mês de dezembro, de 1945, foi entregue uma ponte no município de Poconé. Este registro, tão importante quanto à obra em si, constituiu-se num dos poucos nos quais foram consignados detalhes da obra realizada pela CSM. Seu comandante registrou, em parte especial ao Cmt. Gr., para que se levasse ao conhecimento do Sr. Secretário-geral de Estado, que *no dia 23 de dezembro expirante foi entregue ao Sr. Prefeito municipal de Poconé, a ponte sobre o Rio Claro construída pelos pontoneiros de sua subunidade.* A construção que teve início no dia 20/09 e foi concluída a 19/12, apresentou as seguintes especificações:

*[...] mede 60 metros de vão por 3,50, com 9 grupos de esteios, 15 vigas simples, 21 sub vigas, 24 longarinas, 11 pares de mão francesas, 44 balaústres de 1,20, 120 metros de rodapés, 120 metros de corrimão, 14 travessas de segurança dos esteios, um par de armação em forma perpendicular com peças auxiliares e 350 pranchões e 30 metros de aterro com respectivo muros de arrimo cujo valor está calculado em Cr\$60.000,00.*⁴⁰²

³⁹⁹ BI n.º 192, de 23/08/1945.

⁴⁰⁰ BI n.º 256, de 09/11/1945.

⁴⁰¹ BI n.º 273, de 01/12/1945.

⁴⁰² BI n.º 296, de 29/12/1945.

O Cmt. Gr. mandou providenciar as cópias e as encaminhou, por ofício ao destinatário final; Secretário-geral de Estado. Em poucas linhas o Capitão Informou detalhes e especificações sobre as dimensões da ponte, o material empregado, o tempo da construção e, por fim, o valor estimado daquela ponte sobre o Rio Claro. Em janeiro do ano seguinte, o Sr. Dr. Prefeito Municipal de Poconé em ofício agradeceu *a valiosa cooperação prestada pela Cia. Sap. Min. durante o tempo da construção da ponte sobre o Rio Pinchaim, naquele município, sob o Comando do Cap. Evaristo da Costa e Silva*. Aqui, faz-se necessária uma ressalva; o Cmt. da CSM informou a construção da ponte sobre o *Rio Claro*, já o prefeito, ao agradecer, o fez referindo-se a *construção da ponte sobre o Rio Pinchaim* [pixaim].⁴⁰³ Praticamente impossível a construção de duas pontes, no mesmo período, no mesmo município, exceto na situação em que o rio tivesse mais de um nome, o que parece ter sido o caso.⁴⁰⁴

O péssimo estado de conservação das rodovias foi pauta recorrente de alguns periódicos mato-grossenses. Em janeiro de 1946, o senhor Nabuco Flores, do município de Leverger, preocupado com as más condições das estradas, especialmente a que *aproxima esta cidade da Capital do Estado*, enviou uma carta ao Diretor do periódico Correio Matogrossense, na qual o parabenizou por vir conclamando contra *o péssimo estado de conservação* em que aquela se encontrava (*sic.*). O leitor classificou a publicação reveladora de uma *atitude digna, tomada por esse órgão de defesa comum*. Mais ainda, validou as demais críticas apresentados, como *o menosprezo em que se encontra uma das obras de grande utilidade pública*, somado o fato de que o Estado já havia despendido *elevada soma de dinheiro* e naquele momento a rodovia se apresentava impossibilitada para o *tráfego dos veículos*. Na mesma situação encontravam-se as *duas pontes de passagem*.⁴⁰⁵

Em março de 1946, o Cmt. da CSM, em parte, *comunicou ter a sua subunidade se deslocado desta sede [Cuiabá] para Tapera do Canuto*, Estrada de Rodagem Cuiabá - Campo Grande, *onde se encontra acampada desde o dia 11 do corrente*. Seguiram para ficarem acampados em Tapera do Canuto 2 sargentos, 6 cabos, 14 soldados e 4 civis contratados para serviços de estrada.⁴⁰⁶ No dia 22 de março, seguiram mais 1 cabo e três soldados e, no dia 27 seguiram o Cmt da CSM e mais 2 civis contratados. Entretanto, em maio, o mesmo Cmt., em

⁴⁰³ BI n.º 25, de 30/01/1946.

⁴⁰⁴ Em uma pesquisa informal, junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Estado de Mato Grosso, pude constatar, apoiado em conversas com funcionários experientes - com muitos anos de atuação na região do pantanal mato-grossense - que, de fato, o Rio Claro, em alguns trechos, era conhecido como Rio Pichaim.

⁴⁰⁵ *O Correio Matogrossense*, edição de 27/01/1946.

⁴⁰⁶ BI n.º 61, de 14/03/1946.

parte nº 38 de hoje [20], comunicou que *de ordem superior a Cia. recolheu-se de Tapera do Canuto, para esta sede, onde se encontra desde as 9 horas de ontem*. Neste mesmo BI publicou-se a apresentação de todo o efetivo que se encontrava em Tapera do Canuto (2 sargentos, 7 cabos, 22 soldados e 5 civis). Nenhuma comunicação foi registrada que permitisse saber se os serviços iniciados em 14 de março foram ou não concluídos ou, se a prioridade, por alguma razão externa à CSM, passou a ser outra.⁴⁰⁷

A motivação para essa mudança foi conhecida, ainda em maio, quando, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, o Exmo. Sr. Desembargador Olegário de Barros, Interventor Federal no Estado, dirigiu aos operários mato-grossenses, por uma emissora de Rádio, uma mensagem dando conta das providências tomadas pertinentes aos reparos em rodovias. Este trabalho seria realizado pelos elementos da Força Policial e, assim, restabelecer a circulação de pessoas, da produção e conseqüente regularizando o abastecimento das cidades. Prometeu o Interventor que no prazo aproximado de uma semana, *no mais tardar, a Companhia de Sapadores da nossa Força Policial, auxiliada pelo Banco da Borracha*, daria início as trabalhos de sapas reparando a estrada que parte de Cuiabá ao *município de Diamantino passando por Guia, Acorizal, Rosário [Oeste], Utiariti*. Os reparos deveriam incluir, a partir daquela rodovia, as vias secundárias para *Barra do Bugres e outros núcleos da zona dos seringais*. Esta região exigia urgência nos trabalhos para que se permitisse *uma perfeita circulação da sua produção e para seu abastecimento*.

Outros *reparos mais urgentes na rodovia* que ligava Cuiabá a Fontes Termas do Paulista teriam sido realizados colocando aquela *em perfeita condição de tráfego*. No mesmo pronunciamento, o Interventor anunciou que outras estradas receberiam reparos para que ficassem em condições de serem trafegadas *sem maiores tropeços*, como a estrada de rodagem que liga Cuiabá a Campo Grande. Acrescentou que outra turma já se encontrava *retocando a rodovia* que liga Cuiabá a Leverger, e as Prefeituras de Poxoréo e Guiratinga, e que, a estas horas, já deveriam ter iniciado os reparos nas rodovias destes municípios, tudo de acordo com a publicação no periódico O Correio Matogrossense, de 05 de maio de 1946.⁴⁰⁸

Assim, a CSM seguiu para sua nova missão. O destino foi Nobres, município da região norte do Estado, para onde seguiu o Capitão Evaristo da Costa e Silva, seu Comandante, devendo ficar acampado com sua subunidade. Com o Capitão seguiram 01

⁴⁰⁷ BI n.º 114, de 20/05/1946.

⁴⁰⁸ O Correio Matogrossense, edição de 05/05/1946.

Subtenente, 02 sargentos, 06 Cabos, 31 soldados e 02 civis, totalizando 43 homens. A ordem publicada em BI omitiu o serviço a ser realizado.⁴⁰⁹ Todavia, no final de julho, uma publicação em BI forneceu as pistas do serviço executado em Nobres. O Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto designou o 2º Ten. Clidenor Cicero de Sá, que seguisse para o acampamento da 1ª CSM, em Nobres, *conduzindo um Patrol Galion*. Seguiram com o tenente o cabo Nilo Moraes dos Santos, devendo este ficar *adido àquela Subunidade, para efeito de percepção de vantagens e trabalhando no Patrol* daquela Cia. e o soldado Antunes Nunes Batista.⁴¹⁰

O tamanho do efetivo, a condição de ficar acampado e a Patrol – maquina pesada, do tipo motoniveladora – foram indícios suficientes para apontarem que tratou-se de serviços de estradas, provavelmente reparos de urgência.

Em Cuiabá, os elementos da Força trabalhavam nas ruas do centro. Sob a responsabilidade o 2º Ten. Clidenor Cicero de Sá, a 21 de agosto concluíram o *serviço do trecho da Rua Benedito Leite com 319 metros de estradas transitáveis*, tudo em conformidade com as ordens do Comando Geral.⁴¹¹

Outra missão aguardava os elementos da Força – os designados na CSM. O tempo que separava uma missão da outra, algumas vezes, foi inexistente. Terminado um serviço, os elementos da Força, seguiam incontinente para o próximo.

No dia 23 de agosto de 1946 [apenas dois dias depois de terminados os serviços em Cuiabá] seguiram *em diligência para [o município de] Rondonópolis em serviço de conservação de estradas* o 2º Tenente do CG, Clidenor Cicero de Sá, 1 cabo, 4 soldados do BC, 3 soldados do Pelotão de Escolta Presidencial e, 1 soldado da CSM.⁴¹² Nesta diligência seguiram elementos da Força pertencentes a outras subunidades, além daqueles da CSM. Um ânimo concentrado foi exigido da Força Policial. No dia 25, o telegrama do 2º Ten. Clidenor revelou as condições nas quais sua equipe se acomodou: chegou em Rondonópolis *com o pessoal sob o seu Comando*, sem novidades e *acamparam na casa do Guarda do campo de*

⁴⁰⁹ BI n.º 122, de 30/05/1946.

⁴¹⁰ BI n.º 168, de 25/07/1946.

⁴¹¹ BI n.º 192, de 24/08/1946.

⁴¹² BI n.º 192, de 23/08/1946.

*aviação daquela cidade. De lá, o 2º Ten. Clidenor seguiu para Campo Grande em objeto de serviço de estrada de rodagem.*⁴¹³

Estas últimas empreitadas, na Rodovia Cuiabá – Campo Grande, foram interrompidas em maio do mesmo ano. Por que a CSM suspendeu a execução dessas obras em maio e, em agosto do mesmo ano as retomou? Em 19 de agosto de 1946 tomou posse o Interventor Federal em Mato Grosso, José Marcelo Moreira. Ao que as evidências apontaram as promessas do Interventor Federal substituído, Olegário Moreira de Barros, deixaram de ser cumpridas. Uma publicação em 29/08, no periódico O Estado de Mato Grosso, informou que a estrada Cuiabá a Campo Grande continuava intransitável, apesar de providências já terem sido tomadas, inclusive *tendo chegado ontem a esta Capital para conserto os flutuantes da balsa de Rondonópolis que se achavam furados e ameaçando submergirem.*⁴¹⁴

Nesta mesma nota do periódico O Estado de Mato Grosso se permitiu conhecer o clima reinante no Estado, com a posse do novo interventor, José Marcelo Moreira. A população cuiabana, agora, experimentava uma *sensação boa e feliz de que melhores dias de paz e trabalho* estariam por vir. Foram superados os sentimentos de inquietude e de incertezas que pairavam no clima; *veio a bonança após a tempestade*. A população parecia respirar confiança com o novo interventor José Marcelo Moreira, este *começou a trabalhar com firmeza, sem preocupações outras que não* fossem as de *assegurar a pacificação da família mato-grossense e a de guiar o Estado pelo caminho do seu verdadeiro destino.*⁴¹⁵

Em setembro, o Sr. Secretário de Agricultura entrou em entendimento com o Sr. Comandante Geral da Força Policial e desse, conforme publicou o periódico O Estado de Mato Grosso, resultou a empolgação manifestada por oficiais e praças, *pelo nobre e patriótico desejo* de trabalharem na reconstrução da maior rodovia de Mato Grosso; a que ligava Cuiabá a Campo Grande, o norte e o sul do Estado de Mato Grosso.⁴¹⁶

No mesmo mês as notícias, publicadas no mesmo periódico, deram conta de que havia sido *restabelecida a travessia do Rio Vermelho na Rodovia Cuiabá - Campo Grande*, no município de Rondonópolis. Ao que as evidências apontaram, que o novo Interventor Federal, José Marcelo Moreira, tão logo assumiu o governo do Estado, em 19/08/1946 e ao tomar conhecimento das *precárias condições da rodovia Cuiabá – Campo Grande*, o que a tornava

⁴¹³ BI n.º 193, de 26/08/1946.

⁴¹⁴ O Estado de Mato Grosso, edição de 29/08/1946.

⁴¹⁵ Ibidem.

⁴¹⁶ O Estado de Mato Grosso, edição de 01/09/1946.

praticamente *intransitável em vários pontos*, determinou à Secretaria de Agricultura que tomasse as providências necessárias para que fossem asseguradas *as condições de tráfego naquela importante rodovia*.⁴¹⁷

O periódico O Estado de Mato Grosso, em mesma data, informou que *a reconstrução da balsa de Rondonópolis*, sobre o Rio Vermelho, foi uma das primeiras providências determinadas pelo Interventor José Marcelo Moreira. Os flutuantes da balsa encontravam-se furados não permitindo a travessia *senão, com grande risco*. O governo pareceu decidido na execução dos serviços de reparos de estradas e pontes, posicionamento que levou o Cel. João Luiz Pereira Neto, Comandante Geral da Força Policial a cogitar junto à Secretaria da Agricultura, sobre a possibilidade de se organizar uma *nova Companhia de Sapadores da Força Policial*, para que esta se encarregasse *dos reparos urgentes*, que estava a exigir a rodovia Cuiabá - Campo Grande.⁴¹⁸

Essa proposta do Comandante Geral, sobre a nova companhia, acabou sendo acatada em julho do ano seguinte, quando o então Governador eleito do Estado de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo editou o Decreto nº 335, no qual autorizou o Comando Geral da Polícia Militar *a dar efetivo à 2ª Cia. do Batalhão de Sapadores Mineiros*.⁴¹⁹

Destas medidas tomadas pelo Interventor Federal, José Marcelo Moreira, foi possível coligir as providências que vieram a ser tomadas pelo Comandante Geral da Força Policial.

Em 11 de setembro de 1946, a exatamente uma semana da promulgação da nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, o Cmt. Gr. da Força Policial Cel. João Luiz Pereira Neto fez três publicações no BI as quais revelaram a importância dos serviços da CSM tanto para a própria Força, quanto para todo o Estado de Mato Grosso. Na primeira, determinou que *todos os oficiais subalternos* da Força deveriam fazer *estágio de aprendizado de um mês na CSM*. De pronto um oficial, o 2º Ten. Luiz Zaramela, foi designado para estagiar *na construção de estradas*, acompanhado do Cap. Evaristo da Costa e Silva, Cmt. da CSM e, o outro, o 2º Ten. Ary da Conceição e Silva, *na construção de pontes, com o Ten. Gonçalo Ribeiro da Silva*. Os dois estagiários deveriam ficar prontos para embarcarem

⁴¹⁷ O Estado de Mato Grosso, edição de 07/09/1946.

⁴¹⁸ O Estado de Mato Grosso, edição de 07/09/1946. Gaveta 2, Rolos 84 e 85.

⁴¹⁹ Decreto nº 335, de 23 de julho de 1947. Ver: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 170, de 29/07/1947.

dependendo, apenas, de uma informação do Cmt. daquela Cia.. Enquanto isso, estes continuem no desempenho de suas respectivas funções.⁴²⁰

Estas evidências revelaram, acima de tudo, que por questões da política local o Governo do Estado de Mato Grosso⁴²¹ reservou como prioridade à Força Policial a construção e a manutenção de estradas e pontes, por intermédio de sua Companhia de Sapadores Mineiros. Na segunda publicação, recomendou que *os voluntários que se apresentassem a serem incluídos na Força*, em virtude do edital a ser publicado em Diário Oficial do Estado, os engajados e contratados deveriam ser *incluídos no Pelotão de Sapadores da Cia do Comando do BC*. O Cmt. Gr. estava imbuído de reforçar o efetivo dos sapadores e pontoneiros, para bem atender as demandas de consertos nas estradas e pontes. Por fim, na terceira publicação fez constar um elogio a todos oficiais e praças sob o comando do Cap. Evaristo da Costa e Silva. No elogio o Cmt. Gr consignou que estando *em inspeção no acampamento* da CSM, pode constatar *o trabalho e a eficiência dos homens* da CSM, comandados pelo Cap. Evaristo da Costa e Silva, *na reconstrução da estrada de Nobres a Diamantino*. E, por esse motivo, resolveu *elogiar nominalmente os oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados* empenhados na referida obra.⁴²²

O elogio foi, antes de tudo, revelador da importância dos serviços realizados nos municípios de Nobres e Diamantino, tanto foi que motivou a visita de inspeção do Cmt. Gr. naquele acampamento da CSM.

No final de 1946 e início de 1947, os elementos da Força foram mais exigidos em função do aumento das demandas por serviços de estradas e pontes, principalmente na capital. Todos os serviços foram executados sob a chefia do 2º Ten. Clidenor Cicero de Sá. O primeiro, em outubro de 1946, o Tenente comunicou a conclusão do *serviço da 2ª quadra da Rua Major Gama* [rua do centro de Cuiabá], totalizando 202 metros de extensão, sendo 120 metros de *cortes e terraplanagem* e, o restante de *nivelamento e rebaixamento do terreno acidentado*.⁴²³ O segundo, ainda em outubro, o Tenente comunicou tê-lo concluído, no último dia 18, este compreendeu *serviços de construção de duas valetas com 25 metros cada e, ambas com 100 x 80, na margem direita do Rio Cuiabá, no 3º distrito desta Capital*.⁴²⁴ Um terceiro serviço na capital foi concluído no mês de novembro. Contudo, para este serviço, o *de*

⁴²⁰ BI n.º 206, de 11/09/1946.

⁴²¹ Estava interventor, nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, José Marcelo Moreira.

⁴²² BI n.º 206, de 11/09/1946.

⁴²³ BI n.º 236, de 17/10/1946.

⁴²⁴ BI n.º 239, de 21/10/1946.

estrada na quadra da Rua Cel. Escolástico, nesta Capital, acrescentou o Tenente que este foi executado *pela turma de presos sentenciados da Cadeia Pública da Capital*, em conformidade com a orientação do Cmt. Gr.⁴²⁵ Antes do final do ano, o Tenente executou mais um serviço com o trabalho dos presos sob seu comando; foi o da Praça Benjamim Constante que abrangeu *400 metros de terraplanagem com valetamento*.⁴²⁶ Sobre estes quatro últimos serviços, executados sob a responsabilidade do 2º Ten. Clidenor Cicero de Sá e comunicados ao Cmt. Gr. da Força Policial, este, por sua vez, despachou ao conhecimento dos Senhores Secretário do Interior e do Prefeito Municipal da Capital.

Os serviços de estradas em Cuiabá, no final de 1946, haviam se encerrados. Contudo, os serviços no interior continuavam. Os serviços de estradas no trecho Nobres – Diamantino prosseguiram, o que levou o Cap. Cmt. da CSM, *por conveniência do serviço de estradas mudar o acampamento daquela Cia. de Nobres para Tombador*, como exigiu a prática destes serviços.⁴²⁷

Em 1947, outro serviço foi comunicado pelo Capitão Cmt. da CSM; em conformidade com os entendimentos mantidos com a gerência do Banco de Crédito da Borracha S.A., a sua subunidade esteve *acantonada em Rosário Oeste*, no período de 24/02 a 01/03, *procedendo reparos no trecho do porto da Balsa Pêndulo, na margem esquerda do Rio Cuiabá*.⁴²⁸

No mesmo ano, novas demandas requereram os esforços dos elementos da Força nos serviços de estradas, tanto em Cuiabá, quanto no interior do estado. Em Cuiabá, o Cmt. Gr. determinou ao Comando do BC que designasse um *grupo de sapadores composto de 10 homens sob o comando do 1º sargento Honório Rodrigues Fontoura para reparos da estrada de automóvel que vai ao campo de aviação desta capital* e que, para tanto, os serviços deveriam ter início no dia seguinte.⁴²⁹ No interior, por ordem do Cap. Cmt. da CSM, o 1º Ten. Gonçalo Ribeiro da Silva seguiu com *uma turma de pontoneiros para o Rio Arinos, em serviço de estrada*.⁴³⁰

Finalmente, a 23 de julho de 1947, o Governador eleito do Estado de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo editou o Decreto nº 335, no qual autorizou o Comando Geral da Polícia Militar *a dar efetivo a 2ª Cia. do Batalhão de Sapadores Mineiro*. Este decreto foi

⁴²⁵ BI n.º 255, de 11/11/1946.

⁴²⁶ BI n.º 265, de 23/11/1946.

⁴²⁷ BI n.º 274, de 04/12/1946.

⁴²⁸ BI n.º 51, de 03/01/1947.

⁴²⁹ BI n.º 108, de 13/05/1947.

⁴³⁰ BI n.º 93, de 24/04/1947.

motivado por duas considerações. A primeira, por conta *da necessidade urgente de garantir o tráfego no Estado*, que se acha ameaçado de paralização, por motivo de ruínas e em condições intransitáveis que se apresentavam as estradas. A segunda, pelo fato da nova competência atribuída à Polícia Militar,⁴³¹ consignada na Constituição Estadual de 1947, em seu artigo 136, § único: *compete também à Polícia Militar, cooperar, nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias estaduais e intermunicipais*.⁴³² O que antes foi uma prática da Força Policial, após a promulgação da nova constituição estadual passou a ser uma competência constitucional atribuída à Polícia Militar.

Em junho de 1948, o Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, reconheceu os serviços prestados pela Companhia de Sapadores Mineiros, agora da Polícia Militar e, destacou o quanto esta tem *trabalhado ativamente em conserto de estradas e construção de pontes*, com destaque às últimas empreitadas *no trecho compreendido entre esta Capital e Parecis*. Desta forma, proporcionou *fácil acesso aos veículos que transitam no sertão*, permitindo a estes alcançarem a área de seringais e, assim, *transportarem a borracha preparada*.⁴³³

As evidências coligidas dos boletins internos das forças policiais, além de volumosas, foram significativas no sentido de se afirmar com segurança que, no período de 1945-1947, os elementos da Força Policial (e da Polícia Militar, a partir de 25/07/1947) atuaram de forma marcante nos serviços de estradas e pontes em Cuiabá e em várias localidades no interior do Estado de Mato Grosso. As práticas policiais constituíram-se numa realidade social caracterizada, principalmente, por atividades de sapa. Nenhuma evidência, destas fontes – boletins internos e periódicos –, indicou que a ordem e segurança pública estivessem em perigo e, menos ainda, que esse perigo estivesse sendo causado por práticas policiais, salvo eventuais casos aqui discutidos. Se houve algo em perigo, tratou-se da circulação nas estradas e pontes do Estado e, ao que as evidências apontaram, a Força Policial respondeu a esta demanda com a devida competência.

⁴³¹ Designação dada à Força Policial em consequência da promulgação da Constituição Estadual, de 11 de julho de 1947 e do Decreto nº 337, de 25 de julho de 1947, no qual “dá a denominação de “Polícia Militar” à Força Policial do Estado”. Ver: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 172, de 31/07/1947.

⁴³² Decreto nº 335, de 23 de julho de 1947. Ver: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 170, de 29/07/1947.

⁴³³ MATO GROSSO. Arquivo Público. *Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato-Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª Sessão ordinária de sua 1ª legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1948*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Relatórios.

Com a ativação – dando efetivo – da 2ª Companhia do Batalhão de Sapadores Mineiros, em 23 de julho de 1947 e, com a nova competência constitucional atribuída à Corporação Policial Militar -, a de *cooperar, nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias estaduais e intermunicipais* -, suponho que a atuação dos elementos da Polícia Militar, nos trabalhos de sapa, tenha-se intensificado, ainda mais, a partir da década seguinte.

A Força Policial (Polícia Militar, nova denominação a partir de julho de 1947)⁴³⁴ foi uma Instituição Policial Militar operante, não obstante a emergência do estado, manifestada no interesse político estadual e em parte da população, ter sido a construção e manutenção de estradas e pontes, em detrimento da manutenção da ordem e a da segurança pública.

Contudo, é possível que as precárias condições das estradas e pontes tenham sido consideradas fatores desestabilizadores da ordem e da tranquilidade públicas, gerando conflitos entre a população e o Estado.

O fato foi que a emergência dos serviços de estradas e pontes apresentou-se com tal importância, nesse período em terras mato-grossenses, que justificou atribuir aqueles serviços, previsão constitucional à Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

⁴³⁴ Ver ANEXO F- Cópia do Boletim Interno nº 167, de 25 de julho de 1947.

CAPÍTULO 2

2. A Assembleia Nacional Constituinte de 1946

Em dezembro de 1945 foram eleitos 320 constituintes⁴³⁵ – senadores e deputados – para o desafio de elaborarem a nova Constituição Federal do Brasil, a constituição democrática, pondo fim ao que esses mesmos constituintes – em sua maioria - chamavam de A Carta Fascista, de Getúlio Vargas, imposta ao Brasil em 10 de novembro de 1937. Contudo, a convocação daqueles à Constituinte de 1946 ocorreu somente após a derrubada de Getúlio Varga, em 29 de outubro de 1945. Esta convocação foi regulamentada pelas Leis Constitucionais nº 13, de 12 de novembro de 1945 e nº 15, de 26 de novembro de 1945, decretadas durante o Governo Provisório de José Linhares. Sobretudo, esta legislação determinou que *os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal [...] em Assembleia Constituinte votassem, com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil*. Ainda, após promulgada a nova Carta, tanto a Câmara dos Deputados, como o Senado Federal passariam *a funcionar como Poder Legislativo ordinário*.⁴³⁶ A Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945, determinou, ainda, ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Sr. Ministro Valdemar Falcão, a incumbência de instalar a Assembleia Constituinte e presidir *a sessão seguinte, para a eleição do Presidente da Assembleia*, cabendo a este a direção dos trabalhos.⁴³⁷

A organização e o funcionamento dos trabalhos constituintes compuseram etapas, realizadas ao longo das 182 sessões, as quais foram registradas nos vinte e seis volumes dos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946*. A Tabela 8, abaixo, apresenta as principais etapas e os respectivos volumes e páginas, permitindo uma visão geral dos trabalhos constituintes.

⁴³⁵ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. I, p. XVII – XXI.

⁴³⁶ BRASIL. *Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945*. Dispõe sobre os poderes constituintes do parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945.

⁴³⁷ BRASIL. *Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945*. Dispõe sobre os poderes da Assembleia Constituinte e do Presidente da República.

Tabela 8- Etapas dos trabalhos constituintes de 1946

Etapas dos Trabalhos Constituintes de 1946	
Etapas	Anais (vol./págs.)
Sessões (duas) preparatórias à instalação da Constituinte	I, 3 - 27
Sessão Solene de instalação e da eleição do Presidente da Constituinte e dos demais integrantes da Mesa da Assembleia	I, 28 - 86
Eleição da comissão encarregada de elaborar o Regimento Interno da Constituinte com as subseqüentes discussões em plenário sobre o Regimento	I, 70 a III, 295
Aprovação e publicação do Regimento Interno a ser adotado pela Constituinte	III, 295 - 346
Formação da Comissão da Constituição	III, 358
Indicações para a composição da Comissão da Constituição	III, 417
Elaboração do primitivo projeto pelas Subcomissões e discussão de temas constitucionais em plenário	III, 358 a X, 214
Apresentação ao plenário constituinte do primitivo projeto de Constituição elaborado pela Grande Comissão	X, 223 - 256
Discussão do projeto em plenário e apresentação de emendas pelos constituintes	X, 257, a XX, 194
Apresentação ao plenário do texto do Projeto Revisto após a apreciação, pela Comissão da Constituição, das 4092 emendas sugeridas pelos constituintes	XX, 224 - 251
Votação em plenário dos diversos títulos e capítulos que compunham o Projeto Revisto	XXI, 3 a XXIV, 428
Publicação da redação final do Projeto da Constituição antes da apresentação de emendas de redação pelos constituintes	XXIV, 429 - 457
Discussão das "Disposições Transitórias" da Constituição e envio de emendas de redação	XXIV, 269 a XXVI, 140
Apresentação ao plenário da redação final da Constituição	XXVI, 227 - 259
Encerramento dos trabalhos constituintes, eleição do Vice-Presidente da República e início do funcionamento da legislatura ordinária	XXVI, 261 - 376

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

Do ponto de vista político-partidário, nestas eleições de 1945, o grande vitorioso foi o Partido Social Democrático (PSD), o qual elegeu 173 constituintes, o mesmo partido do Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra, também eleito na mesma data. O

segundo partido mais votado foi o da União Democrática Nacional, elegeu 85 e, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que viria a ser cassado em 1947, elegeu 15 constituintes.⁴³⁸

Os constituintes mato-grossenses compunham um quadro político representado apenas pelos dois maiores partidos, tanto em nível federal, como estadual. O Partido Social Democrático (PSD) contou com as presenças de Ponce de Arruda, Argemiro Fialho e Martiniano Araújo e o partido da União Democrática Nacional (UDN) com as de Vespasiano Martins, João Villasbôas,⁴³⁹ Dolor de Andrade e Agrícola Paes de Barros.

Várias foram às temáticas com as quais se ocuparam os congressistas ao longo das 182 sessões realizadas pela Assembleia Nacional Constituinte e que compreenderam o período de primeiro de fevereiro de 1946 até a promulgação da nova Constituição Federal, em dezoito de setembro do mesmo ano. Das temáticas, a da Ordem e da Segurança Pública no país esteve em debate em um número significativo de sessões, pois para sua manutenção, práticas violentas e arbitrárias foram atribuídas como peculiares às forças policiais. Práticas denunciadas nas plenárias da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, mediante os próprios congressistas pertencentes em sua maioria ao Partido Comunista (PCB).

Quanto a estas, a fala do congressista João Amazonas, do PCB-DF, ao denunciar e cobrar providências do governo federal foi, neste sentido, uma das mais emblemáticas, ao afirmar que violências têm sido praticadas em várias cidades, *senão em todo território nacional*, salientou. Dentre elas; *medidas que suspendem as liberdades civis*; proibição de comícios e, até de *simples realizações rotineiras de assembleias sindicais*. Acrescentou que *essas violências* o fizeram lembrar dos *dias monstruosos em que a frente da nossa polícia se encontrava o Sr. Filinto Müller, polícia que servia aos inimigos do nosso povo, inclusive aos espões e traidores da pátria*.⁴⁴⁰

Assim, parte dos congressistas criticava e atribuída o uso dessas práticas violentas e arbitrárias, como peculiares às forças policiais e, acima de tudo, de interesse do governo,

⁴³⁸ O quadro político da Assembleia Nacional Constituinte ficou composto com o seguinte número de representantes: Partido Social Democrático (PSD) – 173; União Democrática Nacional (UDN) – 85; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 23; Partido Comunista do Brasil (PCB) – 15; Partido Republicano (PR) – 12; Partido Social Progressista (PSP) – 7; Partido Democrata Cristão (PDC) – 2; Esquerda Democrática (ED) – 2 e Partido Libertador (PL) – 1. Totalizando os 320 congressistas de 1946.

⁴³⁹ A grafia do nome de João Villasbôas apresentou, em documentos oficiais pesquisados, mais duas variações; Villas Boas e Vilasboas. Desta forma, optei por empregar, nesta tese, a primeira apresentada na biografia *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Até porque, o exemplar pesquisado traz uma dedicatória assinada por Isabel Santiago de Carvalho Villasbôas, sua esposa. Cf. Anexo E.

⁴⁴⁰ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. III, 22ª Sessão, 11/03/1946, p. 249.

quando essas forças policiais deveriam promover práticas que contribuíssem à manutenção da ordem pública e à proteção dos trabalhadores. No entanto, a outra parte dos congressistas, os da situação (a maioria pertencente ao Partido Social Democrático - PSD) procurava, quase sempre, abrandar as mesmas práticas violentas e arbitrárias, justificando-as enquanto um esforço do governo em fazer manter a ordem. Neste caso, o aparte do congressista Janduí Carneiro (PSD-PB) corroborava nesse sentido, quando afirmou que *a polícia do distrito federal não tem cometido violências; tem tomado medidas preventivas em favor da ordem pública*. De tal forma que essa lógica paradoxal de debate permeou muitas sessões nas plenárias, durante os oito meses em que se reuniu a Assembleia Nacional Constituinte.⁴⁴¹

Cabe lembrar que, de acordo com Faoro, teria sido atribuída à Washington Luís, candidato presidencial, a declaração de que *a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social*. Noutras palavras, a questão social seria uma questão de polícia. De tal forma, *a mudança no campo operário, e só com ela, o nacionalismo da ordem imprime ao seu ideário a preocupação de guardar autonomia contra as exacerbações operárias, com teor repressivo sob o molde de integração corporativa*.⁴⁴²

Aqui emerge uma questão. Esta lógica estabelecida nos debates teria sido mantida numa situação inversa, ou seja, com os partidos da situação na oposição e os da oposição na situação? As críticas da oposição se deram porque a força policial estava nas mãos de seus adversários políticos? A oposição, ao combater *os detentores da força pública deste modo*, desejava a supressão desta, ou possuía *a intenção de utilizá-la em seu proveito algum dia*, como fez notar Sorel, em *Reflexões sobre a violência*?⁴⁴³

A atuação das forças policiais apresentava-se no centro dos debates dos constituintes de 1946 e integrava uma rede complexa de interesses políticos e econômicos, disputas de poder, uso da força física, violências, arbitrariedades, ordem social e proteção da população. As forças policiais construíam relações, vínculos com os demais protagonistas da história brasileira e mato-grossense, influenciando-os e sendo influenciada, nas mais diferentes

⁴⁴¹ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. III, 22ª Sessão, 11/03/1946, p. 249.

⁴⁴² FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Editora Globo. 3ª ed. revista, 2001, p. 799 e 854.

⁴⁴³ SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 39.

circunstâncias e dimensões, quer *a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade*, de acordo com Bloch.⁴⁴⁴

É neste debate circunscrito em toda sua complexidade onde se localiza o ponto de apoio desta tese: ouvir atentamente os constituintes de 1946 para, então, investigar vossas participações sobre as questões da ordem e da segurança pública e, por conseguinte, conhecer a atuação das forças policiais no país, em especial, em Mato Grosso, no período de 1945-1947.

A realização desta tese, nesta parte, apoia-se nos vinte e seis volumes dos Anais da Constituinte de 1946 da Câmara dos Deputados que registraram o cotidiano da Assembleia Nacional Constituinte e os seis volumes (cinco volumes ordinários mais o de Pareceres e Relatórios das Subcomissões) da Comissão de Constituição, da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, os quais constituíram fontes primárias valiosíssimas.

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte desenvolveram-se sob os clamores da democracia, o país vivia, pela primeira vez em sua história republicana, o desafio de se restaurar a democracia, após um período autoritário e centralizador proporcionado pelo Estado Novo. A propósito do término deste período foi que se convocou eleições, em todo o país, para deputados federais e senadores a comporem aquela Assembleia.

De tal forma, que duas questões se apresentam: a primeira de teor metodológico – retornar ao passado é compreendê-lo melhor e, em assim sendo, também o presente será melhor compreendido, formando um círculo continuado de aprendizagem entre as dimensões – passado e presente se iluminam mutuamente –; a segunda de tornar possível desvelar aspectos políticos e administrativos do Estado Novo.

⁴⁴⁴ BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, prefácio, Jacques Le Goff, apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz, tradução André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 152.

2.1. Estado Novo: diretrizes políticas e administrativas e o fim do regime

Investigar e compreender as evidências que revelaram a relação das questões sobre a Ordem e a Segurança Pública circunscritas no momento histórico da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, exige do historiador conhecer os processos anteriores a este momento em questão e, assim, compreender, parte das razões e motivações que levaram a história se processar desta forma.⁴⁴⁵ Neste exercício, o regresso ao passado não é para alterá-lo, mas para melhor compreendê-lo e, a medida que o faz, melhor compreenderá o presente. Pois, conforme Bloch, *o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.*⁴⁴⁶ Mais que isso, *presente ou passado se iluminam reciprocamente*, como notou Braudel.⁴⁴⁷

Entretanto, como o passado é apreendido? Em *Como conhecemos o passado*,⁴⁴⁸ Lowenthal aborda um tema essencial ao ofício do historiador ao revelar premissas como a memória, história, as ambiguidades e justaposições entre memória e história, a apreensão do passado. É preciso salientar que a subjetividade das fontes e as limitações da apreensão do passado tornam possível apreender apenas *uma pequena fração da urdidura contemporânea de gerações anteriores.*⁴⁴⁹ Contudo, essa pequena fração é melhor compreendida, na medida em que essa operação intelectual é feita a partir do presente e, por isso, fora do passado, na qual suas consequências são manifestas. Mas, ainda assim, apreender o passado, de acordo com Lowenthal, não se trata de apreender a *verdade histórica absoluta à espera de ser descoberta*, pois *por mais diligente e imparcial que o historiador seja, ele, assim como nossas lembranças, não estará apto a relatar o passado ‘como ele realmente foi’, mas nem por isso a história fica invalidada*, alguma luz é lançada no passado - que reflete, também, no presente.

⁴⁴⁵ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009, p. 69-72.

⁴⁴⁶ BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 75.

⁴⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011, p. 102.

⁴⁴⁸ LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In *The past is a foreign country*. 7ª reimpr. Cambridge, Cambridge University Press, 1995. Tradução Lúcia Haddad. Projeto História - PUC, São Paulo, Nov. 1998.

⁴⁴⁹ LOWENTHAL, David. *Ibidem*, p.74.

Ainda, como dito alhures, qualquer tentativa de descrever o real, este se transformará em realidade e esta será carregada da subjetividade daquele que o tentar.⁴⁵⁰

Colocadas estas questões metodológicas, agora, faz-se necessário examinar *essa pequena fração* constituída por fatos e circunstâncias da vida política brasileira e mundial, que antecederam a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, fração da história inscrita num período conhecido como Estado Novo (1937-1945), período autoritário e centralizador que teve como chefe Getúlio Vargas. Para tanto, abaixo, aspectos políticos e administrativos deste referido período.

O Estado Novo – 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945 - foi um regime centralizador e autoritário de um período da história brasileira, instaurado por um golpe de Estado e chefiado por Getúlio Vargas, de forma a garantir sua continuidade à frente da presidência do país, instalado pela Constituição Federal de 1937. Foi centralizador na medida em que concentrou no governo federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados e, autoritário por manter no próprio executivo as atribuições antes de competência do legislativo. O novo regime contou com o apoio de importantes lideranças e, principalmente as das Forças Armadas. Os militares tiveram uma participação significativa, *inclusive definindo prioridades e formulando políticas de governo, em particular nos setores estratégicos, como siderurgia e petróleo*, conforme dossiê produzido pela Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.⁴⁵¹ Contudo, notou Oliveira que, pensar o Estado Novo, não é pensá-lo a partir de 1937, não é este o *marco zero*, mas 1930, quando de fato *o corte, a ruptura revolucionária do curso da história é [...] situado em outro acontecimento político: a Revolução de 1930*.⁴⁵²

A Revolução de 1930 foi um movimento político militar, com adesão de uma parcela da população, que pôs fim a hegemonia de um grupo político – representado pelas classes dominantes dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, o que ficou conhecido como *Política Café com Leite* – que governou o país, durante a Primeira República (1889-1930). O movimento, chefiado por Getúlio Vargas, foi formado a partir da união de políticos e tenentes

⁴⁵⁰ LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In *The past is a foreign country*. 7ª reimpr. Cambridge, Cambridge University Press, 1995. Tradução Lúcia Haddad. Projeto História - PUC, São Paulo, Nov. 1998, p.143.

⁴⁵¹ CPDOC. *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao>, acesso em 09/01/2012.

⁴⁵² OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 112. Disponibilizado em www.cpdoc.fgv.br.

derrotados nas eleições de 1930. O movimento revolucionário de 1930 saiu vencedor, os militares exigiram a renúncia de Washington Luís e o governo foi entregue a Getúlio Vargas que assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34) no qual seriam construídas as bases do Estado Novo.⁴⁵³ Uma característica marcante da Revolução de 1930 foi o espaço aberto aos pensadores brasileiros para que estes pudessem contribuir aos projetos políticos capazes de serem transformados em ações do novo governo, possibilitando novos rumos à vida política brasileira. De tal forma que a participação dos intelectuais na vida política nacional esteve presente e de maneira relevante durante o regime do Estado Novo.⁴⁵⁴

A Revolução de 1930 foi considerada um dos mais importantes fatos da vida política brasileira e trouxe consigo uma marca específica, um *ponto central* o qual residia em seus propósitos sociais, em detrimento dos interesses políticos de então. O que tornou possível afirmar, de acordo com Gomes, que *a revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil*.⁴⁵⁵

Em 1932 eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, pleiteando a redemocratização do país, a qual ao final sinalizou ao governo que era o momento de findar o período revolucionário e sua condição de provisório. No ano seguinte o governo se mobilizou elaborando as eleições com vistas à realização da Assembleia Nacional Constituinte (15 de novembro de 1933 – 16 de julho de 1934) com o propósito de elaborar a nova Carta Constitucional que viria a substituir a de 1889. Os embates e articulações foram intensos entre o governo e os grupos que compunham a Constituinte. O governo procurou garantir as *mudanças que vinham sendo promovidas nos campos social, político e econômico*, mudanças também defendidas pelas lideranças tenentistas. A Igreja Católica entendia que *o momento era de afirmação e de maior intervenção na vida política do país* e, por outro lado, os grupos oligárquicos buscaram assegurar *aos estados um papel de relevo*. Os constituintes se depararam com o grande desafio de apresentar alternativas que contemplassem tamanha diversidade de projetos e interesses, fortemente disputados. Finda a constituinte e promulgada a nova constituição e mesmo Getúlio Vargas tendo sido eleito presidente em 17 de julho – eleito por via indireta mediante os votos dos próprios constituintes –, este *tornou pública sua*

⁴⁵³ CPDOC. *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945* - Conteúdo de CD-Rom lançado pelo CPDOC em 1997, adaptado para ser o primeiro produto disponibilizado na página Navegando na História de seu portal. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>, acesso em 15/12/2011.

⁴⁵⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. op. cit, p. 15.

⁴⁵⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Redescobrimento do Brasil*. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 120.

insatisfação com a nova Constituição Federal de 1934, conforme registros da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.⁴⁵⁶

O período autoritário conhecido como Estado Novo (1937-1945) teve início no dia 10 de novembro de 1937 com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas, mantendo-se dessa forma no poder e evitando as eleições previstas para 1938.⁴⁵⁷ O golpe teve o apoio dos militares e, em especial, do general Góes Monteiro. A justificativa para o golpe foi a (suposta) existência da ameaça de um novo golpe comunista, a qual ficou conhecida como Plano Cohen⁴⁵⁸ – um plano forjado a partir de um documento escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho para efeitos de estudo, no qual simulou uma revolução comunista no Brasil. O plano foi utilizado pelo governo federal para apavorar a população e justificar o golpe. Foi o que Getúlio Vargas precisava; dissolveu o Congresso e outorgou uma nova Constituição tendo início o Estado Novo o qual caracterizou-se por um regime autoritário, centralizador e, ainda, de culto à personalidade de Getúlio.⁴⁵⁹

No contexto internacional, o início do século XX foi marcado pelo descontentamento com a liberal-democracia, na Europa. O discurso Estado-Novista, como notou Oliveira, se contrapôs *frontalmente aos princípios do discurso liberal* e levou para o cerne da nova concepção de política a visão humanista, defendendo uma melhor relação entre o indivíduo e o Estado, na medida em que mira o bem comum, voltado à realidade brasileira.⁴⁶⁰

Em suma, o núcleo central da doutrina do Estado Novo, de acordo com a mesma autora, foi a *democracia social* (democracia autoritária) a qual se propôs a recuperar os *verdadeiros rumos da nacionalidade*, consubstanciada por um pensamento elitista, conservador e autoritário. Ainda que houvesse semelhança com outros regimes europeus o Regime do Estado Novo se diferenciou por *não ter resultado na tomada do poder* e por *não*

⁴⁵⁶ CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Anos de incerteza (1930-1937)*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/Constituicao1934>, acesso em 15/12/2011.

⁴⁵⁷ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*. Art. 52, §1º.

⁴⁵⁸ Este nome era uma referência a um importante general comunista europeu, que ficou muito conhecido no ocidente pelos métodos bastante severos na luta contra seus inimigos. O uso de seu nome foi uma tentativa de estimular o medo entre a população.

⁴⁵⁹ CPDOC, op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>, acesso em 15/12/2011.

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 86.

*militarizar suas forças. O que do ponto de vista doutrinário ou da realidade histórica, o caso brasileiro do Estado Novo se distinguiu do fascismo italiano.*⁴⁶¹

A construção e a divulgação da doutrina do Estado Novo contaram com a participação de intelectuais brasileiros – empolgados pelos ideais nacionalistas⁴⁶² – e, estes contaram com a aprovação de Getúlio Vargas, posição manifestada quando de seu discurso na Academia Brasileira de Letras (1943), em que defendeu *a simbiose necessária entre os homens de pensamento e de ação*. O discurso do Presidente expressou *o reconhecimento dos intelectuais enquanto agentes de um processo de transformação nacional, ao mesmo tempo [em] que os constitui em atores políticos de primeira grandeza*”.⁴⁶³ À Academia Brasileira de Letras, Getúlio Vargas manifestou-se, em seu discurso, que entendia caber-lhe, *no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, ideias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do país a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador*.⁴⁶⁴

Tomando a ideologia enquanto elemento central do Projeto Político do Estado Novo, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um dos mecanismos fundamentais à construção e difusão da doutrina do Estado Novo, tendo como instrumentos principais o rádio e a imprensa. O regime, ainda sob o entendimento da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, estabeleceu *via DIP, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular*.⁴⁶⁵

A doutrina do Estado Novo defendeu o caráter não arbitrário do Estado Novo, entretanto deixou *entrever o caráter de força e arbítrio* que lhe apresenta, até porque grande ênfase foi dada à *ampliação dos poderes da polícia*, de acordo com Veloso. Entretanto fazia-se necessário dissociar *violência de polícia*, e para tanto deu-se início ao processo de modernização da polícia e, nesse sentido, esta instituição passaria a atender as demandas do indivíduo e do Estado. Dentre essas medidas, de acordo com a mesma autora; reformar os *métodos obsoletos da polícia; dignificar a função policial* revestindo-a de caráter

⁴⁶¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 25.

⁴⁶² Ibidem, p. 26

⁴⁶³ Ibidem, p. 34.

⁴⁶⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discursos selecionados do presidente Getúlio Vargas*. - Brasília: FUNAG, 2009, p. 11.

⁴⁶⁵ CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Anos de incerteza (1930-1937)*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda>, acesso em 15/12/2011.

assistencialista, sem, contudo, deixar de agir energicamente contra os criminosos. Ainda, como parte do processo de modernização foi criado em 1938 o Departamento Nacional de Segurança Pública, passando a contar a polícia com os sistemas de investigação científica, melhoria nos processos de seleção e a montagem de um sistema de vigilância eficiente contra as propagandas e ideologias contrárias ao regime. A doutrina deixou explícito, que essa ação se atribuía àqueles que resistissem a cooperar com o regime.⁴⁶⁶

Quanto aos direitos sociais e trabalhistas *a instauração do Estado Novo permitiu a Vargas levar adiante e sistematizar, à sua maneira, a política social iniciada no começo da década de 1930*⁴⁶⁷ e, agora, previstas na Constituição de 1937. Revolucionária na sua origem, quando da Revolução de 1930, mas agora deveria ser encarada como um problema a ser tratado com intervenção do Estado e que apenas assim seria possível resolvê-la. Dessa maneira, notou Gomes que, ao tratar da questão social, o povo foi integrado à política do Estado Novo; os *novos participantes do desenvolvimento socioeconômico do país*. Eis o *novo sujeito social*, o cidadão de uma nova espécie de democracia - social, mas autoritária -; o trabalhador brasileiro.⁴⁶⁸ Novas leis foram editadas, com o objetivo de consolidar no país uma estrutura sindical baseada no corporativismo. O Ministério do Trabalho tornou-se um órgão político fortalecido e estratégico corroborando num desempenho relevante à construção da imagem de Getúlio Vargas como o *pai dos pobres*.⁴⁶⁹

Em 1944, com a 2ª Guerra Mundial emergiu um quadro diferente na correlação de forças econômicas em ação no Brasil. Os monopólios norte-americanos se voltaram para a guerra, ficando impossibilitados de fazerem chegar ao Brasil seus produtos manufaturados. O país que, começava a experimentar um desenvolvimento nacional, acabou por proporcionar às suas elites *condições de construir seu próprio parque industrial*, de acordo com Pereira. Os monopólios estrangeiros, impedidos pelo comprometimento no grande conflito, não conseguiram impedir o avanço da indústria nacional brasileira. Por conseguinte, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil já fabricava vários artigos que antes eram importados e

⁴⁶⁶ VELOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 97-100.

⁴⁶⁷ CPDOC. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)*. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>, acesso em 09/01/12.

⁴⁶⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Redescobrimento do Brasil*. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 143.

⁴⁶⁹ CPDOC, op. cit. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas>, acesso em 09/01/12.

com isso acumulou dólares e libras que poderiam ser utilizados para comprar em qualquer parte do mundo suas novas demandas, ao mesmo tempo em que diminuía sua independência dos monopólios estrangeiros.⁴⁷⁰

Com o fim da guerra, esses monopólios estrangeiros estavam prontos a voltarem a atuar no Brasil. Esse momento significativo da história brasileira exigiu do Presidente medidas que procurassem defender a economia nacional, colocando o Brasil de igual para igual com países como os Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética. Getúlio Vargas as tomou.⁴⁷¹ Entretanto, estas foram consideradas hostis aos monopólios estrangeiros e, em parte, a grupos nacionais que defendiam os interesses daqueles.

Uma das medidas, o Decreto-lei Nº 7.666, destinado a punir os abusos do Poder Econômico, foi editado em 23 de junho de 1945. Sentindo-se ameaçados, os monopólios estrangeiros, orientados por seus advogados, *mais os militares conservadores* fundaram a União Democrática Nacional (UDN), em 17 de agosto de 1945, menos de dois meses após a edição do decreto-lei e, as vésperas das eleições do mesmo ano. Os estatutos da UDN, conforme destacou Braga, estabeleceram os objetivos aos quais se propunha o partido; *apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos de reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos lucros*. Foram nestas circunstâncias, nacional e internacional, nas quais se construiu o cenário da vida política brasileira, que se realizou a Assembleia Nacional Constituinte de 1946.⁴⁷²

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelo seu próprio Ministro da Guerra, General Goes Monteiro e o governo foi entregue ao Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que se encarregou de *baixar as Leis Constitucionais de números 13 e 15 regulamentando a convocação da Assembleia Nacional Constituinte*. As eleições foram realizadas em 02 de dezembro de 1945, tendo como candidato pela UDN o Brigadeiro Eduardo Gomes. Embora Getúlio Vargas já houvesse sido deposto, sugeriu o

⁴⁷⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a constituição?* (crítica à carta de 1946 com vistas a reformas de base). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A., 1964 (Cadernos do Povo Brasileiro), p. 20.

⁴⁷¹ Conselho Nacional de Petróleo, num desafio aos monopólios internacionais, estabelece relações diplomáticas com países socialistas e edita o Decreto-lei Nº 7.666, a lei anti-truste, constituindo-se nas principais medidas adotadas por Getúlio Vargas.

⁴⁷² BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011, p. 16.

nome do General Eurico Gaspar Dutra, *o único que, vitorioso poderia tomar posse, pois a máquina política montada durante a ditadura permanecia consolidada*, de acordo com Pereira.⁴⁷³ A propósito, sobre Getúlio Vargas, conforme anotou Ferreira, deposto, o ex-presidente ficou só, *todos o abandonaram. Já não era o chefe da Revolução de 1930, o presidente do Governo Provisório, o presidente constitucional ou o ditador do Estado Novo – em todos os casos, um homem muito poderoso.*⁴⁷⁴

As eleições de 2 de dezembro de 1945, conforme Pereira, foram consideradas *as eleições mais abertas de nossa história*. A anistia à Luís Carlos Prestes e demais presos políticos, concedida por Getúlio, por força do Decreto-lei nº 7474, de abril de 1945,⁴⁷⁵ proporcionara ao Partido Comunista do Brasil a participação no pleito, apresentando um resultado representativo, pois dos *cinco milhões de votantes, os simpatizantes de Prestes obtiveram, para seu candidato, seiscentos mil votos*, elegendo Prestes senador e mais quatorze deputados. Esse fato, no Brasil, desagradou as multinacionais e seus representantes políticos o que levou o país, durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte, a uma repressão contra àqueles a quem o governo considerou tratar-se de subversivos.⁴⁷⁶

Essa repressão foi, ao que os discursos dos constituintes apontaram, exercida pelas forças policiais militares em todo território brasileiro e, ao que tudo indica, o maior interesse foi a contenção dos atos considerados como ameaça ao poder constituído.

Em síntese, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 foram realizados nestas circunstâncias, da vida política brasileira, e emergiu daqueles, o interesse pela atuação dos constituintes sobre as questões da ordem e segurança pública, sobretudo aquelas consignadas na nova Carta Magna, de 18 de setembro de 1946.

Entretanto, esta nova Carta não foi elaborada por todos os trezentos e vinte constituintes diretamente, foi resultado do Projeto da Constituição apresentado pela Comissão

⁴⁷³ PEREIRA, Osny Duarte. Prefácio. In: BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011, p. 17.

⁴⁷⁴ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 51.

⁴⁷⁵ BRASIL. Coleção de Leis do Brasil. *Decreto-lei n. 7474, de 18 de abril de 1945*. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/>, acesso em 08/01/2012.

⁴⁷⁶ PEREIRA, Osny Duarte. Prefácio. In: BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011. Prefácio, p. 18.

da Constituição – a Grande Comissão -, tudo em conformidade com o que prescreveu o regimento da Casa.

2.2. A Comissão de Constituição: a nona subcomissão

O Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, aprovado pela Resolução nº 1, de 12/03/1946, consignou em seu Título IV, Capítulo I, matéria sobre a Comissão da Constituição e, especificamente, em seu art. 22 estabeleceu a composição desta: 37 constituintes, entre os quais seu Presidente, Nereu de Oliveira Ramos (PSD - SC), o Vice-Presidente José Eduardo Prado Kelly (UDN - RJ) e o Relator Geral, Benedito da Costa Neto (PSD - SP).⁴⁷⁷

O número de constituintes por partidos, na Comissão da Constituição, guardou a proporcionalidade indicada no dispositivo em epígrafe, garantindo a seguinte participação: PSD, 19; UDN, 10; PTB, 2; PCB, 1; PR, 1; PL, 1; PDC, 1; PRP, 1; e PPS, 1.⁴⁷⁸

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 tomou como Projeto da Constituição de 1946, a Constituição de 1934 e, com base nesta, organizou o em subcomissões, num total de dez.⁴⁷⁹ Conforme ficou consignado no volume I, dos Anais da Comissão da Constituição de 1946, depois de *alterada em alguns pontos, após debate entre os membros da Comissão da Constituição*, as subcomissões e os seus respectivos constituintes ficaram assim organizados: Organização Federal com Ataliba Nogueira, Clodomir Cardoso e Argemiro Figueiredo; Discriminação de Rendas com Sousa Costa, Benedito Valadares, Aliomar Baleeiro e Deodoro de Mendonça; Poder Legislativo com Costa Neto, Gustavo Capanema e Soares Filho; Poder Executivo com Acúrcio Torres, Graco Cardoso e Flores da Cunha; Poder Judiciário com Valdemar Pedrosa, Atilio Vivaqua e Milton Campos; Declaração de Direitos com Ivo D'Aquino, Eduardo Duvivier, Mário Mazagão, Artur Bernardes e Milton Caires de Brito; Ordem Econômica e Social com Agamenon Magalhães, Adroaldo Costa, Hermes Lima, Baeta Neves e Café Filho; Família, Educação e Cultura com Ataliba Nogueira, Flávio Guimarães, Ferreira de Souza, Arruda Câmara e Guaraci Silveira; Segurança Nacional com

⁴⁷⁷ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. III, p. 351.

⁴⁷⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição*. Vol. I, p. 3.

⁴⁷⁹ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. I, p. 48.

Silvestre Péricles de Góes Monteiro, Magalhães Barata e Edgar Arruda; e Disposições Gerais e Transitórias com Cirilo Júnior, Prado Kelly e Nereu Ramos.⁴⁸⁰

Corroborando à tese de Rémond, na qual *um dos atributos de que a história à nova maneira se orgulha mais legitimamente, um de seus títulos para pretender à cientificidade, é o de basear-se numa massa documental que ela trata estatisticamente*, optei contudo, sem fazer deste o foco principal, por apresentar parte da análise dos trabalhos da Comissão de Constituição, com destaque a da nona subcomissão, sob a abordagem quantitativa. De tal forma, corrobora a premissa de que *a história política não está menos bem provida: também ela dispõe de uma grande abundância de dados numéricos*, conforme anotou o mesmo autor.⁴⁸¹

Assim, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foram apresentadas ao Projeto da Constituição o total de 4092 (quatro mil e noventa e duas) emendas às dez subcomissões, sendo deste total, 96 (noventa e seis) apresentadas à nona subcomissão – Segurança Nacional -, correspondendo a 2,35% do total.

A Tabela 9, abaixo, sintetiza a análise elaborada pela nona subcomissão sobre as 96 emendas que lhe foram apresentadas e dentre as quais, 16 (dezesesseis) foram aceitas.

Tabela 9 - Síntese das emendas apresentadas à 9ª Subcomissão - 1946

Emendas à Nona Subcomissão - Segurança Nacional		
Síntese das emendas apresentadas	Qtde. Emendas	%
Pertinentes à outras subcomissões	7	7,29%
Rejeitadas	30	31,25%
Prejudicadas	43 ⁴⁸²	44,79%
Aceitas	16	16,67%
Total de emendas	96	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2013.

⁴⁸⁰ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição*. Vol. I, p. 5-6.

⁴⁸¹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 32.

⁴⁸² O número de emendas prejudicadas informado foi de 44 (quarenta e quatro). Contudo, ao contar o número de emendas prejudicadas resultou em 43 (quarenta e três). Ver: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição: pareceres e relatórios das subcomissões*. Em 15/07/1946, p. 345.

No quadro geral, as 96 emendas foram apresentadas por 54 (cinquenta e quatro) constituintes,⁴⁸³ estes representando 7 dos 9 partidos presentes na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. A Tabela 10, abaixo, mostra a síntese das emendas apresentadas correspondente a cada partido. Trata-se das emendas encaminhadas a outras subcomissões, as que foram rejeitadas, as prejudicadas – *por tratarem do mesmo assunto, ou que colidam com o vencido* -,⁴⁸⁴ e as aceitas, tudo em conformidade com o Regimento Interno da Constituinte. Todas com seu respectivo percentual de participação do total das emendas apresentadas.⁴⁸⁵

⁴⁸³ Algumas das emendas foram apresentadas por mais de um constituinte. Neste caso, foi computado apenas o nome do primeiro constituinte. Por exemplo, a emenda nº 3.415 foi apresentada por João Vilasboas, Vespasiano Martins e Agrícola Paes de Barros; computado para o primeiro nome - João Vilasboas.

⁴⁸⁴ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno*. Aprovado pela Resolução nº 1, art. 30, de 12/03/1946. Ver: Anais da Constituição de 1946. Vol. III, p. 338.

⁴⁸⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição: pareceres e relatórios das subcomissões*. Em 15/07/1946, p. 345.

Tabela 10- Síntese das emendas apresentadas à 9ª Subcomissão - Segurança Nacional - por partido político

Assembleia Nacional Constituinte - 1946						
Emendas à Nona Subcomissão - Segurança Nacional						
Partido	Outra Sub- comissão	Rejeitada	Prejudicada	Aceita	Total Partido	%
Esquerda Democrática - ED	0	0	0	0	0	0,00%
Partido Comunista do Brasil-PCB	0	0	6	0	6	6,25%
Partido Democrático Cristão - PDC	0	0	0	1	1	1,04%
Partido Libertador - PL	0	0	0	0	0	0,00%
Partido Republicano - PR	1	1	2	0	4	4,17%
Partido Social Democrático - PSD	5	12	14	10	41	42,71%
Partido Social Progressista - PSP	0	1	0	0	1	1,04%
Partido Trabalhista Brasileiro - PTB		4	2		6	6,25%
União Democrática Nacional - UDN	1	12	19	5	37	38,54%
Totais pareceres x emendas	7	30	43	16	96	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor, 2013.

Ainda, da análise sintetizada acima, foi possível coligir que foram os dois maiores partidos, o PSD e a UDN, os responsáveis pelo maior número de emendas apresentadas com 42,71% e 38,54%, respectivamente. Quando os mesmos dados são apresentados apenas em função das emendas aceitas, a discrepância entre os partidos políticos apresentou-se ainda maior, como na Figura 1, abaixo. O destaque continuou com os dois maiores partidos políticos, embora o PSD tenha conseguido o dobro das emendas aceitas (10) pela UDN (5) e apenas mais um partido, o PDC, conseguiu ter uma emenda aceita.

Figura 1- Gráfico sobre emendas aceitas, por partido político, apresentadas a 9ª Subcomissão - Segurança Nacional – 1946. Elaborado pelo autor, 2013.

Em resumo, foi esse o trabalho e o resultado da nona subcomissão, da Comissão de Constituição, da ANC de 1946; o Projeto da Constituição de 1946 teve como referência a Constituição Federal de 1934, noventa e seis emendas apresentadas e dezesseis aceitas.

Porém, como dito alhures, trezentos e vinte parlamentares tomaram parte da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e, destes, sete foram os eleitos pelo Estado de Mato Grosso. A seguir, apresento estes parlamentares – deputados federais e senadores –, seus respectivos perfis socioeconômicos, bem como aspectos de suas trajetórias políticas e, principalmente, como se deu a atuação parlamentar de cada um.

2.3. Os constituintes mato-grossenses: trajetória política, atuação parlamentar e a ordem

Os constituintes mato-grossenses eleitos para representarem o Estado de Mato Grosso na Assembleia Nacional Constituinte de 1946 compuseram os dois maiores partidos (no país e em MT); o PSD e a UDN. Pelo PSD os deputados Argemiro de Arruda Fialho, Gabriel Martiniano Araújo, e João Ponce de Arruda. Pela UDN os deputados Agrícola Paes de Barros, Dolor Ferreira de Andrade e, os senadores João Villasbôas e Vespasiano Barbosa Martins. A disputa pelos votos dos mato-grossenses, em 2 de dezembro de 1945, obteve o seguinte

resultado nas urnas, sintetizados na Tabela 11, de acordo com os dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral.⁴⁸⁶

Tabela 11- Eleições Realizadas em 2 de Dezembro de 1945

15 - Poder Legislativo - Relação Nominal dos Senadores, Deputados e Suplentes Eleitos em Mato Grosso		
Senadores		
União Democrática Nacional		
Vespasiano Barbosa Martins		20.967
João Villasbôas		20.531
Deputados		
Partido Social Democrático		
João Ponce de Arruda		5.046
Argemiro de Arruda Fialho		4.938
Gabriel Martiniano de Araújo		4.436
União Democrática Nacional		
Dolor Ferreira de Andrade		6.828
Agrícola Paes de Barros		4.173
Suplentes		
Partido Social Democrático		
Manuel Bonifácio Nunes da Cunha		3.320
Ernesto Frederico de Oliveira		2.173
União Democrática Nacional		
João Leite de Barros		3.297
Clóvis Corrêa Cardoso		2.800
José Alves Ribeiro		1.842

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 1950).

A seguir, um a um dos constituintes mato-grossenses, considerando-se seu perfil socioeconômico, trajetória política e sua atuação parlamentar na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. As informações sobre o perfil socioeconômico dos constituintes são apresentadas de maneira sistemática e sintética resultado de um trabalho objetivo e minucioso

⁴⁸⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. 1950, p. 54.

elaborado por Braga.⁴⁸⁷ Entretanto, há de se destacar que as informações pertinentes às participações dos constituintes mato-grossenses, quer nos debates em plenário, quer pela apresentação de emendas aqui selecionadas, foram consideradas apenas as que trataram das questões sobre a ordem e a segurança pública (práticas violentas e arbitrárias da polícia, greves, o Caso da Light e a tragédia do Largo da Carioca). A apresentação dos constituintes mato-grossenses segue relação por ordem alfabética.

1- **Agrícola Paes de Barros** (UDN) é natural de Santo Antônio do Rio Abaixo, Mato Grosso, foi médico, odontólogo e jornalista. Formou-se no Rio de Janeiro, Distrito Federal, e foi médico da Secretaria de Saúde de Mato Grosso (1924-1925). Diretor do Departamento de Saúde Pública de Mato Grosso (1925-1927), médico legista da polícia de Cuiabá, MT (1930). Como jornalista, foi fundador e Diretor dos jornais A Luz, O Fifó, A Plebe e O Brasil Oeste (sem data). Sua trajetória política teve início como Vereador em Cuiabá, MT (1929-1930) e depois Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Foi membro da Associação de Imprensa de Mato Grosso. Em 1945 foi eleito deputado federal, pela legenda do PSD para tomar parte na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Sua atuação foi marcada por postura independente e progressista em seus pronunciamentos. Realizou protestos intensos contra medidas repressivas tomadas pelo Governo Federal: protestos contra o chefe da polícia do Distrito Federal,⁴⁸⁸ protestos contra os espancamentos promovidos pela polícia sobre os trabalhadores da Light – questão abordada em o chefe de polícia e a Light⁴⁸⁹ e indignação ao mostrar-se desacreditado nas possíveis providências a serem tomadas pelo governo quando se tratou de espancamentos e más condições dos trabalhadores.⁴⁹⁰ Protestos contra a prisão e manutenção em incomunicabilidade por cinco dias do Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, o Senhor Luciano José Barcelar Couto.⁴⁹¹ Outros discursos trataram sobre a necessidade de vitalizar a lavoura;⁴⁹² o problema dos territórios federais manifestando-se contrário à suas criações, propondo a extinção dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã.⁴⁹³ Quanto a criação dos territórios, durante o Estado Novo, Agrícola Paes de Barros criticou duramente o ex-presidente Getúlio Vargas de *tentar ainda transformar-se em Imperador do*

⁴⁸⁷ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>>, acesso em 12/12/2011.

⁴⁸⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VII, p. 402.

⁴⁸⁹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XI, p. 428.

⁴⁹⁰ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VIII, p. 363.

⁴⁹¹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. IX, p. 298.

⁴⁹² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VI, p. 161-166.

⁴⁹³ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 212.

Brasil, com o título de Getúlio I, cognominado, o Pai dos Pobres, conforme ficou registrado em sua *Publicação solicitada à mesa*, em 24 de maio de 1946.⁴⁹⁴ Apresentou nove emendas ao Projeto de Constituição, com destaque (de interesse à temática) a de nº 385-A, na qual reconheceu incondicionalmente o direito de greve e suprimiu a expressão *com as limitações impostas pelo bem público*, constante no primitivo projeto; nº 387-A.

2- **Argemiro de Arruda Fialho** (PSD) nascido em Campo Grande, MT, foi advogado, formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1932). Não há informação sobre sua trajetória política. Sua atuação enquanto constituinte foi na condição de membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Constituinte pouco atuante em plenário, entretanto dois destaques mereceram atenção, por assumir uma *postura progressista e rebelde em relação às diretrizes políticas de seu partido, tendo ocupado a tribuna para proferir um único e importante discurso*, conforme destacou Braga.⁴⁹⁵ O primeiro defendeu o direito de voto ao analfabeto, pois entendia que *negar-lhes o direito de voto é diminuir-lhes a capacidade*. O segundo, na mesma oportunidade, manifestou-se contra o fato, noticiado pela imprensa, de que estariam às lideranças do PSD e UDN articulando um governo de coalizão, em apoio ao governo, sem contudo informar suas respectivas bases.⁴⁹⁶ Disse o constituinte, fazendo referência *ao governo de concentração nacional que tanto* estava sendo anunciado, mas do qual o próprio constituinte e, acreditava ele, que muitos outros, deixaram de ter qualquer tipo de conhecimento a respeito dessa articulação de alianças, *nem pela voz dos seus líderes, nem pela voz dos principais homens dos vossos partidos*.⁴⁹⁷

Findo os trabalhos constituintes e, *após a promulgação da nova Carta Constitucional (setembro de 1946) e a transformação da Assembleia em Congresso Ordinário, tornou-se membro da Comissão Permanente de Legislação Social*. Argemiro de Arruda Fialho *candidatou-se à reeleição em outubro de 1950, todavia obteve apenas uma suplência, deixou a Câmara ao final da legislatura (31/1/1951)*. Argemiro Fialho (PSD) apresentou cinco emendas ao Projeto de Constituição, com destaque as de nº 3.031, favorável à concessão do direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros e a de nº 3.186, proibindo o

⁴⁹⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 213.

⁴⁹⁵ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6), p. 357. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011

⁴⁹⁶ “Foi um dos poucos pessedistas a ter a iniciativa de fazê-lo”, de acordo com Sérgio Soares Braga em *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*.

⁴⁹⁷ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XIV, p. 524-526

estabelecimento de limitações ao direito de greve por parte da legislação ordinária e favorável ao reconhecimento incondicional do mesmo.⁴⁹⁸

3- **Dolor Ferreira de Andrade** (UDN), nascido em Batatais, SP, advogado, proprietário de terras e pecuarista. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), especializando-se em Direito Penal Militar. Atuou na área do direito enquanto Promotor Público em Mato Grosso e foi também auditor substituto da 9ª Região Militar, em Campo Grande, MT (hoje MS). Sua trajetória política foi marcada por sua militância primeiro junto ao Partido Republicano Mato-Grossense e, após 1930, junto ao Partido Evolucionista de Mato Grosso, exerceu seu mandato de Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). No período do Estado Novo, sua atuação foi vinculada às associações de classe dos pecuaristas e proprietários de terra do Brasil Central.

Dolor de Andrade *após a extinção do Estado Novo (1937-1945) e a criação do pluripartidarismo integrou a primeira composição do diretório regional da União Democrática Nacional (UDN)*. Em 2 de dezembro de 1945, elegeu-se *deputado por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN*.⁴⁹⁹

Na Assembleia Nacional Constituinte foi membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Em plenário, manifestou-se sobre vários assuntos, dirigindo sua atuação à defesa dos interesses dos pecuaristas de sua região de origem (sul de Mato Grosso) e às questões voltadas ao problema dos territórios. Em um de seus discursos tratou do problema da pecuária e da criação de “zebu” no Brasil Central (Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso), apresentando reivindicações dos pecuaristas do sul de Mato Grosso, associação a que pertenceu. Proferiu, ainda, discursos abordando o problema migratório, participou dos debates sobre a autonomia dos Municípios, a organização do aparelho judiciário e sobre a questão territorial, manifestou-se favorável à extinção dos Territórios de Guaporé e Ponta Porã. Contudo, sua participação na constituinte foi centrada nas questões da pecuária. Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição. Destacaram-se as de

nº 580, favorável à eleição direta para Prefeito nos Municípios onde se situassem bases ou portos de importância militar; nº 1.103, eliminando a

⁴⁹⁸ CPDOC. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB. Verbete. FIALHO, Argemiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

⁴⁹⁹ CPDOC. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB. Verbete. ANDRADE, Dolor. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

*exigência de indenização prévia em dinheiro nos casos de desapropriação por necessidade pública; nº 1.126, obrigando a União, os Estados e Municípios a reservarem 20% dos empregos públicos para os estudantes pobres durante o curso universitário; nº 1.611, dando à Justiça Eleitoral competência para fiscalizar a origem dos recursos financeiros dos partidos políticos; e a de nº 3.593, obrigando a União a, durante o prazo de 30 anos, a partir de 1947, entregar, anualmente, aos Estados que tiveram parcelas de terra desapropriadas para a criação de novos territórios, um terço da receita anual obtida nos mesmos.*⁵⁰⁰

Depois de promulgada a Constituição de 1946, Dolor de Andrade candidatou-se ao Governo do Estado. Embora a mídia mato-grossense o tinha como vencedor nas eleições de 1947, acabou perdendo para Arnaldo Estevão de Figueiredo.

4- **Gabriel Martiniano Araújo** (PSD) natural de Cuiabá, MT, comerciante, funcionário público e jornalista. No período do Estado Novo, presidiu o Conselho da Caixa Econômica Federal, em Mato Grosso. Na política foi secretário particular do Governador mato-grossense, Manoel Escolástico Virgílio, vereador em Cuiabá, MT (1927-1930) e Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937).

Durante o Estado Novo, tornou-se, em 1940, membro do Conselho Administrativo de Mato Grosso (1940-1945), sendo Vice-Presidente da instituição nos três últimos anos. Após o período do Estado Novo, *elegeu-se em dezembro de 1945 deputado por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Social Democrático (PSD)*. Finalizados os trabalhos constituintes e promulgada a nova Carta (18/9/1946) *permaneceu no exercício do mandato até janeiro de 1951*. Durante essa legislatura foi designado, em 1949, *primeiro suplente de secretário da mesa da Câmara dos Deputados e, no ano seguinte, terceiro-secretário em exercício*. Participou, ainda, da Comissão de Legislação Social e a Comissão de Inquérito sobre a Arrecadação e Aplicação das Rendas dos Institutos de Previdência. Terminado o mandato, encerrou sua participação no Congresso.⁵⁰¹

Gabriel Martiniano de Araújo foi gerente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), pertenceu, ainda, a Associação Comercial de Cuiabá e a Associação de Imprensa de Mato Grosso. Enquanto jornalista colaborou nos jornais Folhas do Norte, O

⁵⁰⁰ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6), p. 355-356. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011

⁵⁰¹ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. ARAÚJO, Gabriel Martiniano de. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

Momento, Constitucionalista e O Evolucionista (órgão do Partido Evolucionista Mato-Grossense). Sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte foi apática; nem manifestações e nem apresentação de emendas ao Projeto de Constituição.

5- **João Ponce de Arruda** (PSD) nasceu em Cuiabá no dia 27 de julho de 1904, filho de João Pedro de Arruda e de Adelina Ponce de Arruda. Coursou os estudos primários e secundários em Cuiabá e formou-se engenheiro civil no Rio de Janeiro, exerceu sua profissão em Mato Grosso e ocupou cargos na burocracia do Estado. Exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas de Mato Grosso na gestão do Interventor Antônio Mena Gonçalves (1930-1931) e de Diretor do Departamento de Terras, Minas e Colonização, em Mato Grosso (1932-1933). Prefeito nomeado de Cuiabá, MT (1933-1935). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e Secretário-geral do Estado de Mato Grosso (1937-1945). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Associação Mato-Grossense de Engenheiros. Com o fim do Estado Novo (1945) *elegeu-se em dezembro seguinte deputado à Assembleia Nacional Constituinte por Mato Grosso, na legenda do Partido Social Democrático (PSD)*. Tomou posse em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Constituição Federal (18/09/1946) *passou a exercer o seu mandato ordinário*, tendo sido, nesta legislatura, *membro da Comissão Permanente de Finanças da Câmara*.⁵⁰²

Na Assembleia Nacional Constituinte foi pouco atuante em plenário, suas contribuições centraram-se *na luta pela extinção dos territórios e na defesa da reincorporação ao Estado de Mato Grosso das áreas que lhe foram desmembradas quando da criação dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã*. Nos debates, sua posição ocorreu *sempre na defesa dos interesses regionais dos agrupamentos dominantes de Mato Grosso*. No total foram 36 emendas apresentadas ao Projeto de Constituição, com destaque as de nº 21, aumentando o número de membros da Comissão Permanente do Congresso Nacional de forma a incluir mais componentes dos pequenos Estados; nº 768, extinguindo todos os territórios federais, exceto o do Acre; e a de nº 832, determinando a extinção dos Territórios

⁵⁰² CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. ARRUDA, João Ponce de. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

de Ponta Porã e do Guaporé, e a devolução ao Estado de Mato Grosso das glebas de terra que lhe foram desmembradas para a criação daquelas novas unidades da Federação.⁵⁰³

6- **João Villasbôas** (UDN), nascido em São Luiz de Cárceres (atual Cáceres), MT, filho do Coronel Benedito Pio Villasbôas e de Josefina Gahyva Villasbôas. Iniciou seus estudos no *Liceu Salesiano de Artes e Ofícios* de Cuiabá, foi Advogado, funcionário público e jornalista, formado no Rio de Janeiro.⁵⁰⁴ Em Mato Grosso foi Diretor da Imprensa Oficial de Mato Grosso (1914), delegado de polícia em Cuiabá, MT (1914) e foi, ainda, consultor jurídico do Estado de Mato Grosso. Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Imprensa de Mato Grosso e de diversas instituições culturais. Como jornalista colaborou aos jornais de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, destacando-se: *O Estado* (1915-1916), *O Republicano* (1917-1926) e *O Democrata* (1926-1930). Publicou os seguintes trabalhos: *O art. 177 da Constituição e as garantias da Magistratura*. Rio de Janeiro, 1942 74 p.; *Eleições de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1921; *Inimigo da Justiça*. Cuiabá, 1934, 23 p. e *Hipoteca Naval*. Rio de Janeiro, 1942. 469 p.⁵⁰⁵

Sua trajetória política teve início com a função de Chefe de Polícia em Mato Grosso (1915-1918), Deputado Estadual pelo Partido Republicano Conservador (PRC), de 1918-1920. Exerceu a chefia da campanha da Reação Republicana no Mato Grosso (1921-1922), *que promoveu entre 1921 e 1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República*.⁵⁰⁶ Nas eleições de 1921 e 1924 foi eleito Deputado Federal, entretanto não tomou posse em razão de perseguições políticas feitas pelo Governo de seu estado. Elegeu-se Deputado Federal (1927-1929) e, desta vez, o exerceu até o final. Em 1930 foi novamente reeleito, *destacou-se na Câmara Federal como integrante da Comissão de Finanças, desenvolvendo suas atividades parlamentares até o fechamento do Congresso Nacional, decretado em outubro pela Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder*.⁵⁰⁷

⁵⁰³ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo ; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011, p. 359.

⁵⁰⁴ PEREIRA LEITE, Luis Philippe. *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Cuiabá (MT), 1992, p. 41.

⁵⁰⁵ BRASIL. Senado Federal. *Períodos Legislativos da Terceira República - 1937-1946*. Disponível em http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1835&li=38&lcab=1937-1946&lf=38, acessado em 05/06/2013.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 41-42.

⁵⁰⁷ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. VILLASBÔAS, João. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

Participou do movimento constitucionalista paulista (1932). Deputado Constituinte e Federal pelo Partido Liberal mato-grossense (1933-1935). Senador pelo Partido Liberal (PL), de 1935 a 1937. Um dos principais dirigentes da Aliança Mato-Grossense, partido político que apoiou Filinto Müller a nível estadual (1936). Durante o Estado Novo, tornou-se membro do Conselho Nacional do Trabalho (1940).

Terminado o Estado Novo e convocadas as eleições, *Villasbôas elegeu-se senador por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional (UDN) no pleito de dezembro de 1945, juntamente com seu correligionário Vespasiano Martins.*⁵⁰⁸ A propósito da UDN, fundada em abril daquele mesmo ano, conforme destacou Pereira Leite, o partido *aglutinava as forças políticas que faziam oposição a Getúlio Vargas.*⁵⁰⁹

Sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte teve início na 34ª Sessão, a 27 de março de 1946. Foi, apesar de sua intensa trajetória política, um parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna em duas ocasiões; a primeira para proferir o discurso justificando emenda de sua autoria favorável à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, no qual censurou veementemente os redatores do primitivo projeto por terem suprimido tal órgão.⁵¹⁰ Na segunda ocasião, para participar dos debates referentes à questão territorial, manifestando-se favorável à imediata extinção do Território de Ponta Porã, situado em área contígua ao Estado do Mato Grosso.⁵¹¹

Das 23 emendas apresentadas ao Projeto de Constituição, destacaram-se as de

nº 2.635, excluindo os civis do julgamento perante a Justiça militar; nº 2.650, regulamentando o funcionamento das Juntas de Conciliação de Julgamento e favorável à Justiça paritária; nº 2.667, favorável à eleição direta para Prefeitos das capitais dos Estados e estâncias hidrominerais; nº 2.797, introduzindo a Justiça de Paz eletiva nos Estados; e a de nº 3.630 (prejudicada; XXIV, 400), obrigando a União a indenizar os Estados do

⁵⁰⁸ CPDOC. Ibidem. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

⁵⁰⁹ PEREIRA LEITE, Luis Philippe. *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Cuiabá (MT), 1992, p. 42.

⁵¹⁰ A propósito desta Comissão, o Senador João Villasbôas fez um pronunciamento, em 30/07/1947, no qual desmentiu “notícia do Jornal do Comércio de que o motivo da extinção da Comissão Permanente do Legislativo no projeto constitucional se dava a argumentos do deputado federal Acúrcio Torres, de que esta comissão teria sido ineficaz por ocasião da prisão de parlamentares, durante O Estado Novo”. Cf. BRASIL. Senado Federal. *Períodos Legislativos da Terceira República - 1937-1946*. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=340420>, acessado em 05/06/2013.

⁵¹¹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. IX, p. 308.

*Amazonas e de Mato Grosso dos prejuízos a eles advindos em decorrência da incorporação do Acre ao território nacional.*⁵¹²

Por fim, a imortalidade acadêmica, quando em dezembro de 1975, o senador João Villasbôas veio a ocupar a Cadeira nº 35, da Academia Mato-Grossense de Letras, justificada por sua trajetória junto ao *jornalismo na vida literária de Mato Grosso, além das suas implicações no campo político e administrativo*, salientou Pereira Leite.⁵¹³

7- **Vespasiano Barbosa Martins** (UDN) nasceu no dia 4 de agosto de 1889, na fazenda Campeiro na *localidade de Sidrolândia [Distrito de Vacaria], próxima a Campo Grande*, então no estado de Mato Grosso e atual capital de Mato Grosso do Sul. Filho de Henrique José Pires Martins e de Marcelina Barbosa Martins. Descendente de família tradicional ligada a atividade da pecuária e de proprietários de terras em Mato Grosso. A família de sua mãe foi

*[...] uma das pioneiras do sul de Mato Grosso, participou do povoamento da região conhecida por Vacaria em virtude de sua semelhança com as vacarias gaúchas. Dedicada à criação de gado, ingressou na política quando a pecuária passou a impulsionar o desenvolvimento do sul do estado.*⁵¹⁴

Médico formado no Rio de Janeiro, diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, em 1915, *especializando-se em ginecologia, vias urinárias e cirurgia geral*.⁵¹⁵ Concluídos os estudos superiores, Vespasiano regressa para Mato Grosso, permaneceu *algum tempo trabalhando em Cáceres* e depois passou a residir em Campo Grande, onde instalou *seu consultório e passou a clinicar*, de acordo com Martins.⁵¹⁶ Sua trajetória política teve início como Prefeito de Campo Grande, MT (1918), candidato derrotado à Prefeitura de Campo Grande (1924). Porém, após a Revolução de 30, foi nomeado

⁵¹² BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/201, p. 351.

⁵¹³ PEREIRA LEITE, Luis Philippe. *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Cuiabá (MT), 1992, p. 63.

⁵¹⁴ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. MARTINS, Vespasiano Barbosa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília, Distrito Federal. 1989.

Prefeito de Campo Grande (1931). Foi membro do Diretório do Partido União Liberal de Mato Grosso (1931). Apoiou o movimento constitucionalista paulista, tendo sido proclamado pelos revoltosos paulistas Governador Militar do Estado de Mato Grosso (1932).⁵¹⁷ Entretanto, com a derrota do movimento, acabou exilando-se no Paraguai por seis meses em 1933. Foi um dos fundadores do Partido Progressista, em Mato Grosso (1933). Prefeito eleito de Campo Grande (1934). Participou da fundação do Partido Evolucionista de Mato Grosso (1934), agremiação pela qual se elegeu Senador (1935-1937). Aliado político de João Villasbôas nos inúmeros conflitos regionais e, quando juntos, representaram a Aliança Mato-Grossense na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República (1937).⁵¹⁸

Em 1936, juntos lideraram *a formação da Aliança Mato-Grossense, constituída por dissidentes do Partido Liberal Mato-Grossense e do Partido Evolucionista, em oposição ao governo de Mário Correia da Costa (1935-1937)*. Foi quando, em dezembro do mesmo ano, *ao lado de João Villasbôas, Vespasiano saiu ferido em um atentado desfechado em Mato Grosso contra elementos da oposição, tendo sido o governador acusado judicialmente por crime de responsabilidade, conforme anotado no Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*.⁵¹⁹

Durante o Estado Novo, foi novamente nomeado Prefeito de Campo Grande (1941-1945). Findo o período do Estado Novo, no contexto de aclamação pela redemocratização do país, foi um dos fundadores da UDN/MT (1945), legenda pela qual *elegeu-se senador à Assembleia Nacional Constituinte [...], obtendo o maior número de votos em Mato Grosso (20.967 votos)*.⁵²⁰ Embora, possuidor de uma trajetória política significativa, sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte foi pouco expressiva em plenário; inexistem registros de ter ocupado a tribuna para assuntos relevantes. Apresentou uma emenda ao Projeto de

⁵¹⁷ Dividido o Estado em duas áreas, a do sul “chamou-se, então, Estado de Maracaju, tendo como sede de governo Campo Grande. Vespasiano, que empunha a bandeira da Revolução do Estado que nasce, recebe, naturalmente, a incumbência de governá-lo. Ver: MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília, Distrito Federal. 1989, p. 60.

⁵¹⁸ Pleito que “não chegou a se realizar em virtude da decretação, em 10 de novembro de 1937, do Estado Novo. Suspensas as atividades do Congresso, [Vespasiano] voltou a clinicar em Campo Grande, cuja prefeitura reassumiu em 1941 por nomeação federal”. Cf. CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. MARTINS, Vespasiano Barbosa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

⁵¹⁹ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. MARTINS, Vespasiano Barbosa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

⁵²⁰ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. MARTINS, Vespasiano Barbosa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

Constituição, a de nº 234, no sentido de aumentar de um para dois parlamentares o número mínimo de Deputados eleitos por território.

Da participação geral dos constituintes mato-grossenses e, de forma específica, quanto a nona subcomissão – Segurança Nacional –, foi possível coligir que das noventa e seis emendas apresentadas e, analisadas por esta, uma destas foi apresentada por João Villasbôas, Vespasiano Martins e Agrícola Paes de Barros – todos pertencentes a legenda da UDN. Esta foi a de número 3.415 contudo, a emenda foi considerada prejudicada conforme tabela acima, Tabela 9 – Síntese das emendas apresentadas à 9ª Subcomissão – 1946.⁵²¹

Em resumo, são essas as informações relevantes sobre o perfil socioeconômico e as respectivas trajetórias políticas dos constituintes mato-grossenses de 1946. A seguir, alguns aspectos, coligidos da imprensa periódica, de Mato Grosso que retrataram a atuação parlamentar.

Sobre abordagem do espaço concedido aos constituintes na imprensa periódica mato-grossense, inclui-se um aspecto de teor metodológico, quanto a limitação destas fontes. Dos periódicos pesquisados quatro apresentaram suas edições disponíveis no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT); *O Estado de Mato Grosso*; *A Cruz*; *Correio Matogrossense* (sic.) e o *Social Democrata*.⁵²² O jornal *O Estado de Mato Grosso* apresentou-se acessível com parte de suas edições no formato impresso⁵²³ e parte em microfilmes.⁵²⁴ O periódico foi órgão do Partido Social Democrático e teve em sua direção o jornalista Arquimedes Pereira Lima. O semanário *A Cruz* foi um órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso e teve a frente de sua Gerência Benedito A. London.⁵²⁵ O semanário *O Correio Matogrossense* teve Benjamin Duarte Monteiro e Oscar d'Araujo como Diretor e Gerente, respectivamente.⁵²⁶ O periódico *O Social Democrata*⁵²⁷ foi um órgão do Partido Social Democrático, o qual teve como Diretor Gervásio Leite⁵²⁸ e, como Redator Chefe Penn de

⁵²¹ BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição: pareceres e relatórios das subcomissões*. Em 15/07/1946, p. 341.

⁵²² MATO GROSSO. Arquivo Público. *Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas*.

⁵²³ MATO GROSSO. Arquivo Público. *O Estado de Mato Grosso*. Prateleira 03-C, Caixa 010.

⁵²⁴ MATO GROSSO. Arquivo Público. *O Estado de Mato Grosso*. Gaveta 2, Rolos 84 e 85.

⁵²⁵ MATO GROSSO. Arquivo Público. *A Cruz*. Prateleira 01-B, Caixa 008.

⁵²⁶ MATO GROSSO. Arquivo Público. *O Correio Matogrossense*. Prateleira 01-B, Caixa 029.

⁵²⁷ MATO GROSSO. Arquivo Público. *O Social Democrata*. Prateleira 31-C, Caixa 007.

⁵²⁸ Gervásio Leite foi um escritor mato-grossense que publicou seus textos em jornais e revistas, na 1ª metade do século XX. Cf. NADAF, Yasmin Jamil. *Machado de Assis em Mato Grosso*. Textos críticos da primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lidador, 2006. 128p.

Morais Gomes,⁵²⁹ candidato eleito a uma das dezesseis vagas conquistadas pelo PSD, nas eleições estaduais de 1947.⁵³⁰

Outros dois periódicos, de oposição ao governo, circularam em Mato Grosso no período 1945-1947; O Combate, órgão da União Democrática Nacional (UDN), sob a direção do Dr. Sebastião de Oliveira (dr. Paraná) e, o O Trabalhista, órgão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob direção de Zeferino Pereira Borges, Rubens de Mendonça e Félix de Almeida.⁵³¹ No entanto, as edições do período 1945 a 1947 – período de interesse desta pesquisa - não se encontraram disponíveis. Fato que faz lembrar a preocupação anotada por De Luca, pois ao tratar de periódicos como fonte, *a obtenção de longas séries completas* apresenta-se como um desafio ao historiador. Embora, neste estudo, a imprensa periódica foi empregada como fonte complementar, a ausência daqueles periódicos editados pela oposição política não permitiu apresentar possíveis contrapontos junto às evidências dos periódicos editados pela situação.⁵³²

Apesar da indisponibilidade de algumas edições destes periódicos e do pouco material disponível, foi possível selecionar alguns vestígios que corroboraram às questões de interesse deste estudo, dentre as quais: a atuação dos constituintes mato-grossenses na Assembleia Nacional Constituinte.

A atuação dos constituintes mato-grossenses na Assembleia Nacional Constituinte recebeu pouco espaço nos periódicos, em Mato Grosso. Além deste fato, as diferentes publicações sobre a participação dos parlamentares resumiram-se a notas transcritas dos telegramas enviados pelos próprios constituintes que procuraram informar sobre suas participações.

Em abril de 1946, o periódico A Cruz publicou duas pequenas notas: uma, o que considerou como *vitoriosos os postulados mínimos dos católicos* o fato de ter sido acrescido ao preâmbulo da Constituição a expressão *Sob a proteção de Deus* e, outra, pertinente ao

⁵²⁹ Nas eleições estaduais, de 19 de janeiro de 1947, Penn de Moraes Gomes candidatou-se a uma vaga de deputado estadual (PSD) e foi eleito para uma das dezesseis vagas conquistadas pelo PSD. Ver: MATO GROSSO. Arquivo Público. *O Correio Matogrossense*, edição de 09/03/197. Prateleira 01-B, Caixa 029.

⁵³⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais – quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963*. (Volume v.7) - Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

⁵³¹ MATO GROSSO. Associação mato-grossense dos municípios. *História da imprensa em Mato Grosso*. Disponível em <http://www.amm.org.br/amm/constitucional/documento.asp?id=32850>, acessado em 13/05/2013.

⁵³² DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Pinsky (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

ensino religioso, item proposto e incluído *na nova Constituição do país*, pela 7ª Subcomissão, da Assembleia Nacional Constituinte.⁵³³

Em junho de 1946, um telegrama do deputado Agrícola Paes de Barros (UDN) informou a respeito de uma publicação, no periódico O Jornal, no qual um artigo apresentou trechos, de um certo Sr. Parisot, considerados *injuriosos a Cuiabá e ao seu povo*. No telegrama o deputado Agrícola Paes de Barros afirmou que, por conta deste fato, protestou na Assembleia, e acrescentou que remeteria, de avião, os protestos feitos naquela casa e aqueles pela imprensa. A nota afirmou a inexistência de mais detalhes sobre o assunto e por essa razão *aguardaria os elementos que prometia enviar o deputado Agrícola Paes de Barros para nos pronunciarmos com a veemência que o caso exigir*, de acordo com a publicação do periódico O Estado de Mato Grosso.⁵³⁴

No mesmo mês, outro telegrama do deputado Agrícola Paes de Barros foi transcrito em nota para a imprensa, dando conta de que o constituinte teria apresentado emenda na qual propôs suprimir os Territórios Federais criados pelo Estado Novo. A exemplo desta, as notas publicadas omitiram qualquer tipo de comentário ou crítica por parte dos editores ou outros autores das notas, conforme publicou o periódico O Estado de Mato Grosso.⁵³⁵

Em setembro, uma nota, no mesmo periódico, limitou-se a transcrever o telegrama do deputado Dolor de Andrade (UDN) sobre a *moratória e reajustamento de dívidas para os pecuaristas*. Aquele foi dirigido ao Sr. Secretário da Agricultura, no qual comunicou que o Governo Federal havia baixado um decreto *concedendo moratória de seis meses aos pecuaristas*. O constituinte esclareceu que o referido decreto permitia aos *pecuaristas o reajustamento de suas dívidas dentro do prazo de três anos*. Como resultado a *Assembleia Constituinte aprovou uma emenda mandando criar o Banco Especial de Crédito Rural*, para assim amparar a agricultura e pecuária.⁵³⁶

No mesmo mês, foi transcrito outro telegrama, pelo periódico O Estado de Mato Grosso, encaminhado pelo deputado Agrícola Paes de Barros, desta feita cuidou da reparação promovida *contra o esbulho sofrido pelo nosso Estado* e, informou que o então território de

⁵³³ A Cruz, edição de 28/04/1946.

⁵³⁴ O Estado de Mato Grosso, edição de 16/06/1946.

⁵³⁵ O Estado de Mato Grosso, edição de 21/06/1946.

⁵³⁶ O Estado de Mato Grosso, edição de 07/09/1946.

Ponta Porã acabava de ser extinto, *voltando ao seio do nosso querido Mato Grosso*. Despede-se com *abraços e congratulações*, assinando o documento.⁵³⁷

Ainda no mês de setembro, uma nota publicada, transcrita do *Correio da Manhã* (RJ), sob o título *Desvendando o Segredo*, informava ter sido do deputado Agrícola Paes de Barros, udenista de Mato Grosso o voto creditado ao comunista Carlos Prestes quando da eleição para vice-presidente da República. Entretanto, mais tarde essa informação foi desmentida pelo próprio Deputado Agrícola Paes de Barros, por intermédio de um telegrama - enviado ao jornal O Estado de Mato Grosso -, no qual solicitou *ao amigo desmentir a notícia tendenciosa do Correio da Manhã segundo a qual teria [...] votado em Luiz Carlos Prestes para Vice-Presidente da República*. Completou a notícia com as seguintes palavras: *[...] o povo me conhece e sabe que não sou homem de atitudes encobertas pt. Como deputado da UDN votei em João Américo como neste momento acabo de votar em Mangabeira pt. Abraços (a) Agrícola Barros*.⁵³⁸

Por fim, já promulgada a nova Constituição Federal, o jornal O Estado de Mato Grosso deu publicidade a chegada em Cuiabá do deputado Agrícola Paes de Barros, representante de Mato Grosso na Assembleia Nacional Constituinte. Informou o periódico sobre a *grandiosa recepção [que] teve o deputado clínico e prestigioso político*, a matéria destacou que a recepção promovida ao *ilustre médico*, por parte de seus partidários e da população, mais uma vez evidenciava a estima da qual desfruta o ilustre deputado no seio da massa popular. O periódico destacou ainda que a *grande massa popular, concentrada na Praça da República, ovacionou o deputado Agrícola*, quando este chegou acompanhado de sua família. Um *extenso cortejo* formou-se e, *a pé acompanhou o deputado Agrícola até sua residência, à rua 13 de junho*.⁵³⁹

Em julho, o periódico O Estado de Mato Grosso publicou uma entrevista do Senador João Villasbôas. O artigo referia-se a uma entrevista do senador concedida à reportagem do jornal Diário da Noite (RJ), *após a sua recente visita a este Estado*. O Senador João Villasbôas (UDN) teria feito revelações sobre a situação financeira do Estado de Mato Grosso. Dentre aquelas, o constituinte acusou o Interventor Olegário de Barros de *descalabro administrativo*, de irresponsabilidade e por agir *conduzido pela vontade dos Srs. Filinto e*

⁵³⁷ O Estado de Mato Grosso, edição de 10/09/1947.

⁵³⁸ O Estado de Mato Grosso, edição de 26/09/1947.

⁵³⁹ O Estado de Mato Grosso, edição de 02/10/1946.

Júlio Müller, além de praticar *monstruosa derrubada no funcionalismo público*. Para o senador:

*[...] os prefeitos, as autoridades policiais e os juizes de paz continuam a ser os mesmos elementos que serviram à dinastia dos Müller durante os 8 anos de ditadura. Imbuídos dos mesmos sentimentos de prepotência, eles se desdobram na prática de todas as violências contra comerciantes, industriais e operários que não se subordinam ao mandonismo partidário do sr. Filinto Müller. Clamor generalizado do funcionalismo público.*⁵⁴⁰

Ao que tudo indica, com base nas evidências selecionadas, fato algum que relacionasse a postura dos constituintes mato-grossenses, durante a Assembleia Nacional Constituinte, pertinente as questões de ordem e segurança pública, foi publicado nos periódicos de Mato Grosso. Os poucos fatos que permitiram a população, ao menos parte dela, conhecer as atividades dos constituintes mato-grossenses na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foram informados aos periódicos pelos próprios constituintes, por meio de telegramas. E, por sua vez, a imprensa escrita limitou a transcrevê-los.

Considerando as evidências levantadas, é possível afirmar que a atuação dos constituintes mato-grossenses foi tímida em seus debates e na apresentação de emendas apresentadas ao Projeto de Constituição. Entre os dois partidos, representados por Mato Grosso, a UDN mostrou-se mais atuante com 12 participações contra 3 do PSD. Os constituintes Agrícola Paes de Barros e Dolor Ferreira de Andrade foram os mais atuantes, estes pertenceram a UDN.

Sobretudo, Agrícola Paes de Barros foi o único constituinte mato-grossense a tomar parte nos debates sobre as práticas violentas e arbitrárias da polícia, ao longo das sessões da Assembleia Nacional Constituintes, de 1946. E, por esse fato, Agrícola Paes de Barros mereceu, nesta tese, um estudo mais minucioso, embora podendo contar com poucas notas a respeito de sua trajetória de vida, com o intuito de conhecer aspectos de seu contexto social ou, nas palavras de Bourdieu, de sua *superfície social*, *aquele conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída*, que permitiu a Paes de Barros intervir em sua realidade social, da maneira que o fez, nos diferentes campos que ocupou e atual concomitantemente.⁵⁴¹

⁵⁴⁰ *O Estado de Mato Grosso*, edição de 28/07/1946.

⁵⁴¹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 190.

Agrícola Paes de Barros nasceu na Usina das Flechas em Cuiabá-Mirim - Município de Santo Antônio do Rio Abaixo⁵⁴² (MT) - em quatro de novembro de 1897. Foi o segundo filho de Antônio Paes de Barros Pinto e de Maria Augusta de Arruda Barros. Quando ainda menino viveu, de acordo com Marta Arruda, a *ouvir o vozerio dos trabalhadores no trabalho da colheita e no transporte da cana-de-açúcar pelos carros de bois e vagonetes sobre trilhos, puxados a boi*. Naquele ambiente de fábrica, destilaria, armazéns e casas de empregados, o *pequeno Agrícola ouvia atentamente as muitas histórias de vida, fazendo-se cúmplice dos sofrimentos daquela gente*.⁵⁴³

Casou-se com Oacy Ribeiro Paes de Barros, em 17 de outubro de 1925, com quem teve quatro filhos – os dois primeiros faleceram após o nascimento – depois vieram os filhos Josephina Paes de Barros Lima e Agrícola Paes de Barros Filho. Aos 72 anos faleceu em nove de maio de 1969, na cidade de Cuiabá, MT.⁵⁴⁴

Após seus primeiros estudos nos Colégios Salesiano e Liceu Cuiabano, tradicionais escolas em Cuiabá,⁵⁴⁵ Agrícola Paes de Barros ingressou na Faculdade de Odontologia pela Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro formando-se em 1920. Ainda no Rio de Janeiro trabalhou como dentista por quatro anos, enquanto cursava a faculdade de medicina. Em março de 1924 defendeu sua tese sobre o Paludismo, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁵⁴⁶ Neste mesmo ano retornou para Cuiabá - MT, onde exerceu a medicina ao longo de sua vida. Como médico em Mato Grosso ocupou vários cargos, dentre os quais os de

*[...] médico da profilaxia rural no serviço de lepra e doenças venéreas; inspetor de higiene no governo Dr. Mário Correa; em 1925 trabalhou na Sala do Banco da Santa Casa de Misericórdia; em 1930 foi um dos fundadores do 1º Centro Médico de Cuiabá; em 1930 foi médico legista da Polícia de Mato Grosso; em 1953 assinou contrato com o Estado para o Serviço de Assistência Rural; em 1955 foi nomeado médico lotado no Departamento de Saúde do Estado; e serviu como médico do DNER, da Escola Gustavo Dutra em São Vicente, e do IPASE.*⁵⁴⁷

⁵⁴² MATO GROSSO. A Lei nº 208, de 26 de outubro de 1938, alterou a denominação de Santo Antônio do Rio Abaixo para simplesmente Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 1943, nova alteração se verifica, nomeando-a de Santo Antônio para Leverger. Por fim, a Lei nº 132, de 30 de dezembro de 1948, alterou a denominação de Leverger para Santo Antônio do Leverger, denominação atual.

⁵⁴³ ARRUDA, Marta. *Agrícola e sua família*. Folha do Estado. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 6.

⁵⁴⁴ PAES DE BARROS. *Genealogia da Família Paes de Barros: 1718 a 1998*. Cuiabá, 2009, p. 23.

⁵⁴⁵ CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. PAES DE BARROS, Agrícola. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 28/09/2012.

⁵⁴⁶ PAES DE BARROS. *Genealogia da Família Paes de Barros: 1718 a 1998*. Cuiabá, 2009, p. 23.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 24 e 25.

Além de ter ocupado esses diversos cargos, seu consultório e sua residência estavam sempre de portas abertas para os necessitados. Agrícola os atendia, diariamente, e, por esta razão, ficou conhecido como o *médico do povo*, conquistou *imensa simpatia popular* com a qual conquistaria mandatos políticos de vereador, deputado estadual constituinte e deputado federal constituinte, conforme notou Póvoas, em artigo publicado no periódico A Folha do Estado.⁵⁴⁸

Como jornalista, foi fundador e diretor dos periódicos A Luz, O Fifó, A Plebe, A Capital,⁵⁴⁹ O Motorista, e o O Brasil Oeste, os quais foram sucessivamente editados no período de 1924 a 1964.⁵⁵⁰ Agrícola Paes de Barros, de acordo com Borges, manteve ligações com a Associação de Imprensa de Mato Grosso - enquanto membro -, além de colaborar em jornais, periódicos e em revistas médicas, do Estado de Mato Grosso.⁵⁵¹

Depois de formado e logo após o seu retorno para Cuiabá, em abril de 1924, Paes de Barros, no entendimento de sua filha Josephina Paes de Barros Lima, teve nitidez de sua proposta jornalística: a de *conscientizar a classe operária mato-grossense como força social capaz de mudar o sistema sociopolítico vigente*.⁵⁵² Alinhado a essa proposta, Paes de Barros publicou no periódico O Fifó uma proposição sobre a conscientização das classes operárias no sentido de se unirem, se organizarem e, assim, conquistarem respeito. Suas palavras eram diretas e orientavam os operários que fizessem *centro de resistência, união dos carroceiros, dos pedreiros, dos empregados públicos, dos empregados no comércio, dos lavradores, dos taberneiros etc.* Todos poderiam formar centros, *centro de tudo, bem organizado, com boa direção e*, então poderia ver com tudo correria *as mil maravilhas*. Agrícola entendia que assim todos seriam respeitados e a lei passaria a ser igual para todos. De tal forma que, *se um dia prendem um carroceiro e o vendem por pinga ou rapadura a uma Usina, todos os carroceiros reunir-se-ão e farão o protesto*, anotou Agrícola Paes de Barros.⁵⁵³

⁵⁴⁸ PÓVOAS, Lenine C. *Um médico popular*. Folha do Estado. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 3.

⁵⁴⁹ Foi enquanto Diretor Geral do jornal “A Capital” que em 19/01/1926, Agrícola Paes de Barros publicou a fundação [10/01/1926] do “Partido Trabalhista em Mato Grosso”.

⁵⁵⁰ LIMA, Josephina Paes de Barros. *Diário de Cuiabá*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Imprensa de Mato Grosso, Ano XXI, nº 6.16, de 20/8/1989.

⁵⁵¹ BORGES, F.T.M. et al. *Notas sobre o passado dos médicos mato-grossenses*. São Paulo: Editora Scortecci, 2012.

⁵⁵² LIMA, Josephina Paes de Barros. *Diário de Cuiabá*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Imprensa de Mato Grosso, Ano XXI, nº 6.16, de 20/8/1989.

⁵⁵³ O FIFÓ, nº 2. Cuiabá, 04/01/1925.

O periódico O Fifó já havia substituído A Luz. Este último foi considerado *vivo e polêmico*, e de sua tribuna [Paes de Barros] *estocava os inimigos do povo, com certa elegância, erudição, e, quase sempre, feroz no ataque*. Seu alvo era conhecido e tratava-se do dono do poder local: Estevão Alves Correa, governador do Estado (25/10/1924 a 22/01/1926), como registrou o jornal A Folha do Estado, em 4 de novembro de 1997, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Paes de Barros.⁵⁵⁴ A Luz durou pouco mais de três meses (14/08/1924 a 05/12/1924), pois foi apagada pela polícia sob a acusação de estar perturbando o governo, conforme registrou O Fifó, em 26 de dezembro de 1924. No entanto, as publicações – as perturbações a que se referia o governo – tratavam de uma campanha *contra a venda de gente pelo delegado de polícia às Usinas do Rio Abaixo*. De acordo com sua filha Josephina, vendia-se *um homem por duas arrobas de açúcar e duas canadas de cachaça*.⁵⁵⁵ Fechado o jornal A Luz, Agrícola fez circular no mesmo mês o jornal O Fifó. A justificativa astuta para a escolha do nome, do jornal que substituiu A Luz, veio na publicação do número um do novo periódico, dirigido por Paes de Barros:

*A Luz não pode sair porque a censura não consente. Para país assim, em que não se tem liberdade, não é necessário muita luz, basta a claridade do Fifó que é suficiente para gente pouco culta, gente de caráter, patriotismo, justiça, diminuídos. Fifó, entre os sertanejos do norte do país, é o nosso candeeiro de azeite de peixe. A Luz fica para melhor época, fica para após a vitória da legalidade contra os impatriotas que querem a viva força governar; para agora basta 'O Fifó'.*⁵⁵⁶

Este novo periódico trouxe consigo a legenda, de autoria de Agrícola Paes de Barros, com a qual anunciava a disposição do jornalista, à época, em manter seu pensamento crítico contra aqueles considerados impatriotas e que queriam governar a qualquer custo: *Abafa-se a voz, mas não o pensamento*.⁵⁵⁷

Ainda no mesmo número do O Fifó foi publicado o estatuto do Partido Trabalhista de Mato Grosso, o qual foi fundado em janeiro de 1925. Este semanário, também de vida curta

⁵⁵⁴ A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 2.

⁵⁵⁵ LIMA, Josephina Paes de Barros. *Diário de Cuiabá*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Imprensa de Mato Grosso, Ano XXI, nº 6.16, de 20/8/1989.

⁵⁵⁶ *O FIFÓ*, nº01. Cuiabá, 26/12/1924.

⁵⁵⁷ Legenda de autoria atribuída à Agrícola Paes de Barros, consignada no periódico “O Fifó”, o qual passou a circular no mesmo mês em que “A Luz” foi censurada.

(26/12/1924 a 12/10/1925), possuiu como luta *as reivindicações em favor da coletividade* tais como a luz, água e esgoto para a população pobre, abertura de avenidas, jornada de trabalho de 40 horas em especial aos operários das usinas de açúcar e a conscientização das classes operárias no sentido de se unirem.⁵⁵⁸ Referindo-se a qualidade da luz elétrica fornecida, Agrícola disse ser ela *pior que a antiga iluminação à azeite de pacu e jaú*.⁵⁵⁹

Fechado O Fifó, foi a vez do seu terceiro semanário – A Semana. Este durou menos ainda (19/09/1926 a 7/11/1926), um mês e alguns dias. Agrícola e seus colegas continuaram a lutar, exigindo dignidade para a gente sofrida de Mato Grosso.⁵⁶⁰

O incansável jornalista, ainda em novembro de 1925 inaugurou A Capital (26/11/1925 a 10/04/1927). Depois, foi a vez do semanário A Plebe (09/06/1929 a 08/10/1933), *uma verdadeira trincheira de defesa dos interesses do povo e um aríete para os ataques contra os que usavam e abusam do poder*. De maneira que, de acordo com Póvoas, aquilo que *os outros jornais não tinham coragem de dizer A Plebe dizia!*⁵⁶¹

O Motorista, outro periódico, circulou de 7/09/1929 a 8/06/1930. Foi enquanto representante desse periódico que Agrícola Paes de Barros fez-se presente, na reunião de criação e organização da *Liga Feminina Pró Estradas de Ferro Norte de Matto Grosso (sic)*. A propósito, Paes de Barros, conforme Campos, tornou-se o primeiro político a lutar pela construção da estrada de ferro para Mato Grosso.⁵⁶²

Nessa reunião a convite de Anitta Calháo de Mattos, senhoras da sociedade cuiabana deixaram os problemas do lar de lado e discutiram *um problema de ordem política social-administrativa – o desenvolvimento do Norte Mattogrossense, a sobrevivência da capital em Cuiabá, o maior progresso enfim do Brasil (sic)*. A Senhora Amélia de Arruda Alves propôs solicitar apoio a dois grandes filhos devotos de Mato Grosso: *um o General Dr. Candido Mariano da Silva Rondon, o desbravador de nossos sertões; outro, o Dr. Annibal Benicio de Toledo, o timoneiro da nau do Estado*, para que o governo Federal construísse a estrada de ferro ligando, por este meio, *a nossa capital aos centros adiantados* promovendo a facilitação

⁵⁵⁸ A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 2.

⁵⁵⁹ PAES DE BARROS, Agrícola. Texto publicado no jornal *O Fifó*, de 1924. Cf. *Folha do Estado*. Cuiabá, 12/11/1997, p. 5.

⁵⁶⁰ A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 2.

⁵⁶¹ PÓVOAS, Lenine C. *Um médico popular*. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 3.

⁵⁶² CAMPOS, Júlio José de. *Políticos homenageiam Agrícola*. *Folha do Estado*. Cuiabá, 05/11/1997.

da *imigração e o escoamento dos produtos de nosso solo e subsolo*, de tal modo, que *intensifique o nosso comercio*, conforme publicou o periódico O Matto-Grosso.⁵⁶³ A Liga Feminina Pró Estradas de Ferro Norte de Matto Grosso colocou-se em ação, e foi ao encontro dos filhos devotos de Mato Grosso. De tal sorte que uma comissão seguiu para o palácio do Governo para saber do Presidente do Estado, Dr. Annibal Benicio de Toledo, sua opinião no sentido de sensibilizar o Presidente do Brasil, Júlio Prestes a visitar o Estado de Mato Grosso e, assim, conhecer a necessidade da construção da estrada de ferro para o desenvolvimento do norte do Estado. A comissão recebeu todo apoio e a promessa do empenho do Presidente do Estado. Ato contínuo, seguiu a comissão para a casa do General Rondon. Este, por sua vez, além de encampar a ideia, manifestou sua felicidade com a possibilidade de ter tamanho desafio associado ao seu nome, fato que o deixou envaidecido. Pois, era para Rondon, *o seu maior desejo ligar o seu nome a tão grandioso empreendimento, do qual dependia o progresso de nossa Cuiabá e que não descansaria enquanto não trouxesse a Estrada de Ferro a esta terra, de que se gloriava de ser filho.*⁵⁶⁴

O periódico O Brasil Oeste foi o último jornal que Agrícola Paes de Barros dirigiu. A propósito, este jornal foi gratuito, a impressão e a distribuição pelos correios foram pagas com recursos do próprio Agrícola. O Brasil Oeste foi considerado o periódico mais *vigoroso* e sua circulação permaneceu por 16 anos (1948 a 1964).

A trajetória política de Agrícola Paes de Barros teve início como Vereador em Cuiabá, MT (1929-1930). Contudo, antes mesmo de eleger-se vereador, foi como jornalista que fundou o *primeiro Partido Trabalhista da América, em Cuiabá e, no seu jornal “O Fifó”, publicou o estatuto do PTB, em 26 de dezembro de 1924*, conforme destacou o jornal A Folha do Estado.⁵⁶⁵

Em 06 de dezembro de 1931, Paes de Barros participou da organização de outro partido, quando foi realizada a eleição para o diretório do Partido União Liberal Mattogrossense (PULMG) (*sic.*). Destacou o periódico O Matto-Grosso que *nunca, para uma eleição de diretório, houve tamanha concorrência, tão grande interesse e verdadeiro*

⁵⁶³ BELO MOVIMENTO. *O MATTO-GROSSO*. Cuiabá, 10 ago. 1930, p. 02. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&Pasta=ano%20193&Pesq=Agr%C3%ADcola%20Paes%20de%20Barros>. Acesso em 29/09/2012.

⁵⁶⁴ BELO MOVIMENTO. *O MATTO-GROSSO*. Cuiabá, 10 ago. 1930, p. 02. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&Pasta=ano%20193&Pesq=Agr%C3%ADcola%20Paes%20de%20Barros>, acesso em 29/09/2012.

⁵⁶⁵ VANGUARDA E POPULARIDADE. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 4.

entusiasmo. Agrícola Paes de Barros concorreu e recebeu 64 votos, ficando na 13ª posição na composição do diretório local do PULMG, dentre os 31 candidatos ao diretório.⁵⁶⁶

O artigo com o título de *O vibrante manifesto* do deputado Agrícola Paes de Barros foi a manchete da primeira página, do dia 16 de dezembro de 1936. O Deputado Estadual Constituinte (1935-1937) eleito no pleito de outubro de 1934 apoiou a candidatura de Mário Correia da Costa⁵⁶⁷, do Partido Evolucionista, ao Governo de Mato Grosso. Nesse manifesto, revelou que *os políticos de Matto Grosso dividem nas salas dos Cafés Cariocas, os cargos públicos e os postos de comando, levando em conta a petulância, o estômago e impatriotismo de cada um*. Acusou os políticos, sem citar os nomes, de darem apoio ao governo do Estado em troca de recompensas. E como ironizando, para também não fugir à regra em *troca de recompensas*, Agrícola ofereceu seu apoio ao governo em troca de exigências que foram ao encontro de políticas públicas de interesse da população. Dentre as exigências estavam àquelas voltadas aos cuidados com a saúde, alimentação e higiene; com os cidadãos que cometeram *pequenos delitos* para que não fiquem juntos com os demais (supostamente aqueles cidadãos de maior periculosidade) e, ainda, os cuidados com as crianças que sofrem maus tratos e para tanto, *que se fiscalize pelo menos uma vez no mês, todas as crianças que vivem na casa dos ricos, como criadinhos de servir: Estas infelizes não aprendem a ler, tomam surras, não são tratadas quando adoecem e alimentam-se com sobra dos seus almozes (sic)*. Concluiu o manifesto afirmando ser este o preço do seu apoio ao governo, conforme publicou o periódico O Matto-Grosso, em 16 de dezembro de 1936.⁵⁶⁸

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 elegeu-se deputado federal por Mato Grosso à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional (UDN) o partido da *eterna vigilância*. Assumindo sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Assembleia em Congresso ordinário, exerceu seu mandato até janeiro de 1951, quando deixou

⁵⁶⁶ A ORGANIZAÇÃO definitiva da representação local do P.U.L.M.G. da capital. *O MATTO GROSSO*. Cuiabá, 06/12/1931. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&Pasta=ano%20193&Pesq=Agr%C3%ADcola%20Paes%20de%20Barros>, acesso em 29/09/2012.

⁵⁶⁷ Foi governador do Estado de Mato Grosso em 22/01/1926 a 21/01/1930 e de 7/09/1935 a 8/03/1937, quando do apoio de Agrícola Paes de Barros.

⁵⁶⁸ O VIBRANTE manifesto do deputado Agrícola Paes de Barros. *O MATTO GROSSO*. Cuiabá, 16/12/1936. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189&PagFis=4310&Pesq=Agr%C3%ADcola%20Paes%20de%20Barros>, acesso em 29/09/2012.

a Câmara. Nessa legislatura integrou a Comissão Permanente de Redação da Câmara dos Deputados.⁵⁶⁹

A atuação de Agrícola Paes de Barros, anotou Braga, foi marcada por postura independente e progressista em seus pronunciamentos,⁵⁷⁰ fato que revelou coerência em sua trajetória política e em sua atuação como jornalista, manifestada nos diferentes artigos publicados em seus periódicos. Realizou protestos intensos contra medidas repressivas tomadas pelo Governo: protestos contra o chefe da polícia do Distrito Federal,⁵⁷¹ protestos contra os espancamentos promovidos da polícia contra os trabalhadores da Light;⁵⁷² e apresentou sua indignação ao ficar desacreditado quanto as possíveis providências a serem tomadas pelo governo quando se tratou de espancamentos e más condições dos trabalhadores.⁵⁷³ Além disso, protestou contra a prisão e manutenção em incomunicabilidade por cinco dias do Presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, o Senhor Luciano José Barcelar Couto, tudo como ficou registrado nos Anais da Constituinte de 1946, em diferentes volumes.⁵⁷⁴

Em outros discursos tratou sobre a necessidade de vitalizar a lavoura;⁵⁷⁵ o problema dos territórios federais, manifestando-se contrários à suas criações e que fossem extintos os Territórios do Iguaçu e Ponta Porã.⁵⁷⁶ A propósito da criação dos territórios, durante o Estado Novo, Paes de Barros criticou duramente o Presidente Getúlio Vargas de *tentar ainda transformar-se em Imperador do Brasil, com o título de Getúlio I, cognominado, o Pai dos Pobres*, conforme ficou consignado nos Anais da Constituinte de 1946.⁵⁷⁷

Agrícola apresentou nove emendas ao Projeto de Constituição, com destaque (de interesse à temática sobre a ordem pública) a de nº 385-A, reconhecendo incondicionalmente o direito de greve e suprimindo a expressão *com as limitações impostas pelo bem público*, constante no primitivo projeto; nº 387-A.

⁵⁶⁹ CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Verbete. BARROS, Agrícola Paes de. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 28/09/2012.

⁵⁷⁰ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011, p. 354.

⁵⁷¹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VII, p. 402.

⁵⁷² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XI, p. 428.

⁵⁷³ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VIII, p. 363.

⁵⁷⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. IX, p. 298.

⁵⁷⁵ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VI, p. 161-166.

⁵⁷⁶ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 212.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, p. 213.

Além dessas questões, o constituinte mato-grossense preocupou-se, também, com a construção da estrada de ferro até Cuiabá. Por duas vezes, fez uso da tribuna para pedir a estrada de ferro para Mato Grosso. A primeira (26/05/1946) afirmou que *o melhor sistema de colonizar é fazer estradas de ferro*. Pois, entendia que havia uma relação direta entre progresso e a estrada de ferro, *o progresso de um país está na razão direta da proporção que existe entre os quilômetros quadrados de território para os quilômetros de estrada de ferro*. Nesta oportunidade, Paes de Barros argumentou contra a criação de territórios a pretexto da segurança nacional, e para tanto defendeu que, no lugar da criação de territórios, o governo deveria sim dedicar-se a construção de mais estradas de ferro. Justificou suas argumentações, todas consignadas nos Anais da Constituinte, tomando como exemplo, Paes de Barros afirmou que:

*A estrada de ferro Noroeste do Brasil, que há trinta anos atrás, mais ou menos, avançou de Bauru até Porto Esperança, margens do Rio Paraguai, em Mato-Grosso, transformou as vilas de Araçatuba, Campo Grande em gigantescas cidades e fez surgir muitas outras, não só em São Paulo como em Mato-Grosso, não só às margens da estrada, mas em um raio de muitos quilômetros [...] (sic).*⁵⁷⁸

O constituinte, Agrícola Paes de Barros voltou à tribuna para, novamente, pedir a construção da estrada de ferro em Mato Grosso, no trecho Campo Grande – Cuiabá, pois acreditava que o seu conterrâneo e *o presidente de todos os brasileiros* – General Eurico Gaspar Dutra - iria fazer a tão sonhada estrada de ferro.⁵⁷⁹ Agrícola Paes de Barros construiu uma *ideia fixa pela ferrovia como solução para o desenvolvimento*. A propósito dessa ideia, *o político Agrícola não se importava em mudar de partido pelo bem do seu estado*, como publicou o jornal A Folha do Estado.⁵⁸⁰ Foi por essa razão que, em 11 de outubro de 1946, mais uma vez, pediu a construção da estrada, escrevendo ao general Dutra. O Presidente respondeu, em 17 de janeiro de 1947, também por carta, acreditando que até o final de seu governo, estaria *solucionando grande parte dos principais problemas de Mato Grosso, dentre*

⁵⁷⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 212 e 213.

⁵⁷⁹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XIII, p. 23.

⁵⁸⁰ A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 5.

os quais o da construção da Estrada de Ferro Cuiabá e, para tanto, se empenharia, ao menos, em iniciar as obras.⁵⁸¹

Em 1947, Agrícola filiou-se ao Partido Social Trabalhista (PST), o partido de seu conterrâneo o general Dutra, por acreditar que *era chegada a hora de Mato Grosso ganhar finalmente a sua sonhada estrada de ferro*. Conclamou a todos para serrarem fileiras ao seu novo partido, colocando, inclusive, seu consultório à disposição para as filiações.⁵⁸² O novo partido foi aceito pelo povo, posto que lavrada a ata da fundação do PST, em Mato Grosso, o partido contou com mais de quatrocentas assinaturas. Ficaram organizados os diretórios municipal e estadual, neste Agrícola Paes de Barros ficou como presidente.⁵⁸³

Em janeiro de 1950, descrente pelo pouco que o presidente Dutra teria realizado por Mato Grosso, mudou de partido mais uma vez. Buscou, desta feita, apoio em Adhemar de Barros e filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP) e assim, novamente conclamou o povo mato-grossense para juntos elegerem *o único homem capaz de elevar Mato Grosso à glória e, em assim sendo, o desafio seria eleger Adhemar de Barros presidente da República, pelo amor dedicado à Mato Grosso, cujo progresso só ele será capaz de encaminhar*. A possibilidade da construção da ferrovia, ainda o movia.⁵⁸⁴

O sonho com a construção da estrada de ferro até Cuiabá permanecia vivo em Agrícola. A propósito, o sonho parece não acabar, *porque ele se reveste de esperança. Parece que tanto a espera quanto o sonho não terminam nem com a morte, ou terminam apenas para quem morre, renovando-se com os nascimentos*, conforme interpretou Borges.⁵⁸⁵

A campanha nacionalista pelo estabelecimento do monopólio do petróleo, campanha que recebeu o nome de “O Petróleo é nosso”, também mobilizou Agrícola. A Campanha obteve êxito, quando em 3 de outubro de 1953, foi criada a Petrobras, através da Lei 2.004. Durante a longa e agitada campanha, Agrícola mandou construir, em madeira, uma réplica de

⁵⁸¹ DUTRA, Eurico Gaspar. Carta do Presidente ao Dr. Agrícola Paes de Barros (cópia). Publicada no jornal Folha do Estado. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 5.

⁵⁸² A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 5.

⁵⁸³ A FUNDAÇÃO do partido trabalhista. Jornal do Comércio. Campo Grande, 18/08/1947. Cf. Folha do Estado. Cuiabá, 07/12/1997, p. 5.

⁵⁸⁴ A METRALHADORA GIRATÓRIA da imprensa de Mato Grosso. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 5.

⁵⁸⁵ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005, p. 388.

uma torre de petróleo e a instalou no quintal, em frente a sua residência, conforme testemunho de sua sobrinha Laís.⁵⁸⁶

As evidências sugerem que Agrícola Paes de Barros talvez tenha sido um visionário, sobretudo um político que, há quase um século, preocupou-se com questões como a reforma agrária, a construção da estrada de ferro até Cuiabá, a corrupção na política, o direito a greve dos trabalhadores e, com as práticas violentas e arbitrarias da polícia, tudo como ficou registrado e demonstrado em sua participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

Médico, político, jornalista e poeta, Agrícola Paes de Barros foi um homem preocupado com a política e as questões sociais de seu tempo. Contudo, quem foi esse homem, na visão de parentes e amigos? Por ocasião do centenário de seu nascimento (4/11/1997), o jornal A Folha do Estado corroborou a revelar um pouco do seu perfil e da sua trajetória.

Josephina Paes de Barros Lima, sua filha, guardou na memória um momento sobre Agrícola, que ela definiu como de encanto; quando *numa madrugada de novembro*, revelou Josephina, viu em seu pai *a expressão de seu rosto, o brilho de seus olhos*, ao tomar nos braços a netinha, um momento que ficou marcado para sempre. Para sua felicidade, todo *esse encanto*, ressurgiu quando do nascimento do seu segundo filho, completou Josephina, conforme registrou aquele jornal.⁵⁸⁷

Um homem que deixou uma lição de *palavras e sentimentos como lealdade, desprendimento, amizade, amor*, este foi Agrícola no sentimento de sua neta Luíza Marília de Barros.⁵⁸⁸

Na memória de Antonieta Ries Coelho – sobrinha por adoção de Agrícola Paes de Barros - as palavras e ações do tio foram *sempre no sentido de [...] transmitir sua força, seu amor*. Quando Agrícola sentia que alguém estava cansado [referindo-se aqui a própria sobrinha], tratava logo de levantar sua moral, dirigindo-lhe palavras como: *você é uma mulher forte, capaz, realizadora [...], você não pode se entregar ao desânimo* e invocado a figura do

⁵⁸⁶ PAES DE BARROS, Laís Maria. Entrevista em 10 de outubro de 2012.

⁵⁸⁷ Josephina Paes de Barros Lima, filha de Agrícola Paes de Barros. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁸⁸ Luíza Marília de Barros Lima publicitária e estilista, neta de Agrícola Paes de Barros. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

pai de Antonieta, completava dizendo que *sendo filha de quem é [...] não pode desmerecer esse pai*.⁵⁸⁹

*Exercia a profissão com verdadeiro sacerdócio. Atendeu a todos, sempre com o mesmo carinho e dedicação, sem que fizesse distinção de classe, quer em seu consultório, quer na residência do enfermo, fosse quem fosse e estivesse onde estivesse o paciente, declarou Aecim Tocantins, ex-prefeito de Cuiabá. Mais que atender a todos, dos carentes nada cobrava e, se fosse o caso como em algumas vezes ocorreu, ainda os ajudava com os medicamentos.*⁵⁹⁰

*Lá ia ele [...], vencendo as rudes estradas, aos trancos e barrancos, levando em si o grande entusiasmo de médico. Às vezes, chegou a deixar o carro na barranca, atravessando de canoa para o outro lado do rio. Ainda, quando se fazia necessário saía a cavalo, conforme depoimentos de velhos cuiabanos que foram seus clientes [pacientes], testemunhou João Pedro de Arruda Neto, jornalista.*⁵⁹¹

Para Agrícola, *a medicina não era profissão para ganhar dinheiro, mas para fazer o bem*. Numa certa ocasião, pela passagem de seu aniversário, e encontrando-se no auge da política, dentre os inúmeros presentes que havia recebido, mencionou a *oferenda de um mamão, que lhe fora dado por uma pessoa muito pobre* e Agrícola, de alguma forma revelando sua sensibilidade para com seus pacientes, de acordo com o jornalista Eugênio Carvalho, teria comentado o seguinte: *este me deu muito, porque era tudo o que possuía*.⁵⁹²

Um homem público, um político *idealista e coerente com suas atitudes. Nada o afastava desse procedimento*. Foi por exercer a sua *militância política com correção, honradez e dignidade* que o tornou *um líder querido e admirado, principalmente, pela classe humilde*. Em Mato Grosso, Agrícola *foi um precursor na luta em defesa dos interesses e dos justos anseios da classe operária*, anotou Aecim Tocantins.⁵⁹³ Enquanto político e médico deixou uma *valiosa contribuição de elevado sentido comunitário [...]*. Um político de uma

⁵⁸⁹ Antonieta Ries Coelho ex-diretora da TV Centro América, comunicadora. Sobrinha, por adoção, de Agrícola Paes de Barros. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹⁰ Aecim Tocantins, Professor e ex-prefeito de Cuiabá. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹¹ João Pedro de Arruda Neto. Jornalista. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹² Eugênio Carvalho, jornalista. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹³ Aecim Tocantins, Professor e ex-prefeito de Cuiabá. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

fidelidade intransigente às *mais legítimas aspirações humanas e sociais*. O médico e o político se complementaram numa mesma pessoa, declarou Eugênio de Carvalho.⁵⁹⁴

Essa fidelidade intransigente em defesa das aspirações humanas e sociais, principalmente para com as da classe operária, foi retribuída no sentimento que o povo demonstrava-lhe. Numa certa ocasião, na qual Agrícola já se encontrava *engajado na política como militante da UDN [...], regressando de uma viagem, veio, desde o aeroporto até a Praça Matriz [uma distância aproximada de sete quilômetros], carregado nos ombros pelos amigos e agora eleitores. Uma autêntica demonstração de carinho, partida do povo cuiabano*, destacou o professor João Alberto Novis G. Monteiro.⁵⁹⁵

Mais que demonstração de carinho e reconhecimento para com Paes de Barros, *por seu austero trabalho em defesa dos mais pobres, o povo o elegeu, em 1945, deputado federal*. Na Câmara dos Deputados elevou a cultura mato-grossense e sensibilizou o país quanto a necessidade da liberdade e da plena democracia. Entretanto, depois de seu mandato de deputado federal (1946-1951), Agrícola Paes de Barros mostrou-se um pouco *desiludido com a política, retornou a sua Cuiabá* e ao sacerdócio da medicina, dando continuidade à *sua trajetória de humanista e cultor da beleza através de suas poesias*, nas palavras do professor Ersio Gomes.⁵⁹⁶

Agrícola Paes de Barros ainda encontrou tempo para escrever artigos e poesias. Sua poesia, conforme Marta de Arruda, era *simples, sem grandes erudições*, mas foi no povo que ele buscou inspiração. Como na poesia escrita ao descrever a Rua do Meio, uma das principais ruas no centro da Cuiabá antiga, na qual se comercializava escravos e mercadorias:

*Toda a Vila desperta na luta do dia:
Trabalho é força, é canto, é vida, é harmonia!
Canta o carreto, o carro, a prensa de farinha;
Canta o martelo, a lima, a forja na tendinha;
Enxada, pá, enxada e ferros da Inglaterra
Cantam em nosso campo a revolver a terra!*

*RE-VI-VENDO. Agrícola Paes de Barros.*⁵⁹⁷

⁵⁹⁴ Eugênio Carvalho, jornalista. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹⁵ João Alberto Novis G. Monteiro. Presidente da Academia Mato-grossense de Letras, membro do IHGMT, professor de História da Medicina (Universidade de Cuiabá - UNIC). Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹⁶ Ersio Gomes, professor titular aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 7.

⁵⁹⁷ BARROS, Agrícola Paes de. *RE VI VENDO*. Rio, 28 de agosto de 1949. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 8.

Agrícola foi assim, um homem em que *o espírito de justiça e amor que ele nutria pelo próximo como a si mesmo* permeou tudo que fez, no sentimento de Marta de Arruda.⁵⁹⁸

⁵⁹⁸ Marta de Arruda. Cf. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997, p. 8.

CAPÍTULO 3

3. A manutenção da Ordem e da Segurança Pública

*Faça o que fizer, o historiador não pode deixar de ser ele mesmo.*⁵⁹⁹

O ofício do historiador é compreender os fatos históricos e, *se há uma convicção bem enraizada na opinião pública é que, na história, existem fatos e que eles devem ser conhecidos*, notou Prost. Sobretudo, este conhecimento deve estar alicerçado em sua *base essencial*; a de comprovar toda afirmação pertinente aos fatos, *ou seja, a história só é possível respaldada em fatos* construídos, na medida em que *o historiador efetua um trabalho a partir de vestígios*, das evidências que, pouco a pouco, vão se revelando ao mesmo tempo em que são interrogadas.⁶⁰⁰

Como parte deste trabalho, apoiado em evidências coligidas dos Boletins Internos, das forças policiais, foi possível construir uma visão inicial e geral de como estas constituíram a atuação dos elementos das Forças Policiais, frente às questões da ordem e da segurança pública, em terras mato-grossenses. Assim, o emprego de algumas tabelas apresentou-se prático e objetivo nessa construção, na medida em que permite uma pronta visualização.

A Tabela 12 – Evidências da atuação dos elementos da Força apresenta o resultado do número total de evidências levantadas nos Boletins Internos (BIs) das forças policiais (Força Policial e Polícia Militar) no período 1945-1947.

Tabela 12- Evidências da atuação dos elementos da Força Policial

Ótica de abordagem	Nº de evidências	Percentual
Institucional	740	78,5%
Ordem	203	21,5%
Total	943	100,0%

Fonte: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral* (1945-1947).

⁵⁹⁹ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 150.

⁶⁰⁰ PROST, Antoine. *Ibidem*, p. 53-67.

Essas evidências representaram a atuação dos elementos da Força, fundamentalmente em duas circunstâncias; uma, voltada para o âmbito interno – ótica institucional -, a outra, voltada para o âmbito externo – ótica da ordem. O que não implica terem sido estas circunstâncias excludentes, dada a complexidade na qual estava envolto o trabalho policial. Em outras palavras, quando do momento de identificar e selecionar as evidências (943), a questão orientadora foi: o que fazia – o trabalho da - a polícia?

Pensar o trabalho da polícia no passado, é fazê-lo a partir do presente. Sobre tudo, conforme Schwartzman, sem se esquecer que *o passado é sempre visto com os olhos do presente, e por isto qualquer estudo de eventos, intenções e ações pretéritas tem sempre uma grande dose de subjetividade na escolha dos temas; fatos, evidências e interpretações, da qual não estaríamos isentos.*⁶⁰¹

O resultado foi que das 943 evidências, 740 foram identificadas com a ótica institucional – uma atuação intramuros, voltada à subsistência da instituição – e, 203 com a da ordem – atuação circunscrita à população, nas ruas, junto ao povo e as elites. O que tornou possível afirmar que, sob uma abordagem quantitativa a maior parte das evidências (78,5%), selecionadas dos Boletins Internos da instituição policial militar, no período de 1945 - 1947 apontaram para a ótica institucional, enquanto a minoria (21,5%) para a ótica da ordem. As evidências sugerem que, embora o Boletim Interno fosse um documento de publicação de atos administrativos e legais, no qual o Comandante publica todas as suas ordens, as ordens das autoridades superiores e os fatos que devam ser do conhecimento da instituição, parte significativa permitiu revelar circunstâncias e aspectos da atuação dos elementos da Força quanto a ordem e a segurança pública.

Na Tabela 13 - Evidências da atuação dos elementos da Força Policial, sob a ótica da ordem, abaixo, foram destacadas do conjunto total (943), as da ordem (203) foram tomadas em separado, para então, a partir destas, identificar as que apontaram a atuação dos elementos da Força, para o que foi considerado uma atuação voltada, exclusivamente, para a manutenção da ordem e da segurança pública, em terras mato-grossenses.

⁶⁰¹ SCHWARTZMAN, Simon *et al.* *Tempos de Capanema*. São Paulo. Editora Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 35.

Tabela 13- Evidências da atuação dos elementos da Força Policial sob a ótica da ordem

Atuação	Nº de evidências	Percentual
Ordem Pública	52	25,6%
Outras	151	74,4%
Total	203	100,0%

Fonte: MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral* (1945-1947).

Desta análise, resultou que as evidências que caracterizaram a atuação das forças policiais sob as questões da ordem (203), a minoria (25,6%) apontou relação com a manutenção da ordem e da segurança pública, enquanto a maioria (74,4%) apontou a atuação dos elementos da Força, associada a outras circunstâncias, como as em eventos cívicos, apoio a outras instituições públicas e privadas, apoio, especialmente, à educação e, com grande destaque, os serviços de manutenção e construção de estradas e pontes, na capital e no interior do estado.

A atuação dos elementos da Força sobre as questões de ordem e da segurança pública esteve, sobretudo, apoiada na fundamentação legal que compreendeu: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1934; a Constituição Estadual de Mato Grosso, de 1935; a Lei nº 192, de 1936; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937; o Decreto Estadual nº 14, de 30 de abril de 1937; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946; e, por fim a Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1947, como apresentada no Capítulo 1, desta tese.

Na prática policial, as evidências apontaram, mesmo sob a ótica da ordem, que a atuação dos elementos da Força se concentrou em algumas circunstâncias as quais, guardavam entre si uma forma comum de agir em determinadas ocorrências; uma modalidade de agir. Em todas essas modalidades – situações de policiamento -, a atuação daqueles corroborou à manutenção da ordem pública.⁶⁰²

As diferentes situações de policiamento são representações aproximadas desse fazer policial (do trabalho policial) e, aqui, categorizadas com o propósito de melhor compreender as práticas policiais, sob a ótica da ordem, em circunstâncias próprias de manutenção da ordem e da segurança pública no período de 1945-1947. O que tornou possível afirmar,

⁶⁰² A expressão “situações de policiamento” aplicada nesta tese apoia-se em Bayley. BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 118 - 123.

consubstanciado nas evidências, que as práticas policiais dividiram-se entre as seguintes situações: *guarda de fronteira; trânsito; guarda e escolta de presos; segurança de instalações físicas e de unidades do quartel; diligências e prisões de desordeiros; garimpo e policiamento da cidade.*

Sobre a *guarda de fronteira* os BIs revelaram poucos registros sobre a atuação dos elementos da Força. Dentre os poucos, um em junho 1947, registrou a determinação do Governador do Estado de Mato Grosso em colocar *à disposição do Governo do Território do Guaporé, o Capitão Francisco Fernandes dos Santos, da Força Policial, sem ônus para o Estado.* Nenhuma outra referência foi feita, nem mesmo sobre a atuação do oficial naquele território, nenhum relatório a respeito pode ser localizado em outros BIs, naquele período.⁶⁰³

Em julho do mesmo ano, o Decreto-lei nº 893, de 10 de julho de 1947, do Governo do Estado de Mato Grosso, deu *nova denominação à Guarda Territorial* do extinto Território de Ponta Porã e determinou outras providências, dentre elas: a nova denominação da guarda passou a ser *Guarda Policial de Fronteira*; subordinou-a ao Comando Geral, bem como as leis e regulamentos da Força Policial do Estado; passou a ser *comandada por um Capitão*, auxiliado em suas funções por oficiais subalternos e; os cargos de *inspetor e guarda* foram convertidos nos postos de *sargento e soldado*, respectivamente. Dois dias depois daquele Decreto-lei nº 893, o Cmt. Gr. designou o Capitão Luiz de Carvalho para comandar a Guarda Policial de Fronteira, do ex-território de Ponta Porã.⁶⁰⁴

Além dessa situação de policiamento, as evidências apontaram que a Força Policial deu início aos serviços de *trânsito*, em 1947. Apesar de, nessas circunstâncias, os serviços terem ocorrido por conta da impossibilidade da Polícia Civil em realizá-lo. A atuação dos elementos da Força, nesse policiamento foi resultado de entendimentos entre o Comando Geral e a Chefatura de Polícia. Este acordo, em junho de 1947, regulou que *a partir do dia 25, e diariamente nas horas de maior movimento, das 7h às 11h da manhã e das 4h às 6,30 h da tarde, deverá ser destacado um soldado [...] para guarda de tráfego no ponto de ônibus da Praça da Bandeira, frente com a Casa Guerrize.* Mas não um soldado qualquer, este deveria ser *inteligente, bem fardado, bom aspecto e alfabetizado* e, sobretudo, *deverá conhecer os sinais do tráfego e será munido da luva branca regulamentar.* Este serviço deveria ser

⁶⁰³ BI n.º 125, de 04/06/1947.

⁶⁰⁴ MATO GROSSO. Decreto-lei nº 893, de 10 de julho de 1947. *Dá nova denominação à Guarda Territorial do extinto Território de Ponta Porã e determina outras providências.* Ver MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral.* BI n.º 161, de 18/06/1947.

realizado pela Força Policial, *até ser normalizado o serviço de guardas de trânsito da Polícia Civil, e tudo no sentido da colaboração entre as entidades administrativas do Estado.*⁶⁰⁵

Das preocupações manifestadas entre o Cmt. Gr. e o Chefe de Polícia, três merecem ser realçadas: a primeira, a da apresentação do soldado, devendo estar *bem fardado*, aparentar *bom aspecto* e calçar *luvas brancas*; a segunda, que fosse conhecedor da legislação, sabedor dos *sinais do tráfego*; e, a terceira, a proposição de que instituições afins, voltadas à manutenção da ordem pública corroborassem entre si. Sendo esta última, um desafio que permanece às instituições policiais.

Nas situações de *guarda e escolta de presos*, um telegrama, em fevereiro de 1945, do Cmt. do Destacamento de Corumbá informou que *foram levados por presos que ultimamente evadiram a Cadeia daquela cidade, 3 mosquetões [modelo] 1895 e 9 cartuchos, mas que já foram recuperados 2 mosquetões*. Embora o foco da informação esteja no armamento levado pelos presos, é possível deduzir que os elementos da Força atuavam na guarda de presos da cadeia da cidade e a comunicação sobre a fuga, supostamente já havia sido feita. Até porque, dos três armamentos levados, dois já haviam sido recuperados. De igual forma, a informação levantou a hipótese da falta de condições de segurança das instalações onde funcionava a Cadeia; primeiro para os próprios elementos da Força e, em segundo e principalmente, para a população em geral.⁶⁰⁶

Em abril de 1947, a comunicação do Cmt. do Destacamento de Poxoréo foi mais incisiva quanto a falta de segurança da cadeia local, afirmando-a textualmente sobre *a fuga de um preso da Cadeia local por falta de segurança da mesma*. A propósito, sobre esta comunicação o Cmt. Gr., o Ten. Cel. José Silvério de Magalhães, despachou para que se desse o devido *conhecimento à Chefatura de Polícia do inteiro teor deste telegrama*. Entretanto, nenhuma posição da parte da Chefatura, que por ventura tenha sido dada, foi registrada em BI, no sentido de serem tomadas providências que corroborassem à segurança daquela instalação.⁶⁰⁷

Em menos de um mês, outra fuga de preso ocorreu na cidade de Rosário Oeste. A comunicação foi feita pelo Cmt do BC, quando o preso da Cadeia Pública daquela cidade, *ao evadir-se da prisão, feriu gravemente o soldado Izidoro Silva, tendo sido o mesmo recolhido*

⁶⁰⁵ BI n.º 140, de 24/06/1947.

⁶⁰⁶ BI n.º 38, de 15/02/1945.

⁶⁰⁷ BI n.º 96, de 28/04/1947.

a esta sede e internado na Santa Casa de Misericórdia. Nenhum outro detalhe fora revelado que permitisse melhor saber como se deu a fuga; se o preso recebeu ajuda de fora, se foi uma fuga organizada pelos próprios presos, se houve falha na segurança, ou outro, apoiado nos registros em BIs.⁶⁰⁸

Além da guarda de cadeia, os elementos da Força eram solicitados a fazer *escolta de presos*; às vezes apenas em deslocamentos de uma cidade para outra, em outras quando da realização do Tribunal do Júri, para que permanecessem durante as sessões garantindo, desta forma, a ordem e a segurança no recinto.

Em março de 1947, foi o 1º Ten. delegado de polícia quem solicitou *praças desta Corporação para escoltarem presos desta Capital até a cidade de Rosário Oeste*, devendo a diligência ser realizada no dia 15 do mesmo mês. Esta solicitação referiu-se apenas ao emprego dos elementos da Força durante o deslocamento entre as cidades.⁶⁰⁹

Por outro lado, em agosto de 1945, o Juiz de Direito da Comarca de Cuiabá solicitou *providências no sentido de ser fornecida àquele Juízo, às treze horas [...], uma escolta devidamente armadas, a fim de atender aos trabalhos da Sessão do Tribunal do Júri*. Nestas circunstâncias, em apoio judiciário, o despacho do Cmt. Gr. sempre foi no sentido de que as providências necessárias fossem tomadas e a solicitação atendida.⁶¹⁰

Em junho de 1947, uma destas solicitações contemplou as duas situações sobre *escolta de presos*, quando o Juiz de Paz em exercício do Juiz de Direito da Comarca desta Capital solicitou *providências no sentido de ser fornecido uma escolta composta de 4 praças devidamente armadas e municadas, afim de auxiliar os trabalhos do Tribunal do Júri*. Acrescentou o magistrado que fosse determinada à referida escolta que, quando da sua ida, passar pela Cadeia Pública e, ali receber o preso a ser julgado nesse dia, onde já deverá achar-se o Oficial de Justiça encarregado da diligência.⁶¹¹ Circunstâncias como estas foram, também, tratadas acima.

A guarda de quartel e palácio foi composta por elementos da Força encarregados de protegerem as instalações físicas (quartéis) ocupadas pelas unidades da corporação, bem como, a sede do poder executivo; o Palácio do Governo. As evidências sobre esse serviço

⁶⁰⁸ BI n.º 107, de 12/05/1947.

⁶⁰⁹ BI n.º 161, de 14/03/1947.

⁶¹⁰ BI n.º 184, de 13/08/1945.

⁶¹¹ BI n.º 132, de 14/06/1947.

emergiram, principalmente, das recomendações do comando da corporação sobre armamento a ser empregado e os cuidados e conhecimentos necessários no seu manuseio em serviço.

Em agosto de 1946, uma dessas recomendações foi justamente no sentido de que fossem ministradas instruções às praças para que pudessem fazer o emprego correto do armamento de serviço. O Cmt. Gr. recomendou ao BC providências, para que as praças do Pelotão Escolta Presidencial adidos àquela Unidade, *quando escaladas para o serviço de guarnição*, passassem a tirar o serviço em conjunto, sendo que nas *guarda do quartel e palácio* estivessem *armadas de espada e revolver*. Determinou, além disso, que fossem ministradas *as instruções necessárias às praças* do Pelotão Escolta Presidencial para o correto emprego do armamento.⁶¹²

No mês seguinte, nova recomendação do Cmt. Gr., desta feita destacada em três pontos. O primeiro, de que *a guarda o Palácio fosse composta por praças do Pelotão Escolta Presidencial*, entendendo-se, que deixaria de ser conjunto com o BC. No segundo, foi para que o Almoxtarifado do CG fornecesse ao Pelotão Escolta Presidencial, com urgência, *guia para espada e mosquetões para os serviços*, que deixassem de empregar o revólver, como recomendado no mês anterior. O terceiro, e último ponto, recomendou que a partir daquela data [14/09/1946], *nenhum cavalo deveria ser usado a não ser exclusivamente para montada de Oficiais, dentro do expediente e a serviço, ficando fora desses, a disposição do Pelotão Escolta, com o respectivo arreamento*.⁶¹³

No início de outubro, por *urgência do serviço* mais três oficiais passaram a concorrer na *escala do serviço de oficial de dia* ao BC. O Oficial de Dia era um serviço ininterrupto de vinte e quatro horas, e era responsável por toda a guarnição de serviço (sargentos, cabos e soldados). Na ausência do comandante da unidade – fora do horário de expediente e finais de semana – o encarregado pelo serviço de Oficial de Dia respondia por toda e qualquer alteração havida, tomando as providências que julgasse necessárias. Embora, a justificativa da *urgência do serviço* deixou de informar o que deu causa, uma hipótese se apresenta. Pois, nesse período, como visto acima, outra recomendação do Cmt. Gr., em setembro de 1946, havia colocado todos oficiais subalternos para estagiarem na Companhia de Sapadores

⁶¹² BI n.º 193, de 26/08/1946.

⁶¹³ BI n.º 209, de 14/09/1946.

Mineiros, a Cia. encarregada dos serviços de manutenção e construção de estradas e pontes. As evidências sugerem que esta medida pode ter contribuído para aquela.⁶¹⁴

O ano de 1946 terminou com mais um aperto na escala de serviços pois, também a *guarda do Palácio do Governo*, a partir do dia 21 de dezembro, passou a ser *comandada por um oficial até ulterior deliberação*.⁶¹⁵

O ano seguinte teve início com uma cobrança sobre os serviços dos oficiais. Em janeiro, Cmt. Gr., Major José Silvério de Magalhães, respaldado em uma sindicância, advertiu e, ao mesmo tempo, cobrou maior responsabilidade por parte dos oficiais em razão de uma comunicação feita pelo *Comandante da patrulha da noite* sobre uma alteração verificada durante a realização do seu serviço. O Cmt. Gr. destacou a importância do serviço interno do quartel, como apoio e assistência necessária aos soldados que realizam o serviço de patrulha nas ruas em prol da população. O despacho do Cmt. Gr. fundamentou-se sobre o que *ficou apurado na sindicância procedida* por aquele Comando, na qual constatou-se *um certo arrefecimento no serviço de fiscalização por parte daqueles que têm a obrigação de zelar pela ordem e fiel execução dos serviços*. Justamente por este fato, recomendou aos senhores *Oficiais de dia ao BC, ou quem suas vezes fizerem, ser mister estar atento a todas as atividades do quartel*, mesmo aquelas de pequena importância pois, qualquer falha ou omissão aqui é considerada *deplorável na vida da caserna*. *Esta recomendação foi extensiva ao Serviço de Aprovisionamento, a quem cabe em parte a responsabilidade das ocorrências*. Enfatizou o Cmt, que o trabalho do soldado é assegurar o sossego da população enquanto dorme e, por isso aquele necessita de toda assistência possível, e esta é da responsabilidade dos seus superiores hierárquicos.⁶¹⁶

As palavras do Cmt. Gr., Major José Silvério de Magalhães, foram precisas e fez destacar a importância de *todas as atividades do quartel* e, principalmente a responsabilidade do policial que concorre aos serviços de oficial de dia no sentido de proporcionar as condições necessárias ao soldado no desempenho do seu serviço de patrulhamento das ruas.

⁶¹⁴ BI n.º 230, de 10/10/1946.

⁶¹⁵ BI n.º 289, de 23/12/1946.

⁶¹⁶ BI n.º 04, de 06/01/1947.

O Major José Silvério de Magalhães apresentou-se decidido a melhorar os serviços internos do quartel sob a responsabilidade do Oficial de Dia.⁶¹⁷ Pois, mais uma vez, no mês de janeiro de 1947 publicou outra recomendação, esta no sentido de que os senhores *Oficiais de dia ao BC, ou a quem suas vezes fizerem*, exercessem sua *ação de serviços sobre o Pelotão de Escolta Presidencial, inclusive a revista do recolher* a qual deveria ocorrer sob as suas vistas.⁶¹⁸

Estas evidências sobre a atuação dos elementos da Força nos serviços de guarda de quartel e palácio, embora uma pequena quantidade, revelaram o vínculo e as implicações com o serviço de patrulhamento da cidade. Dos fatos foi possível coligir que aqueles serviços, de forma indireta, serviram de apoio à realização dos serviços de rua.

Enquanto essa situação de policiamento caracterizou-se por um serviço interno e de uma rotina diária, outra, a de *diligências e prisões de desordeiros*, ocorreu de forma eventual e, principalmente no interior do Estado.

A primeira evidência sobre a realização de diligências foi pouco esclarecedora, sobre sua finalidade. Registrada em maio de 1946, constou apenas que estiveram no período de *21 a 23 do corrente em diligência na região dos seringais*, o Capitão Evaristo da Costa e Silva, Cmt. da CSM, e o Cabo Genuíno da Costa Vital, da mesma Cia., contudo, sem informar do que tratou essa diligência.⁶¹⁹ O mesmo ocorreu com a solicitação do Major Delegado Auxiliar, respondendo pelo expediente da Chefatura de Polícia, feita em junho, no sentido de ser providenciado e ser colocado *à disposição daquela chefia, uma escolta composta de um sargento e três praças, para uma diligência no [lugar] denominado Porto Capivara*, no município de Leverger.⁶²⁰ Em julho foi a vez do Capitão Francisco Fernandes dos Santos ser designado para *uma diligência do S/P [serviço público], no município de Diamantino*. Acompanharam o Capitão *10 homens devidamente armados e municiados levando um F.M.H. [um fuzil metralhadora]*.⁶²¹ Entretanto, o Cmt. Gr. tornou sem efeito essa designação do

⁶¹⁷ Em algumas situações, na impossibilidade de ser escalado para o serviço de “Oficial de Dia” um oficial subalterno, eram escalados os graduados mais antigos, aqueles com mais tempo de serviços prestados, optando-se por subtenentes e, algumas vezes, sargentos.

⁶¹⁸ BI n.º 09, de 11/01/1947.

⁶¹⁹ BI n.º 119, de 27/05/1946.

⁶²⁰ BI n.º 137, de 18/06/1946.

⁶²¹ BI n.º 169, de 26/07/1946.

Capitão para, em seu lugar, designar, quatro dias depois, o 2º Ten. Renes de Campos Borges.⁶²²

Em agosto de 1946, o Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, solicitou ao Senhor Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Hermes Toledo, a *aquisição à Força Policial do Estado de um “jeep” dos que se encontravam a venda pela Comissão de Liquidação do Acervo do Material Bélico Norte-americano no Brasil*. Com esta aquisição o Cmt. Gr. esperava amenizar três desafios: o primeiro diminuir os gastos com *transportes de elementos transferidos e recolhidos para destacamentos nas zonas leste e norte do Estado*; o segundo melhorar a eficiência das diligências que, até então, se perdia muito tempo *aguardando providências de transportes*; e, por fim, melhorar a eficiência do serviço de patrulha na cidade, corroborando ao *socorro de urgência e transporte de doente e acidentado*. A propósito, o pedido de aquisição do “jeep”; foi atendido.⁶²³

Em outubro foram designados o 2º Ten. Clodomiro Albernaz de Albuquerque e 10 praças (2 sargentos, 4 cabos e 4 soldados) para *seguirem em uma diligência* do serviço público ao município de Poxoréo. Mais uma vez nenhuma informação sobre a finalidade da diligência foi registrada.⁶²⁴ Quatro dias depois, nova publicação em BI confirmaria que o 2º Ten. e as 10 praças teriam seguido em diligência apenas neste dia.⁶²⁵

Em 1947 novas evidências apontaram a atuação dos elementos da Força em diligências e prisões de desordeiros. Janeiro começou com a prisão de desordeiros em duas situações. A primeira ocorreu em Poxoréo, quando um soldado *ao efetuar a prisão do desordeiro [...] foi recebido a bala e obrigado a fazer uso de seu fuzil ferindo referido desordeiro no braço direito, saindo ferido também um companheiro do policial*. O registro da comunicação do Subtenente, Cmt. do Destacamento de Poxoréo, foi pouco esclarecedor e deixou dúvida interpretação sobre o fato de ter saído *ferido também um companheiro do policial*; este teria sido atingido pelo disparo do policial ou do desordeiro?⁶²⁶

Entretanto, um segundo fato envolvendo desordeiros foi relatado em parte por um aluno oficial, com referencia a *alterações de civis desordeiros na estrada de Várzea*

⁶²² BI n.º 171, de 30/07/1946.

⁶²³ BI n.º 211, de 17/09/1946.

⁶²⁴ BI n.º 226, de 05/10/1946.

⁶²⁵ BI n.º 229, de 09/10/1946.

⁶²⁶ BI n.º 10, de 13/01/1947.

Grande,⁶²⁷ ao Cmt. do BC e, este ao Cmt. Gr.. Este último, por sua vez despachou à *consideração de S. Exa. o Sr. Capitão Chefe de Polícia*. O curioso, sobre a *alteração de civis desordeiros*, foi o fato de nenhuma providência ter sido tomada e, ainda, a parte do aluno a oficial, tenha ido parar nas mãos do Chefe de Polícia para providências.⁶²⁸ Uma hipótese que se apresenta é a de que essa competência da atuação contra *desordeiros*, na Capital, fosse da Guarda Civil. O pressuposto desta está em uma recomendação feita pelo Cmt. Gr., em março de 1946, na qual recomendou *as praças desta Força para que não se intervenham nas medidas tomadas pelos Guardas-civis na repressão aos desordeiros e turbulentos, como vem acontecendo*.⁶²⁹

No mês de janeiro de 1947, atendendo solicitação do Chefe de Polícia, foi colocada à disposição deste *uma escolta, composta de 10 homens sob o comando de um oficial, devidamente armada e municiada, para proceder uma diligência policial até o município de Alto Araguaia*. O propósito foi o de fazer *cessar as atividades de indivíduos* que estavam *atacando e roubando*, naquele município.⁶³⁰

Em fevereiro, o telegrama do Cap. Cmt. da CSM ao Cmt. Gr. da Força comunicou que seguiram *em diligência [...] até o garimpo Gatinho*, os Subtenente Benedito Avelino Teixeira e o 3º Sargento Aquino Reis da Silva.⁶³¹

Em maio de 1947, o mesmo registro informou a saída e o retorno do oficial em diligência: primeiro que o oficial *seguir a 7 do corrente, em diligência* do serviço público, o 2º Ten. Ari da Conceição e Silva, que se encontra a disposição da Chefatura de Polícia. Em seguida, publicou sua apresentação por ter *regressado da diligência em que se achava*, bem como da disposição à Chefatura de Polícia, em 12/05/1947. Essa evidência dá pistas de que essas designações em BI trataram-se mais de um controle administrativo que operacional.⁶³²

Fato foi que os elementos da Força atuaram em *diligências e prisões de desordeiros*, pois as evidências assim revelaram. Entretanto, é fato, também, que as evidências apresentaram registros superficiais, deixando de informar as motivações e, principalmente, o resultado obtido em cada diligência. Apesar das limitações dos registros, é possível afirmar

⁶²⁷ Várzea Grande é um município vizinho à Cuiabá, sendo as áreas urbanas dos dois municípios separadas pelo Rio Cuiabá.

⁶²⁸ BI n.º 23, de 28/01/1947.

⁶²⁹ BI n.º 60, de 13/03/1946.

⁶³⁰ BI n.º 13, de 16/01/1947.

⁶³¹ BI n.º 38, de 14/02/1947.

⁶³² BI n.º 107, de 12/05/1947.

que essa foi uma das práticas policiais – situação de policiamento - nessa metade do século XX.

O *garimpo* foi outro *locus* da atuação dos elementos da Força, enquanto uma situação de policiamento característica da instituição. Assim como a anterior, as evidências sobre o garimpo apresentaram registros superficiais, as quais permitiram afirmar que as práticas policiais se ocuparam dessa tipo de policiamento, porém pouco foi possível conhecer sobre essa atuação, tendo como fonte exclusivamente os BIs. As evidências sobre esse policiamento trataram especificamente de um garimpo: o Garimpo de Gatinho, um *locus* de relações complexas compreendendo as dos próprios garimpeiros, entrelaçadas com as da polícia; do poder político; o comércio e a população local. Seguramente objeto de estudos de uma nova tese, merecedor, por si só, de uma pesquisa exclusiva, mesmo considerando o desafio de localizar fontes primárias.

Gatinho foi a primeira *denominação de povoado garimpeiro, que deu origem ao município de Alto Paraguai*.⁶³³ No final da década de 1930, existiam no Garimpo do Gatinho, *alguns garimpeiros que ali trabalhavam durante o período das chuvas, abandonando-o durante a estiagem*. A propósito da denominação, *a corrutela garimpeira do Gatinho ganhou esse apelido devido às frequentes visitas de um pequeno felino (onça ou jaguatirica), junto ao córrego trabalhado pelos garimpeiros*, conforme esclareceu Ferreira.⁶³⁴

Quanto a atuação dos elementos da Força neste garimpo, em abril de 1946, o 1º Ten. Ubaldo Monteiro da Silva foi o oficial designado a comandar o Destacamento de Gatinho e o de Diamantino – distantes aproximadamente 20 km.⁶³⁵ No mesmo mês uma nova alteração de oficial, publicada em BI, esclareceu as funções a serem desempenhadas pelo 1º Ten. Ubaldo Monteiro da Silva que seguiu para Diamantino, via terrestre para *assumir as funções de Delegado de Polícia do município daquela cidade e os Comandos dos Destacamentos local e do Garimpo de Gatinho*. Sugerindo, assim, que este Garimpo, por alguma razão, justificava a presença de um destacamento policial e, sobretudo, sob o comando de um oficial – uma vez

⁶³³ Em setembro de 1945, o Decreto-lei nº 687, desapropriou área de 3.600 hectares da Fazenda Varzearia para o Patrimônio do Gatinho. Em 17 de novembro de 1948, pela Lei nº 193, foi criado o Distrito de Paz, com a denominação de Alto Paraguai. A alteração do nome deveu-se ao fato do município abrigar em seu território as nascentes do Rio Paraguai. Finalmente a criação do município de Alto Paraguai em 16 de dezembro de 1953, pela Lei nº 709.

⁶³⁴ FERREIRA, João Carlos Vicente. *História de Alto Paraguai: Saiba mais sobre o surgimento da cidade de Alto Paraguai*. Disponível em <http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=114&cid=520>, acessado em 11/03/2013.

⁶³⁵ BI n.º 77, de 02/04/1946.

que a maioria dos destacamentos policiais, nessa década de 1940, era composta por soldados e cabos, sob o comando de sargentos ou subtenentes.⁶³⁶

Em fevereiro de 1947, o Capitão Cmt. da CSM, em telegrama, comunicou que *seguiram a 12 do corrente, em diligência [...] até o garimpo de Gatinho*, os subtenente Benedito Avelino Teixeira e o 3º sargento Aquino Reis da Silva. Contudo, sem informar a finalidade. O período no Estado era de chuvas – quando as atividades do garimpo são intensas –, o que faz supor que a finalidade foi a de reforçar o policiamento.⁶³⁷

Em abril do mesmo ano, uma queixa contra os elementos da Força, que atuavam no Garimpo do Gatinho, foi apresentada; o Cap. Chefe de Polícia do Estado em ofício, submeteu a consideração do Comando Geral *uma queixa apresentada àquela autoridade pelo Sr. Teodoro Pereira da Silva, residente no garimpo Gatinho contra o destacamento policial daquela localidade*. O Cmt. Gr. despachou para que o documento fosse remetido ao Comandante do Destacamento de Gatinho *para que, depois de sindicado o fato constante da parte anexa informasse este Comandante Geral*.⁶³⁸

Ocorreu que, ainda no mês de abril [22], outro ofício do Chefe de Polícia referente à mesma queixa foi encaminhada ao Cmt. Gr., ao que sugere que as providências determinadas por este, no último dia 2, ainda não haviam sido concluídas. Neste segundo ofício, o despacho do Cmt. Gr. foi ao Cmt. do Batalhão de Caçadores para *mandar ouvir o sargento Sigarini e informar*. Este despacho sugeriu que na parte encaminhada pelo Chefe de Polícia, a queixa apresentada fora dirigida contra o sargento ou, contra alguma praça sob o comando do sargento Sigarini.⁶³⁹

O Cmt. do BC, em maio, encaminhou ao Cmt. Gr. o *processo de uma queixa de pessoas residentes em Gatinho contra a atuação do 3º Sargento Otelo Carneiro Torres no Comando do Destacamento daquela localidade*, tendo como sindicante o Subtenente Antônio Manoel da Fonseca. O Cmt. Gr., João Luiz Pereira Neto, despachou *aos comandantes das subunidades a que pertencem os acusados em questão para tomar conhecimento e puni-los*, caso as suspeitas se confirmassem.⁶⁴⁰ Uma hipótese possível para esse despacho pode ter sido a falta do convencimento do Comandante Geral sobre as responsabilidades dos elementos

⁶³⁶ BI n.º 83, de 10/04/1946.

⁶³⁷ BI n.º 38, de 14/02/1947.

⁶³⁸ BI n.º 77, de 02/04/1947.

⁶³⁹ BI n.º 91, de 22/04/1947.

⁶⁴⁰ BI n.º 118, de 27/05/1947.

sindicados. Do contrário, o próprio Cmt. Gr. teria determinado a punição, como demonstrado acima em situações semelhantes.

Ainda, sobre as possíveis irregularidades cometidas pelos elementos da Força, em Gatinho, corroborou o discurso sobre a *vivificação da lavoura* do Deputado Federal Constituinte (1946), Agrícola Paes de Barros. O deputado, conforme suas palavras, *ao falar, pela primeira vez, à Pátria imensa, respeitada e bela*, afirmou ter visitado o Garimpo de Gatinho, localizado *quase nas nascentes do Rio Cuiabá, onde mais de cinco mil garimpeiros ali trabalham, na cata do diamante* e, neste momento fez críticas à polícia. No discurso declarou que *o delegado de polícia, de sociedade com os chefes políticos locais*, explorava o garimpeiro, *prendendo-o por questões e pretextos os mais fúteis e obrigando-o a pagar, pela liberdade, de cem até cinco mil cruzeiros*. Acrescentou o Deputado que na região do Garimpo do Gatinho existiam *cinco cabarés, cada qual pagava ao delegado, para consentir o seu funcionamento*. O Deputado deixou de informar o período exato mas, do Garimpo do Gatinho, seguiu *mais para oeste, muitos quilômetros* até o *Garimpo de Areias*. Para o Deputado, *a Polícia, como em "Gatinho", lá já se encontrava, com ordem reservada, para perturbar o comício político*, sem contudo afirmar se o comício foi de fato perturbado e de que forma teria ocorrido. Por fim, afirmou que no Garimpo de Areias *três mil garimpeiros exploram as terras na cata do diamante. Quase todos estão atacados de paludismo e sofrem as mesmas explorações e violências da polícia, como os seus irmãos de Gatinho*. Tudo conforme seu discurso registrado no *Diário da Assembleia*, de 09 de abril de 1946.⁶⁴¹

No período de 1945-1947 nenhum registro foi feito em BI da Força Policial tendo como signatário o Deputado Federal Agrícola Paes de Barros, que pudesse contradizer ou reforçar as acusações feitas em seu discurso. Como também, nenhum registro foi feito por parte do Comandante Geral referente as acusações do Deputado Federal na Assembleia Nacional Constituinte, de 1946. De igual forma, a impossibilidade de localizar os Relatórios da Chefatura de Polícia, impediu também qualquer tipo de argumentação.

A título de fontes complementares, mais uma vez, a imprensa, no período em questão, apresentou algumas contribuições sobre a ordem e a segurança pública e, aqui, pertinente a atuação das forças policiais na região do Garimpo de Gatinho.

⁶⁴¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário da Assembleia*. Terça-feira, 09 de abril de 1946, p. 909.

Alguns aspectos mereceram destaques e justificaram sua inclusão neste texto com a finalidade de corroborar a compreensão do trabalho realizado pelos elementos das forças policiais. Os aspectos apresentados aqui, sobre o Garimpo de Gatinho, revelaram a preocupação do governo estadual, na medida em que foi reconhecida como uma região populosa, possuidora de um comércio emergente e de uma compreensão cívica. O periódico O Estado de Mato Grosso destinou duas notas sobre a região, que puderam ser localizadas; uma em 1945 e outra em 1946.

A primeira nota, em setembro de 1945, o periódico revelou que o interventor Júlio Müller em visita à população garimpeira de Gatinho daria conhecimento aos milhares de garimpeiros sobre o decreto que desapropriava e reservava a *área destinada ao patrimônio do Gatinho*. Pretendeu o governo resguardar, desta forma, a área de Gatinho para a atividade garimpeira. Ainda, o periódico destacou que as populações de Rosário Oeste, Gatinho e Diamantino receberam o Interventor e sua comitiva com *apoteóticas manifestações de júbilo cívico*. Uma população de milhares de garimpeiros, sob a *liderança de Jorge Zamar*, aclamou o Interventor Júlio Strubing Müller e sua comitiva, incluindo aí o candidato à presidência da República, Eurico Gaspar Dutra.⁶⁴²

Outra nota, de setembro de 1946, por conta das comemorações do Dia da Pátria, revelou, um pouco mais dessa região garimpeira que começava a tomar aspectos de uma pequena cidade; sua população, seu comércio, o trabalho e sua compreensão cívica. A nota registrava que Gatinho não era mais *um aldeamento de garimpeiros*. Na realidade, tratava-se já de *uma verdadeira cidade*, que contava *com uma população de oito a nove mil almas*. O comércio da “cidade” era considerado um *dos mais ativos e prósperos de Mato Grosso*. E não era só, havia *trabalho e ordem em função da prosperidade crescente do Estado*. Sobretudo, a população de Gatinho era admirada por *sua compreensão cívica*, havendo ali *um patriotismo sadio, comungando o povo o ideal alavancado da grandeza da Pátria*.⁶⁴³

A propósito, sobre as comemorações do dia da pátria, em 1946, estas foram solenes e incluíram parada e desfile e, ainda, com direito a inauguração da nova Praça Presidente Dutra, conforme publicou o periódico O Estado de Mato Grosso, de 18 de setembro de 1946.

Do exposto acima é possível afirmar que as relações dos elementos da Força com os moradores locais, provavelmente garimpeiros em sua grande maioria, foram caracterizadas

⁶⁴² O Estado de Mato Grosso, edição de 16/09/1945.

⁶⁴³ O Estado de Mato Grosso, edição de 18/09/1946.

por um grau maior de conflito. Quanto as comunicações sobre queixas apresentadas contra os elementos da Força e das providências tomadas por parte dos Comandos (Comando Geral, do Batalhão de Caçadores e dos Destacamentos) os indícios foram insuficientes para permitirem compreender, com propriedade, as práticas policiais no Garimpo de Gatinho, exceto por terem sido conflituosas. Das denúncias feitas pelo Deputado Federal Agrícola Paes de Barros, inexistiram contra-argumentos e qualquer outra evidência que pudesse corroborar a esta questão até porque, os BIs silenciaram a respeito. As – exíguas – notas dos periódicos deixaram de constar qualquer fato que corroborasse a esta discussão sobre as possíveis irregularidades praticadas por elementos da Força, nesta situação de policiamento: o garimpo.

No que se referiu ao *Policciamento da Cidade*, sobre a atuação dos elementos da Força, sob a ótica da Ordem, as evidências emergiram revelando circunstâncias, armamentos, tipo de patrulha, turnos de serviço e ocorrências atendidas. Vejamos algumas destas situações de policiamento da cidade.

Em 1945, o primeiro registro sobre a atuação dos elementos da Força no policiamento, tratou de desordens promovidas *na segunda noite do carnaval*. Ocorreu, contudo, que essas desordens, de acordo com o telegrama do Delegado de Polícia de Guiratinga foram promovidas pela própria *patrulha do destacamento policial daquele município*. Em decorrência desse fato, aquele solicitou providências no sentido *serem substituídas as praças daquele destacamento*. O Cmt. Gr., o Ten. Cel. Crescêncio Monteiro da Silva tomando conhecimento dos fatos, oficiou ao Comandante do Destacamento de Guiratinga *pedindo informações sobre o ocorrido*. Porém, nenhum outro registro foi localizado sobre esse fato que permitisse conhecer o que foi apurado.⁶⁴⁴

Pertinente a atuação dos elementos da Força no período carnavalesco de 1945, o Regulamento da Segurança Pública determinou os procedimentos as serem adotados. O *inciso I* do regulamento observou que os esforços deveriam estar voltados para a *polícia preventiva*, recomendando que as autoridades policiais deveriam *exercer a todo o custo a polícia preventiva, procurando sempre intervir com oportunidade, critério, moderação e delicadeza para evitar agressões, atropelamentos, desastres*. Tudo, com o firme propósito de *proteger as famílias, proporcionar toda a segurança do trânsito e o decoro dos costumes*. No *inciso II* recomendou que *a moderação e delicadeza sejam observadas* em primeiro lugar e, que o *uso da força e o emprego da energia*, fossem utilizados apenas como últimos recursos. O *inciso*

⁶⁴⁴ BI n.º 44, de 23/02/1945.

III foi para os foliões e determinou que fossem *terminantemente proibidas as canções ofensivas à moral*, de igual forma, proibir *o uso de apitos, cujos silvos possam interromper o trânsito ou criar confusões*. O *inciso IV* estabeleceu que a ordem pública não podia ser alterada e nem a moral ofendida e, em não se cumprindo, que fossem *cassadas as licenças dos blocos, cordões ou grupos de mascarados* que a alterassem. Ainda, os que por ventura desrespeitassem seriam então *detidos e conduzidos à Delegacia*. O regulamento ainda previu que toda e qualquer arma fosse apreendida (*inciso V*), proibiu a queima em via pública dos restos de serpentina e confete (*inciso VI*), indivíduos suspeitos ou embriagados seriam detidos (*inciso VII*) mas, para tanto, todos deveriam ser conduzidos para a delegacia (*inciso VIII*) e, por fim, ficaram *proibidas a venda e uso de bebidas alcoólicas no interior dos veículos*.⁶⁴⁵

Além destas determinações, no dia seguinte a publicação deste decreto, o Chefe de Polícia, Alexandre Addôr Filho, publicou no Diário Oficial outras novas, de acordo com a Portaria nº 104, de 28 de janeiro de 1945. Dentre elas, as recomendações para *solicitar licença dos blocos, cordões ou grupos mascarados; as fantasias atentatórias a moral* estavam proibidas; o uso do lança-perfume estava liberado; o preço das bebidas deveria ser o mesmo em vigor nos dias comuns e, por fim, *os bailes não autorizados pela Polícia não teriam direito a Guardas para fiscalização* e os responsáveis seriam punidos na forma da lei, caso a recomendação fosse desrespeitada.⁶⁴⁶

Em 1946, a Chefatura de Polícia determinou algumas providências em conformidade com o Regulamento da Segurança Pública e, para tanto, baixou o decreto nº 753 [o mesmo publicado em 1945]. Estas trataram-se das mesmas determinações de 1945, já discutidas acima; o exercício da *polícia preventiva, moderação e delicadeza* no trato com as pessoas, o *uso da força* apenas se vencidos todos os recursos e, quanto aos foliões; ficaram *proibidas as canções ofensivas à moral, proibido o porte de armas*, proibido queimar restos de serpentinas e confetes, e, ainda, os indivíduos suspeitos e embriagados seriam detidos e conduzidos à delegacia.⁶⁴⁷

Em 1947, as mesmas determinações da Chefatura de Polícia foram publicadas, valendo-se da mesma Portaria de nº 6, em epígrafe. As ocorrências policiais, se aconteceram,

⁶⁴⁵ MATO GROSSO. Decreto nº 753, de 24 de janeiro de 1945. Regulamento da Segurança Pública para o período de carnaval.

⁶⁴⁶ MATO GROSSO. Portaria 104, de 28 de janeiro de 1945. Determinação em função do Decreto nº 753, de 24 de janeiro de 1945.

⁶⁴⁷ MATO GROSSO. Chefatura de Polícia. Portaria nº 6. Determinações às autoridades policiais e foliões no período de carnaval. Diário Oficial nº 9652, de 17/02/1946.

deixaram de ser registradas em BIs, assim também, nenhuma outra providência foi solicitada para apuração sobre a atuação – supostamente indevida - dos elementos da Força durante a realização do policiamento de carnaval.

Além desse policiamento, outras demandas emergiram no período, embora tenham sido pouco elucidadas. Em abril de 1945, o Ten. Cel. Delegado Especial de Polícia do Sul do Estado, por telegrama, informou ao Comando Geral da Força Policial de que *as praças que se acham destacadas em Santana do Rio Pardo permaneciam naquela localidade, por interessar à ordem e segurança que está a exigir toda atenção* das autoridades policiais do Estado. Entretanto, não informou a questão que estava a *exigir toda atenção das autoridades policiais*. De qualquer forma, o Cmt. Gr., em seu despacho, pareceu preocupado sobre o *estado de saúde das praças* e onde essas se encontravam, fazendo supor tratar-se de local insalubre ou, ainda, terem sido acometidos por alguma doença.⁶⁴⁸

Em agosto de 1945 uma queixa contra o comportamento das praças da Força chegou ao Cmt. Gr. Conforme ofício do inspetor do tráfego da Capital, estas estavam a causar constrangimento às famílias que residiam na região do Porto – Bairro central da Capital. Neste ofício o inspetor, Martinho Guimarães de Monte Raso, solicitou providências para que *as praças desta Força que se reúnem a noite na ponte Júlio Müller* deixassem de fazê-lo e, acrescentou, que com relação aos civis, com comportamento semelhante, a polícia – supostamente a polícia civil – tomaria as providências necessárias. O Cmt. Gr. da Força despachou ao Ajudante do BC para as providências necessárias e que comunicasse ao Inspetor que *as providências solicitadas* haviam sido tomadas. Embora, tenha sido deixado de informar o real constrangimento, há de se supor que a simples reunião de algumas praças e civis, numa ponte e, acima de tudo, no período noturno tenha sido motivo suficiente para ter causado constrangimento às famílias residentes no Bairro do Porto, onde se localiza a Ponte Júlio Müller, sobre o Rio Cuiabá.⁶⁴⁹

Com o final do ano de 1945 e a aproximação das eleições de 2 de dezembro, as solicitações de reforço de policiamento começaram a surgir e a Chefatura de Polícia baixou *instruções às autoridades policiais*, a propósito das medidas que deveriam ser *adotadas para assegurar a rigorosa liberdade do pleito*. Assim, o Sr. Desembargador Francisco de Arruda Lobo Filho, chefe de polícia, dirigiu *aos delegados de polícia* [muitos dos delegados

⁶⁴⁸ BI n.º 95, de 25/04/1945.

⁶⁴⁹ BI n.º 196, de 28/01/1945.

de polícia eram oficiais e graduados da Força Policial] *de todos os municípios* um telegrama, no qual solicitou o *máximo empenho* para que fosse mantida a ordem pública. O Chefe de Polícia lembrou que *aproximando-se a época das eleições*, reiterava as *recomendações anteriores, extensivas às autoridades policiais sob nossa jurisdição, no sentido do máximo empenho em que seja mantida, desde logo, a mais completa ordem*, tudo para que se pudesse assegurar *um ambiente de paz, segurança e liberdade ao pleito de 2 de dezembro*. O Chefe de Polícia ao finalizar as instruções destacou a função da polícia, num momento

*[...] em que se processa a reintegração do país no regime democrático, deve a Polícia, como órgão mantenedor da ordem e liberdade, envidar esforços para uma colaboração decidida e eficiente, de acordo com o alto espírito de justiça que preside aos acontecimentos.*⁶⁵⁰

Durante a realização destas eleições, a atuação dos elementos da Força foi solicitada em todos os rincões do Estado de Mato Grosso. Sem a inclusão de novo efetivo, houve uma mobilização do existente no sentido de suprir a demanda apresentada pelas autoridades. Esta atuação frente as eleições foi revelada acima.

Em fevereiro de 1946, o Chefe de Polícia do Estado solicitou do Comandante Geral da Força Policial *uma patrulha para auxiliar o policiamento da cidade*, na conformidade do exposto em ofício. Impossível foi conhecer o teor desse ofício. Já foi citado neste trabalho que esta documentação – vez ou outra referendada nos boletins internos -, se existente, localiza-se “entre os milhões de documentos abarrotados em salas do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso” [ver nota de rodapé 394]. Todavia, esta solicitação sugere duas possibilidades: a primeira, de aumentar o efetivo para o policiamento da cidade; a segunda, de que o policiamento da cidade estava sendo feito pela Polícia Civil. Numa ou noutra situação, lá se encontravam os elementos da Força atuando no policiamento da cidade.⁶⁵¹

A atuação dos elementos da Força no policiamento da cidade, algumas vezes, acabou por gerar conflitos de competências entre elementos de outros órgãos, os quais também atuavam no policiamento. Por conta destes conflitos, em regra o Comandante Geral da Força Policial recomendava os procedimentos a serem empregados por seus policiais. Em março de

⁶⁵⁰ MATO GROSSO. Chefatura de Polícia. *Instruções as autoridades policiais, a propósito das medidas que devem ser adotadas para assegurar a rigorosa liberdade do pleito*. Diário Oficial, Nº 9595, de 25/11/1945.

⁶⁵¹ BI n.º 37, de 13/02/1946.

1946, o Comando da Força recomendou às suas praças que *não interviessem nas medidas tomadas pelos Guardas-civis na repressão aos desordeiros e turbulentos*, fato que vinha ocorrendo, conforme comunicou o Sr. Cap. Delegado de Polícia da Capital.⁶⁵²

Os conflitos de competência não ocorreram exclusivamente entre praças e guardas-civis. Em abril do mesmo ano o conflito ocorreu entre o Comandante do Destacamento de Mato Grosso [antigo município do Estado] e o Delegado de Polícia do mesmo município. Por exigência deste o Comandante do Destacamento deveria providenciar lugar para prisão de correcional. Em virtude da inexistência de cadeia no município, o Cmt. do Destacamento solicitou instrução de como proceder junto ao Cmt. Gr., este despachou esclarecendo que as *detenções por infrações ou chamadas correccionais são da competência do Delegado de Polícia*, de tal forma que caberia a este *designar o lugar onde* seriam recolhidos os detidos e, ao comando do destacamento, caberia *acatar o pedido de providências para esse fim, agindo porém com moderação*. O Cmt Gr, embora tenha esclarecido as competências e responsabilidade de cada uma das unidades policiais – militar e civil -, ao final, deixou em aberto a possibilidade de encaminhamento diferente, desde que fosse feito com moderação.⁶⁵³

Em junho do mesmo ano, o conflito foi com os elementos do Exército. A recomendação do Cmt. Gr., o Cel. João Luiz Pereira Neto, foi no sentido de que a *conduta da patrulha desta Força*, quando se tratar de toda e qualquer *irregularidade praticada por elementos do Exército*, deveria de imediato comunicar o fato ao Oficial de Dia ao BC e, este *telefonar imediatamente ao Oficial de Dia ao 16º B.C. [Unidade do Exército]*, solicitando as *providências necessárias*. Entendeu o Cmt. Gr. que a responsabilidade por irregularidades praticadas por elementos do Exército deveria ser do comandante destes. Assim como as praticadas por elementos da Guarda-Civil, da responsabilidade de seus superiores.⁶⁵⁴

Em maio de 1946, duas recomendações do Cmt. Gr. criaram e organizaram o *serviço de patrulha da cidade*. A primeira, publicada no dia 15, recomendou ao Comandante do Batalhão de Caçadores – a unidade policial responsável por todo o policiamento de Cuiabá - para que o *serviço diário, de patrulha da cidade*, passasse a partir daquela data *a ser composta de um cabo e dois soldados a cavalo*, cabendo a estes realizarem os serviços *no primeiro e 2º distrito, das 19 as 23 horas*. A segunda recomendação – feita no dia seguinte - foi mais detalhada na medida em que afirmou ter criado o *serviço de patrulha da cidade*, a

⁶⁵² BI n.º 60, de 13/03/1946.

⁶⁵³ BI n.º 86, de 13/04/1946.

⁶⁵⁴ BI n.º 135, de 15/06/1946.

sua composição, além do dias e horários do serviço de patrulha. A ordem do Cmt. Gr., Cel. João Luiz Pereira Neto, primeiro esclareceu que ficava criado no Batalhão de Caçadores, conforme entendimentos mantidos com o Sr. Chefe de Polícia do Estado, *o serviço de patrulha da cidade*. Em segundo lugar, definiu que este serviço seria composto de *um Cabo e um Soldado, montados* e, por fim, que o serviço seria realizado das 7h às 10h e das 14h às 17h, diariamente, *exceto aos sábados, domingos, feriados e dias santos de guarda*.⁶⁵⁵

Mais ainda, a ordem do Comandante Geral estabeleceu a missão e a subordinação da patrulha. A atuação dos elementos da Força, nesse serviço de patrulhamento da cidade, foi estabelecida em uma concepção de prevenção, típica de policiamento preventivo, a qual tem permanecido com as forças policiais militares estaduais.

Em assim sendo, a função – ou a missão – da patrulha era a de *proibir, nas horas de trabalhos e expedientes das repartições*, praticamente todo e qualquer tipo de concentração; *reunião de desocupados em esquinas, nos subúrbios, e no porto, jogos de bocha, bolas, bilhar*, inclusive impedir *grupos de menores armados de fundas e conduzindo gaiolas de pássaros*. Por fim, o Cmt. Gr lembrou que o comandante da patrulha deveria *receber sempre instruções do Oficial de dia ao BC e da autoridade Policial acima referido*, demonstrando desta forma a preocupação com a qualidade dos serviços de policiamento.⁶⁵⁶

Além disso, no mesmo mês, o Cmt. Gr. emitiu nova ordem, regulamentando o armamento a ser utilizado pelos elementos da Força no serviço de policiamento da Capital. A ordem afirmou que *a patrulha montada* passava, a partir daquela data, *a ser armada à espada*. Cabendo ao almoxarifado as providências necessárias. Nesta mesma ordem, esclareceu, ainda, sobre o itinerário a ser cumprido pela patrulha, o qual deveria incluir o *Largo de Santa Rita, Cacimba do Soldado e o exterior do mercado do 1º distrito*.⁶⁵⁷

Em junho do mesmo ano o serviço de policiamento da Capital ganhou um reforço significativo: o Pelotão de Escolta Presidencial (PEP), um pelotão de cavalaria. A solicitação foi feita pelo Comandante Geral da Força Policial, Cel. João Luiz Pereira Neto, aos Senhores Interventor Federal, Olegário Moreira de Barros e ao Secretário-geral de Estado, Leônidas Pereira Mendes. A justificativa do Cmt. Gr., entretanto, apoiou-se em três ponderações: a primeira, a fim *de tornar mais eficiente o serviço de policiamento da Capital dando mais*

⁶⁵⁵ BI n.º 111, de 16/05/1946.

⁶⁵⁶ MATO GROSSO. Ibidem. BI n.º 111, de 16/05/1946.

⁶⁵⁷ BI n.º 116, de 22/05/1946.

*mobilidade aos executantes; a segunda, a de tornar mais solenes as cerimônias em que o poder executivo tenha de se apresentar em público e; a última, com o propósito de promover e intensificar a prática do hipismo, incrementando dessa maneira o interesse pela criação do [gado] cavalgar nesta zona.*⁶⁵⁸

Na solicitação, o Cmt. Gr. esclareceu que este Pelotão de Escolta Presidencial já estava previsto na organização desta Força Policial e mais, o Pelotão seria *organizado com elementos já incluídos no atual Batalhão de Caçadores*. Para tanto, o PEP ficou organizado com o seguinte efetivo: *1 Tenente Comandante; 1 Grupo Extra (de 4 homens, sendo 3 clarins, 1 agente de transmissões, comandado por 1 2º sargento); 1 Esquadra de exploradores, com 6 homens; 2- Grupos de Combate (2 X 13), total 26 homens*. Totalizando o PEP 38 homens e 38 cavalos. Ao final do registro em BI, o Cmt. Gr. fez constar que a presente solicitação *recebeu da Interventoria Federal o seguinte despacho: SIM*. Cabendo à Secretaria Geral de Estado as providências necessárias.⁶⁵⁹

A população cuiabana passou a contar com o serviço de policiamento à cavalo, criado e organizado (Pelotão Escolta Presidencial - PEP) a partir de maio e junho de 1946. Importante destacar que a motivação apresentada para o emprego no policiamento foi o de buscar maior *mobilidade* aos elementos da Força. Entretanto, na manifestação do Cmt. Gr., além do emprego no policiamento da cidade, o Pelotão de Escolta Presidencial seria, ainda, empregado em solenidades promovendo uma maior pompa aos eventos do poder executivo e, sobretudo, servindo de motivação à prática do hipismo no Estado de Mato Grosso.

No final do ano, em dezembro, o Cmt. Gr., Major José Silvério de Magalhães, determinou uma alteração na composição da guarnição responsável pelo serviço de patrulhamento da cidade; este passou a ser dado pelo Pelotão de Escolta Presidencial e a cavalo, devendo ser *comandada pelo subtenente Emílio de Albernaz Polsin e o 2º sargento Flaviano Sebastião de Brito, até ulterior deliberação*.⁶⁶⁰

No dia seguinte, novas ordens quanto ao serviço de patrulhamento da cidade executado pelo Pelotão Escolta Presidencial; primeiro, o patrulhamento deveria ser feito nos 1º e 2º distritos da cidade e, depois, o serviço deveria *ser feito em dois turnos*, sendo o primeiro das 19h às 24h e, o segundo, de 0h às 4 h. Destes fatos colige-se o empenho do

⁶⁵⁸ BI n.º 146, de 29/06/1946.

⁶⁵⁹ BI n.º 146, de 29/06/1946.

⁶⁶⁰ BI n.º 292, de 27/12/1946.

Comandante Geral da Força Policial no sentido de normatizar os procedimentos dos serviços de policiamento, provavelmente ajustando-o às demandas, em função do histórico de ocorrências. Até porque, o final de ano resulta num maior movimento de toda cidade, apesar destas orientações do Cmt. Gr. terem ocorridas já no final de dezembro.⁶⁶¹

No início de 1947, o Cmt. Gr., Major José Silvério de Magalhães, também manifestou-se preocupado com o serviço de policiamento. Desta feita, recomendou aos *oficiais de dia ao BC ou quem suas vezes fizerem*, ser mister a atenção *a todas as atividades do quartel* e, desta forma, proporcionar o suporte e apoio necessários ao soldado empregado na atividade de policiamento preventivo, assegurando o sossego da população, principalmente no horário noturno. Esta recomendação do Cmt. Gr. foi tratada acima, quando abordado sobre o policiamento de guarda de quartel e palácio. Aqui, em parte, revela a complexidade do trabalho policial, na medida que os serviços internos refletem nas situações de policiamento.

O mês de janeiro de 1947 requereu ainda, maior empenho por parte dos elementos da Força, por ocasião do pleito eleitoral marcado para o dia 19 de janeiro de 1947, no qual foram escolhidos os candidatos ao Governo do Estado, ao Senado e à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas.

A preocupação com estas eleições levou, além da Força Policial, o próprio Governo do Estado de Mato Grosso em conjunto com o Governo Federal adotaram medidas para que aquele sufrágio transcorresse *em ambiente de paz e calma*, conforme publicou o periódico o Estado de Mato Grosso. A propaganda eleitoral foi motivo de preocupação por parte dos governos federal e estadual. De tal forma que no Estado de Mato Grosso, no dia 26 de dezembro de 1946, foi pauta de uma *importante reunião no Palácio Alencastro* – Sede do Governo. A reunião foi dirigida pelo Dr. Hermes Dreux de Toledo, na condição de interventor federal substituto, de tal forma que *os representantes de todos os partidos políticos com atividade no Estado* fizeram-se presentes a fim de *tomarem conhecimento das instruções expedidas pelo Ministério da Justiça, referentes à orientação* que deveria ser dada à *propaganda eleitoral ligada ao próximo pleito de 19 de janeiro*. Fizeram-se presentes *os representantes dos partidos União Democrática Nacional, Partido Republicano, Partido Social Democrático, Partido Comunista do Brasil, Partido Trabalhista do Brasil e Partido de*

⁶⁶¹ BI n.º 293, de 28/12/1946.

Representação Popular. A reunião contou ainda com a presença dos *representantes de todos os jornais* da Capital, conforme registrou o periódico.⁶⁶²

O principal objetivo foi o de solicitar a colaboração dos representantes de cada partido para que seus correligionários evitassem *os excessos de entusiasmo partidário durante a campanha de propaganda eleitoral, para que em ambiente de paz e calma absoluta se pudessem realizar as eleições que se avizinhavam*. Ao final, o Dr. Hermes de Toledo solicitou de todos que colaborassem *no sentido de propiciar um ambiente capaz de fazer com que o resultado do próximo pleito fosse realmente a expressão da vontade do povo*. Ao encerrar o seu pronunciamento e após esclarecimentos, os vários representantes dos partidos, presentes na reunião, comprometeram-se *todos em atender ao apelo do governo*, para que o pleito de 19 de janeiro apresentasse um resultado que traduzisse o *reflexo da vontade dos mato-grossenses*.⁶⁶³

Em janeiro de 1947, as vésperas da eleição do dia 19, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reforçou suas *constantes recomendações* na orientação de que o Governo do Estado se empenhasse em *assegurar o voto livre*, mesmo que para tanto, providências drásticas devessem ser tomadas. O telegrama enviado ao Sr. Interventor Federal, transcrito no periódico O Estado de Mato Grosso, de 19 de janeiro de 1946, orientou o seguinte:

*CUIABÁ - Palácio do Catete - Rio [...] Quero reiterar-vos as minhas constantes recomendações no sentido de que o pleito de dezenove de janeiro seja realmente exemplar exprimindo a vontade livre e consciente da Nação Brasileira. Nenhum esforço deve ser poupado no sentido de que todos cumpramos nosso dever. Outrossim desejo ser imediatamente informado acerca de qualquer incidente que por ventura surja às vésperas do pleito e após o mesmo, devendo vossas providências serem drásticas no sentido de assegurar o voto livre. Sauds. (a) EURICO DUTRA.*⁶⁶⁴

Quanto ao candidato eleito para Governador do Estado de Mato Grosso, no pleito de 19 de janeiro de 1947, sagrou-se vencedor nas urnas o candidato pelo PSD, Arnaldo Estevão

⁶⁶² O Estado de Mato Grosso, edição de 29/12/1946.

⁶⁶³ Ibidem.

⁶⁶⁴ O Estado de Mato Grosso, edição de 19/01/1947.

Figueiredo, com 21.750 votos⁶⁶⁵ contra os 19.884 do candidato pela UDN, Dolor Ferreira de Andrade, que, até as vésperas da eleição era tido como futuro governador. Este resultado levou em conta *as alterações havidas, em virtude das decisões do Tribunal Regional Eleitoral, proferidas nos recursos por ele já julgado*, até março de 1947, conforme registrou o periódico O Correio Matogrossense.⁶⁶⁶

A propósito da derrota do Candidato Dolor Ferreira de Andrade, tido como vitorioso pela imprensa até as vésperas do pleito, o pensamento do eleitor teria sido o seguinte, de acordo com Corrêa Netto (PSD):

*[...] se o Dolor de Andrade é candidato pela UDN, devemos escolher o Dolor que é de fora do estado, residente no sul do estado? O Arnaldo [candidato eleito] é cuiabano mas mora em Campo Grande (...). se nós temos possibilidade de fazer um cuiabano, vamos escolher o Arnaldo de Figueiredo que é um cuiabano que reside em Campo Grande.*⁶⁶⁷

O argumento utilizado por Corrêa Netto⁶⁶⁸ reforçou a tese da influência dos fatores regionais, entre o sul (Campo Grande) e o norte (Cuiabá), nas disputas políticas em Mato Grosso, no período de 1945 – 1965, questão abordada pela historiografia regional, conforme anotou Neves.⁶⁶⁹

Em 16 de janeiro de 1947, a *realização de comícios* na cidade de Cuiabá mobilizou 30 homens que ficaram de prontidão no quartel do Batalhão de Caçadores, a partir das 18 horas, por recomendação do Cmt. Gr., Major José Silvério de Magalhães. Há de se destacar que a recomendação foi para ficarem de *prontidão*, no lugar de policiar a cidade ou o local do

⁶⁶⁵ A contagem final para o Tribunal Superior Eleitoral, para esta eleição, foi de 21.293 (vinte e um mil, duzentos e noventa e três) votos. Ver: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Candidatos eleitos: período 1945 a 1990. Disponível em <http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:2929952222697802>, acessado em 07/05/2013.

⁶⁶⁶ O Correio Matogrossense, edição de 09/03/1947.

⁶⁶⁷ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p. 199.

⁶⁶⁸ Virgílio Alves Corrêa Netto – PSD (norte), foi Deputado Estadual e Deputado Federal, Presidente da Constituinte Estadual de 1947 quando deu o voto de “minerva” em favor do norte, contra a tentativa de mudança da capital. Cf. NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p. 328.

⁶⁶⁹ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p. 199.

comício, de acordo com a publicação em BI. O fato faz supor que a possibilidade da ordem vir a ser quebrada era remota.⁶⁷⁰

No dia seguinte, duas comunicações publicadas em BI reafirmaram a atuação dos elementos da Força nas eleições de janeiro de 1947. A primeira, o Cap. Gonçalo Romão de Figueiredo comunicou o Cmt. Gr. ter sido *designado para secretariar a 1ª sessão eleitoral de Várzea Grande 3º distrito da Capital*. A segunda, o 1º Ten. da 3ª Cia. Fuz. comunicou que *o Juiz Eleitoral da cidade de Campo Grande requisitou 25 praças para o pleito a ser realizado a 19 do corrente*. O despacho do Cmt Gr. foi categórico, no sentido de que *as requisições das autoridades eleitorais deveriam ser atendidas imediatamente*. Além disso, no mesmo BI, o Cmt. Geral fez publicar uma recomendação aos elementos da Força, em Cuiabá. Esclareceu que realizar-se-ia, *no dia 19 do corrente o pleito eleitoral, quando por exercício do voto, seriam escolhidos os representantes do povo, às Assembleia Estaduais, à Câmara Federal e Governadores dos Estados*. Destacou que competia às *Forças Estaduais garantirem por intermédio das autoridades eleitorais, essa livre escolha, proporcionando um ambiente de calma e segurança*. Sendo que, para esse mister, *determinou, que a partir das 6h, do dia 19 às 6h do dia 20 do corrente, deveriam permanecer no recinto do quartel, em prontidão, todos os elementos desta Força que se encontram em Cuiabá*. Contudo, caberia ao Major Cmt. do BC providenciar para que os elementos da Corporação que eram eleitores, comparecessem *as sessões designadas para o voto, e os desarranchados, tomassem as suas refeições mediante horários estabelecidos*.⁶⁷¹

Assim como da realização dos comícios, também para a realização do pleito eleitoral, a recomendação do Cmt. Geral foi para que os elementos da Força permanecessem em prontidão no quartel [grifei]. Sendo que, àqueles elementos da corporação que fossem eleitores, caberia ao Major Cmt. do BC tomar as providências necessárias para que comparecessem nas sessões designadas e, assim, terem respeitados os seus direitos constitucionais.

Nenhum registro foi feito em BI que revelasse alterações havidas no pleito eleitoral de janeiro de 1947, nem mesmo por elementos da Força. Por outro lado, uma comunicação feita

⁶⁷⁰ BI n.º 13, de 16/01/1947.

⁶⁷¹ BI n.º 14, de 17/01/1947.

pelo Cap. Cmt. do Destacamento de Corumbá ao Comando Geral da Força atestou *que o pleito eleitoral de 19 decorreu naquele município em perfeita ordem*.⁶⁷²

Na capital, em março de 1947 o Sr. Clóvis Correa Cardoso, Delegado da UDN, em requerimento datado de 1º do corrente solicitou, conforme transcrição em BI, *certidão das ocorrências havidas na Guarda do Palácio do Governo, relativas a retirada de uma faixa de propaganda do PR que se achava na Praça da República* que, segundo o requerimento, havia sido retirada pelo Tenente da Força Policial, Arnaldo de Matos Cabral Filho. Ainda, segundo o mesmo documento, a referida certidão destinava-se a *fins eleitorais*. O Cmt. Gr. despachou para que o 2º Ten. Secretário certificasse-se sobre os fatos.⁶⁷³

A 21 de março novo requerimento, no qual o Sr. João Celestino Corrêa Cardoso, Presidente da Comissão Executiva da UDN solicitou ao Comando Geral a *certidão de inteiro teor da parte especial apresentada à Secretaria do Interior, Justiça e Finanças*, pelo 2º Ten. Arnaldo de Matos Cabral Filho. O despacho do Cmt. Gr. foi o mesmo do requerimento anterior; *à secretaria para certificar*.⁶⁷⁴ Nenhum outro requerimento sobre a retirada da faixa foi apresentado, bem como, nenhuma resposta foi dada que tivesse sido publicada em BI. As evidências pouco sugerem, até porque, do que constou, a retirada da faixa ocorreu em 23 de janeiro, quatro dias após a realização das eleições.

O Governador eleito por Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo (PSD) tomou posse em 8 de abril de 1947. Em 11 de julho de 1947 foi promulgada a Constituição Estadual de Mato Grosso e com ela a nova denominação da Força Policial: Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Por fim, o registro feito em 26 de julho de 1947 revelou a permanente preocupação e o cuidado do Cmt. Gr., Cel João Luiz Pereira Neto, com os elementos da Polícia Militar no trato com a população mato-grossense e, em particular com a cuiabana, quando em nova recomendação, tratou do uso do armamento. Especialmente quanto ao *modo de usar o armamento de defesa individual*, deveria o portador, o policial, *usá-lo discretamente mormente numa Capital civilizada e ordeira como Cuiabá*. Entendia o Cmt. Gr. que o uso

⁶⁷² BI n.º 19, de 23/01/1947.

⁶⁷³ BI n.º 51, de 03/03/1947.

⁶⁷⁴ BI n.º 68, de 22/03/1947.

ostensivo do armamento constituía *afrenta ao [...] povo laborioso*, ao mesmo tempo em que depunha *contra a mentalidade, educação e cultura do portador*.⁶⁷⁵

Com esta recomendação do Comandante Geral da Polícia Militar, o Coronel João Luiz Pereira Neto, encerro as questões e as discussões sobre as evidências pertinentes a manutenção da Ordem e da Segurança Pública no Estado de Mato Grosso. Considero-a emblemática sobre a relação, então presente, entre a Polícia Militar (e a Força Policial) e a população mato-grossense nesta década de 1940.

Em suma, os aspectos e percepções revelados, sobrea a atuação das forças policiais, retrataram, predominantemente, uma abordagem oficial, institucional. Fato que torna possível o cometimento da omissão – intencional ou não - de certos registros que, por ventura, viessem a depor contra o Estado e, particularmente, contra as forças policiais: os boletins internos podem ter silenciados. Apoiado nesta premissa, enquanto possibilidade, buscou-se selecionar evidências em outras fontes complementares aos BIs, que pudessem corroborar a compreensão da atuação das forças policiais envolta às questões da ordem e da segurança pública, sob um olhar externo ao institucional.

Esta fonte complementar – a imprensa periódica mato-grossense – foi a mesma que permitiu uma leitura da atuação parlamentar dos constituintes do Estado de Mato Grosso, durante a Assembleia Nacional Constituinte, de 1946.

As evidências coligidas da imprensa, embora em número reduzido, revelaram dois aspectos de modo geral; um, tratou, naquela década de 1940, da complexidade da segurança pública e, o outro, o destaque dado aos distúrbios na Capital do país sendo, neste, transcritas as notas dos periódicos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

3.1. Na imprensa periódica mato-grossense

As questões sobre a ordem e a segurança pública pouco ocuparam as páginas dos periódicos, exceção ao ano de 1946. Contudo, algumas circunstâncias, mesmo eventuais, mereceram destaque por conta da gravidade dos fatos, dentre elas; um tiro contra o diretor de um dos periódicos; um homicídio praticado por um subdelegado de polícia; desastres de

⁶⁷⁵ BI n.º 168, de 26/07/1947.

automóveis; a complexidade da insegurança pública; transcrição de nota sobre os distúrbios no Rio e, finalmente, a visita do Interventor Marcelo Moreira à Força Policial do Estado.

Com o título de Justiça do Trabuço, o periódico O Correio Matogrossense tratou sobre o *bárbaro atentado* cometido pelo oficial de justiça do fórum criminal contra o diretor do periódico. Mais que um registro tratou de uma denúncia, uma vez que o agressor continuava a frequentar o fórum e passeava *arrogante pelas ruas* da cidade. O que teria sido possível *por ordem e graça do Dr. juiz criminal que o absolveu, como inocente, no mesmo estarrecedor despacho que pôs em liberdade o criminoso*. No entendimento do autor do artigo, tratou-se de uma *escandalosa proteção ao crime* ao mesmo tempo em que colocou sob suspeição as competências do juiz criminal e, até mesmo, ironizando-o ao afirmar *que o juiz criminal, se dedicava muito pouco a leitura das leis, era um fato conhecido no foro, mas o seu fundo perverso e mau*, até então era desconhecido. A nota finalizou advertindo os responsáveis e, que independente da *escandalosa proteção ao crime*, haveria reação por conta das *prerrogativas da cultura de nossa cidade*, contra o que o periódico chamou de *maléfica escola do crime* e, ainda, mesmo sem armas aceitavam enfrentar a luta contra esses criminosos perigosos, quaisquer que fossem as consequências. Na mesma edição o Diretor do periódico, Benjamin Duarte Monteiro – a vítima -, deixou seu relato e destacou ter sido agredido de forma *covarde e brutalmente quando no exercício da advocacia*. Disse o Diretor que o meirinho *em voz alterada* o acusou de estar se intrometendo em seus deveres. Momento em que o Diretor respondeu-lhe *no mesmo tom de voz* que a atitude do meirinho foi *absurda e que ele precisava conhecer os seus deveres*. Foi quando o Diretor acabou sendo surpreendido pelo meirinho que sacou sua arma e disparou contra aquele. As duas notas do periódico deixaram dúvidas, com base nas evidências levantadas, quanto ao tiro dado pelo meirinho contra o diretor, se o acertaram ou não.⁶⁷⁶

Em julho de 1946 outro crime ocupou as páginas do periódico O Estado de Mato Grosso; um crime bárbaro em Alto Coité.⁶⁷⁷ Além do crime ter sido um homicídio, este foi praticado pelo subdelegado de polícia do distrito de Alto Coité, município de Poxoréo. O artigo destacou o fato por conta de algumas características presentes no crime; ter sido praticado justamente por quem *cumprir zelar pela boa ordem; a tiro de revólver*, tirou a vida do cidadão Laurentino de Tal, considerado um moço bom e honesto comerciante e, ainda, por ter sido a motivação à prática do crime por *questões de somenos importância*. Destacou o

⁶⁷⁶ O Correio Matogrossense, edição de 07/04/1946.

⁶⁷⁷ Assinou o artigo Rosalvo de Ourives.

autor do artigo que conhecia muito bem o subdelegado, pois havia registrado *um boletim protestando energicamente contra os desmandos* daquele. No seu entendimento, o acusado constituía *séria ameaça para a classe garimpeira daquela localidade*. Acrescentou, ao final, não acreditar que um crime como este *tão revoltante ficaria impune* e, neste caso, *a justiça fazia-se necessária*, caso contrário, Alto Coité poderia vir a ser palco do cometimento *de crimes tão hediondos engendrados pelo sinistro subdelegado*. Embora não se tenha conhecimento do contraditório, o depoimento do autor do artigo sugeriu ser aquela uma prática costumeira daquele subdelegado.⁶⁷⁸

Outra nota, que tratou das questões sobre ordem e segurança pública, foi publicada, no mesmo periódico, com o título de Mão e Contra Mão,⁶⁷⁹ na qual, se atribuiu aos *anjos protetores* o fato de Cuiabá não ser diariamente *palco de cenas horripilantes* envolvendo desastres de automóveis. O autor da nota argumentou que, se por um lado, a cidade possui um *movimento reduzidíssimo de automóveis*, por outro, *as ruas da cidade são demasiadamente estreitas e cheias de sinuosidade em completa assimetria*, características que acabam contribuindo para as ocorrências de acidentes de trânsito. A matéria foi uma reflexão sobre os desafios que trânsito começava a enfrentar naquela década de 1940, em Cuiabá.⁶⁸⁰

Em *Insegurança Pública*, nota publicada em agosto de 1946, esta destacou uma série de fatos - dentre os quais a falsificação de medicamentos, ausência de fiscalização nas construções, contínuos e gravíssimos acidentes de tráfego, atendados à economia popular, transporte e abastecimento deficitários à população e a forma degradante e perigosa com que estão sendo realizados os serviços públicos – que levou *os Poderes do Estado* perderem sua *autoridade moral*, considerada uma garantia basilar da *segurança pública e do bem-estar social*. Situação atribuída pelo autor ao *famoso curto espaço de quinze anos* (1930 a 1945) no qual, as posições assumidas pelo Estado, *à mão armada*, contribuíram, sobremaneira a privilegiar os interesses particulares, de alguns, em detrimento do interesse público, da maior parte da população. Dessas posições, resultou *a cessação do respeito recíproco entre o Poder e o Povo*. Ainda, *à luz da política experimental*, a situação da ausência de segurança pública, na qual se encontra a população, tem sido decorrência da ação e da omissão, *lesivas da Pátria*, *por longo tempo verificadas durante a ditadura*. E, se por um lado, os Estados modernos exigem *homens altamente dotados, moral e intelectualmente* para estarem à frente dos

⁶⁷⁸ *O Estado de Mato Grosso*, edição de 24/07/1947.

⁶⁷⁹ Assinou o artigo Durval Gomes Monteiro.

⁶⁸⁰ *O Estado de Mato Grosso*, edição de 11/07/1946.

negócios públicos em suas tarefas complexas, por outro, cabe à coletividade *escolher os seus melhores cidadãos para o governo das nações*. Ao concluir, o autor destacou que um momento agonizante

*[...] se impõe ao governo constitucional e dele se espera, é tomar providências urgentíssimas e enérgicas a fim de por cobro à situação atual de alarmante insegurança pública, em que toda a gente aflitivamente se debate, como se todos estivéssemos sob o flagelo de “uma epidemia de infecção mental ou nervosa” que, para maior desgraça nossa, já é demasiadamente de molde a, de um momento a outro, acarretar aquela reação popular que Sighele⁶⁸¹ com felicidade chamou “forma dinamicamente violenta” da defesa coletiva.*⁶⁸²

Entendo - sem entrar na discussão teórica construída com Scipio Sighele - que o autor do artigo foi feliz em sua discussão; primeiro por ter revelado a complexidade a que estava envolta a (in) segurança pública. Depois, por um lado a exigência de *homens altamente dotados, moral e intelectualmente* para dirigirem os *negócios públicos*, justamente num momento em que a Assembleia Nacional Constituinte estava reunida com a tarefa de elaborar nova a Constituição Brasileira. E, por fim, a responsabilidade da coletividade em *escolher os seus melhores cidadãos* para o desempenho dos negócios públicos. A abrangência de sua argumentação sobre o que chamou de insegurança pública chamou à responsabilidade daqueles que se colocaram a frente dos *negócios públicos*.

Distúrbio algum ocupou as páginas dos periódicos em Mato Grosso no ano de 1946. Contudo, o fato sobre os Distúrbios no Rio de Janeiro foi transcrito em uma nota do jornal O Estado, do dia 31 de agosto, que evidenciou os graves fatos ocorridos na Capital do país. O povo, segundo o jornal, teria promovido uma depredação em *numerosas casas comerciais e em alguns cinemas* e, por conta disto, a polícia patrulhou *rigorosamente todas as ruas*, sem, contudo, que qualquer comentário fosse feito pelo periódico mato-grossense.⁶⁸³

Uma última nota registrada nos periódicos, afeta à ordem e segurança pública tratou da visita do Interventor Marcelo Moreira à Força Policial do Estado, ocorrida na manhã do dia 20 dezembro. O Interventor Federal fez-se acompanhado de parte de sua equipe de governo,

⁶⁸¹ É possível que o autor, Mário Bulhão, esteja se referindo a Scipio Sighele, psicólogo, sociólogo e criminologista italiano (1868 - 1913).

⁶⁸² *O Estado de Mato Grosso*, edição de 18/08/1946.

⁶⁸³ *O Estado de Mato Grosso*, edição de 01/09/1947.

composta por seus Assistentes da Casa Civil e Militar. Como de praxe, no portão principal do quartel foi sua Excelência recebida pelo Sr. Major José Silvério de Magalhães, que na oportunidade respondia pelo Comando Geral da Força Policial, ocasião em que aquela autoridade recebeu a continência de estilo a que tem direito. Em seguida, passou em revista as tropas, de acordo com o ritual militar, e foi conduzido ao Gabinete do Comando Geral, local em que lhe fora feita a apresentação dos oficiais da Corporação. Concluída a apresentação, o Interventor e seus assistentes, a medida que visitavam as dependências do quartel, foram recebendo as informações sobre os serviços ali realizados. Terminada a visita, toda a comitiva participou de um coquetel, para em seguida, retornarem ao Gabinete do Comando. O Interventor, ao despedir-se dos oficiais, manifestou-lhes ter ficado bem impressionado com a visita. Evidência alguma ficou registrada sobre qualquer tipo de providência que pudesse ser tomada para a melhoria das instalações daquele quartel ou para os serviços realizados pela Força Policial.

Em abril de 1946, a publicação sobre dados da destinação financeira da Administração Municipal de Cuiabá revelou o percentual do orçamento municipal destinado à atender a Segurança Pública e Assistência Social. De fato, o município contava com o apoio das forças estaduais (Polícia Civil, Inspetoria Geral de Trânsito e Guarda Civil e, a Força Policial) para fazer frente as demandas da ordem e a segurança pública, contudo o percentual do orçamento destinado a esta área pela administração municipal sugere tratar-se mais de uma reserva no orçamento, que propriamente um recurso empregado, até porque, as forças policiais eram da competência do Estado, conforme Tabela 14, abaixo.

Tabela 14- Destinação orçamentária da Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT (1946)

Orçamento (%)	Destinação do Orçamento
0,00%	Serviços Industriais
0,60%	Segurança Pública e Assistência Social
1,30%	Saúde Pública
2,10%	Educação Pública
3,90%	Fomento
5,30%	Dívida Pública
10,00%	Exação e Fiscalização Financeira
13,00%	Encargos Diversos
15,60%	Administração Geral
48,20%	Serviços de Utilidade Pública
100,00%	Total

Fonte: Jornal *O Correio Matogrossense*, edição de 07/04/1946.

Dos periódicos mato-grossenses foi possível concluir que as questões de ordem e segurança pública pouco ocuparam as páginas daqueles periódicos. Os fatos relatados envolvendo elementos das forças policiais foram esporádicos – não obstante a gravidade -, nenhum movimento grevista foi apontado, por conseguinte, nenhum enfrentamento entre forças policiais e grevistas e/ou trabalhadores. Cuiabá na década de 1940 apenas aspirava à cidade industrializada e, por conseguinte, não havia o que se falar em concentração de operários.

Há de se destacar que Cuiabá, a principal cidade e capital do Estado de Mato Grosso, permanecia ausente dos traços de uma cidade industrializada. O Estado, integrante do centro-oeste brasileiro, de acordo com Vilarinho Neto, *manteve um lento desenvolvimento econômico e social, pois não era interesse do sistema capitalista investir na região*, fato que passou a ocorrer a partir dos anos de 1960. Assim, no estado, o setor industrial, que na metade do século XX viveu um período de estagnação, foi impulsionado *somente a partir de 1965, quando o governo militar assinou contrato com a USAID/BRASIL*,⁶⁸⁴ *do qual fazia parte a elaboração de um programa de desenvolvimento industrial para ser implantado no Estado*.⁶⁸⁵

A propósito, Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, as três maiores cidades do Estado de Mato Grosso, até fins da década de 1960, não se enquadravam em nenhum *critério de*

⁶⁸⁴ *United States Agency for International Development (USAID)*. Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional.

⁶⁸⁵ VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *A metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2009, p. 19-41.

“grande centro”, ou mesmo medianamente urbano. Pelo contrário, estas cidades apresentavam ainda uma *feição essencialmente rural*, conforme destacou Neves.⁶⁸⁶

Mas, quanto a capital do país – Rio de Janeiro - o quadro era bem outro; a situação social da população apresentava-se crítico e com alguns contornos de crise social que tomava conta do Brasil, com trabalhadores de diferentes categorias em greve, em vários estados (SP, RJ, RS, CE) e, acima de tudo a difícil e perigosa condição de miséria e fome de grande parte da população. No campo político, como já assinalado, o país buscava a restauração da democracia. E, foi justamente neste quadro, no qual a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada e, nesta, os debates e embates sobre as questões de ordem e segurança pública ocorrem de forma enérgica.

3.2. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1946

No dia primeiro de fevereiro de 1946, às 14 horas, no *Palácio Tiradentes, edifício da Câmara dos Deputados*, o Sr. Ministro Valdemar Falcão, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, assume a presidência da Assembleia Nacional Constituinte declarando aberta a sessão. Aos senhores constituintes – deputados e senadores -, declarou caber-lhe dirigir, naquele momento, a *sessão de instalação dos trabalhos preparatórios* daquela Assembleia Constituinte, como foi possível constar, nessa data, do registro de seus anais.⁶⁸⁷ E assim o fez pelas próximas duas outras sessões, dirigindo os trabalhos, não obstante as questões de ordem levantadas pelos constituintes Carlos Marighela (PCB-BA) e Maurício Grabois (PCB-DF), os quais não reconheciam a presidência dos trabalhos por um *corpo estranho* à Assembleia Constituinte, isto nas palavras do constituinte da Bahia, embora, este considerasse o Ministro Valdemar Falcão pessoa ilustre.⁶⁸⁸ Os trabalhos prosseguiram e na segunda sessão preparatória foi eleito Presidente da Assembleia Constituinte o Senador Fernando de Melo Viana (PSD-MG), com 200 votos, dos 229 votantes, do total de 320 representantes. Em segundo lugar ficou o Senador Luís Carlos Prestes (PCB-DF), com 15 votos.⁶⁸⁹ O resultado obtido sugere ter havido um acordo entre os partidos, o que teria motivado a votação no

⁶⁸⁶ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p. 195.

⁶⁸⁷ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. I, p. 03.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, p. 08.

⁶⁸⁹ O resultado completo da votação encontra-se na p. 25, do Vol. I, dos Anais da Constituinte de 1946.

senador mineiro e, a bancada comunista votou no senador gaúcho (eleito pelo Distrito Federal - RJ).

Para a elaboração do Projeto da Constituição, os constituintes *convencionaram delegar poderes a uma comissão composta de 36 representantes, em que o PSD indicara 19; a UDN 10; o PTB 2 e os outros partidos indicaram um representante*, conforme anotou Pereira.⁶⁹⁰ A comissão foi dividida em subcomissões em mesmo número dos capítulos da Constituição de 1934, a qual foi tomada como base ao Projeto da Constituição de 1946. Os constituintes Nereu Ramos (PSD-SC) e Prado Kelly (UDN-RJ) assumiram, respectivamente, a presidência e vice-presidência da Comissão da Constituição. Os trabalhos realizados pela Comissão da Constituição e suas subcomissões foram consignados em seis volumes, disponíveis na Câmara dos Deputados, em Brasília.⁶⁹¹ Na terceira e última sessão preparatória, em 5 de fevereiro de 1946, ocorreu a *Sessão Solene da Instalação da Assembleia Constituinte*, sob a Presidência do Sr. Senador Fernando de Melo Viana e, no dia 15 de março ocorreu a primeira reunião - a de instalação - da Comissão da Constituição, a qual se somaria as outras oitenta e oito reuniões, tudo conforme registrado nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

O Ministro Valdemar Falcão, em seu discurso de abertura na primeira sessão preparatória (01-02-1946), conclamou os senhores constituintes à cumprirem *a tarefa grandiosa de recompor em moldes democráticos o país e dar-lhe a Carta Constitucional condigna aos destinos do povo brasileiro*⁶⁹². Reafirmou a condição democrática – se não a existente, a pretendida nos discursos - em que o país se encontrava; na *plenitude do regime democrático*. Foi com esse mesmo entendimento que vários dos constituintes manifestaram-se almejando pela tão proclamada democracia no país. Ainda, na primeira sessão preparatória, Caires de Brito (PCB-SP) disse acreditar que, efetivamente, estavam iniciando um *período novo na vida da democracia brasileira*;⁶⁹³ para Carlos Marighela (PCB-BA) o momento representava o início de *uma nova fase da democracia*.⁶⁹⁴ Há de se esclarecer que ambos constituintes, em seus pronunciamentos, estavam a manifestar o desacordo pelo fato daquela

⁶⁹⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a constituição?* (crítica à carta de 1946 com vistas a reformas de base). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A., 1964 (Cadernos do Povo Brasileiro).

⁶⁹¹ Os seis volumes (os cinco ordinários e o de pareceres) correspondentes aos trabalhos da Comissão da Constituição podem ser acessos em mídia digital no link “Anais de Diários da Assembleia Nacional Constituinte”, no site <http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes>.

⁶⁹² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. I, p. 03.

⁶⁹³ *Ibidem*, p. 07.

⁶⁹⁴ *Ibidem*, p. 08.

Assembleia Nacional Constituinte estar presidida por alguém que não foi eleito pelo povo e, por essa razão, os pressupostos democráticos estavam sendo reivindicados. Pretendiam estes que a Assembleia Nacional Constituinte fosse, de pronto, presidida por um de seus pares, daí terem reclamado a democracia.

Sobretudo, as declarações em torno do termo Democracia perpetraram durante toda a constituinte, adjetivando-o das mais variadas formas, dentre as quais: democracia brasileira; nova democracia; reestruturação democrática; redemocratização; constituição democrática; vitória da democracia; defesa da democracia, além de outras.⁶⁹⁵

Presente nos discursos de parte significativa dos constituintes de diferentes partidos, a ideia de democracia sugeria que a constituição a qual estavam a elaborar não poderia ser outra, senão uma Constituição Democrática e, assim, proporcionar ao país um regime em que seus governantes seriam escolhidos pelo povo, mesmo sendo de forma representativa. O Estado Novo, um regime autoritário e centralizador, apresentava-se como um período que deveria ficar para trás e o caminho a ser percorrido só poderia ser o que levasse à construção da democracia, ideia que sintetizava a fala dos constituintes de 1946. Essa concepção dos constituintes brasileiros de 1946, tomado pelo *espírito da redemocratização que marcou o pós-45, aparentemente, jogou uma pá de cal no período anterior, na suposição de ter sido uma época de exceção que deve ser esquecida o mais rápido possível*, conforme notou Oliveira. Não que devesse!⁶⁹⁶

Entretanto, de acordo com Trevisan, *a redemocratização de 1945, embora feita sob os auspícios das Armas, digamos assim, provocou toda uma aspiração coletiva, uma ansiedade que chegava quase às massas por democracia* e, talvez, por essas circunstâncias a ideia de democracia permeou de forma significativa os discursos dos senadores e deputados durante os trabalhos desta Assembleia Nacional Constituinte de 1946.⁶⁹⁷

Para além dos discursos, a ideia de democracia, de alguma forma, pareceu ter-se instalado no sentimento dos constituintes, acompanhando-os até a promulgação da Constituição Federal [em 18 de setembro]. Pois, conforme registro de Barbosa Lima Sobrinho, a medida que *cada senador e cada deputado, antes de pôr o seu nome no documento [a redação final da Constituição Federal], dizia algumas palavras ao microfone*

⁶⁹⁵ Essas formas são encontradas no Vol-1, dos *Anais da Constituição de 1946*.

⁶⁹⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 7.

⁶⁹⁷ TREVISAN, Leonardo. *Instituição militar e estado brasileiro*. São Paulo. Editora Global, 1987, p. 66.

*das estações transmissoras. Foram palavras eloquentes tomadas por uma comoção geral pois, suas expansões eram de júbilo e, sobretudo, de confiança, como que a convicção de que haviam cessado todas as ameaças e perigos do autoritarismo, o arbítrio do Poder Executivo, a incerteza dos cidadãos, a vacilação e precariedade das leis.*⁶⁹⁸

Contudo, apenas a ideia da democracia seria insuficiente para conduzir o país, *as ideias nunca são mais que a expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos, de acordo com Rémond.*⁶⁹⁹

Foi esse o contexto particular que compôs, em parte, o objeto de estudo em questão, esse momento passado, no qual se localizaram os fatos históricos sobre comportamento dos constituintes em 1946, no Brasil. De tal maneira que, se por um lado, como notou Thompson, *o passado humano [não é um conjunto de fragmentos, mas um todo] não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano [um todo complexo que se relaciona]*, por outro, o historiador seleciona suas evidências, até porque o conhecimento histórico é seletivo. Essas evidências revelam um complexo de ações e relações que permeiam a vida social, elas apresentam-se imbricadas entre si e, nesta tese, foram consideradas as que refletiram as questões sobre o ideal da democracia, a situação social da população e, com destaque, os debates entre situação e posição sobre a ordem e a segurança pública.⁷⁰⁰

O quadro da situação social da população reinante no país era crítico e apresentava alguns contornos, dentre os quais a questão da crise social que tomava conta do Brasil, a dos trabalhadores em greve de diferentes categorias (bancários, estivadores do porto de Santos (SP), trabalhadores de tecelagens, médicos (RJ), pessoal de transporte urbano (RJ), operários de frigoríficos (RS), trabalhadores das salinas (CE), entre outros)⁷⁰¹ e a periclitante condição de miséria e fome de grande parte da população. O panorama das greves no Brasil foi sintetizado no jornal *Folha da Manhã*, na edição de 31 de janeiro de 1946, o qual publicou a matéria de capa com o título *O momento político - Apesar das greves, inicia-se sob bons*

⁶⁹⁸ BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *Impressões de um constituinte de 1946*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Volume 236, julho - setembro, 1957, p. 211.

⁶⁹⁹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 18.

⁷⁰⁰ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009, p. 59.

⁷⁰¹ Categorias em greve, segundo o jornal *Folha da Manhã*, São Paulo, no período de 01/01/1946 à 31/01/1946.

*auspícios o Governo do General Gaspar Dutra. A matéria tratou da posse do Presidente Eurico Gaspar Dutra, entretanto deu destaque a greve dos bancários, analisando-a enquanto uma greve simpática, mas também inoportuna. Simpática porque considerava mínimas as reivindicações dos grevistas e, inoportuna, por realizar-se no momento da transição de situações governamentais.*⁷⁰²

As greves de operários dos mais diferentes setores da indústria ocorrem num contexto de desenvolvimento urbano e industrial, nas duas maiores cidades do país – nesta metade do século XX –; São Paulo e Rio de Janeiro. O fato foi que alguns movimentos foram registrados em outras cidades, entretanto, estes ocorreram de forma esporádica. A cidade de São Paulo cresceu, praticamente sem limites, nas duas primeiras décadas daquele século, de acordo com Saes. De tal maneira que, seguramente, o grande crescimento, urbano e industrial, de São Paulo proporcionou uma grande concentração de operários, compondo os principais aspectos do contexto social no qual se localizaram as questões de ordem e segurança pública.⁷⁰³

A crise que assolava o país tornou-se palavra de ordem na Assembleia Nacional Constituinte e ganhou destaque nas palavras de diferentes constituintes. Barreto Pinto (PTB-DF), a exemplo, entendia, afora o desafio de todos constituintes para com a elaboração da Constituição Federal, que *o Poder Legislativo, órgão da soberania nacional*, não podia e não deveria *estar indiferente à grave crise que o Brasil atravessa* naquele momento, referindo-se a greve dos bancários.⁷⁰⁴

Lino Machado (PR-MA) foi, também, um dos primeiros a levantar a questão das greves e a situação precária na qual viviam os trabalhadores ao tratar, em plenária, do apelo recebido do povo maranhense sobre os bancários de sua terra, os quais se achavam *em situação precária, sem defesa*. Acrescentou o constituinte que tratava-se de *questão de vida* para aqueles funcionários que, até então, após 15 dias de greve, estavam *à mercê da própria sorte*.⁷⁰⁵ O Jornal do Brasil, de 01 de fevereiro de 1946⁷⁰⁶ publicou, conforme o boletim da

⁷⁰² DUAS SEÇÕES. *O momento político. Folha da Manhã*. São Paulo, 31 jan. 1946. Disponível em [http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?all_words=greve&commit.x=28&commit.y=8&commit=Enviar&date\[day\]=&date\[month\]=&date\[year\]=&fdm=1&final_date=31%2F01%2F1946&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F1946&page=1&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?all_words=greve&commit.x=28&commit.y=8&commit=Enviar&date[day]=&date[month]=&date[year]=&fdm=1&final_date=31%2F01%2F1946&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F1946&page=1&phrase=&theme_id=0&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words=), acesso em 02/12/2011.

⁷⁰³ SAES, Alexandre Macchione. No ascender das luzes: a light e o limiar da modernização na cidade de São Paulo. BORGES, Fernando Tadeu de Miranda e PERORA, Maria Adenir (orgs.). *Sonhos e pesadelos na história*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, p. 207-224.

⁷⁰⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. I, p. 45.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 87 e 88.

Associação dos Bancários, que o motivo dos bancários entrarem em greve se deu em função da interferência dos banqueiros junto à Comissão Paritária, a qual havia sido formada para encontrar solução ao dissídio. De tal forma que, em função dessa interferência não restou aos bancários outra posição, senão entrarem em greve.

Corroborou a compreensão do quadro social em que se encontra a população brasileira José Crispim (PCB-SP), ao tratar da questão social do povo. O constituinte fez leitura da mensagem⁷⁰⁷ encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte pelos trabalhadores do Estado de São Paulo, datada de 16/02/1946, na qual afirmavam os signatários que *indiscutivelmente, as condições*, nas quais vivia a maioria do povo brasileiro, eram *indignas e insuficientes*. Isso, por conta do *quão baixo e vergonhoso era o padrão de vida de nosso povo* e como mesmo naqueles tempos vinha se agravando, conforme registrado nos anais da constituinte.⁷⁰⁸ Notícias sobre os problemas da moradia barata, a que estava sujeita a população pobre de São Paulo, foram publicadas na Folha da Manhã revelando o pobre padrão de vida em que o povo vivia.⁷⁰⁹

No Rio de Janeiro, embora capital do país, a qualidade de vida da população pobre e as condições de vida, em nada diferenciavam das de São Paulo. As favelas, na capital do país, eram emblemáticas e reveladoras dessa realidade e foram objetos de requerimento de Medeiros Neto (PSD-AL), quanto as providências a serem tomadas pelo Poder Executivo no sentido deste solucionar, *com urgência, o terrível problema das favelas do Distrito Federal*.⁷¹⁰ Argumentou o constituinte a lamentável situação que vivia essa população das favelas, tipo de moradia considerado como causador de *doenças infectocontagiosas* e representava, sobretudo, o *estado de penúria, de miséria e de abandono das populações*. Por conta desta situação o Poder Legislativo deveria interceder junto *aos Senhores Ministro do Trabalho e Prefeito do Distrito Federal*, no sentido de que estes apresassem, acelerassem a *possível solução de problema, tão urgente na sua execução quão humano nos seus efeitos*. Prosseguiu Medeiros Neto (PSD-AL) em suas argumentações e que, em visita as favelas,

⁷⁰⁶ NOTICIÁRIO TRABALHISTA. O boletim da greve do sindicato dos bancários. *O Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 fev. 1946, p. 4. Disponível em <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19460201&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>, acesso em 29/11/2011.

⁷⁰⁷ A mensagem é assinada por Abelcio Bittentourt Dias, Presidente da Comissão Permanente do 1º Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

⁷⁰⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. I, p. 114.

⁷⁰⁹ PRIMEIRO CADERNO. *Problema de moradia barata*. Folha da Manhã. São Paulo, 02 fev. 1946. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1946/02/02/2/155193>>, acesso em 01/12/2011.

⁷¹⁰ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. IV, p. 345.

chamou-lhe a atenção *o morro Querosene*, local que o deixou impressionado com o quadro que ali encontrou, em suas palavras *o painel mais dantesco que seus olhos já puderam contemplar*. Entretanto, o constituinte, embora pertencesse ao mesmo partido político – PSD – da maioria dos constituintes e, ainda o do Presidente da República, não deixou de manifestar preocupação com a exploração política que as favelas podiam gerar, ao alertar que *esta miséria será o rastilho, com que as forças subversivas pretenderão atear a lareira da desordem e da anarquia em meio os desprotegidos*.⁷¹¹

Na 14ª sessão, Osvaldo Pacheco (PCB-SP), após ler três telegramas recebidos de sindicatos do país, os quais pediam por melhores salários, conclamou aos constituintes que somassem esforços no sentido de tirar os trabalhadores da miséria, mais que isso, pediu àqueles colegas que, enquanto representantes do povo, não ficassem indiferentes à *situação de fome e miséria em que se acham as classes trabalhadoras*. Acusou o governo de omissão quanto a medidas que fizessem frente àquela situação e entendia caber aos constituintes as sugerissem, pois não havia de se falar em progresso e em democracia, enquanto o proletariado vivesse *na fome e na miséria*. Com estas palavras encerrou sua fala e recebeu das galerias *muito bem* e palmas, conforme fez constar os anais da constituinte.⁷¹²

De igual forma, preocupado com a questão social da população, mais precisamente com as questões sobre a fome, Café Filho (PSP-RN), chamou à atenção da Assembleia Nacional Constituinte para o dever, de todos, em *ajudar o governo na execução de medidas que fossem ao encontro das necessidades do povo que estava a morrer de fome*.⁷¹³

Em 25/02/1946, durante a 15ª sessão, uma troca de apartes ocorreu entre os constituintes Damaso Rocha (PSD-RS), José Crispim (PCB-SP), Caires de Brito (PCB-SP), Carlos Prestes (PCB-DF) e Maurício Grabois (PCB-DF). Damaso Rocha (PSD-RS) acusou os constituintes comunistas de instigarem a população contra o governo, de *sempre açulando o proletariado contra o poder constituído, sempre provocando desordens e sabotagens*, e, ainda, que aqueles exageravam nos direitos dos proletários. Para José Crispim (PCB-SP) se os trabalhadores não promovessem a greve, eles morreriam de fome. Carlos Prestes (PCB-DF) acrescentou que *a greve é um direito do cidadão e a fome é cada vez maior até na Capital da República*. Além disso, o povo brasileiro não tinha casa para morar e estava a morrer de fome. Entretanto, mesmo com os argumentos apresentados pela bancada comunista, Damaso Rocha

⁷¹¹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. IV, p. 346.

⁷¹² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. II, p. 149 e 150.

⁷¹³ Ibidem, p. 169.

(PSD-RS) reiterou que *o Partido Comunista sugestionava as classes trabalhadoras, preparando-as e organizando a greve geral* e, em isso ocorrendo, nenhum governo poderia suportar, porque implicaria na *desagregação de todas as forças estruturais da Nação*.⁷¹⁴

Foram os partidos políticos fazendo valer suas estratégias pela luta ao poder. Pois, os políticos não discutiam as causas e soluções possíveis afetas aos problemas sociais, mas como os partidos atuavam, e para tanto, valiam-se de diferentes estratégias. Cabe lembrar, num esforço levado a efeito para se definir a política, sua definição levou em conta a forma abstrata na qual *a mais constante foi pela referência ao poder*, ficando assim definida: *a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder*, anotou Rémond.⁷¹⁵

A 155ª Sessão, realizada em 31/08/1946, teve início com o comunicado da prisão do Sr. André Trifino Correa, 1º suplente de deputado do PCB, procedimento que colocou em suspeição a imunidade parlamentar e a democracia no país. Decorreu desse fato a elaboração de requerimento, por parte da bancada comunista, no sentido de ser nomeada uma Comissão Parlamentar para que esta se entendesse com o Exmo. Sr. Presidente da República *a respeito destes gravíssimos fatos que atentavam contra a democracia* e, por conta destes, alguns dos constituintes se manifestaram, tudo de acordo com os registros dos anais da constituição. O primeiro dos constituintes foi Café Filho (PSP-RN) que considerou a situação política do país como de extrema seriedade e, por conseguinte, convocou os demais para apoiarem o governo. Entretanto, esclareceu que apoiar o governo em nada tinha com elogiar, mas também *o é não aplaudir as violências cometidas*, referindo-se aos acontecimentos que envolveram agressões aos profissionais da imprensa, no dia anterior de seu pronunciamento. Entre apartes, aqui e acolá, prosseguiu Café Filho (PSP-RN), agora abordando a questão das empresas que exploravam os transportes do Distrito Federal e informando que, num período de cinco anos (1940 - 1945) obtiveram um crescimento de, aproximadamente, nove vezes e meia. E o governo, continuou Café Filho (PSP-RN), acabou por agravar, ainda mais, *a crise que sofre a população*, na medida em que concedeu *novos aumentos, desatento que está aos lucros espantosos dessas empresas*, afirmou o constituinte. Outra questão apresentada referiu-se ao aumento de aluguéis, fato que acabou por corroborar, ainda mais, ao agravo das condições de

⁷¹⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. II, p. 182 e 183.

⁷¹⁵ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 443.

vida dos inquilinos. Apresentadas essas considerações, Café Filho (PSP-RN) esclareceu que pretendeu demonstrar que *essa crise, essa convulsão, essa agitação que infelizmente, que desgraçadamente está tendo até o apoio da sociedade brasileira, das mães de família*. Ao final, examinando os acontecimentos, recomendou ao governo que esta não era crise que se pudesse *resolver pelo chanfallo policial nem pela responsabilidade atribuída a um partido da extrema-esquerda ou extrema-direita*. Pois o que havia era a *convulsão da fome*, e esta não deveria ser resolvida, abafada, eliminada *com medidas policiais*. Em assim sendo, caberia ao Governo examinar as causas reais da crise e, então, tomar *as providências para debelá-la*. A nação esperava por estas providências.⁷¹⁶

Os argumentos apresentados e a análise feita por Café Filho (PSP-RN) permitiram uma compreensão da complexidade em que estava inserida a realidade dos brasileiros nessa metade do século XX. Um momento histórico específico que assinalou o fim da Era Vargas e a restauração da Democracia, tão presente nos discursos dos constituintes. Entretanto, esse quadro social foi marcado por condições de miséria e fome dos trabalhadores, por greves na luta por melhores condições de trabalho e renda e, ainda, por uma instabilidade política. Acrescentou-se a esse quadro, como intensamente denunciaram os constituintes, a atuação de uma polícia, que no entendimento de parte destes, foi essencialmente caracterizada por ações violentas e arbitrárias contra aquela população e, até mesmo, contra outros setores organizados da sociedade civil. As evidências sobre a atuação da polícia, levadas ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte, serão tratadas a seguir.

As críticas, acusações e ataques perpetrados pelos constituintes sobre a questão da ordem e segurança pública tiveram alvo certo: a polícia e, em outras ocasiões, o Chefe da Polícia, o Sr. José Pereira Lira. O centro da questão tratou da violência e arbitrariedade praticadas pelas forças policiais – uso excessivo e abusivo da força - contra a população, os sindicatos e, inclusive, contra os próprios constituintes, como foi o fato no qual envolveu-se André Trifino Correa. As greves no período foram os fenômenos que mais estiveram associados à prática policial violenta e arbitrária, no entendimento de parte dos constituintes, pois as greves possuíram uma dimensão política significativa, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Parte dos constituintes, com destaque os comunistas, defendeu o direito de greve dos trabalhadores enfaticamente, enquanto a outra parte, a dos constituintes da situação (PSD), compreendeu que as greves foram ilegais e, por essa razão, o Estado foi

⁷¹⁶ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XXIII, p. 348 – 354.

obrigado a agir e garantir a ordem e a segurança pública. As evidências, reunidas dos Anais da Constituinte de 1946, sugerem que a polícia foi empregada pelo governo – pertencente ao PSD - muito mais enquanto instrumento político, que instrumento de manutenção da ordem pública. Noutras palavras a manutenção da ordem – da população – interessava ao governo. Falar em greve era, necessariamente, falar em polícia, pois a Constituição Federal de 1937 certificou em seu artigo 139 que *a greve e o lock-out são declarados recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional*.⁷¹⁷

Embora a vigência dessa Carta tenha sido contestada pelos constituintes – em razão da não realização do plebiscito -, continuou a ser aquela em que o governo apoiava sua defesa. A utopia à democracia presente na maioria dos discursos na Assembleia Constituinte associada ao quadro social dos trabalhadores brasileiros – com contornos de greves, miséria e fome – criaram um ambiente propício e instigante às manifestações e greves. Os constituintes ao tratarem da questão das greves estiveram, recorrentemente, abordando de forma crítica a participação da polícia, bem como, a situação de miséria e fome em que vivam os trabalhadores brasileiros.

Na 11ª Sessão, de 19/02/1946, os primeiros protestos quanto à forma de atuação das forças policiais começaram a chegar. Os trabalhadores da construção civil de São Paulo protestaram contra, o que consideraram a *atitude reacionária e fascista da polícia e delegacia regional do trabalho*, resultando em fechamento do sindicato e *espancamento de trabalhadores* da vizinha Cidade de Santo André.⁷¹⁸ Ainda, na mesma sessão, apartes foram trocados entre Ernani Sátiro (UDN-PB) e Samuel Duarte (PSD-PE) sobre possíveis espancamentos ocorridos no Estado da Paraíba, os quais, segundo Ernani Sátiro (UDN-PB) esses teriam ocorridos em consequências da posse do interventor Odon Bezerra. Por outro lado, Samuel Duarte (PSD-PE) saiu em defesa do acusado e acreditava que Odon Bezerra *não seria capaz de exercer a interventoria da Paraíba, autorizando violências nem perseguições*.⁷¹⁹

Essa lógica entre os apartes marcou a maioria dos debates e apartes dos constituintes quando trataram da matéria sobre a ordem e a segurança pública; os da situação tomavam dos

⁷¹⁷ BRASIL. *Constituição Federal (1937)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro. DF: Senado, 1937.

⁷¹⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. II, p. 6.

⁷¹⁹ *Ibidem*, p. 12.

fatos para justificar as possíveis arbitrariedades, os da oposição tomavam os mesmos fatos para acusar os primeiros sobre aquelas práticas: a ordem no centro dos debates.

Salvo algumas exceções, que serão tratadas mais a frente, os constituintes do PSD defenderam as ações do governo e, ainda, quase sempre com discursos e falas evasivas: não acredito que fulano [...]; pela formação que possui, não seria capaz de [...]. No dia seguinte foi a vez de Caíres de Brito (PCB-SP) fazer uso da palavra – embora o momento fosse para considerações à ata do dia anterior⁷²⁰ - para ler o telegrama do *Comitê Nacional do Partido Comunista*, no qual, seu presidente, Joaquim Rodrigues Gaspar, solicitou que os constituintes protestassem contra atos de arbitrariedade e de violência como os espancamentos e as prisões praticadas pela polícia.⁷²¹ Em seguida, leu outro telegrama, este do Comitê de Vila Matilde, em que seu presidente, Luiz Tristan Vargas, que foi bem direto em afirmar que a polícia paulista estava *usando métodos selvagens para arrancar confissões às famílias deste Comitê*.⁷²² As denúncias apresentadas nesses dois documentos foram ao encontro de uma crítica à polícia publicada no jornal Folha da Manhã, naquele mês de fevereiro. A nota omitiu sua autoria e foi publicada no Primeiro Caderno, sob o título de *Na polícia e nas ruas*. Nesta, o autor retratou que sobre a polícia, o povo construiu uma crença na qual a *constância da brutalidade policial acabou por firmar no seio das camadas populares*. A nota sugeriu que aquela brutalidade tornara-se uma prática comum. Uma realidade triste de se reconhecer, partindo daquela que deveria proteger a sociedade, acabava por produzir uma imagem *mais aterrorizante que paternal*. Registravam-se *as centenas os casos de cidadãos que preferiam ser agredidos e roubados impunemente a entrar em relações com aqueles a quem pagavam para ser protegidos*, conforme publicação daquele jornal.⁷²³

Entretanto, preocupou-se o autor da nota em destacar que essa crença, a que o povo construiu sobre a polícia não fosse entendida como *desairosa às autoridades judiciais, a quem cumpre mandar executar a lei como a lei deve ser executada*. Nessa premissa a atuação policial vinha sendo uma ação exclusiva e deliberada dos agentes executores? Se assim fosse,

⁷²⁰ Essa se tornou uma prática comum. Quando o constituinte tinha o interesse de que mensagens e requerimentos encaminhados às suas bancadas fossem consignados nos anais da assembleia, pedia a palavra mesmo quando o momento fosse para fazer considerações às atas. Concedida a palavra passavam a fazer a leitura.

⁷²¹ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. II, p. 51-52.

⁷²² Ibidem, p. 52.

⁷²³ PRIMEIRO CADERNO. *Na polícia e nas ruas*. Folha da Manhã. São Paulo, 05 fev. 1946. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?utf8=%E2%9C%93&fdm=1&all_words=&phrase=pol%C3%ADcia+paulista&words=&without_words=&initial_date=04%2F02%2F1946&final_date=06%2F02%2F1946&date%5Bday%5D=&date%5Bmonth%5D=&date%5Byear%5D=&group_id=0&theme_id=0&commit.x=35&commit.y=10&commit=Enviar>, acesso em 06/12/2011.

a polícia estaria ou sem comando, ou teria um comando incompetente, o que seria pouco provável, qualquer destas alternativas. A questão mais provável seria, talvez, conhecer a serviço de quem estava a polícia.

A 15ª Sessão foi palco de uma troca de apartes entre os constituintes Damaso Rocha (PSD-RS), Maurício Grabois (PCB-DF), José Crispim (PCB-SP), Caires de Brito (PCB-SP), Lino Machado (PR-MA), Gregório Bezerra (PCB-PE) e João Amazonas (PCB-DF). Esses apartes tiveram início nas discussões sobre o direito de greve dos trabalhadores, um direito respaldado na Carta de Chapultepec. Todavia, Damaso Rocha (PSD-RS) entendia que a carta teria sido apenas uma resolução que recomendava a greve, e *os países que a assinaram não assumiram nenhum compromisso, nem a incorporação às suas leis ordinárias*. Pois, ainda, segundo o constituinte, esse direito não fora regulamentado. As discussões seguiram abordando o mister das greves, face à situação de miséria e fome pela qual vivem os trabalhadores, segundo os constituintes comunistas. Damaso Rocha afirmou que a bancada comunista exagerava quando se tratava do *direito do proletariado*. Em novo aparte, insistiu o comunista Carlos Prestes que a fome se sobrepunha à regulamentação da greve, até porque a fome era *cada vez maior até na Capital da República*. Na tentativa de minimizar a questão, Damaso Rocha afirmou que *a fome do povo e a miséria* eram tabus, com que jogavam, *com habilidade extraordinária, os comunistas*. Os apartes não cessavam. A última manifestação de Damaso Rocha (PSD-RS) foi no sentido de *alertar a Nação de que o Partido Comunista estava a sugestionar as classes trabalhadoras, preparando-as e organizando a greve geral* e, em assim sendo, não haveria governo que pudesse suportar tais circunstâncias.⁷²⁴

A posição em prol do governo foi bem assinalada nas palavras de Dâmaso Rocha. Por outro lado, os comunistas reafirmam a sua posição na defesa dos trabalhadores, pois a greve era um dos poucos, senão o único recurso a ser utilizado pelo trabalhador, no sentido de se pressionar os empregadores. Não obstante os debates na Assembleia Nacional Constituinte, o governo publicou o Decreto-lei nº 9070, em 15 de março, o qual limitou o direito de greve e tornando crime *as manifestações ou atos de solidariedade ou protesto, que importem em cessação coletiva do trabalho ou diminuição sensível e injustificada de seu ritmo*, ficando estas sujeitas ao disposto nesta lei, conforme seu parágrafo 2º, do artigo 2º.⁷²⁵ Contudo, não se disse qual seria a penalidade. Por outro lado, o inciso IV, do artigo 14 asseverou que àquele

⁷²⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. II, p. 182-183.

⁷²⁵ BRASIL. *Decreto-Lei nº 9070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências*. Coleção de Leis do Brasil - 1946, Página 534 Vol. 1 (Publicação Original).

que *aliciar participantes para greve ou lock-out, sendo estranho ao grupo em dissídio* será punido com pena de detenção de 1 a 6 meses e multa de 1 a 5 mil cruzeiros. A bancada comunista reagiu e apresentou requerimento,⁷²⁶ o qual foi lido por Agostinho Oliveira (PCB-PE).⁷²⁷ Em suas considerações defendeu que o fato de o país ter assinado a Ata de Chapultepec, na qual foi reconhecido o direito de greve, tornava-se injustificável que se fugisse a esse compromisso. Agostinho leu telegramas de diversos sindicatos do país em que estes protestavam contra o decreto que limitou o direito de greve. Os operários de Santo André, em São Paulo, atribuíram justamente à polícia como sendo uma das principais causas da não solução das greves, uma vez que *efetuando um colosso de prisões, espancando operários em plena rua, onde achavam-se pacificamente*, fez com que os trabalhadores se revoltassem mais ainda e, dessa forma, acabaram por criar *um grande espírito de solidariedade entre trabalhadores, permanecendo mais firmes na sua atitude*. Ao finalizar suas considerações Agostinho Oliveira (PCB-PE) chamou a atenção dos constituintes para o seguinte ponto: que, apesar de *termos a assembleia constituinte em pleno funcionamento, os sindicatos de classe* continuavam *controlados pela polícia* e, por essas razões entendeu que o requerimento apresentado era de interesse do Partido Comunista, contudo, também, deveria ser de interesse de todos partidos representados na Assembleia. Porém, eis que em 10 de abril, na 44ª sessão, foi apresentado o parecer da Comissão de Estudos das Indicações, sobre a *Indicação nº 29 A*, a qual tratava sobre o *direito de greve* e a *presença de agentes da Ordem Política e Social nas reuniões de sindicatos*, apresentada pela bancada comunista. Entendeu a comissão que a *'desaprovação' do decreto-lei pela Assembleia seria inócua* e esta Assembleia deveria *abster-se de procedimentos inúteis*, assim que ficasse por conta de cada deputado ou partido criticar ou desaprovar o decreto-lei. No tangente ao segundo item da *Indicação [nº] 29 A*, entendeu a comissão procedente. Há de se destacar que a Comissão de Estudos das Indicações foi composta por Gabriel Passos (UDN-MG) o relator, Alfredo Sá (PSD-MG) presidente, pela conclusão, Novais Filho (PSD-PE) pela conclusão, Segadas Vianna (PTB-DF), pela conclusão, com voto em separado, Daniel Carvalho (PR-MG) e Jorge Amado (PCB-SP) vencido. Conhecendo a composição política partidária da comissão, o resultado esperado era previsível, até porque apenas um dos membros da comissão pertencia ao partido comunista, por sinal o proponente da indicação. Falou mais alto a ordem, dificultando mais ainda as manifestações dos trabalhadores; quer por melhores condições de

⁷²⁶ O requerimento da bancada comunista foi apresentado na 38ª Sessão, de 02 de abril de 1946.

⁷²⁷ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. V, p. 296-298.

trabalho, quer para contribuírem para a construção da democracia, tão propalada pela maioria dos constituintes.⁷²⁸

A 22ª Sessão, de 11 de março, foi marcada por uma nova troca de apartes em torno das questões da violência, ao menos no início dos debates e em sua superficialidade. Porém o núcleo da discussão deixou de ser a polícia em si e passou a ser o Sr. José Pereira Lira, o chefe de polícia.⁷²⁹ João Amazonas (PCB-DF), ao fazer uso da palavra, primeiro reclamou o fato do poder executivo não ter respondido o requerimento sobre violências praticadas por policiais contra operários em greve nas cidades de Santo André e São Paulo. Destacou o constituinte que *essas violências prosseguem agora, não mais apenas naquelas cidades [quando do momento do requerimento], senão em todo território nacional, acrescidas de medidas que suspendem as liberdades civis, como a proibição não só de comícios como até simples realizações rotineiras de assembleias sindicais*. Esses fatos o fizeram lembrar dos *dias monstruosos em que a frente da nossa polícia se encontrava o Sr. Filinto Müller, uma polícia que, nas palavras do constituinte, servia aos inimigos do nosso povo, inclusive aos espiões e traidores da pátria*.⁷³⁰

Manteve-se a lógica dos debates em torno das questões sobre a ordem e a segurança; o Partido Comunista Brasileiro denunciava o governo como o principal responsável pelas práticas violentas e arbitrárias por parte da polícia e, o PSD, por outro lado, defendia o governo – dessas mesmas práticas - em seu esforço de manter a ordem e a segurança pública. Neste quadro político, Janduí Carneiro (PSD-BA) promoveu a defesa do governo, pois em seu entendimento *a polícia do distrito federal não tem cometido violências; o que tem feito é tomado as medidas preventivas em favor da ordem pública*. Afirmou o constituinte, ainda, após alguns apartes com João Amazonas (PCB-DF), que o chefe de polícia o *Dr. Pereira Lira é professor e cultor do direito e jamais cometeria uma violência*. João Amazonas (PCB-DF) discordou e afirmou que o tratamento dispensado pela polícia aos trabalhadores da Light, nada de cortês se apresentava, pois os trabalhadores foram *arrancados dos bondes e enviados, como ladrões, à Polícia, não lhes sendo ao menos assegurado o direito de defesa*. Acresceu

⁷²⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. VI, p. 270. “Propõe seja desaprovado pela Assembleia Constituinte o ato do Poder Executivo baixando um Decreto-Lei contra o direito de greve; e sejam pedidas informações sobre os motivos da presença dos agentes da Ordem Política e Social nas assembleias dos Sindicatos”.

⁷²⁹ José Pereira Lira, advogado e político brasileiro, foi chefe de polícia do Rio de Janeiro, ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo Gaspar Dutra, de 16 de dezembro de 1946 a 31 de janeiro de 1951. Disponível em http://www.direitouterj.org.br/2005/index.php?id_pagina=1010507, acesso em 09/12/2011.

⁷³⁰ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. III, p. 249.

que as ações da polícia foram arbitrárias e, portanto não as reconheceu como função de polícia, até porque *a polícia, paga pelos cofres públicos, ao invés de exercer seu papel de guardião da ordem, servia apenas como apêndice da Light*,⁷³¹ funcionando como uma *seção de fiscalização da empresa*.⁷³²

A propósito, a Light, empresa canadense, deu início as suas atividades – serviços de eletrificação e transportes – no Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro – nas primeiras décadas do século XX. Desde o início demonstrou forte articulação política, que a levaria a construção de seus *alicerces jurídicos de funcionamento*. A empresa, de acordo com Saes, recebeu apoio de políticos importantes e, que mais tarde, estes passaram a compor *parte da diretoria da Light*. Tamanho o poder que a empresa foi consolidando que lhe rendeu o *apelido de “polvo canadense”, que por meio de seus tentáculos conseguia cada vez mais concessões e alimentava, assim ainda mais seu poder*. A Light, já na primeira década do século XX motivou a repressão policial contra estudantes e outros que eram contrários a suas políticas internas. Além de suas fortes articulações políticas, a empresa valia-se de *subterfúgios desleais* e, de permanentes *lobbies políticos*. Em 1909, ainda conforme Saes, o esforço que a Light empreendeu para *sustentar seu monopólio nos serviços urbanos* rendeu-lhe desafios por parte da mídia, estudantes foram às ruas, inclusive, *partiram para a agressão contra o patrimônio* daquela empresa. As manifestações foram contrárias ao monopólio que a empresa vinha consolidando, aquelas foram abafadas *com a repressão da Guarda Cívica* – força policial – de São Paulo.⁷³³

Os apartes entre os constituintes continuaram; João Amazonas (PCB-DF) insistiu nas práticas violentas e arbitrárias da polícia contra os trabalhadores da Light, inclusive resultando na prisão de vários trabalhadores – condutores dos bondes. Apesar destas insistências, Janduí Carneiro (PSD-BA) afirmou que nenhum trabalhador se encontrava preso. O primeiro insistiu nas acusações contra o chefe da polícia e o segundo, que o PCB tem aconselhado a greve e promovido a desordem. Entraram nos apartes Barreto Pinto (PTB-DF) e Carlos Prestes (PCB-DF). Barreto Pinto serrou fileiras com Janduí Carneiro (PSD-BA) ao reafirmar que o PCB está a provocar as greves no Rio de Janeiro e, assim como Janduí saiu em defesa do chefe de

⁷³¹ As críticas à atuação da polícia em relação à Light estão vinculadas a suposta participação do Sr. Pereira Lira, chefe de polícia, junto aos interesses dessa empresa canadense. Essa questão será tratada mais adiante.

⁷³² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. III, págs 251-253.

⁷³³ SAES, Alexandre Macchione. No ascender das luzes: a light e o limiar da modernização na cidade de São Paulo. BORGES, Fernando Tadeu de Miranda e PERARO, Maria Adenir (orgs.). *Sonhos e pesadelos na história*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, p. 207-224.

polícia Pereira Lira para quem, trata-se de *um homem digno, coerente, honestíssimo*, momento em que trocaram vários apartes causando certo alvoroço, o que obrigou o Presidente a pedir atenção dos constituintes. Carlos Prestes, como quem buscava um tom mais moderado no debate, mas nem por isso foi menos objetivo e explícito, afirmou que o PCB buscou a ajuda do PSD para que, juntos, pudessem obter do governo *medidas menos arbitrárias do que essas prisões de simples operários*. O senador comunista estranhava o fato daqueles *operários da Light* terem sido *mantidos incomunicáveis, durante 30 horas* e, por coincidência, acusou o *Chefe de Polícia da Capital da República* de ser, também, o *Chefe do Contencioso da Light*. Ao finalizar, acrescentou que esses fatos é que desprestigiavam o governo.⁷³⁴

Acurcio Torres (PSD-RJ), também entrou no debate, pedindo ao PCB que deixasse de levantar injúrias contra o Senhor Pereira Lira, pois nenhum preso se encontrava na Polícia Central – José Crispim (PCB-SP) interveio e afirmou que havia sim vários presos -, os trabalhadores foram apenas convidados a darem explicações sobre suas atividades. Mais ainda, negou que tivesse *ocorrido violência por parte da polícia carioca*, sob a chefia de José Pereira Lira, possuidor de um *espírito de escol, reto, digno, jurista de valor invejável*, além do que seus *atos na vida pública têm sido pautados em defesa da ordem, da República e do Brasil*.⁷³⁵ Neste momento o Presidente levantou a sessão. Esse episódio, em particular, retratou bem que o centro da questão, sobre ordem e segurança pública, foi o chefe de polícia. Os constituintes iniciaram os debates em torno de uma suposta violência praticada pela polícia contra os operários da Light. Entretanto, o que interessou, e alimentou o debate, foi a condição do chefe de polícia, Pereira Lira, ser, também o Chefe do Contencioso da Light.

Tratou-se da polícia imbricada no jogo político. Essa acusação sobre Pereira Lira, de ter sido o *Chefe do Contencioso da Light* foi retomada por Maurício Grabois (PCB-DF), em 07/01/1948, quando de seu discurso, pronunciado na Câmara dos Deputados, acusou Pereira Lira de fazer parte de um governo de *traição nacional, de entrega do país ao imperialismo americano*, pois a Light possuía *um representante no Governo, porque o Sr. Pereira Lira, chefe da Casa Civil da Presidência da República [de 16 de dezembro de 1946 a 31 de janeiro de 1951.] foi, também, Chefe do Contencioso da Light*.⁷³⁶

⁷³⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. III, p. 249-256.

⁷³⁵ Ibidem, p. 249-256.

⁷³⁶ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Em 09 de janeiro de 1948, p. 332-335. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 7 de janeiro de 1948, em que foi aprovado o projeto da cassação dos mandatos da bancada comunista.

Ainda durante a constituinte de 1946, outros fatos mantiveram, no centro das discussões sobre a ordem e a segurança pública, o Senhor Pereira Lira. Samuel Duarte (PSD-PE)⁷³⁷ por conta do que considerou *acusações à ação das autoridades policiais do Distrito Federal* bem como, por ter sido *conterrâneo do Professor Pereira Lira*, sentiu-se *no dever de averiguar o conteúdo dessas acusações*. Neste sentido, o constituinte foi saber do Chefe de Polícia e do Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, Cel. Imbassahy, sobre os fatos manifestados na tribuna da Assembleia pelos representantes do Partido Comunista do Brasil. Samuel disse que *inexistiam motivos para duvidar da sinceridade do Professor Pereira Lira* e acreditava que os inquéritos instaurados revelariam a realidade dos fatos. Carlos Prestes (PCB-DF), em seus apartes, disse que Samuel Duarte deveria ter ouvido, também, o Cap. Rolemberg e outros operários os quais se encontram espancados e, que nesse caso, os fatos falavam mais que as palavras. Domingos Velasco (ED-GO) questionou Samuel Duarte, se o mesmo teve a oportunidade de verificar pessoalmente *se foram ou não espancados vários presos na polícia*. Samuel disse que não e estava apenas a transmitir à Assembleia informações, as quais recebeu *de boa fé das autoridades* e, ainda, mantendo-se na mesma lógica das discussões sobre violência que o PSD travava com o PCB, reafirmou, como os demais representantes do PSD, que *não tem feito o governo senão preservar a ordem e a democracia*.⁷³⁸ Estes argumentos sugerem, no mínimo, uma forma de pensar ingênua de Samuel Duarte, em se tratando de um constituinte.

Na sessão seguinte (77ª, de 05 de junho), Maurício Grabois (PCB-SP) chamou a atenção dos constituintes, e em especial a de Samuel Duarte que na véspera havia feito um discurso em defesa do chefe de polícia, para conhecerem o estado em que ficaram os trabalhadores da Light, após serem agredidos pela polícia. Alguns desses encontravam-se na casa – estavam em um dos corredores próximo - e apresentavam *os olhos muito machucados*, e estes poderão ser vistos por todos os senhores representantes, esclareceu Maurício Grabois.⁷³⁹ Acrescentou ainda, que esses casos de violência estão se verificando em todo o país. A polêmica sobre as violências praticadas pela polícia, inclusive de espancamentos, contra os trabalhadores da Light retornou às discussões no dia 07 de junho, após alguns constituintes terem tido a oportunidade de conhecer os espancamentos produzidos pela polícia, sobre aqueles trabalhadores que haviam estado na casa – Palácio Tiradentes. Para Carlos Pinto (PSD-RJ), embora constituinte pertencente ao partido do governo mostrou-se

⁷³⁷ 76ª Sessão, de 04 de junho de 1946.

⁷³⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XI, p. 227-229.

⁷³⁹ *Ibidem*, p. 281.

indignado com os fatos ao relatar sua impressão após ter sido convidado *para ver [...] as vítimas do espancamento praticado pela polícia no dia 31 de maio*. Confessou Carlos Pinto que o estado de saúde que aqueles homens se encontravam causou-lhe indignação [neste momento recebeu um aparte de Café Filho]. Acrescentou, dirigindo-se aos deputados e senadores, que o procedimento da polícia passou, a partir daquele momento, a não mais merecer seu apoio pois, *atos de violência como aquele não mereciam o acolhimento de homens civilizados*.⁷⁴⁰

Café Filho (PSP-RN), em seu aparte, comentou que assim como *todos os representantes que tiveram oportunidade de vê-los* – referindo-se aos trabalhadores espancados – considerou o fato *simplesmente espantoso*. Agrícola Paes de Barros (UDN-MT) solicitou aparte e esclareceu que *examinando as vítimas dos espancamentos*, notou que a *preocupação máxima da polícia* foi a de *atingir aqueles homens nos olhos, no fígado, nos rins e nos órgãos sexuais*. Ao final acrescentou, parecer-lhe que a intenção em produzir aqueles ferimentos foi o de *inutilizar aqueles homens*. O constituinte foi médico legista da polícia em Mato Grosso (1930), o que em tese, estava qualificado para reconhecer os ferimentos produzidos e, supostamente, julgar a ação. Carlos Pinto retomou a palavra e acrescentou àqueles que, como ele, defendem a democracia, não podiam aplaudir *nem tampouco aceitar como atos democráticos, espancamentos iguais aos que motivaram aqueles ferimentos*, registrou seu protesto em nome de seu mandado. Em um novo aparte, Café Filho lamentou o fato de Carlos Pinto, embora pertencente ao PSD, não poder ter falado em nome do PSD, o qual foi o responsável por essa polícia.⁷⁴¹

A manutenção da ordem e da segurança pública, assim como o aprimoramento da democracia, estiveram nos discursos dos constituintes de 1946. A questão da ordem pública, principalmente, foi defendida veementemente pelos representantes do PSD – a legenda política do governo e da maioria dos constituintes – em quase todas as situações em que práticas violentas e arbitrárias foram atribuídas, na maioria das vezes, à polícia de Pereira Lira. Mas, o que se viu, e ao que as evidências apontaram, foi algo completamente inverso a esse discurso, pois *a polícia estava praticando na cidade atos completamente contrários a tudo isso que se prometeu garantir*, de acordo com Osny Pereira.⁷⁴² Esteve a polícia muito mais a promover a desordem, do que a própria ordem. E por quê? A quem ou a que grupos

⁷⁴⁰ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XI, p. 427.

⁷⁴¹ *Ibidem*, p. 427-429.

⁷⁴² PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a constituição?* (crítica à carta de 1946 com vistas a reformas de base). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A., 1964 (Cadernos do Povo Brasileiro).

interessavam manter a desordem? A desordem serviria de pretexto a quais questões ou propósitos? E ainda, a desordem, de alguma maneira, teria interessado ao PCB?

Um episódio ocorrido no Largo da Carioca, RJ, provocou intensas discussões entre os constituintes. Maurício Grabois (PCB-DF), em vinte e dois de maio, foi à tribuna protestar e sensibilizar os constituintes sobre fatos, que no seu entender, vilipendiavam direitos essenciais da democracia; *prisões de elementos honestos, de trabalhadores, estudantes e intelectuais*, acontecimentos que estavam sucedendo-se *todos os dias*. Apesar do regime democrático a polícia tem prendido cidadãos livres e colocando-os em *cárceres imundos*. Maurício Grabois reclamou ainda da polícia, que ultimamente, vinha *atingido duramente o direito de reunião, principalmente em relação ao Partido Comunista*, que assim como os demais, era um *partido legalmente registrado*. Por fim, mostrou-se inconformado com o despacho⁷⁴³ assinado pelo Cel. Imbassahy que, na véspera da realização do comício de aniversário de um ano – do retorno a legalidade - do Partido Comunista Brasileiro, interditou o evento para o local onde estava marcado: o Largo da Carioca. O inconformismo do constituinte se deu por conta do fato de além de toda a publicidade, então já feita, sobre o local onde o comício seria realizado (no Largo da Carioca), local comumente escolhido para a realização destes, fora transferido para *um bairro aristocrático como o de Ipanema*, para onde era de difícil o acesso aos populares. Aqui, as evidências apontaram para uma possível estratégia utilizada pelo governo para esvaziar o evento organizado pelo PCB. Tragédia anunciada. No dia 24 de maio de 1946, a manchete do jornal Folha da Manhã publicou: *Dissolvido a bala o comício comunista do Largo da Carioca*. A manchete destacou que, embora o PCB tivesse anunciado a realização do comício, a polícia havia proibido sua realização alegando representar *perigo* “*imediate a segurança pública*” – [o entre aspas foi do editor].⁷⁴⁴

Os deputados comunistas Maurício Grabois e Trifino Correia buscaram as autoridades da justiça e da polícia com o propósito de revogar a proibição da realização do comício, para o local anunciado. Contudo, sem auferirem sucesso. Às 16 horas, o Largo da Carioca se

⁷⁴³ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 36. Eis o teor do despacho: “De ordem do Coronel Imbassahy, salvo deliberação ulterior, imposta por circunstâncias novas, o comício pode ser realizado na Praça Nossa Senhora da Paz (Ipanema), no dia 23-5 às 18 horas. Ficando interdita qualquer reunião no Largo da Carioca, para efeito de comício, de vez que no referido Largo da Carioca representa perigo imediato para a segurança pública. Que se cumpra as determinações. Rio, 22-5-46. – (as.) – Cel. Imbassahy”.

⁷⁴⁴ SEGUNDO CADERNO. *Dissolvido a bala o comício comunista do Largo da Carioca*. Folha da Manhã. São Paulo, 24/05/1946.

encontrava tomado por soldados da Polícia Militar, ocasião em que populares foram tomando lugares, embora o movimento fluísse normalmente. Já às 18 horas, *o Largo da Carioca ficou intransitável [...] o tráfego foi desviado [...] e pouco a pouco o largo se enchia*. Até que as 18:15 horas, ainda segundo o editorial, o suplente de deputado, Batista de Melo, subiu em um carro e dirigindo-se à multidão pediu para *que a praça fosse evacuada, pois não se realizaria o comício*. Nesse momento, alguém teria gritado *abaixo a polícia* e, em seguida, ouviu-se vários disparos de arma de fogo. A tragédia anunciada tornou-se realidade, cruel, mas realidade. O desespero tomou conta da multidão; homens, mulheres e crianças tentaram de todas as maneiras fugirem do local. O Largo da Carioca e imediações pareceram um campo de guerra. Os reforços policiais foram chegando com o firme propósito de interditar completamente o Largo da Carioca. Entretanto, durante esses procedimentos, *disparos esparsos* eram ouvidos no Largo da Carioca e outros *nas praças Tiradentes, Bandeira e Marechal Floriano*. De acordo com a reportagem da Folha da Manhã que percorria o local, teve-se notícias de que esses disparos foram feitos pela própria polícia, embora não tenham sido confirmados. Dessa tragédia saíram pessoas feridas, por tiros, coronhadas e pisadas vinte e nove pessoas e, outras cinquenta foram presas, conforme registrou a reportagem. No dia seguinte confirmou-se a morte de uma pessoa com um tiro no peito. O mesmo jornal publicou na página dezenove: *A política na capital do país: prédios que tiveram suas fachadas atingidas*.⁷⁴⁵ A reportagem deu conta de que *centenas de tiros de revólver e mesmo de metralhadoras foram ontem disparados no local do conflito*. Essa informação veio corroborar a compreensão de que se não foi a polícia que deu causa ao início da tragédia, contribuiu de forma acintosa para o desfecho cruel.

O Jornal do Brasil, de 24 de maio, apresentou a seguinte notícia: *Momentos de intensa agitação foram vividos pela cidade, ontem, ao cair da noite* e num breve comentário, afirmou que os comunistas haviam *desrespeitado as determinações do chefe de polícia*, a medida que foram chegando ao Largo da Carioca, onde *pretendiam realizar um comício, que fora marcado para outro local*. Ainda, segundo este jornal, foi quando ocorreu *sério tiroteio, do qual resultaram 2 mortes e ferimentos em numerosas pessoas, inclusive elementos da polícia militar e civil estendendo-se o conflito por vários outros pontos da cidade*.⁷⁴⁶

⁷⁴⁵ SEGUNDO CADERNO. *A política na capital do país: prédios que tiveram suas fachadas atingidas*. Folha da Manhã. São Paulo, 25/05/1946.

⁷⁴⁶ MOMENTOS de intensa agitação foram vividos pela cidade, ontem, ao cair da noite. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 mai. 1946. Disponível em

A reportagem do Jornal do Brasil sugeriu ter sido responsabilidade do PCB, classificou a tragédia como *um tiroteio*, uma *troca de tiros*, supostamente entre a polícia e os comunistas. Este jornal pouco falou das vítimas e as circunstâncias em que foram atingidas, mas destacou os policiais feridos, sugerindo sutilmente tratarem-se das únicas vítimas do episódio. Por outro lado, como já visto acima, a reportagem da Folha da Manhã apresentou vários detalhes do ocorrido, permitindo uma melhor compreensão da complexidade do fato e suas várias possibilidades ao que teria dado causa à tragédia do Largo da Carioca.

Face ao quadro apresentado, algumas questões emergiram. Esta tragédia teria sido o resultado esperado por Batista de Melo, orientado pelos constituintes comunistas, quando subiu em um carro e pediu para a multidão evacuar o largo? Era este o resultado esperado pela polícia, determinado pelo chefe da polícia, ao interditar o comício apenas no dia anterior? Teria sido o propósito do PCB ao insistir na realização do comício, enquanto nas últimas horas ainda tentava que a interdição do comício fosse revogada? Quem foi o responsável pelo acontecimento? O governo? O PCB? Ambos assumiram os riscos?

E quanto aos constituintes? No dia seguinte ao da tragédia do Largo da Carioca, na 70ª Sessão, Barreto Pinto (PTB-DF) pediu a palavra para retratar, o que considerou, *os lamentáveis acontecimentos ocorridos ontem no Largo da Carioca* e estes, acima de tudo, *vieram demonstrar [...] a necessidade de uma providência enérgica e decisiva contra o partido que está fora da lei*. Declarou ter tomado a iniciativa de *solicitar [que] fosse cassada a respectiva existência legal*. Partido que tem um chefe, *cujo nome não desejo pronunciar*, disse Barreto Pinto (PTB-DF). Neste exato momento foi feito um aparte por Jorge Amado (PC-SP), quando este solicitou que não insultasse os seus colegas. Aparte também feito pelo Presidente no sentido de que o orador não usasse expressões descortês.⁷⁴⁷

Maurício Graboís (PC-DF), ao iniciar seu discurso, afirmou ser *do conhecimento de toda população do Distrito Federal os lamentáveis acontecimentos ocorridos no Largo da Carioca, provocados por elementos a serviço da reação*. Acrescentou que, em nome do partido, protestou contra *o ato da polícia do Sr. Pereira Lira, que atirou contra o povo indefeso, que foi à praça pública comemorar [...] o primeiro aniversário da legalidade do Partido Comunista do Brasil*. De fato, seu protesto encontrou coro com a notícia publicada pelo jornal Folha da Manhã, de 24 de maio. Momento em que ocorreu uma série de apartes,

<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19460524&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>, acesso em 10/12/2011.

⁷⁴⁷ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 167.

os quais interromperam o orador. Maurício Grabois (PC-DF) repetiu por algumas vezes, entre os apartes veementes, que sua voz não seria calada. Novamente fez uso da palavra, quando afirmou que *o Partido Comunista, desde o primeiro instante, manteve uma atitude de ordem e tranquilidade contras as provocações fascistas*. Mais uma vez, ocorreram protestos da maioria dos constituintes e novos apartes da bancada comunista. A retomar a palavra o orador foi informado que o tempo que dispunha estava esgotado, argumentou o orador com o Presidente da Casa, mas este não prorrogou o tempo do orador.

Jorge Amado (PC-SP) pediu a palavra e fez um apelo aos princípios democráticos. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte afirmou que *a voz do Partido Comunista* seria ouvida naquela Casa, porque *o Senador e os Deputados comunistas*, com assento naquela Assembleia Constituinte, haviam sido *eleitos pelo povo como os de outros partidos*. Ressaltou que seria antidemocrático e humilhante para aquela Assembleia Constituinte, se não pudesse, naquele dia, *depois de tão lamentáveis e lutosos acontecimentos, [...] ocorridos, ser escutada a voz dos Representantes de qualquer partido, especialmente a do seu, de tal forma envolvido e vítima que foi de provocações*. Ao concluir, afirmou que *seria humilhante que um Deputado comunista não tivesse a liberdade de falar e ser ouvido num ambiente democrático*.⁷⁴⁸

De fato, a maioria dos constituintes acenava com frequência aos princípios democráticos, por que não ouvir o deputado comunista? Deixá-lo falar poderia vir a confundir parte dos constituintes sobre os acontecimentos do Largo da Carioca? Ou, ainda, em deixando de ouvi-lo, a dúvida sobre os fatos permaneceria, uma vez que as evidências apontavam para a possibilidade de que tanto governo, como oposição (PCB) contribuíram para a tragédia do Largo da Carioca.

Jorge Amado (PC-SP) continuou com a palavra e informou que chegava da cidade de Santos, na qual falou em um comício a trinta mil pessoas, operários e o povo. Outras cem mil reuniram-se em São Paulo para ouvirem os comunistas e, assim como em Santos, *nenhuma desordem se verificou. Os comunistas não promovem desordem, os comunistas não estão interessados na desordem*. Ao finalizar suas palavras Jorge Amado advertiu que não seria

⁷⁴⁸ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 184.

*derramando o sangue dos cidadãos nem perseguindo comunistas que o governo resolveria os problemas do Brasil.*⁷⁴⁹

O próximo a fazer uso da palavra sobre os acontecimentos no Largo da Carioca foi o senador Carlos Prestes (PCB-DF). O senador informou aos constituintes que por dez dias tentou marcar o comício, contudo, apenas na véspera da data marcada o partido foi comunicado da interdição e sobre o novo local para a sua realização, como já havia sido lido em plenária o despacho do Cel. Imbassahy. Ainda, no dia do comício, os constituintes Maurício Graboys (PCB-SP) e Trifino Correia (PCB-RS) envidaram esforços no sentido de obterem das autoridades judiciais e policiais a revogação da interdição do local do comício, porém não logram êxito. Em face dessas circunstâncias o senador contatou Batista Neto (PCB-DF) para que este se deslocasse até o Largo da Carioca e junto as autoridades presentes acordassem outro local próximo e, caso não fosse possível, que solicitasse das autoridades o uso de alto-falantes para que pudesse dispersar a multidão que já se encontrava no Largo da Carioca. Assim procedeu Batista Neto até o momento que dirigiu-se a segunda concentração, quando nesta ocasião começaram os tiros disparados pela polícia. Esta versão apresentada por Carlos Prestes (PCB-DF) aproximou-se da versão publicada pela Folha da Manhã, de 24 de maio e distanciou-se da versão publicada pelo Jornal do Brasil, da mesma data, no Rio de Janeiro. Finalizando seu aparte, o senador destacou que o PCB está lutando pela democracia e pelo *respeito a um direito, dos mais elementares nas democracias, o de reunião.*⁷⁵⁰

Os acontecimentos no Largo da Carioca continuaram em discussão pelos constituintes, agora com a palavra Hermes Lima (ED-DF). Este entendeu que o partido comunista errou ao insistir em realizar o evento no Largo da Carioca, mais que isso, caiu, no que Hermes Lima (ED-DF) chamou de *armadilha da polícia* dando motivos à reação, alimentando a tese de que tudo teria sido arquitetado pela polícia. Por isso no caso, *tanto errou o Partido Comunista, como foi infeliz a polícia*. Pertencente que é de um partido de esquerda, assim como o PCB, Hermes Lima sugeriu que seria *necessário que o Partido Comunista* corrigisse sua tática e deixasse de comprometer *o movimento da esquerda no país*. Ao final, criticando a atuação da polícia nestes acontecimentos, destacou que *a polícia saiu do episódio, não como mantenedora da ordem, mas como uma instituição merecedora de censuras*. O pronunciamento de Segadas Viana (PTB-DF) foi no sentido de que fossem apuradas as ações ocorridas na tragédia do Largo da Carioca e, por conseguinte, responsabilizados seus agentes

⁷⁴⁹ Ibidem, p. 186.

⁷⁵⁰ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 186.

causadores, fossem quem for, pois o constituinte defendeu a posição de que não seria *por meio da violência que ideias boas ou más deveriam ser difundidas, porque a propaganda violenta implicaria na subversão dos princípios democráticos*. Mais ainda, recorrendo ao Presidente da Casa, afirmou que *não seria o emprego da violência a impedir a propaganda de doutrinas boas ou más, porque o sangue derramado apenas serviria para a fecundação de ideias e ideais*.⁷⁵¹

Até porque, finalizou o constituinte, eventos como esse comprometem a democracia do país. A propósito, eis a retórica sobre a democracia recorrente na maioria dos discursos, como já discutido, alhures. Segadas Viana adotou uma posição cautelosa em relação às responsabilidades dos possíveis causadores da tragédia, diferente de Hermes Lima que foi categórico em afirmar que o partido comunista e a polícia erraram, embora Carlos Prestes insistisse, em seus argumentos de que o partido comunista envidou todos os esforços no sentido de se obter o aval das autoridades policiais para a realização do comício.

Na sequência dos pronunciamentos manifestou-se Otávio Mangabeira (UDN-BA). Sua posição em relação à atuação da polícia foi nítida e direta: *a polícia andou mal. Andou mal, desde o início*. Faltou seriedade por parte do governo, quando à véspera da realização do comício, determinou que este fosse realizado em outro local. *Melhor seria, leal e honestamente proibir o comício*. Sobretudo, deixou de tomar as medidas preventivas, quando a população começou a se reunir no Largo da Carioca. Entretanto, o constituinte considerou que a posição do partido comunista em ter insistido na possibilidade de se realizar o tal comício, depois de ter tomado conhecimento da negativa, foi de maior irresponsabilidade que a do governo. Durante seu pronunciamento alguns apartes foram feitos por Carlos Prestes, nos quais reivindicava o direito de reunião. Otávio Mangabeira disse concordar com o senador, entretanto, no caso, não caberia contestar as autoridades policiais, até porque era *um direito das autoridades localizar os comícios*. E, foi justamente nesta questão, no entendimento de Otávio Mangabeira que o PCB foi irresponsável ao ter feito à multidão dirigir-se para o local do comício, foi como *provocar um conflito, e premeditadamente*.⁷⁵²

A fala de Otávio Mangabeira, tomada por suas palavras, soou coerente, todavia teria o partido comunista premeditado essas consequências? Ainda, houve necessidade da polícia fazer a multidão evadir-se do Largo da Carioca? Ou ainda, orientá-la a dirigir-se ao local

⁷⁵¹ Ibidem, p. 190.

⁷⁵² BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 193.

autorizado? Por que deixou de agir a polícia enquanto a multidão foi se aglomerando? Que determinação recebeu a polícia?

Nereu Ramos (PSD-SC), como podia se esperar, acusou o PCB como o único responsável pelos acontecimentos do Largo da Carioca e defendeu o governo por ter agido para fazer manter a ordem, a ordem que estava a ser afrontada pelo partido comunista. Sua fala reafirmou a lógica dos debates mantida por governo e oposição, sobre os acontecimentos no Largo da Carioca, em torno das questões sobre a ordem.

O último constituinte a manifestar-se, ainda quanto aos acontecimentos do Largo da Carioca, foi Café Filho (PSP-RN). Em sua fala advertiu os demais representantes quanto aos atos que o governo tem promovido contra o partido comunista, fato que nada impede que num futuro pudesse vir a acontecer com todos aqueles que se declararam democráticos. Iniciou seu discurso dizendo nunca ter recebido apoio dos comunistas em sua eleição o que o deixava a vontade para alguns posicionamentos. Inicialmente fez um *veemente protesto a propósito das violências do Largo da Carioca, praticados contra o Partido Comunista, mas que devem valer como advertência a todos os partidos democráticos*. Até porque, esse partido é legalizado como qualquer outro nesta Assembleia. Chamou a atenção dos senhores constituintes de que *tudo o que há por aí, a fome, a greve, a perturbação, tem-se levado à conta de agitação comunista*. E citou três exemplos – todos referentes ao Ministério do Trabalho - que bem refletiam as acusações do governo feitas ao partido comunista e que, quando esses foram devidamente apurados, a constatação foi bem outra, conforme Café Filho.⁷⁵³

No primeiro, o *Sr. Ministro do Trabalho* anunciou que *no porto de Santos* se verificava uma *agitação de natureza comunista* e, por conta desta situação pediu *providências especiais*. O Ministério decretou *essas providências, que consistiram em substituir as autoridades do referido Ministério por outras* pertencentes às *classes armadas*. *Estas, chegando no Porto de Santos*, apuraram os fatos e constataram tratar-se de uma *questão de salários com relação aos estivadores e marítimos*. Noutras palavras, tratava-se *de fome, do trabalho mal remunerado pela empresa que explora o maior porto exportador do Brasil*.

Em outro exemplo, o *Ministro do Trabalho* responsabilizou o Partido Comunista, por *uma greve na Leopoldina*. O Governo Federal adotou as medidas necessárias *a enfrentar a*

⁷⁵³ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 749.

situação, nomeando ilustre oficial do Exército para interventor na Estrada. Este, depois de apurado, constatou que aquela foi motivada pelos salários de fome que imperam na ferrovia e, assim, havia necessidade premente, imediata, de elevação destes.

No terceiro exemplo, os *empregados da Light* foram acusados de *agitação de natureza política* e esta foi atribuída à responsabilidade do *Partido Comunista*. Neste caso, foi a imprensa, os *próprios jornais que apoiavam o Governo*, a defender os *trabalhadores da empresa canadense vítimas da ganancia da empregadora*. Todos, segundo as evidências apontadas pelo constituinte, *vítimas, como os trabalhadores da Leopoldina e do porto de Santos. Dos salários de fome.*⁷⁵⁴

Com essas três situações apresentadas, Café Filho entendeu serem essas circunstâncias, motivo suficiente para descrever no governo. Voltou a afirmar que o PCB é, em tese, um partido possuidor de uma legalidade como outro qualquer e *a polícia, sem explicação, sem qualquer motivo, localizou esse comício no afastado bairro de Ipanema*. Seguiu falando Café Filho sem que qualquer aparte fosse feito, como se estivessem os constituintes de fato a ouvi-lo, respeitando seu pronunciamento. Fez advertência ao governo quanto à situação social do povo, pois vivia-se na *Capital da República, sem pão, sem leite, sem água e sem transporte* resultado da incompetência daqueles que deveriam estar a traçar os rumos da administração. Foram essas as verdadeiras causas da insatisfação popular. E, para o constituinte, como pretexto o governo promoveu o *cerceamento das liberdades democráticas*. Prosseguindo em sua fala, Café Filho apresentou dados, os quais considerou suficientes a explicarem a carestia pela qual vivia o país, o *encarecimento da vida* e a grave situação alimentar do povo.⁷⁵⁵

De tal maneira que, quando esses fatos emergiram, logo se levou à conta da *agitação política dos adversários do Governo* e, por outro lado, *o que os adversários do Governo tem feito nesta Casa, e por todos os modos, é tolerar a inércia do poder público e oferecer sua cooperação.*⁷⁵⁶

Caminhando para o final de suas palavras, Café Filho reafirmou seu veemente protesto contra as violências praticadas pela polícia no Largo da Carioca e lembrou à Assembleia que *já passamos das violências sem sangue, para as violências de sangue. Ontem, foi o Partido*

⁷⁵⁴ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 206.

⁷⁵⁵ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 207.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 208.

Comunista que não pode realizar seu comício. Ninguém se iluda, depois dos comunistas, seremos nós. Foi assim em 37. Concluiu suas palavras impetrando ao governo que aceite a colaboração democrática de todos os partidos para que se estabelecesse um governo de união nacional. A equipe responsável pelo serviço de taquigrafia, da Câmara dos Deputados, fez registrar ao final da fala de Café Filho: (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).⁷⁵⁷

Dos fragmentos do discurso de Café Filho (PSP-RN), acrescido da manifestação dos constituintes presentes, naquela sessão da Assembleia Nacional Constituinte, foi possível elaborar algumas proposições sobre este constituinte: uma aparente imparcialidade em seus protestos; os argumentos apresentados revestiram-se de coerência; e conformado à realidade vivida naquele momento político. Se, por um lado, o PCB pareceu útil ao governo na medida em que este justificava suas incompetências administrativas e se mantinha no poder, por outro lado, as medidas tomadas pelo governo – violentas e arbitrarias -, pareceram úteis ao PCB, na medida havia algo a ser criticado por este partido.

Dos embates ocorridos sobre a ordem e a segurança pública tratados neste capítulo foi possível criar um perfil da participação dos partidos políticos, mediante critérios de uma lógica histórica, mesmo considerando a subjetividade na seleção das evidências, oriundas das manifestações promovidas nos debates constantes e circunscritos no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

Diferente da lógica analítica, a lógica histórica está adequada aos fenômenos em movimento, as evidências revelam *as manifestações contraditórias*, as quais só podem ser compreendidas *dentro de contextos particulares*, em que as questões que emergem, *raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico [...]*, como destacou Thompson.⁷⁵⁸

A lógica histórica está na compreensão da participação dos constituintes, dos diferentes partidos representados, nos debates sobre a ordem e segurança pública, seus protestos, suas defesas, nesse movimento contraditório – a disputa de poder entre os grupos representados - no contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, que se apresentou enquanto uma nova possibilidade de (re) construção da Democracia no Brasil – talvez restrito às ideias -, nesse período subsequente a “Era Vargas”.

⁷⁵⁷ BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. X, p. 209.

⁷⁵⁸ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009, p. 56.

O Gráfico 2, abaixo, retrata a participação dos partidos políticos nos debates sobre a ordem pública, considerado, para tanto, o número de participações, mesmo que elas tenham sido feitas por um único constituinte.

Figura 2- Gráfico sobre a participação dos partidos políticos em debates sobre as questões da ordem e da segurança pública. Elaborado pelo autor, 2013.

Em destaque, no gráfico, os dois maiores partidos representados na Assembleia Nacional Constituinte, o PSD e a UDN, e o PCB que, embora um dos menores partidos, em representação, mas foi responsável por uma participação intensa nas questões da ordem e segurança pública. Houve, ainda, a destacar, a participação do PSP, concentrada nos apartes de Café Filho (RN).

Considerando as mesmas evidências selecionadas e analisadas quanto aos pronunciamentos e apartes dos constituintes nas questões de ordem e segurança pública, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, a participação dos constituintes mato-grossenses foi pouco expressiva. Das 145 participações dos constituintes, 5 (3,4%) foram feitas por mato-grossenses. Entretanto, as cinco foram feitas por um único constituinte: Agrícola Paes de Barros (UDN). A contar por essa participação, levanto a hipótese de que os constituintes mato-grossenses pouco tinham a se preocupar com as possíveis práticas violentas e arbitrárias da polícia no estado de Mato Grosso, até porque, como dito alhures, as

questões de ordem e segurança pública eram de outra natureza e, Cuiabá enfrentaria os desafios dos processos de industrialização, tão somente a partir da metade da década de 1960 e, em assim sendo, não havia, naquela oportunidade, de se falar em greve, concentração de operários e, por conseguinte, enfrentamento destes com as forças policiais.

Agrícola Paes de Barros (UDN) foi o único constituinte mato-grossense a tomar parte nos debates sobre as questões afetas à ordem e à segurança pública. Ao que as evidências apontaram, o seu perfil social – médico do povo - e político - somado à experiência administrativa desempenhada em governos passados -, voltado as questões sociais e preocupado com os trabalhadores podem tê-lo motivado àquelas discussões. De tal forma, quanto a postura de Paes de Barros, minha proposição – enquanto hipótese – fica limitada ao que das evidências foi possível coligar, em se tratando de uma abordagem regional, sugerido por Leonzo e Benevides, mantenho o esforço de *uma postura cautelosa*, na produção historiográfica.⁷⁵⁹

⁷⁵⁹ BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nanci. *Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense*. 2ª ed. Ver. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 46.

Considerações Finais

Ao longo da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, as questões sobre a ordem e a segurança pública preencheram acalorados debates entre os parlamentares, constituindo-se, do ponto de vista institucional, a primeira vez que a Segurança Pública foi pensada nacionalmente, ainda que seu impacto à atuação das forças policiais não tenha sido produzido, com a promulgação da nova Carta Magna.

Os debates foram motivados, fundamentalmente, por práticas violentas e arbitrárias atribuídas às forças policiais em 1946, principalmente as ocorridas na capital do país, onde se registraram dois fatos emblemáticos sobre a ordem e a segurança pública, amplamente debatidos nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte: a agressão aos trabalhadores da *Light* e a interdição do comício do Partido Comunista do Brasil, no Largo da Carioca (ambos resultaram em pessoas feridas, presas e, neste último, inclusive morte).

Contudo, o calor dos debates em plenário – protagonizados por partidos da situação e da oposição – sobre a atuação das forças policiais sofreu arrefecimento, o que resultou em letras frias na definição da função destas instituições no Brasil, e na primeira oportunidade concreta de contribuição à restauração da democracia após um regime autoritário e centralizador, do período republicano brasileiro. Apesar da definição da função das forças policiais (artigo 183), esta fez uso de termos – *ordem* e *segurança* – confusos, imprecisos e com significados diversos. Fato que contribuiu para a permanência do espaço de aplicação do poder discricionário das autoridades policiais e, por conseguinte, da possibilidade do cometimento de práticas violentas e arbitrárias – uso abusivo e excessivo da força –, por conta das forças policiais, não que aquele seja determinante deste.⁷⁶⁰

Os debates sobre as questões da ordem e segurança pública obedeceram a uma lógica, que se repetiu ao longo da Assembleia Nacional Constituinte. Os constituintes da situação, na maioria das vezes os pertencentes ao PSD, tomaram dos fatos para justificarem as possíveis arbitrariedades, alegando que o governo se empenhava em manter a *ordem*. Os da oposição, quase sempre os comunistas, tomaram os mesmos fatos para acusar os primeiros sobre aquelas práticas, alegando que o último recurso dos trabalhadores era a greve e, quando esta

⁷⁶⁰ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.*

aconteciam as forças policiais atuavam de forma violenta e arbitrária. De tal forma, que um grupo político se alimentou dos argumentos e justificativas do outro, pela disputa do poder.

Os constituintes de 1946 entenderam formar uma Comissão da Constituição – a Grande Comissão - a qual ficou encarregada de apresentar o Projeto da Constituição de 1946. Esta foi subdividida em nove subcomissões, sendo a nona a incumbida das questões da Segurança Nacional, incluindo-se aí, a função das forças policiais estaduais. A grande Comissão recebeu 4092 emendas, das quais 96 (2,35%) foram destinadas à nona subcomissão e destas, apenas 16 foram aceitas. Considerando os calorosos debates sobre as questões da ordem e da segurança pública ao longo da Assembleia Nacional Constituinte, o retórico discurso dos constituintes pela restauração da democracia e, ainda a efetiva participação com 4092 emendas, das quais apenas 2,35% foram afetas à nona subcomissão, é possível afirmar que os resultados consignados na Carta Magna de 1946 foram, no mínimo, conservadores. Embora, pela primeira vez na história das constituições brasileiras tenha sido consignado, na Carta de 1946, as atribuições das forças policiais estaduais – as Polícias Militares.

Por outro lado, no Estado de Mato Grosso, as evidências revelaram que a atuação de suas forças policiais esteve distante do confronto com trabalhadores em greve e mais distante ainda de movimentos ligados ao comunismo – apesar de toda influência da Igreja Católica sobre o tema -, a exemplo do ocorrido, principalmente, no Rio de Janeiro – a época, capital do país - e em São Paulo.

As forças policiais mato-grossenses foram pesquisadas sob duas óticas; a institucional e a da ordem (a da manutenção da ordem e da segurança pública). Na primeira, as evidências revelaram práticas que garantiram a sobrevivência institucional, incluindo-se aí aquelas que passaram pelo trabalho – de policiais e civis - na lavoura e no fornecimento de gêneros alimentícios ao rancho da instituição; nos serviços de manutenção das instalações físicas, na confecção de mobília e, inclusive, na de uniformes para a tropa.

A disciplina e a hierarquia constituíam os dois princípios gerais das forças policiais. As evidências sobre a disciplina destacaram duas questões com maiores frequências; a prática do crime de deserção e o cometimento de diferentes crimes e transgressões disciplinares motivados pela ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos elementos da Força. Esta última constou do relatório do Chefe de Polícia ao Secretário-geral de Estado, em 1940 e, também da mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 1948, fatos que de uma forma geral apontaram a preocupação com a questão.

Contudo, os elementos da Força se depararam com diferentes situações, dentre as quais a participação em eventos: *esportivos* – corridas, futebol, basquete e vôlei –, *militares* junto ao Exército Brasileiro; e os *religiosos*, com a Igreja Católica dentre os quais a páscoa dos militares, procissões, missas nas igrejas e nos quarteis, contando com a participação Banda de Música da Força na maioria destes eventos.

Além do mais, os elementos da Força atuaram em apoio a outras instituições realizando as mais diversas tarefas, dentre as quais, a proteção à autoridades, escolta de presos, retretas nas praças, animação de bailes e de paradas escolares, serviços de limpeza em praças e escolas, literalmente carregando o piano, captura e remoção de animais das ruas e praças de Cuiabá, o exercício da função de professores e instrutores de educação física no ensino primário, dentre outras.

Sobretudo, é possível afirmar que, sob a ótica da ordem – da manutenção da ordem e da segurança pública - a atuação dos elementos da Força, que mais se destacou na metade do século XX, foi a construção e manutenção de estradas e pontes, na capital e no interior do Estado de Mato Grosso. Tudo executado pela Companhia de Sapadores Mineiros, sob o comando do Capitão Evaristo da Costa e Silva, em cooperação com a Repartição de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso; a primeira fornecendo os homens e serviços, a segunda, o material.

Em suma, as práticas policiais em terras mato-grossenses estiveram implicadas a uma diversidade de atribuições, com destacada atuação à construção e manutenção de estradas e pontes, no lugar da ordem e da segurança pública. O fato foi revelador de que, na medida em que a função das forças policiais permanece indefinida – a fazer uso de termos vagos, indeterminados e polissêmicos -, cabe qualquer coisa enquanto atribuição às Forças, inclusive a construção e manutenção de estradas e pontes. Em Mato Grosso, nesse final da primeira metade do século XX, a função das forças policiais ficou a mercê das contingências da época e dos políticos, o que resultou centralizar a sua atuação nas estradas e pontes.

O foco da discussão não está localizado na importância de se construir e manter estradas e pontes, mas na necessidade de uma melhor definição da função das forças policiais. Definir a função de uma instituição, como notou Rondon Filho, é definir suas competências, limitar suas ações, seu campo de atuação e, também, os (possíveis) erros. Assim, quanto maior a imprecisão na definição da função das forças policiais, maior será a discricionariedade das autoridades policiais – vinculadas, quase sempre, aos interesses

políticos – e maior será o espaço para práticas abusivas e excessivas quanto ao uso da força embora, ao que as evidências apontaram, não foi o que ocorreu em terras mato-grossenses.⁷⁶¹

Entretanto, considerando-se a complexidade do trabalho policial, duas ressalvas fazem-se necessárias. A primeira é de que na medida em que a função institucional apresenta-se indefinida, maior será o poder discricionário de polícia e, por conseguinte, maior será o espaço para o cometimento de diferentes práticas. A segunda, é o inverso da relação, ou seja, uma definição precisa da função institucional não será determinante à mitigação das práticas abusivas e excessivas com uso da força. De igual forma, ambas as lógicas sugerem possibilidades, contudo, há de se canalizar todos os esforços para a lógica na qual as possibilidades corroboram à limitação de práticas policiais abusivas e excessivas com o uso da força.

A propósito das contribuições sobre a compreensão dos termos *ordem* e *segurança* trazidas para esta tese e com o propósito de amenizar a confusão com o emprego destes, deixo a proposição de que a *ordem pública* deva ser compreendida enquanto objeto da *segurança pública* contudo, sem dar por encerrada a discussão. Há de se salientar que, o emprego destes termos - *vagos, indeterminados e polissêmicos*,⁷⁶² perpetuou-se na atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 e, por conseguinte, a confusão entre os mesmos.

Representaram o Estado de Mato Grosso, na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, sete constituintes que compuseram os dois maiores partidos (no país e em MT); o PSD e a UDN. Pelo PSD os deputados Argemiro de Arruda Fialho, Gabriel Martiniano Araújo, e João Ponce de Arruda e, pela UDN os deputados Agrícola Paes de Barros, Dolor Ferreira de Andrade e, os senadores João Villasbôas e Vespasiano Barbosa Martins. As evidências coligidas dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte apontaram que os parlamentares mato-grossenses tiveram uma participação tímida sobre as questões da ordem e segurança pública, exceto a do deputado federal Agrícola Paes de Barros (UDN), fato que mereceu notas destacadas sobre seu perfil social e político. O constituinte Agrícola Paes de Barros manifestou-se nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, com o foco nas práticas violentas e arbitrárias cometidas pelas forças policiais, posicionando-se contrário a estas,

⁷⁶¹ RONDON FILHO, Edson Benedito. *Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar*. Evangraf. Porto Alegre. 2011, p. 88.

⁷⁶² LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios*. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v.7, n. 1, 58-82 Fev/Mar 2013.

mantendo-se coerente a sua postura de defesa pelos direitos dos trabalhadores, ao que as evidências apontaram.

Há de se ressaltar que foi a Constituição Federal de 1946, a primeira a consignar em seu texto as atribuições das Polícias Militares – as forças policiais estaduais. Embora, os termos *ordem* e *segurança* tenham permanecido vagos, indeterminados e polissêmicos.

O ineditismo do tema associado ao emprego das fontes – com grande destaque aos Boletins Internos das Forças Policiais e os Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 -, tornaram o trabalho desafiador e interessante que, a partir deste abre possibilidades de se avançar no diálogo com outros autores, no confronto de ideias, argumentos e, principalmente, na elaboração de novos dados sobre a temática. E, assim, contribuir para o enriquecimento do tema, da historiografia policial e, principalmente do trabalho policial brasileiro e, que este, cada vez mais, vá ao encontro dos anseios da população.

Entretanto, se, com esta tese, novos fatos históricos sobre a ordem e a segurança pública foram conhecidos, outros mais emergiram suscitando novas dúvidas. Quais foram as novas situações encontradas pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso com a suposta restauração da democracia do país até 1964, quando novo regime autoritário foi instituído? Quais fatores motivaram a embriaguez dos elementos da Força, levando-os ao cometimento de transgressões disciplinares e, inclusive, a prática de crimes? Essas causas da embriaguez permaneceram por quanto tempo mais? A embriaguez também foi comum entre a população em geral? E a Companhia de Sapadores Mineiros, que trabalhos realizou durante a sua existência? Por que e quando a Companhia de Sapadores Mineiros foi extinta? Quais os desafios que a Companhia de Sapadores Mineiros enfrentou?

De tudo, fica a esperança de que novos pesquisadores se lancem nestas e noutras pesquisas com enfoque policial e, assim, possam contribuir para a historiografia brasileira.

Ao encerrar esta tese, destaco a constatação recente a que chegou Singer sobre a importância de temas que têm influenciado a orientação ideológica no Brasil. Para ele, *os assuntos que mais dividem a esquerda da direita no Brasil são os que dizem respeito à ordem. Enquanto a esquerda apoia posições que implicam contestação do ordenamento*

*estabelecido, a direita tende a reforçá-lo.*⁷⁶³ A lógica do debate permanece. E neste ponto abro um parêntese, no Brasil, tanto a direita quanto a esquerda parecem trazer consigo, quando estão no poder, orientações voltadas para reforçar o *ordenamento estabelecido*, corroborando com o pensamento de Holanda, que diz o seguinte,

*[...] o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende. Mas também é verdade que essa oposição deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo [...]. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.*⁷⁶⁴

⁷⁶³ SINGER. A. *Ideologia e voto*. Folha de São Paulo, de 13 de outubro de 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2013/10/1358967-ideologia-e-voto.shtml>, acesso em 20/10/2013.

⁷⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26. ed. 1995, p. 188.

Fontes e Bibliografia

1.Fontes

1.1. Documentos Oficiais

BRASIL. IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

BRASIL. IBGE. *Situação demográfica. Estado da População. III – População absoluta e relativa do Brasil, das suas unidades federadas e dos municípios das respectivas capitais, calculada para 31 de dezembro – 1937/1939*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>, acesso em 30/10/2012.

BRASIL. IBGE. *Situação demográfica. Estado de população. V- População estimada, do Brasil e das unidades da federação – 1940/1946*. Anuário Estatístico do Brasil, 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Os problemas educativos e a segurança nacional*. Mensagem apresentada pelo General Eurico G. Dutra, Ministro da Guerra, ao Exmo. Sr. Presidente da República Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1939.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discursos selecionados do presidente Getúlio Vargas*. - Brasília: FUNAG, 2009.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. 1950.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais – quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963*. (Volume v.7) - Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. *Ata da instalação da assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso. Termo de Abertura*. 29/03/1947.

1.2. Documentos Diversos - imprensa

CALHÁO, Antônio Ernani Pedroso. *Periódicos mato-grossenses em microformas: catálogo de revistas e jornais*. Cuiabá: Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso: NDIHR, 1994.

MATO GROSSO. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (UFMT). *O FIFÓ*, nº 1. Cuiabá, 26/12/1924. Rolo 49 (2r).

MATO GROSSO. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (UFMT). *O FIFÓ*, nº 2. Cuiabá, 04/01/1925. Rolo 49 (2r).

RIO DE JANEIRO. *O Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01/02/1946, p. 4. Disponível em <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19460201&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>, acesso em 29/11/2011.

RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/05/1946. Disponível em <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19460524&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>, acesso em 10/12/2011.

SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 31/01/1946. Disponível em <http://acervo.folha.com.br>, acesso em 02/12/2011.

SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 02/02/1946. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br>>, acesso em 01/12/2011.

SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 05/02/1946. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br>>, acesso em 06/12/2011.

SÃO PAULO. *Folha da Manhã*. São Paulo, 24/05/1946. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br>>, acesso em 06/12/2011.

1.3. Arquivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Batalhão de Caçadores*. BI n.º 59, de 12/03/1945; BI n.º 83, de 10/04/1945 e BI n.º 214, de 20/09/1945.

MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 01, de 02/01/1945; BI n.º 06, de 08/01/1945; BI n.º 11, de 13/01/1945; BI n.º 12, de 15/01/1945; BI n.º 18, de 22/01/1945; BI n.º 25, de 30/01/1945; BI n.º 21, de 25/01/1945; BI n.º 28, de 02/02/1945; BI n.º 196, de 28/01/1945; BI n.º 31, de 06/02/1945; BI n.º 34, de 09/02/1945; BI n.º 36, de 12/02/1945; BI n.º 38, de 15/02/1945; BI n.º 44, de 23/02/1945; BI n.º 50, de 01/03/1945; BI n.º 51, de 02/03/1945; BI n.º 73, de 28/03/1945; BI n.º 76, de 02/04/1945; BI n.º 77, de 03/04/1945; BI n.º 84, de 11/04/1945; BI n.º 85, de 12/04/1945; BI n.º 87, de 14/04/1945; BI n.º 95, de 25/04/1945; BI n.º 98, de 28/04/1945; BI n.º 99, de 30/04/1945; BI n.º 100, de 02/05/1945; BI n.º 102, de 04/05/1945; BI n.º 105, de 08/05/1945; BI n.º 109, de 12/05/1945; BI n.º 114, de 18/05/1945; BI n.º 115, de 21/05/1945; BI n.º 122, de 30/05/1945; BI n.º 125, de 2/06/1945; BI n.º 132, de 12/06/1945; BI n.º 133, de 14/06/1945; BI n.º 134, de 15/06/1945; BI n.º 141, de 23/06/1945; BI n.º 149, de 03/07/1945; BI n.º 151, de 05/07/1945; BI n.º 153, de 07/07/1945; BI n.º 155, de 10/07/1945; BI n.º 156, de 11/07/1945; BI n.º 158, de 13/07/1945; BI n.º 159, de 14/07/1945; BI n.º 160, de 16/07/1945; BI n.º 163, de 19/07/1945; BI n.º 174, de 01/08/1945; BI n.º 180, de 08/08/1945; BI n.º 184, de 13/08/1945; BI n.º 185, de 14/08/1945; BI n.º 189, de 20/08/1945; BI n.º 190, de 21/08/1945; BI n.º 192, de 23/08/1945; BI n.º 193, de 24/08/1945; BI n.º 194, de 25/08/1945; BI n.º 195, de 27/08/1945; BI n.º 202, de 04/09/1945; BI n.º 203, de 5/09/1945; BI n.º 238, de 17/10/1945; BI n.º 239, de

18/10/1945; BI n.º 241, de 20/10/1945; BI n.º 242, de 22/10/1945; BI n.º 251, de 03/11/1945; BI n.º 252, de 05/11/1945; BI n.º 254, de 07/11/1945; BI n.º 256, de 09/11/1945; BI n.º 258, de 12/11/1945; BI n.º 260, de 14/11/1945; BI n.º 262, de 17/11/1945; BI n.º 265, de 22/11/1945; BI n.º 266, de 23/11/1945; BI n.º 268, de 26/11/1945; BI n.º 270, de 28/11/1945; BI n.º 273, de 01/12/1945; BI n.º 290, de 21/12/1945 e BI n.º 296, de 29/12/1945.

MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 5, de 07/01/1946; BI n.º 7, de 09/01/1946; BI n.º 08, de 10/01/1946; BI n.º 12, de 14/01/1946; BI n.º 16, de 19/01/1946; BI n.º 23, de 28/01/1946; BI n.º 25, de 30/01/1946; BI n.º 37, de 13/02/1946; BI n.º 38, de 14/02/1946; BI n.º 51, de 01/03/1946; BI n.º 60, de 13/03/1946; BI n.º 61, de 14/03/1946; BI n.º 63, de 16/03/1946; BI n.º 66, de 20/03/1946; BI n.º 67, de 21/03/1946; BI n.º 68, de 22/03/1946; BI n.º 77, de 02/04/1946; BI n.º 78, de 03/04/1946; BI n.º 80, de 05/04/1946; BI n.º 83, de 10/04/1946; BI n.º 85, de 12/04/1946; BI n.º 86, de 13/04/1946; BI n.º 89, de 17/04/1946; BI n.º 91, de 22/04/1946; BI n.º 95, de 26/04/1946; BI n.º 107, de 11/05/1946; BI n.º 111, de 16/05/1946; BI n.º 114, de 20/05/1946; BI n.º 115, de 21/05/1946; BI n.º 116, de 22/05/1946; BI n.º 121, de 25/05/1946; BI n.º 119, de 27/05/1946; BI n.º 121, de 29/05/1946; BI n.º 122, de 30/05/1946; BI n.º 126, de 04/06/1946; BI n.º 129, de 07/06/1946; BI n.º 133, de 13/06/1946; BI n.º 134, de 14/06/1946; BI n.º 135, de 15/06/1946; BI n.º 137, de 18/06/1946; BI n.º 143, de 26/06/1946; BI n.º 146, de 29/06/1946; BI n.º 147, de 01/07/1946; BI n.º 150, de 04/07/1946; BI n.º 151, de 05/07/1946; BI n.º 152, de 06/07/1946; BI n.º 153, de 08/07/1946; BI n.º 155, de 10/07/1946; BI n.º 156, de 11/07/1946; BI n.º 160, de 16/07/1946; BI n.º 161, de 17/07/1946; BI n.º 166, de 23/07/1946; BI n.º 168, de 25/07/1946; BI n.º 169, de 26/07/1946; BI n.º 171, de 30/07/1946; BI n.º 173, de 02/08/1946; BI n.º 175, de 05/08/1946; BI n.º 178, de 09/08/1946; BI n.º 179, de 09/08/1946; BI n.º 182, de 13/08/1946; BI n.º 182, de 13/08/1946; BI n.º 184, de 15/08/1946; BI n.º 187, de 19/08/1946; BI n.º 192, de 23/08/1946; BI n.º 192, de 24/08/1946; BI n.º 193, de 26/08/1946; BI n.º 197, de 30/08/1946; BI n.º 200, de 03/09/1946; BI n.º 201, de 04/09/1946; BI n.º 203, de 06/09/1946; BI n.º 206, de 11/09/1946; BI n.º 209, de 14/09/1946; BI n.º 210, de 16/09/1946; BI n.º 211, de 17/09/1946; BI n.º 220, de 28/09/1946; BI n.º 222, de 01/10/1946; BI n.º 226, de 05/10/1946; BI n.º 227, de 07/10/1946; BI n.º 229, de 09/10/1946; BI n.º 230, de 10/10/1946; BI n.º 236, de 17/10/1946; BI n.º 238, de 19/10/1946; BI n.º 239, de 21/10/1946; BI n.º 253, de 08/11/1946; BI n.º 255, de 11/11/1946; BI n.º 256, de 12/11/1946; BI n.º 265, de 23/11/1946; BI n.º 267, de 26/11/1946; BI n.º 271, de 30/11/1946; BI n.º 274, de 04/12/1946; BI n.º 289, de 23/12/1946; BI n.º 291, de 26/12/1946; BI n.º 292, de 27/12/1946 e BI n.º 293, de 28/12/1946.

MATO GROSSO. Polícia Militar. *Boletim Interno do Comando Geral*. BI n.º 02, de 03/01/1947; BI n.º 04, de 06/01/1947; BI n.º 05, de 07/01/1947; BI n.º 07, de 9/01/1947; BI n.º 09, de 11/01/1947; BI n.º 10, de 13/01/1947; BI n.º 11, de 14/01/1947; BI n.º 13, de 16/01/1947; BI n.º 14, de 17/01/1947; BI n.º 15, de 20/01/1947; BI n.º 18, de 22/01/1947; BI n.º 19, de 23/01/1947; BI n.º 23, de 28/01/1947; BI n.º 38, de 14/02/1947; BI n.º 39, de 15/02/1947; BI n.º 43, de 21/02/1947; BI n.º 50, de 01/03/1947; BI n.º 51, de 03/03/1947; BI n.º 61, de 14/03/1947; BI n.º 66, de 20/03/1947; BI n.º 68, de 22/03/1947; BI n.º 69, de 24/03/1947; BI n.º 75, de 31/03/1947; BI n.º 77, de 02/04/1947; BI n.º 91, de 22/04/1947; BI n.º 93, de 24/04/1947; BI n.º 94, de 25/04/1947; BI n.º 96, de 28/04/1947; BI n.º 97, de 29/04/1947; BI n.º 98, de 30/04/1947; BI n.º 107, de 12/05/1947; BI n.º 108, de 13/05/1947; BI n.º 110, de 16/05/1947; BI n.º 116, de 23/05/1947; BI n.º 118, de 27/05/1947; BI n.º 119, de 28/05/1947; BI n.º 122, de 31/05/1947; BI n.º 125, de 04/06/1947; BI n.º 129, de 09/06/1947; BI n.º 130, de 10/06/1947; BI n.º 132, de 14/06/1947; BI n.º 136, de 19/06/1947; BI n.º 140, de 24/06/1947; BI n.º 142, de 26/06/1947; BI n.º 143, de 27/06/1947; BI n.º 144,

de 28/06/1947; BI n.º 146, de 30/06/1947; BI n.º 157, de 12/07/1947; BI n.º 163, de 21/07/1947; BI n.º 166, de 24/07/1947; BI n.º 167, de 25/07/1947; BI n.º 168, de 26/07/1947; BI n.º 170, de 29/07/1947 e BI n.º 172, de 31/07/1947.

1.4. Arquivo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. I.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. II.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. III.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. IV.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. V.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. VI.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. VII.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. VIII.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. IX.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. X.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. XI.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. XIII.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Constituição de 1946*. Vol. XIV.

BRASIL. Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. *Anais da Constituinte de 1946*. Vol. XXIII.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Comissão da Constituição: pareceres e relatórios das subcomissões*. Em 15/07/1946.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Assembleia*. Terça-feira, 09 de abril de 1946.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*. Em 09 de janeiro de 1948.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno*. Aprovado pela Resolução nº 1, art. 30, de 12/03/1946.

BRASIL. Senado Federal. *Períodos Legislativos da Terceira República - 1937-1946*. Disponível em <http://www.senado.gov.br>, acessado em 05/06/2013.

1.5. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *A Cruz*, edição de 02/09/1945; de 30/09/1945; de 28/04/1946; de 30/04/1946; de 05/05/1946; de 12/05/1946 e de 16/06/1946. Prateleira 01-B, Caixa 008.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *Diário de Cuiabá*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Imprensa de Mato Grosso, Ano XXI, nº 6.16, de 20/8/1989.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Correio Matogrossense*, edição de 27/01/1946, de 07/04/1946 e de 05/05/1946. Prateleira 01-B, Caixa 029.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Correio Matogrossense*, edição de 12/05/1946. (esta nota foi uma transcrição de “O GLOBO”, de 02/05/1946). Prateleira 01-B, Caixa 029.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Correio Matogrossense*, edição de 09/03/1947. Prateleira 01-B, Caixa 029.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Estado de Mato Grosso*, edição de 16/06/1946; de 21/06/1946; de 07/09/1946; de 10/09/1947; de 26/09/1947; de 02/10/1946; de 11/07/1946; de 24/07/1947; de 14/07/1946; de 16/09/1945; de 28/07/1946; de 29/08/1946; de 18/08/1946; de 01/09/1946; de 07/09/1946; de 18/09/1946; de 02/10/1946; de 29/12/1946; de 19/01/1947; de 01/09/1947; de 10/09/1947 e de 26/09/1947. Prateleira 03-C, Caixa 010.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Estado de Mato Grosso*, edição de 07/09/1946. Gaveta 2, Rolos 84 e 85.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Estado de Mato Grosso*. Gaveta 2, Rolos 84 e 85.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *O Social Democrata*. Prateleira 31-C, Caixa 007.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. *Relatório da chefatura de polícia do ano de 1940*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. *Relatório anual de 1949*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Estante 11, CX 82a.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas*.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. *Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato-Grosso à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª Sessão ordinária de sua 1ª legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1948*. Instrumento de pesquisa referente aos documentos acondicionados na sala de pesquisa, na sala 08 e na sala dos mapas. Relatórios.

1.6. Biblioteca Nacional (Base Digital).

BELO MOVIMENTO. *O MATTO-GROSSO*. Cuiabá, 10 ago. 1930, p. 02. Disponível em <http://memoria.bn.br>, acesso em 29/09/2012.

O MATTO GROSSO. Cuiabá, 06/12/1931. Disponível em <http://memoria.bn.br>, acesso em 29/09/2012.

O MATTO GROSSO. Cuiabá, 16/12/1936. Disponível em <http://memoria.bn.br>, acesso em 29/09/2012.

1.7. Arquivo Particular da Família Paes de Barros

MATO GROSSO. *Diário de Cuiabá*. Edição comemorativa do Sesquicentenário da Imprensa de Mato Grosso, Ano XXI, nº 6.16, de 20/8/1989

MATO GROSSO. *Folha do Estado*. Suplemento Especial. Cuiabá, 04/11/1997.

MATO GROSSO. *Folha do Estado*. Cuiabá, 05/11/1997.

MATO GROSSO. *Folha do Estado*. Cuiabá, 12/11/1997.

PAES DE BARROS. *Genealogia da Família Paes de Barros: 1718 a 1998*. Cuiabá, 2009.

1.8. Legislação

BRASIL. *Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889*. Proclama provisoriamente e decreta como a forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, estabelece normas pelas quais se devem reger os Estados Federais (*sic.*).

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*.

BRASIL. *Decreto nº 1.468, de 6 de março de 1937*. Decreta a intervenção federal no Estado de Mato Grosso.

BRASIL. *Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942*. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.864, de 24 de novembro de 1941*. Estatuto dos Militares.

BRASIL. *Decreto-lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944*. Institui o código penal militar.

BRASIL. *Decreto-lei nº 6.928, de 05 de outubro de 1944*. Altera a redação do art. 8º da lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936.

BRASIL. *Decreto-lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945*. Concede Anistia. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicon/>, acesso em 08/01/2012.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946*. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil - 1946.

BRASIL. *Decreto-lei nº 9.106, de 29 de março de 1946*. Permite a promoção à graduação imediatamente superior, dos segundos e terceiros sargentos com mais de 25 anos de serviço.

BRASIL. *Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936*. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército.

BRASIL. *Lei Constitucional nº 13, de 12 de novembro de 1945*. Dispõe sobre os poderes constituintes do parlamento que será eleito a 2 de dezembro de 1945.

BRASIL. *Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945*. Dispõe sobre os poderes da Assembleia Constituinte e do Presidente da República.

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso, de 15 de agosto de 1891.*

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso, de 22 de julho de 1927.*

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Matto-Grosso, 25 de dezembro de 1935.*

MATO GROSSO. *Constituição do Estado de Mato Grosso, de 11 de julho de 1947.*

MATO GROSSO. *Decreto nº 14, de 30/04/1937.* Dissolve a Força Pública do Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Decreto nº 187, de 26/07/1938.* Reorganiza a Força Pública do Estado de Mato Grosso. Diário Oficial 05/08/1938.

MATO GROSSO. *Decreto nº 753, de 24 de janeiro de 1945.* Regulamento da Segurança Pública para o período de carnaval.

MATO GROSSO. *Decreto nº 226, de 02/02/1946.* Dá regulamento à Guarda Civil do Estado.

MATO GROSSO. *Decreto nº 335, de 23 de julho de 1947.* Autorizou o Comando Geral da Polícia Militar a dar efetivo a 2ª Cia. do Batalhão de Sapadores Mineiro.

MATO GROSSO. *Decreto nº 337, de 25 de julho de 1947.* Concede a denominação de “Polícia Militar” à Força Policial do Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 319, de 05/01/1940.* Altera a denominação de Força Pública do Estado de Mato Grosso para a de Força Policial do Estado de Mato Grosso.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 382, de 31/12/1940.* Define a constituição das unidades e fixa o efetivo da Força Policial do Estado para 1941. Publicado em 14/01/1941.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 623 de 06/12/1944.* Orça a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso. Publicado em 27/12/1944.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 725, de 11/12/1945.* Orça a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso. Publicado em 14/12/1945.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 826, de 28/12/1946.* Orça a receita e fixa a despesa do Estado do Estado de Mato Grosso. Publicado em 31/12/1946.

MATO GROSSO. *Decreto-lei nº 893, de 10 de julho de 1947.* Dá nova denominação à Guarda Territorial do extinto Território de Ponta Porã e determina outras providências. Ver BI n.º 161, de 18/06/1947.

MATO GROSSO. *Lei nº 634, de 3 de julho de 1913.* Autoriza o Poder Executivo a criar um Corpo de Guardas Civis para fazer o policiamento da Capital do Estado de Matto-Grosso.

MATO GROSSO. *Lei nº 32, de 21/09/1936.* Cria na Força Pública do Estado, uma Companhia de Sapadores, e dá outras providências.

MATO GROSSO. *Lei nº 60, de 22/10/1947.* Cria a *Inspetoria Geral do trânsito e da Guarda Civil, e dá outras providências.* Diário Oficial, 23/10/1947.

MATO GROSSO. *Lei nº 132, de 30 de dezembro de 1948.* Altera a denominação do município de “Leverger” para “Santo Antônio do Leverger”.

MATO GROSSO. *Portaria 104, de 28 de janeiro de 1945*. Determinação em função do Decreto nº 753, de 24 de janeiro de 1945.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. Diário Oficial, Nº 9595, de 25/11/1945. *Instruções as autoridades policiais, a propósito das medidas que devem ser adotadas para assegurar a rigorosa liberdade do pleito.*

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Administração. Arquivo Público. Chefatura de Polícia. Diário Oficial nº 9652, de 17/02/1946. *Portaria nº 6. Determinações às autoridades policiais e foliões no período de carnaval.*

1.9. Entrevista

PAES DE BARROS, Laís Maria. Entrevista em 10 de outubro de 2012.

2. Bibliografia

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *Impressões de um constituinte de 1946*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Volume 236, julho - setembro, 1957.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BENEVIDES, Cezar; LEONZO, Nanci. *Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense*. 2ª ed. Ver. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Tradução Celeste H. M. Ribeiro de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *A sociedade feudal*. Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70. 1979.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*, prefácio, Jacques Le Goff, apresentação à edição brasileira Lília Moritz Schwarcz, tradução André Telle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda et al. *Notas sobre o passado dos médicos mato-grossenses*. São Paulo: Editora Scortecci, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 13ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2 v. — (Série ação cultural. Temas de interesse do Legislativo; n. 6). Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6744>, acesso em 12/12/2011.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011.

CPDOC. *A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945* -. Conteúdo de CD-Rom lançado pelo CPDOC em 1997, adaptado para ser o primeiro produto disponibilizado na página “Navegando na História de seu portal”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>, acesso em 15/12/2011.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. ANDRADE, Dolor. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. ARAÚJO, Gabriel Martiniano de. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. FIALHO, Argemiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. MARTINS, Vespasiano Barbosa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. PAES DE BARROS, Agrícola. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 28/09/2012.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – DHBB*. Verbete. VILLASBÔAS, João. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 04/06/2013.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. *Historiografia das Ciências no Brasil – debates atuais, novos enfoques e novos temas*. Aula proferida na FFLCH-USP, em 17/11/2009.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Pinsky (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Editora Globo. 3ª ed., 2001.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo, Alfa-Omega, Ed. Sociologia e Política, 1973.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *História de Alto Paraguai: Saiba mais sobre o surgimento da cidade de Alto Paraguai*. Disponível em <http://www.mtseusmunicipios.com.br>, acesso em 11/03/2013.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Nify, 2011.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. Tradução Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

GONÇALVES, Marcos Roberto. *O centro de instrução militar de Mato Grosso: processo de criação e desativação do curso de formação de oficiais (1952-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT), 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26. ed. 1995.

HORTA, Raul Machado. *Reflexões sobre a constituinte de 1946*. Revista de informação legislativa, v. 23, nº 89, p. 5-32, jan./mar. de 1986. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/>, acesso em 05/08/2013.

JENNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, tradução Bernardo Leitão [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrios*. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v.7, n. 1, 58-82 Fev/Mar 2013.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Tendências da educação brasileira*. III – Educação e segurança nacional. Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha (org.). 2ª ed. – Brasília: MEC/Inep, 2002, p. 70. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acessado em 28/02/2013.

LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. In *The past is a foreign country*. 7ª reimpr. Cambridge, Cambridge University Press, 1995. Tradução Lúcia Haddad. Projeto História - PUC, São Paulo, Nov. 1998.

MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília, Distrito Federal. 1989.

MATO GROSSO. Associação mato-grossense dos municípios. *História da imprensa em Mato Grosso*. Disponível em <http://www.amm.org.br/>, acesso em 13/05/2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 36ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MENDONÇA, R. *Dicionário histórico mato-grossense*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, 1971.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NADAF, Yasmin Jamil. *Machado de Assis em Mato Grosso*. Textos críticos da primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lidador, 2006.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade), p. 112. Disponibilizado em www.cpdoc.fgv.br.

PERALVA, Oswaldo. *O retrato*. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

PEREIRA LEITE, Luís Philippe. *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Cuiabá (MT), 1992.

PEREIRA, Osny Duarte. *Que é a constituição?* (crítica à carta de 1946 com vistas a reformas de base). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira S.A., 1964 (Cadernos do Povo Brasileiro).

POLLETI, Ronaldo. *Constituições Brasileiras: 1934*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos. 2001. Disponível em <http://www2.senado.gov.br>, acessado em 05/02/2013.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REINER, Robert. *A política da polícia*. Tradução Jacy Ardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século xxi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

RONDON FILHO, Edson Benedito. *Fenomenologia da educação jurídica na formação policial militar*. Evangraf. Porto Alegre. 2011.

SAES, Alexandre Macchione. No ascender das luzes: a light e o limiar da modernização na cidade de São Paulo. BORGES, Fernando Tadeu de Miranda e PERORA, Maria Adenir (orgs.). *Sonhos e pesadelos na história*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

SANDES, Wilquerson Felizardo. *Profissão perigo: a polícia e o confronto armado*. 1º ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Editora Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

- SIDER, Gerald M. Culture and class in anthropology and history. Cambridge, 1986, p. 940. In: THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Ubaldo Monteiro da. *A Polícia de Mato Grosso – história e evolução – 1835 a 1985*. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 1985.
- SINGER, A. *Ideologia e voto*. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2013/10/1358967-ideologia-e-voto.shtml>, acesso em 20/10/2013.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SOUZA, E. J. e PINHEIRO, M. A. E. *A escola regimental e seus alunos*. In: Seminário de educação 2010: Educação, formação de professores e suas dimensões sócio-históricas: desafios e perspectivas. 18º Seminário de Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2010.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Tradução Ítalo Tronca. Editora Artenova S.A. Rio de Janeiro. 1975.
- THOMPSON, E. P. *Senhores & caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Traduzido por Waltensir Dutra. 2009.
- TREVISAN, Leonardo. *Instituição militar e estado brasileiro*. São Paulo. Editora Global, 1987.
- VELOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).
- VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: as mutações do olhar - o século XX*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. III.
- WAACK, Willian. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

Glossário

BC	Batalhão de Caçadores
BI	Boletim Interno
Cia.	Companhia
CCC	Candidato ao Curso de Cabo
CCS	Candidato ao Curso de Sargento
CMM	Companhia de Metralhadoras Mistas
CSM	Companhia de Sapadores Mineiros
Cmt.	Comandante
Cmt. Gr.	Comandante Geral da Instituição Policial - Força Policial e Polícia Militar
CO	Casa de Ordens
DEF	Departamento de Educação Física
DAQ	Destacamento de Águas Quentes
EM	Estado Maior
ER	Enfermaria Regimental
FMH	Fuzil Metralhadora
FP	Força Policial
PE	Pelotão Extranumerário
PEP	Pelotão de Escolta Presidencial
PMMT	Polícia Militar do Estado de Mato Grosso
RISG	Regulamento Interno e dos Serviços Gerais
RDE	Regulamento Disciplinar Exército (aplicado à instituição policial militar)
RM	Região Militar
S/Saúde	Serviço de Saúde
S/P	Serviço Público

Anexos

ANEXO A – Quadro de Efetivo da Força Policial de Mato Grosso – Comando Geral.

Força Policial do Estado de Mato Grosso		
Comando Geral		
1	Coronel	OFICIAIS
2	Major	
2	Capitão	
2	Primeiro Tenente	
1	Segundo Tenente	
8	Total de Oficiais	
3	Subtenente	PRAÇAS
2	Primeiro Sargento	
3	Segundo Sargento	
3	Terceiro Sargento	
1	Primeiro Cabo	
4	Segundo Cabo	
9	Soldado	
25	Total de Praças	
33	Total Geral	

Fonte: MATO GROSSO. Decreto-Lei nº 382, de 3/12/1940.

ANEXO B – Quadro de Efetivo da Força Policial de Mato Grosso – Batalhão de Sapadores
(Primeira Companhia).

Força Policial do Estado de Mato Grosso		
Batalhão de Sapadores (Primeira Companhia)		
1	Tenente Coronel Comandante	O F I C I A I S
1	Capitão	
1	Primeiro Tenente	
2	Segundo Tenente	
5	Total de Oficiais	
1	Subtenente	P R A Ç A S
1	Primeiro Sargento	
2	Segundo Sargento	
4	Terceiro Sargento	
4	Primeiro Cabo	
8	Segundo Cabo	
98	Soldados	
2	Soldado corneteiro	
1	Segundo Cabo condutor	
8	Soldado condutor	
1	Soldado ordenança	
1	Segundo Cabo material-bélico	
1	Primeiro Cabo furriel	
1	Segundo Cabo furriel	
1	Soldado auxiliar	
2	Soldado do rancho	
1	Soldado ferreiro	
1	Soldado serralheiro	
1	Segundo Cabo carpinteiro	
4	Soldado carpinteiro	
1	Soldado sapateiro	
1	Soldado seleiro-correeiro	
145	Total de Praças	
150	Total Geral	

Fonte: MATO GROSSO. Decreto-Lei nº 382, de 3/12/1940.

ANEXO C – Quadro de Efetivo da Força Policial de Mato Grosso – Pelotão de Cavalaria.

Força Policial do Estado de Mato Grosso Pelotão de Cavalaria		
1	Primeiro Tenente	Oficial
1	Primeiro Sargento	P r a ç a s
1	Segundo Sargento	
1	Terceiro Sargento	
2	Primeiro Cabo	
3	Segundo Cabo	
1	Segundo Cabo Auxiliar	
1	Soldado Condutor	
23	Soldados	
1	Soldado Sapador	
1	Soldado Clarim	
1	Soldado Ferrador	
36	Total de Praças	
37	Total Geral	

Fonte: MATO GROSSO. Decreto-Lei nº 382, de 3/12/1940.

ANEXO D – Quadro de Efetivo da Força Policial de Mato Grosso – 1º e 2º Batalhões de Caçadores.

TOTAL	2º BC - Tipo	1º BC - Tipo	Força Policial do Estado de Mato Grosso	
			1º e 2º Batalhões de Caçadores	
2	1	1	Tenente Coronel Comandante	ESTADO MAIOR
2	1	1	Major Sub-comandante	
2	1	1	Capitão Adjudante	
2	1	1	1º Ten. Chefe dos S/T transporte	
2	1	1	1º Ten. Contador	
2	1	1	2º Ten. Aproximador	
1	0	1	2º Ten. Mestre da B/M	
13	6	7	SOMA	OFICIA
6	3	3	Capitão	
6	3	3	1º Tenente	DE FILEIRA
12	6	6	2º Tenente	
8	4	4	Sub-tenente	
2	1	1	Sargento Adjudante	
6	3	3	1º Sargento	
10	5	5	2º Sargento	
28	14	14	3º Sargento	
30	15	15	1º Cabo	
30	15	15	2º Cabo	
2	1	1	2º Cabo Telemetrista	
4	2	2	Soldado Telemetrista	
32	16	16	Soldado Condutor	
306	153	153	Soldados	
2	1	1	3º Sargento Telefonista	ESPECIALISTAS
2	1	1	1º Cabo Telefonista	
4	2	2	2º Cabo Telefonista	
10	5	5	Soldado Telefonista	
2	1	1	1º Cabo Radio-Telegrafista	
4	2	2	2º Cabo Radio-Telegrafista	
4	2	2	Soldado Radio-Telegrafista	
2	1	1	1º Cabo Observador	
2	1	1	2º Cabo Sinalizador-Observador	
24	12	12	Soldado Sinalizador-Observador	
2	1	1	2º Cabo Sapador	
16	8	8	Soldado Sapador	
2	1	1	1º Cabo Corneteiro	
2	1	1	2º Cabo Corneteiro	
18	9	9	Soldado Tambor-Corneteiro	
1	0	1	Sargento Adjudante Músico	
1	0	1	Primeiro Sargento Músico	
9	0	9	Músico 1ª Classe	
6	0	6	Músico 2ª Classe	
10	0	10	Músico 3ª Classe	
2	1	1	1º Cabo de Saúde	
2	1	1	2º Cabo de Saúde	
2	1	1	2º Cabo Padoleiro	
8	4	4	Soldado Padoleiro	
2	1	1	1º Cabo Ent-Veterinário	
38	19	19	Soldado Condutor	EMPREGADOS
24	12	12	Soldado Ordenança	
2	1	1	1º Sargento Arquivista	
4	2	2	1º Cabo Arquivista	
2	1	1	2º Sargento Contador	
2	1	1	3º Sargento Contador	
2	1	1	1º Cabo Contador	
4	2	2	2º Cabo Contador	
2	1	1	1º Cabo Material-Belico	
8	4	4	2º Cabo Material-Belico	
8	4	4	1º Cabo Furiel	
8	4	4	2º Cabo Furiel	
8	4	4	Soldado Auxiliar	
16	8	8	Soldado do Rancho	ARTIFICES
2	1	1	1º Cabo Artifice	
4	2	2	Soldado Carpinteiro	
2	1	1	Soldado Seleiro-Corrieiro	
2	1	1	Soldado Sapateiro	
2	1	1	2º Cabo Ferrador	
4	2	2	Soldado Ferrador	
4	2	2	2º Cabo Armeiro	
6	3	3	Soldado Armeiro	
2	1	1	Soldado Serralheiro	
6	3	3	Soldado Sapateiro-Corrieiro	
783	378	405	SOMA	
796	384	412	TOTAL	

Fonte: MATO GROSSO. Decreto-Lei nº 382, de 3/12/1940.

ANEXO E- Cópia da folha de rosto do livro *João Villasbôas: um parlamentar mato-grossense*.

Confere com o original S. C. L. A. S. B. C. P. A. J. d. S.
Ajudante do C.G. - Pag. n. 342 -

- ESTADO DE MATO GROSSO -

POLICIA MILITAR COMANDO GERAL

- BOLETIM INTERNO N. 167 -

- Quartel em Cuiabá, 25 de Julho de 1947 -

PARA CONHECIMENTO DA P. MILITAR E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE

- 1a. P A R T E -

SERVIÇOS DIARIOS

I - SERVIÇOS
Para o dia 26 do corrente - S a b a d o

- O B.C. e o Pel. Esc. Pres., darão o serviço de guarnição.

- 3a. P A R T E -

ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO

II - ALTERAÇÃO DE OFICIAL
- Visto não ter assumido o exercício das funções, dentro do prazo legal, torno sem efeito a designação do 2º Ten. LUIZ ZARAMELA, para instrutor de Educação Física do Colegio (Casa da Criança).

III - ALTERAÇÃO DE SARGENTO
- Designação: - Designo o 3º Sgt. do B.C. CIPRIANO LEMOS DO NASCIMENTO, para instrutor de Educação Física aos alunos da Colegio "Casa da Criança", que será ministrada 3 vezes por semana, cuja designação, é sem prejuizo do serviço.

IV - DESPACHOS
1 - Luiz Sardanha, em requerimento de 3 do corrente solicitando pagamento da importancia de Cr. \$ 548,10 que lhe é devedor o 2º Sgt. Flaviano Sebastião de Brito. - Ao B.C.
2 - O 2º Ten. Cmt. do P.L.P. em parte de hoje comunicando que o soldado Constantino de Almeida, quebrou uma fivela de sua esporas. - Conserte-se por conta do referido soldado.
3 - O Cmt. do B.C. propondo as promoções ao posto imediato, os 3ºs. Sgts. Osvaldo Rodrigues Chaves, Virgilio José Dias e Oscar Leite Pereira. - Informe a data da ultima promoção. Ao B.C.

V - ORDEM
- O Conjunto do B.C. deverá tomar em um pic-nic, amanhã, cujo transporte corre por conta do Sr. Prefeito da Capital, que estará neste quartel as 4 horas da madrugada de 26 do corrente, sem prejuizo da tocata do dia 27, posse dos festeiros de S. Benedito.

(a) João Luiz Pereira Neto - Coronel
Comandante Geral.